

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O MERCANTILISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS NACIONAIS  
E A 'ARTE DE GOVERNAR' DAS GRANDES POTÊNCIAS DA CIVILIZAÇÃO  
CAPITALISTA

RAFAEL ANDREONI

RIO DE JANEIRO

2016

RAFAEL ANDREONI

O MERCANTILISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE  
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS NACIONAIS E A 'ARTE DE GOVERNAR'  
DAS GRANDES POTÊNCIAS DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do  
Instituto de Economia da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários  
à obtenção do título de Mestre em Economia Política  
Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

RIO DE JANEIRO

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

A555 Andreoni, Rafael.

O mercantilismo como estratégia de Estado: considerações sobre a formação histórica dos Estados Nacionais e a 'arte de governar' das grandes potências da civilização capitalista / Rafael Andreoni. – 2016.  
176 p. ; 31 cm.

Orientador: André Ernesto Ferrari Heines

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016.  
Bibliografia: f. 165-176.

1. Mercantilismo. 2. Civilização capitalista. 3. Estratégia de estado. I. Heines, André Ernesto Ferrari, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.812

RAFAEL ANDREONI

O MERCANTILISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS NACIONAIS E A 'ARTE DE  
GOVERNAR' DAS GRANDES POTÊNCIAS DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do  
Instituto de Economia da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários  
à obtenção do título de MESTRE em Economia  
Política Internacional

Aprovada em: 06 / 05 / 2016



---

PROF. DR. ANDRÉS ERNESTO FERRARI HEINES (ORIENTADOR)  
UFRJ



---

PROF. DR. MAURÍCIO MEDICI METRI  
UFRJ



---

PROF. DR. PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA  
UFRJ

Aos meus pais, Nidia Aguilar e Bruno Andreoni, dedico esta dissertação que é fruto do meu amor pelo conhecimento, pelo mundo e pela vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Andrés Ferrari, pela dedicada e paciente orientação. Sua sagacidade foi fundamental que este fosse um trabalho verdadeiramente meu.

À UFRJ, lar de minha formação intelectual e muito mais do que isso. A universidade está no meu coração para sempre, como os amigos e amigas que fiz aqui.

Ao PEPI como Programa de Pesquisa, e aos professores e funcionários que o integram. Único, versátil, profundo e desafiador. Tem muito trabalho pela frente!

Aos meus caríssimos colegas de PEPI, minha maravilhosa “turma”. Se os professores foram bons e a bibliografia é espetacular, vocês fizeram jus a tudo isso. Galera muito boa! Por mais cervejas, escritos e belas conversas.

À minha namorada, Priscilla. Quanta força e quanta potência! Você é uma infinita inspiração.

Ao meu tio Jaury, grande incentivador de minha formação intelectual no início, seja na literatura ou na filosofia. Seus livros foram um portal, tio. Sobre cafés, cigarros e uma grande amizade.

À Eliane Cavassoni, minha professora, terapeuta e grande amiga. Um beijo de gratidão eterna.

À Max Tovar, um furacão luminoso em minha vida, e na vida de tantos. Um brinde à vida!

À Ana Lúcia Magalhães. Pelo carinho e inteligência, pela hospitalidade, e pela mesa mágica!

À minha orientadora da monografia Ângela Ganem, a “titã do método”, minha tia na epistemologia. Um grande beijo! E ao meu professor italiano, Roberto Scazzieri, a sabedoria de seus cursos reverbera cada vez mais com o passar dos anos.

Ao amigo Bruno Borja, pelos livros e belas conversas.

Ao meu irmãozão economista, Rodrigo Costa Andrade. Essa parceria vai longe, compá!

Aos meus queridos Filipe Tomassini, Lucas Noletto, Micael Hocherman, grandes irmãos que abriram para mim as portas do cinema. Isso vai dar samba, e eu amo vocês.

Aos meus amigos e amigas, de praia, da música, do futebol, do trabalho, dos escritos, da vida. O mundo é uma escola de vida, e eu brindo com amor à nossa amizade e felicidade.

À minha família espiritual TXAI. Tem coisas que não dá para pensar, tem que sentir. HAUX!

À minha família de sangue, por tanto amor. Somos uma fortaleza uns para os outros, e especialistas em uma caótica felicidade que dá gosto de viver.

À rapaziada empreendedora que mudou minha vida. Eis aqui, o início da ponte.

“O capitalismo, privilégio de um pequeno número, é impensável sem uma cumplicidade ativa da sociedade. É uma realidade de ordem social, forçosamente, e é, até uma realidade de ordem política, ou mesmo uma realidade civilizacional”.

Fernand Braudel

ANDREONI, Rafael. O mercantilismo como estratégia de estado: considerações sobre a formação histórica dos estados nacionais e a ‘arte de governar’ das grandes potências da civilização capitalista. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ. 2016.

## RESUMO

A exploração histórica e filosófica do ‘mercantilismo’ e do ‘cameralismo’ como traços de ‘longa duração’ leva ao estudo da ‘arte de governar’ dos primeiros estados nacionais que se transformaram nas grandes potências da civilização capitalista. A análise do capitalismo como ‘realidade civilizacional’ implica em um olhar sobre a gênese da visão de mundo moderna, fundamentada nos eventos históricos do Renascimento, da Reforma e da Revolução Científica, presentes no mesmo período histórico de formação dos primeiros estados nacionais na Europa, o ‘longo século XVI (1450-1650)’. Dessa forma, pode-se afirmar que o impacto dessa mudança de concepção de mundo inaugura a ‘modernidade’ nos processos históricos que engendraram o sistema interestatal capitalista. Os processos da formação do Estado nacional inglês se deram no contexto da Reforma e da Revolução Gloriosa. O estudo do período conhecido como “época mercantilista”, nos séculos XVII e XVIII, é fonte de compreensão sobre quem foram os principais atores econômicos e políticos que operam a expansão dos estados nacionais mais poderosos. Nessas bases, é possível verificar por que o ‘mercantilismo’ cai no ostracismo depois que surge a ‘arte de governar liberal’ como resposta civilizacional dos ‘homens livres do terceiro estado’ à ordem feudal do *ancien régime*. Do ponto de vista da filosofia e da economia política internacional, verifica-se o ‘mercantilismo como estratégia de Estado’ e as consequências disso para o sistema mundial.

**PALAVRAS-CHAVE:** MERCANTILISMO, FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS NACIONAIS, CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA, ARTE DE GOVERNAR.



ANDREONI, Rafael. Mercantilism as state strategy: considerations on the historical formation of nation-states and the “art of governing” of the great powers of capitalist civilization. Master’s degree dissertation on International Political Economy. UFRJ. 2016.

### ABSTRACT

The historical and philosophical investigation of 'mercantilism' and 'cameralism' as 'long term' phenomena leads to the study of the 'statecraft' of the first nation-states that have become the great powers of capitalist civilization. The analysis of capitalism as civilizational reality implies a look at the genesis of the modern worldview, based on the historical events of the Renaissance, the Reformation, the Scientific Revolution, which are present in the same historical period of formation of the first national states in Europe, the 'long sixteenth century (1450-1650). Thus, the impact of this change of world view can be seen as inaugurating 'modernity', in the historical processes that engendered the capitalist interstate system. The processes of formation of the English national state happened within the context of Reformation and the Glorious Revolution. The study of the period known as "mercantilist era" in the seventeenth and eighteenth centuries is part of the process of understanding the main economic and political actors operating the expansion of the most powerful nation-states. On that basis, the cause for the falling of 'mercantilism' into obscurity becomes apparent, as the coming of the 'art of liberal' government' as a civilizational response of 'free third state men' to the feudal order of the *ancien régime*. From the point of view of philosophy and international political economy, 'mercantilism' is a 'state strategy', which brought significant consequences for the global system.

**KEYWORDS:** MERCANTILISM, HISTORICAL FORMATION OF NATION STATES, CAPITALIST CIVILIZATION, ART OF GOVERNMENT.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

GM – Guerra Mundial

HPE – História do Pensamento Econômico

RN – A Riqueza das Nações, de Adam Smith

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Árvore Genealógica Tradicional do Pensamento Econômico .....	157
Figura 2: The Other Canon .....	158

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Rotas do comércio veneziano e economias-mundo.....	35
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Tamanho das marinhas das potências europeias, 1689-1815.....	76
Tabela 2: Despesas de guerra e receitas da Inglaterra, 1688-1815.....	76
Tabela 3: Tamanho das forças armadas das principais potências no século XIX.....	116
Tabela 4: Produto interno bruto das potências europeias, 1830-1890 .....	118
Tabela 5: Produto interno bruto per capita das potências europeias, 1830-1890 .....	118
Tabela 6: População e exércitos entre o fim do século XVII e início do século XIX...	120

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 CIVILIZAÇÃO MODERNA E REALISMO POLÍTICO .....	24
1.1 IMPERIUM HOMINIS .....	24
1.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PRINCIPE .....	32
1.3 AUTORIDADE CENTRAL, ECONOMIA E RAZÃO DE ESTADO.....	44
2 INSTAURATIO MAGNA E O ‘ESPÍRITO DO CAPITALISMO’ .....	56
2.1 A REFORMA E A REVOLUÇÃO GLORIOSA .....	56
2.2 OS PROTAGONISTAS DA “ÉPOCA MERCANTILISTA” .....	67
2.3 SOBRE AS PAIXÕES, OS INTERESSES E A ‘ARTE DE GOVERNAR’ .....	83
3 O MERCANTILISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO .....	99
3.1 MERCANTILISMO E CAMERALISMO NA EUROPA.....	99
3.2 AS ESTRATÉGIAS DE ESTADO DAS GRANDES POTÊNCIAS .....	112
3.2.1 FRANÇA .....	117
3.2.2 INGLATERRA .....	123
3.2.3 ALEMANHA.....	131
3.2.4 ESTADOS UNIDOS .....	136
CONCLUSÃO.....	145
BIBLIOGRAFIA .....	163
ANEXO .....	174

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de civilização sempre foi ligada ao ‘caráter dos povos’<sup>1</sup>, à sua cultura, seus traços e símbolos, organização política e atividades econômicas. Isto envolve, portanto, aspectos materiais e imateriais. Porém, definitivamente não é fácil construir a ponte entre pensamento e materialidade, teoria e prática ou discurso e ação concreta. Existe um grande debate na filosofia entre idealistas e materialistas, que disputam a preponderância da ideia ou da matéria na construção dessa ponte. Dentro da economia política internacional podemos observar, pelo menos, três visões principais sobre os processos históricos e aspectos fundamentais de nosso objeto de estudo, a civilização capitalista. A visão liberal, promessa de *civiltá* da modernidade, coloca o livre-mercado como seu fundamento, chave para a harmonia social e o desenvolvimento econômico; a marxista, que a identifica como um processo histórico imensamente poderoso de concentração de poder e riqueza, através do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, uma ‘luta de classes’ que conduziria a um colapso civilizacional e o surgimento de uma nova ordem socialista; e o realismo, o qual a concebe primeiramente através das hierarquias na história das sociedades, e analisa o capitalismo e sua construção social pela ótica do poder, lançando-se a um constante escrutínio por seus fundamentos históricos. Diante deste contexto, encontramos na análise histórica nosso alicerce para tecer a conexão ente filosofia e economia política internacional, de modo dialogar com a subjetividade das diferentes perspectivas de análise, ou ‘visões de mundo’.

Ao contar uma “história curta” da humanidade nos últimos 13.000 anos, o historiador Jared Diamond (1997) escreveu sobre “Armas, Germes e Aço” como os elementos mais importantes para explicar a distribuição da riqueza e do poder entre as civilizações no planeta. Ele buscou entender como se originou o movimento macro-histórico de conquista que os povos europeus empreenderam em quase todas as civilizações, movimento que se iniciou por volta de 1500 até os dias de hoje. De alguma forma, somos agora uma aldeia global de estados nacionais — o mundo de nações europeu se expandiu de forma a criar um verdadeiro sistema interestatal capitalista; pois os traços dessa civilização marcam a humanidade se não como o ‘caráter de um povo’, pelo menos como estrutura social dominante, em contínua expansão. Se no passado nossos grupos sociais eram descentralizados como tribos que povoavam o planeta

---

<sup>1</sup> O caráter dos povos aqui é interpretado como a identidade compartilhada por um grupo de pessoas que tem em comum elementos étnicos, culturais, mitológicos, ideológicos, espirituais, sociais, econômicos e outros, os quais são gerados e sedimentados em períodos imensos de moralização dos costumes, e normalmente estão em conexão direta com a dimensão geográfica e territorial de localização de determinada comunidade humana. Ver “A Genealogia da Moral” (2007) de Friedrich Nietzsche.

de forma sedentária, cada qual em sua região, hoje os povos estão em sua maioria conectados pela tecnologia e a ‘mundialização do capitalismo civilizatório’<sup>2</sup>, que exportou suas instituições e forma de viver para todo o mundo (DIAMOND. 2007). Por esta razão nos dedicaremos a aprofundar nosso entendimento sobre este ponto de inflexão macro-histórico, com a intenção de compreender como e por que o sistema capitalista, e sua ‘arte de governar’, conseguiram se impor às outras civilizações.

Na história existem muitas realidades, de diversos campos do conhecimento, como as dimensões cultural, social, política e econômica. A história reúne e aglutina todas, por isso é múltipla, mas também é fruto da interação entre todas; portanto, apesar de múltipla, também é una. Nossa intenção não é abraçar uma investigação histórica tão longa, mas sim abraçar a perspectiva geográfica da análise de Diamond, no sentido de entender que o ‘caráter dos povos’ entre as civilizações foi (e é) imensamente plural, sendo definido em períodos extensos de ‘moralização dos costumes’<sup>3</sup>. Houve, portanto, um processo de expansão imperial e concentração de poder e riqueza iniciado por países europeus durante o longo “século XVI” (1450-1650). Enquanto em “Armas, Germes e Aço”, Jared Diamond busca compreender a história desde acidentes geográficos e geológicos, e os choques civilizacionais desde o neolítico, o historiador francês Fernand Braudel concentra sua investigação nos processos históricos que deram origem ao sistema internacional político-econômico-territorial que se convencionou chamar de capitalismo. E para isto parte deste *momentum* histórico que denominou “longo século XVI”<sup>4</sup>, e constrói para sua análise uma perspectiva de ‘longa duração’, que ele chama de tempo do mundo, lento e profundo; onde face ao atual, o passado também é expatriamento. Ou seja, temos de ir em busca de vivenciar o passado à luz da escrita e da pesquisa histórica, para que não o observemos com os ‘olhos do presente’. Desta forma, podemos identificar todas as dimensões em diferentes ‘tempos históricos’, mas integradas, e assim são percebidas como ‘unas’; e, não obstante, neste contexto, ao explorar as singularidades encontraremos a totalidade. Pois é obedecendo esta natureza múltipla e una (ao mesmo tempo), que produz história o historiador se faz economista, sociólogo, antropólogo, psicólogo,

---

<sup>2</sup> Consideramos este o processo “europeizante” de dominação cultural, social e econômica da sociedade ocidental praticado pelas grandes potências desde o século XVI. A máxima de Weber “Em última análise, os processos de desenvolvimento também são lutas de dominação” (WEBER apud Fiori, 1999) é uma boa inspiração para o termo. Ver também Braudel (1979) para compreender o afã civilizatório europeu

<sup>3</sup> Ver Friedrich Nietzsche, “Genealogia da Moral” (2007) e “Ecce Homo” (1996).

<sup>4</sup> Para uma maior exploração do tema ver a obra magna de Fernand Braudel, “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II” (1949)

linguista, filósofo e observador... Por isso, em sua visão, “o tempo, a duração, a história, se impõe de fato, ou deveria se impor a todas as ciências do homem” (BRAUDEL, 1979).

“Creio assim na realidade de uma história particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos. Por certo as civilizações são mortais nas suas florações mais preciosas; por certo brilham e depois se extinguem, para refletir sobre outras formas (...) O conteúdo social pode renovar-se duas ou três vezes quase inteiramente sem atingir certos traços profundos de estrutura que continuarão a distingui-la fortemente das civilizações vizinhas” (BRAUDEL, IBID).

Fernand Braudel é um dos maiores expoentes de uma escola de historiadores que rompeu com o racionalismo moderno<sup>5</sup>, muitas vezes simbolizado pela figura do historiador positivista mais importante do século XIX, o alemão Leopold Von Ranke. A escola dos *Annales* é um marco do pensamento crítico do século XX, fundada na França por Marc Bloch e Lucien Febvre, foi responsável pelo retorno da história a uma dimensão mais ampla, mais humana e multidisciplinar; para conhecer os eventos e os dados, mas também explorar suas enormes estruturas (BURKE, 2000). É possível dizer que estes autores foram responsáveis por uma reestruturação metodológica na concepção da historiografia do século XX sobre o “tempo”. Adotaremos, inspirados no método de Braudel, uma análise histórica de ‘longa duração’<sup>6</sup>, na qual o tempo é dividido em três planos escalonados, em diferentes dimensões: a curta duração, a conjuntura e a longa duração; estes três planos eternamente se superpõem, integrados, como as cicatrizes e rugas no rosto de um homem velho, marcado pela vida, pelo tempo. Para Braudel, ‘a longa duração’ é a estrada essencial da história, pois permite “pôr face a face uma história estrutural e uma história conjuntural [...] talhar uma explicação viva a força” (BRAUDEL, IBID).

O primeiro plano, a curta duração, é a superfície ultrasensível que tem a dimensão da cólera, dos sonhos e das ilusões dos que a escreveram: disputas eleitorais entre partidos políticos, oscilações cambiais, choques cotidianos da moral e dos costumes. Enfim, o tempo individual, da semana, ou do jornal de cada dia. Basicamente, essa dimensão do tempo histórico serve para percebermos o que está ocorrendo no cume da montanha, para que gradualmente possamos compreender sua estrutura e base maior. É muito comum que esse seja um campo de debate de ideias mais superficiais, porém é um lugar privilegiado para compreender o quanto a história se revela, mesmo “ao longo do tempo”, como processo, onde é possível colocar todo

---

<sup>5</sup> A razão, a observação e a lógica como únicos fundamentos da ‘verdade científica’, baseada na confiança plena da mente humana em apreender a totalidade da realidade concreta.

nosso conhecimento para analisar os fenômenos e acontecimentos que emergem. Por isso que é o topo, onde também podemos observar o horizonte.

No segundo plano entramos em outra dimensão de análise, bem mais complexa, a dimensão da conjuntura histórica. O tempo social, das interações entre grupos humanos com ações políticas, sociais e econômicas que reverberam na história, e dão o tom de certas épocas. Estariam aqui, entre a curta e a longa duração: crises econômicas, guerras, movimentos sociais, revoluções políticas. Podemos perceber uma dimensão de conectividade maior com outras áreas do conhecimento para melhor identificar a conjuntura. Um bom exemplo seria a história da economia mundial no pós 2ª G.M (por volta de 1945-1975), do padrão dólar-ouro no sistema monetário internacional, desde sua definição pelo acordo de Bretton-Woods (1944) até o seu fim em 1973. No auge do capitalismo, sua *'golden age'*, existiu também Woodstock em 1969; ou seja, também foi uma época de revoluções culturais e sociais, dos regimes do *Welfare State* nos países mais ricos do mundo, e de milagres econômicos e ditaduras na América Latina. E pode ser contrastada em muitos aspectos com o mundo neoliberal da década de 80 e 90, do “Estado mínimo” iniciado após o fim do acordo de Bretton-Woods e do sistema monetário internacional após o fim do padrão dólar-ouro, devido ao reposicionamento geopolítico e geoeconômico do poder americano na retomada de sua hegemonia militar e econômica (FIORI, 1999). Esse contexto ensejou transformações profundas na conjuntura econômica (e por que não histórica?) do mundo inteiro. O famoso Consenso de Washington, promulgado pelo FMI e o Banco Mundial em 1989, a crise da dívida externa na América Latina e o advento inesperado da união monetária na Europa estão diretamente relacionadas a este processo, assim como inúmeras reformas institucionais liberais, e o forte aumento na concentração de riqueza a nível global no fim do século XX (ARRIGHI, 1994; CHANG, 2002)<sup>7</sup>.

Finalmente o terceiro plano, a longa duração. Se Edmund Faral disse uma vez: “Foi o medo da grande história que matou a grande história” (BRAUDEL, 1979), consideramos seguramente a longa duração, e a pesquisa histórica em chave civilizacional traz a libertação desse medo por ser expressão fiel e concreta do que é a grande história. O tempo geográfico: cíclico, lento e profundo; com as raízes arraigadas, tanto na Terra quanto no ‘caráter dos povos’ provoca continuidades assustadoras e surpreendentes para a mente racional. A longa duração é quase como se fosse um “peso” que talha o rosto do tempo histórico por muito tempo, traços marcados, latentes, que permanecem silenciosamente (IBID). Braudel identifica o “longo século XVI” como a origem do capitalismo, mas analisa tal movimento em uma ampla perspectiva temporal, observando seus primórdios desde os séculos XI e XII. A arte da ‘longa duração’ nos permite observar que estamos dentro de todos os tempos históricos, como em uma

infinidade de camadas fruto dos choques das placas tectônicas da história. Isto poderia ser a outra face da perspectiva geográfica que falamos, não apenas os acidentes geológicos e naturais; para nós a *longue dureé* é um diálogo entre a presença da humanidade e o próprio planeta.

De fato, esta perspectiva teórica se encaixa perfeitamente para nossos objetivos, pois estamos em busca dos fundamentos da ‘arte de governar’<sup>6</sup> os estados nacionais no contexto da civilização capitalista, analisando o capitalismo como ‘realidade civilizacional’<sup>7</sup> efetivamente. Portanto, seguiremos a estrada da longa duração para compreender por que e como os pequenos territórios europeus foram os primeiros estados nacionais, e se tornaram verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que “civilizaram” o mundo inteiro à sua maneira. Nosso objeto de análise é a ‘governamentalidade’ moderna; ou seja, o conjunto de técnicas de governo que legitimam e constituem a ‘Razão de Estado’. O início do caminho deixado por Marx e Braudel, sobre os primeiros movimentos de acumulação de poder e riqueza nas Cidades-Estado italianas, por volta do século XIV, e o crescimento das relações mercantis entre os povos mais fortes da Europa com as civilizações em seus arredores nos parece ser um excelente ponto de partida para estudar a relação entre esse movimento e a revolução estrutural na história da filosofia e dos sistemas de pensamento dos povos europeus, notadamente Renascimento, Revolução Científica e Reforma que também aconteceram durante o “longo século XVI” (1450-1650). Em termos epistemológicos, esta foi a aurora da racionalidade como fundamento principal da existência humana no planeta. Isto marca, como diz Max Weber, um longuíssimo processo de “dessacralização do saber”, onde gradualmente acontece o declínio do poder espiritual da Igreja Católica, “herdeira” da desintegração do Império Romano, diante da maior autonomia dos estados nacionais. O florescimento da ciência e da razão acontece simultaneamente à expansão dos mercados, das moedas e dos exércitos. Portanto, trataremos aqui de entrelaçar duas análises paralelas, da epistemologia e economia política internacional, de modo a compreender a conexão dos sistemas de pensamento modernos e a ‘arte de governar’ presente na civilização capitalista.

---

<sup>6</sup> A luta pelo poder reflete as relações de força social para chegar ao poder. Os modelos de governo ou formas de governar procuraram se afirmar neste jogo. As reivindicações da sociedade desenvolvem uma lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado e a arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca deste processo de conhecimento ou saber sobre a sociedade e suas reivindicações. Isto pode ser traduzido como disputa de poder. Este poder é uma governamentalidade, ou seja, um processo que se constitui historicamente, somando administração, organização e saberes. Constrói-se um governo a partir do entendimento das questões que envolvem uma população e a utilização de recursos técnicos para suas ações. Ver Foucault “Segurança, Território e População” (1977); “O Nascimento da Biopolítica” (1978); e Agamben, “O Reino e a Glória” (2011).

<sup>7</sup> Ver a ideia de civilização para Braudel (1979), o conceito de áreas culturais – espaço, linguagem, construções, crenças, valores, culinária – uma coerência cultural que permanece no tempo.



Aquele grande processo histórico-religioso do *desencantamento* do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios *mágicos* de busca da salvação encontrou aqui sua conclusão (WEBER, 2006, p.96).

Ao seguir as pistas de Braudel, Marx, Weber e outros tantos pensadores, o brasileiro José Luis Fiori percebeu que o “longo século XVI” foi o momento histórico em se deu o encontro da geometria da riqueza com a geometria do poder; ou seja, “o dono do dinheiro” se encontrou com o “dono das armas”. De seus pequenos territórios, a expansão econômica e militar dos “Príncipes” da Idade Média ganhou uma força exponencial no contexto histórico de múltiplas e recorrentes guerras entre as Cidades-Estado e nações europeias, assim como de seus circuitos comerciais dentro e fora da Europa, resultando no fortalecimento dos territórios que posteriormente se tornaram os Estados/economias nacionais. A perspectiva teórica do ‘poder global’ identifica uma hierarquização e centralização de poder entre os povos europeus, que gerou uma atmosfera de constante conflito e “pressão competitiva” no contexto de formação destas ‘unidades de poder’<sup>8</sup>, de modo a favorecer o desenvolvimento das inovações tecnológicas e institucionais, que por sua vez engendraram Estados/economias nacionais muito fortes, com ímpetos imperiais similares. A partir das obras “Estados e Moedas” (1999) e “O Poder Americano (2001) “ Fiori passa a explorar profundamente essa combustão dialética entre o poder militar e o poder do dinheiro, como a força motriz dos projetos de Estado nacional vitoriosos na civilização capitalista, os “minotauros”, Estados/impérios (FIORI, 2001), desde seu início no “longo século XVI” até o sistema interestatal no século XXI. A civilização capitalista é concebida como universo em expansão constante, fortemente marcado e moldado por grandes explosões expansivas (militares/econômicas)<sup>9</sup>. Esta análise do sistema internacional, portanto, busca rastrear na história os momentos mais importantes para explicar sua dinâmica. Isto nos parece um possível ‘traço de longa duração’ na história do capitalismo global. Do ponto de vista da economia política internacional, utilizamos largamente os *insights* do ‘poder global’ sobre a dinâmica do capitalismo, compartilhando em grande medida sua perspectiva teórica, além de utilizar as ideias outros analistas do sistema internacional que seguem este caminho, como Giovanni Arrighi, que escreveu o “Longo Século XX” (1994). Não

---

<sup>8</sup> Células territoriais com diferentes graus de coesão política, econômica, militar e cultural, que possuem identidade e presença no ‘mundo de nações’ ou ‘sistema interestatal (FIORI, 2001).

<sup>9</sup> Em “História, Estratégia e Desenvolvimento” (2015), Fiori identifica 3 “explosões expansivas” nos processos históricos que constituíram o capitalismo como civilização: o “longo século XIII” (1150-1350); o “longo século XVI” (1450-1650); e o “longo século XIX” (1790-1914).

obstante, trabalharemos o método de Marx no sentido de sempre buscar compreender a articulação entre estrutura (base material) e superestrutura (dimensão ideológica, intelectual, jurídica, institucional). Também nos serviremos das ideias de Max Weber sobre a civilização capitalista, com maior ênfase em sua obra mais conhecida, a “Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo” (1906).

Ainda que seja fato a inspiração, principalmente nas perspectivas teóricas, da ‘longa duração’ e do ‘poder global’ em nossa análise, nossa contribuição busca explorar um ponto que ainda não teve a devida atenção. Nossa chave de interpretação busca compreender a conexão entre a história da filosofia com a materialidade dos processos históricos, especialmente no que tange à formação dos estados nacionais. Ou seja: mesmo que haja aí um longo processo histórico, com incontáveis nuances, diferentes interpretações e focos de análise, seria possível negar que durante a modernidade a ciência gradualmente assume o lugar de Deus? Mais ainda, esse processo se desenvolve e intensifica em paralelo com a formação e desenvolvimento dos estados nacionais? Muitos dos “grandes pensadores da modernidade” contribuíram imensamente em pensar e organizar a sociedade sem Deus. Segundo Galileu Galilei, esta era a diferença entre ciência e fé: o cientista estuda os fenômenos do mundo físico e tira suas conclusões a partir da experiência, enquanto um teólogo é apenas um intérprete das sagradas escrituras (GALILEU, 1615)<sup>10</sup>. E, o trabalho de Max Weber nos mostra o papel da religiosidade, da “ética protestante” no ‘espírito do capitalismo’, no desenvolvimento das forças produtivas, na arquitetura das instituições e na moralização dos costumes. É interessante, portanto, observar o papel da “religiosidade”, e podemos complementar esta análise com o papel da ciência, pois nesse sentido ambas trabalharam, juntas e separadas, para a reformulação das estruturas de poder no mundo.

Essa ideia nos levou ao arquétipo da Glória, à compreensão que o desejo de Conquista e grandeza sempre esteve presente na história das civilizações. Em nosso trabalho, estudamos em detalhe a obra de Norbert Elias, “O Processo Civilizador” (1939), na qual o autor descreve com detalhe a denominada ‘sociogênese’ dos estados nacionais, baseada em uma vasta pesquisa histórica sobre a Europa medieval, com maior ênfase na história da França e de sua família real. Destacamos aqui as constantes guerras entre famílias nobres dentro da Europa para definir quem possuiria o maior território, o maior valor de tributação por suas terras, e, conseqüentemente, mais poder, mais dinheiro e mais possibilidades estratégicas. Esse encadeamento faz parte do processo histórico do desenvolvimento da realeza europeia, que

---

<sup>10</sup> Ver a Carta à Senhora Cristina de Lorena, Grã-Duquesa Mãe de Toscana (1615)

creceu com as cidades e o aumento da circulação de moedas. Do poder da espada nasceu a realeza, e as guerras (bárbaras ou menos bárbaras) entre famílias guerreiras duraram mais de 1000 anos, fato capital em nossa busca pela ‘genealogia da governamentalidade moderna’<sup>11</sup>, característica do pensamento de Foucault, e aprofundada pelo filósofo italiano Giorgio Agamben. Nos estudos sobre a origem do que legitima e movimenta as estruturas de poder, em seu livro chamado “O Reino e a Glória” (2011), Agamben identifica na Glória o arcano central do poder, como o elemento mobilizador fundamental das relações entre as forças sociais. Em suas palavras, o autor acredita “ter identificado integralmente a Glória e a *oikonomia* na forma aclamativa do consenso” (AGAMBEN, 2011, p. 10) de legitimação do exercício do poder. Neste sentido, trabalharemos a ideia de poder através na conhecida dicotomia presente no pensamento de Nicolau Maquiavel, segundo o qual a hegemonia é composta pelo binômio coerção/consenso, ou força/legitimidade (MAQUIAVEL, 2010, GRAMSCI, 2003). Nossa análise inclui não apenas os escritos do “Príncipe” e algumas das ideias da “Republica de Tito Lívio”, mas também o contexto histórico de Maquiavel, conselheiro do Príncipe de Florença no auge do poder das Cidades-Estado italianas. A intenção é identificar a constituição política dos estados nacionais, de onde vieram nossas instituições, no contexto de sua dimensão geopolítica e geoeconômica, aí entra a economia política internacional. Como dissera Marx: “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, [1859], 1977 p. 24). Portanto, cabe a pergunta: como se constrói e legitima a ‘arte de governar’ nos estados nacionais da civilização capitalista?

A princípio, pensar em capitalismo nos remete imediatamente a pensar em economia, economia política e economia política internacional, pois a “sabedoria das repúblicas” sempre se baseou na defesa nacional, no comércio e na política. No entendimento ocidental moderno, a ‘administração’ do Estado sempre foi a economia política, provável resquício de sua etimologia grega – *oikonomia*, administração da casa. Porém, de acordo com nossa pesquisa, os principais conhecedores da ‘arte de governar’ do capitalismo, presentes na história como chefes de Estado, banqueiros, empresários, intelectuais e até clérigos, são praticamente ignorados na história do pensamento econômico. De um modo geral, os cientistas da economia têm estado na atualidade muito ocupados com modelos matemáticos, ou com a economia política de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx e seus múltiplos desdobramentos. Por isso, infelizmente, como disse o economista norueguês Erik Reinert (2007), os economistas em geral colocaram 400 anos de literatura sob a categoria de ‘mercantilismo’, argumentando que se

---

<sup>11</sup> Ver nota 6.

trataria de algo ‘não científico’, fruto de um ‘capitalismo primitivo’<sup>12</sup>. Nós partimos de outro ponto de vista, no qual tanto no universo das ideias, quanto na materialidade histórica, desde o início, das Cidades-Estado medievais aos estados nacionais do século XXI, os autores conhecidos como ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’ são os que mais aconselharam governantes poderosos até hoje, Conselheiros do Príncipe ontem e verdadeiros *policy makers* das grandes potências capitalistas hoje (CHANG, 2002; REINERT, 2005; FIORI 2001). Para nós, o “mercantilismo” significa estratégia de Estado, e foram estas estratégias que as grandes potências capitalistas empreenderam ao redor do mundo. O esforço de redefinição do termo “mercantilismo” para ‘estratégia de Estado’ fundamenta-se no fato de que os autores dessa tradição pensaram a dimensão empírica da economia, o que os economistas da escola histórica alemã chamam de *Real Ekonomie*. Esta é a questão da teoria e da prática que tanto estimula o debate. Para os “mercantilistas”, se a guerra, as rivalidades geopolíticas, a proteção à indústria, a conquista de posições monopolíticas no comércio internacional e o desenvolvimento das forças produtivas dependem da atuação direta do poder estatal; então que a economia seja concebida teoricamente desta forma. O ‘mercantilismo’ é um manual para estruturação e gestão de uma economia nacional, dentro de um contexto internacional de rivalidades econômicas e militares. As leis e instituições de um país têm de ser moldadas para atingir sua Glória através do desenvolvimento econômico, o famoso “Ordem e Progresso”. Ou seja, o “nacionalismo” não é fruto de um contexto histórico específico do imperialismo do século XIX (HOBSBAWN, 2014), e nem o “mercantilismo” é apenas um fenômeno da “época mercantilista” do século XVII (HECKSCHER, 1943), como é normalmente pensado por muitos autores de diferentes escolas; mas ambos são, juntos, um ‘traço histórico de longa duração’ da dinâmica do capitalismo.

Identificamos aqui um bom caminho para explorar a cosmologia da ‘arte de governar’ das grandes potências capitalistas, através do estudo do fenômeno histórico de formação dos primeiros estados nacionais, e, neste contexto, as guerras entre famílias nobres na França são tão importantes para o capitalismo quanto a aplicação prática da termodinâmica na indústria; ou a reforma protestante foi tão relevante na Europa quanto os canhões espanhóis na América. Acreditamos ser este um dos aspectos da interconectividade de tempos históricos de que nos fala Braudel. Nesse sentido, vale explorar o ímpeto de acumulação de dinheiro em um mundo sem ‘Deus’, ou sem dono, já que o mercador ou o banqueiro eram apenas coadjuvantes nas

---

<sup>12</sup> A visão de uma sociedade autárquica, feudal e pré-industrial. Ver Braudel (1985), “A Dinâmica do Capitalismo” e Adam Smith, “A Riqueza das Nações” [1776] (2005) para duas diferentes visões desse processo histórico

sociedades dinásticas da antiguidade<sup>13</sup> Por isso o ensaio de Weber se torna tão interessante: ele busca mostrar como se equaliza o problema da espiritualidade por meio da própria religião. Entrementes, buscamos trazer simultaneamente para a análise também o papel do racionalismo moderno, geométrico, que identifica a natureza como uma máquina perfeita e expande esta noção para todas as ciências, humanas e exatas. O perigo da “razão pura”, que é justamente desejar tudo entender e determinar já foi alertado por muitos pensadores em debates dentro da epistemologia. No caso, esse cientificismo<sup>14</sup> é uma das razões que leva os economistas a ignorarem o mercantilismo, e também uma forma de negar a realidade que gera um verdadeiro abismo entre o discurso e ação política concreta e dá margem ao que se pode tomar a liberdade de chamar hipocrisia da ‘governamentalidade moderna’.

Tudo isto é relevante para a conjuntura geopolítica e geoeconômica atual, pois problematiza comportamento da humanidade em uma civilização essencialmente materialista e egocêntrica, que pensa ter conquistado o mundo. As estratégias dos Estados são a expressão macro da competitividade e do individualismo entre as pessoas em seu convívio social, exacerbado no mundo e nas nações, como se pode notar nos jogos de poder da diplomacia mundial. De acordo com o economista sul-coreano Ha-Joon Chang, as instituições supranacionais, como o FMI, a ONU, a OMC ou o Banco Mundial, responsáveis pela gestão do sistema internacional, são cooptadas por uma hierarquia de poder entre os estados nacionais, que acabam manipulando as regras do jogo para que este sirva apenas a um pequeno “clube de nações” mais ricas. Dentre elas as mães do sistema interestatal Inglaterra e França, protagonistas de nosso estudo, e seu herdeiro, os Estados Unidos; naturalmente considerando a força da Rússia e da China, além dos *late comers* e especialistas em estratégias de Estado, Alemanha e Japão (CHANG, 2002), e talvez até mais alguns poucos países, entre mais de 200 no mundo inteiro. Naturalmente isso está também presente na dimensão dos grupos sociais, nas poderosas famílias que montaram dinastias militares, financeiras ou empresariais, e tem importante papel nos movimentos da geopolítica e geoeconomia global. Interesses econômicos compram eleições com facilidade na frágil institucionalidade democrática da

---

<sup>13</sup> É notório o fato de que nas civilizações mais antigas, grega e também cristã (para não mencionar outras, e restringir-se ao campo da civilização ocidental), que os mercadores eram considerados cidadãos de classe inferior, e sua ganância era considerada uma virtude desonrosa. Para Aristóteles, o dinheiro não pode se transformar de um meio para um fim, pois assim descola-se de sua finalidade ética; por esta razão, os mercadores que se ocupam exclusivamente da circulação de mercadorias e do dinheiro, e não trabalham na produção material e nem se ocupam da política, podem não estar em grau de perceber que não se ganha dinheiro pelo dinheiro (A Política, 2006) - Como dissera Sêneca: “Pobre não é aquele que tem pouco, mas antes, aquele que muito deseja”.

<sup>14</sup> Concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade (como religião, filosofia e metafísica), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo.

contemporaneidade, e, hoje em dia, é fato conhecido que as estratégias de Estado no contexto da civilização capitalista servem ao propósito da acumulação de poder e dinheiro, travestido da ‘governamentalidade liberal’ que legitima os governos no mundo inteiro através da prerrogativa do “crescimento econômico” e do “livre-mercado”.

Se Eric Hobsbawm estima que em 1800 a diferença de riqueza entre os países mais e menos pobres era de 1 para 4, mais recentemente, a economista americana Nancy Birdsall estimou (...) “que a relação entre a renda média do país mais rico e o mais pobre, que era de 9 para 1, no começo do século, chega a estar em torno de 60 para 1 no final do século XX”. Resultados econômicos e sociais que voltam a contradizer as profecias liberais e marxistas. (FIORI, 1999, p.24)

Portanto, cabe a nós verificar o legado real da ‘mundialização do capitalismo’ civilizatório’ do ponto de vista da economia política internacional, e dos rumos que a humanidade escolheu para si nesses tempos. Os problemas de desigualdade social, violência urbana, pobreza, concentração de riqueza, doenças psicológicas, falta de infraestrutura, fome, além de questões ambientais, dão indícios de que a humanidade parece estar fora de sintonia, tanto consigo mesma quanto com o planeta, apesar de tantos progressos materiais e científicos nos últimos séculos. De fato, os problemas que enfrentamos em uma perspectiva global parecem ser diretamente causados por esta ‘arte de governar’ baseada na competição infinita por poder e riqueza, que busca o crescimento econômico ilimitado. Em nossa análise sobre a formação histórica dos estados nacionais, temos a intenção de dar um passo na construção de uma crítica sólida, a partir da economia política internacional e da filosofia, à aparente legitimidade que ainda resta ao sistema capitalista. No que tange aos fundamentos do poder, acreditamos que a infinidade de bases militares e poder destrutivo espalhado pelo planeta já é argumento suficiente para que deixemos de lado o confronto coercitivo, seja na esfera micro ou na macropolítica. E é por esta razão que exploramos o consenso, e mais a fundo a cosmologia da visão de mundo moderna, que muito influencia os olhares do nosso tempo para a realidade, também no intuito de colocar esta questão de “concepção de mundo”<sup>15</sup> dentro do debate. Por isso sempre estaremos transitando da filosofia para a história, da economia política para a sociologia, e assim por diante. Estamos interessados sempre na conexão entre a dimensão externa e interna da dinâmica dos Estados. Nosso objeto é analisar a “arte de governar” no contexto da civilização capitalista; e, portanto, ela será ao mesmo tempo nossa flecha na história e o porto-seguro, onde poderemos meditar e tirar as nossas primeiras conclusões.

---

<sup>15</sup> Princípios e valores que orientam a percepção sobre a realidade

No primeiro capítulo trataremos da gênese da civilização moderna e exploraremos a contribuição dos precursores da filosofia política moderna Maquiavel e Hobbes, ambientada no contexto do Renascimento e da Revolução Científica, para compreender mais a fundo a filosofia por trás do fortalecimento das Cidades-Estado e da formação dos primeiros Estado nacionais. Ao explorar a ideia de ‘realismo político’<sup>16</sup> e a influência da ciência na vida das sociedades da época, nos encaminhamos para o estudo do contexto histórico da Europa, principalmente focados nas Cidades-Estado italianas e em suas estratégias em busca de poder e riqueza no contexto de rivalidades internacionais. A análise é complementada articulando os termos Autoridade Central, Economia e Razão de Estado, à luz do estudo de Norbert Elias sobre o processo de competição incessante por territórios, luta legitimada pela Conquista e pela Glória, com especial destaque para a formação do Estado francês e de sua família real. Essa legitimação nos leva à análise do poder sob a ótica da Glória e da gênese da ‘governamentalidade’ da Razão de Estado baseada neste princípio. O contexto pode ser definido como “pressão competitiva” entre as ‘unidades de poder europeias’ caracterizando o ‘dilema da segurança’ proposto por John Herz, Elias e outros autores, a lógica do “quem não sobe, cai”. Aqui, exploramos a análise de Fiori sobre a dinâmica do sistema que se tornou posteriormente o capitalismo, com especial detalhe para a influência de tal dinâmica na formação dos estados nacionais e nas ‘regras do jogo’ do sistema.

O segundo capítulo se alicerça em uma imersão na formação histórica da Europa e em especial da Inglaterra. Traz uma análise de ‘longa duração’ da Reforma e da Revolução Gloriosa, largamente servida pelo grande ensaio de Max Weber, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1930) e também da obra magna de Karl Marx, o *Capital* (1867). São também considerados os papéis de Francis Bacon e Willian Petty como teóricos e homens de governo. A intenção é mostrar como se desenvolveram as pré-condições sociais, institucionais, ideológicas, espirituais, econômicas e políticas da formação do Estado e da economia nacional inglesa, que foram pioneiras e originárias em muitos sentidos em termos de civilização capitalista e sistema interestatal. Neste contexto aproveitamos para analisar o contexto histórico do século XVII e também uma parte do XVIII, período conhecido como “época mercantilista”, e identificamos os principais movimentos geopolíticos da época, assim como os “protagonistas” deste movimento histórico, sejam eles Estados ou grupos sociais dentro de Estados na luta pelo poder e riqueza. É notório ao longo de todo o trabalho as relações de força entre os nobres e o

---

<sup>16</sup> Fundamentalmente ligada à Filosofia Política Moderna, em especial Maquiavel e Hobbes, que influenciaram autores do ‘pensamento mercantilista’, como o britânico Willian Petty ou o alemão Friedrich List. Segundo essa visão, há preponderância da coerção em relação ao consenso na constituição do poder político.

‘terceiro estado’, na transição de uma sociedade medieval para uma sociedade moderna, considerando a complexidade e a não-linearidade deste processo. Por fim, finalizamos o capítulo descrevendo o alvorecer do iluminismo, da ciência e da economia como grandes trunfos do ‘terceiro estado’ para oferecer uma ‘resposta civilizacional’ à ordem medieval, assim nos encontramos com a ‘arte de governar liberal’, fundamentada na liberdade individual, na meritocracia e nos mecanismos de mercado, que juntos promovem a harmonia social; porém identificando muitos de seus problemas e nuances como responsável por uma visão simplista do ‘mercantilismo’ e da *commercial society*<sup>17</sup> que surge definitivamente no século XVIII.

No terceiro capítulo analisamos a fundo a concepção ‘mercantilista’ e ‘cameralista’ para defender nosso argumento que na realidade os pensadores responsáveis por aquelas doutrinas foram os principais estrategistas de Estado das grandes potências capitalistas desde sempre, e, portanto, são os mestres da ‘arte de governar’ os Estados dentro de um contexto de rivalidades internacionais. Logo após empreendemos uma análise histórica, geopolítica e geoeconômica e também sociológica, inspirada sempre nas relações de poder dentro e fora dos Estados, de suas estratégias de expansão de poder e riqueza – o que nos dá a oportunidade de entender o “clube de nações” como uma restrita hierarquia de poder no sistema internacional, e como quatro grandes potências se desenvolveram: Inglaterra e França, as mães do sistema, seu herdeiro os Estados Unidos e também o capitalismo “tardio” da Alemanha. Nossa intenção é explorar o argumento de que o ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’, além de seus elementos fundamentais como o nacionalismo, presentes desde o início da formação dos Estados das grandes potências, na realidade perduraram quando o capitalismo se tornou efetivamente uma civilização moderna e mundial. Isto nos oferece a possibilidade de analisar o ‘mercantilismo’, o ‘cameralismo’ e o nacionalismo como ‘traços de longa duração’ na ‘arte de governar’ das grandes potências capitalistas. É sobre esta ‘governamentalidade’; ou seja, o conjunto de técnicas de governo que constituem a ‘Razão de Estado’ e sua legitimidade, que pretendemos tecer nossas conclusões.

---

<sup>17</sup> O principal objetivo da obra de Adam Smith foi pensar como a harmonia da ordem social seria atingida através da perseguição dos interesses individuais em uma ‘sociedade de comércio’, resultando no Bem Comum, no enriquecimento das nações, e, em última instância, na ‘Opulência Universal’.



## 2 CIVILIZAÇÃO MODERNA E REALISMO POLÍTICO

Da ferocidade, da avareza e da ambição – os três vícios que levaram toda a humanidade à sua perdição – (a sociedade) faz a defesa nacional, o comércio e a política, e assim ela produz a força, a riqueza e a sabedoria das repúblicas; desses vícios que seguramente acabariam por destruir o homem na terra, a sociedade faz desse modo surgir a felicidade civil – (Giambattista Vico – *La Scienza Nuova*, 1723)

### 2.1 IMPERIUM HOMINIS

Os séculos do Renascimento e da Revolução Científica, que posteriormente se desdobraram no Iluminismo do século XVIII, seguramente podem ser considerados pilares fundantes da civilização moderna. Existem muitos estudos sobre este ponto chave na história da filosofia que identificam neste período uma mudança estrutural na forma de conceber o mundo. A modernidade se caracteriza por uma ruptura com o sistema de pensamento aristotélico-medieval religioso, e a adoção de um sistema de pensamento ‘moderno’<sup>18</sup> (MCDERMOTT, 1999; KOYRÈ, 1957, KUHN, 1996). Entre os séculos XV e XVIII, Copérnico e Galileu conquistam os céus; Descartes e Bacon conquistam as mentes; e o Príncipe de Maquiavel gradualmente se transforma no Leviatã de Hobbes na construção política da sociedade. No contexto histórico das incessantes guerras religiosas e caos social em que a sociedade da Idade Média vivia, a cosmologia escolástica de São Tomás de Aquino, por mais brilhante que fosse, foi perdendo cada vez mais legitimidade, pois ainda se alicerçava em uma visão de mundo fundamentada em Deus. Nesta época iniciou-se o declínio do poder da Igreja Católica, instituição mais forte e relevante do planeta desde a queda do Império Romano. Ao longo daqueles séculos, ciência e razão gradualmente substituíram a divindade, tanto para explicar quanto para governar o mundo. As condições sociais e materiais se transformaram. Qual seria, então, a conexão desse movimento na história da filosofia com a materialidade concreta dos processos históricos? Que instituições substituíram a Igreja para explicar e governar o mundo? Como o desenvolvimento das forças produtivas e a evolução histórica das sociedades influenciaram e foram influenciados por essa revolução nos sistemas de pensamento?

O desafio de compreender se a frase na epígrafe deste capítulo, de Giambattista Vico

---

<sup>18</sup> Por ‘sistema de pensamento’ queremos dizer a forma de conceber o mundo, e a influência dessa concepção na estrutura de raciocínio que dá sentido a este mundo, aos conceitos e instrumentos de organização do pensamento, que mudam ao longo da história. Para uma discussão mais profunda ver (McDermott, 1999): *Two Models of the overlap of Sciences: Modern Reductionism and Medieval Abstraction*.

(1668-1744), precursor do ‘iluminismo italiano’, de fato se verifica na história é um ponto de partida interessante para problematizar a promessa de *civiltá* da modernidade. Se no alvorecer da razão a *filosofia moral e política* decidiu encarar o homem como ele é, em vez de como ele deveria ser<sup>19</sup>, para salvar a humanidade da ‘perdição’; nós no século XXI podemos nos perguntar o quanto de “felicidade civil” a sabedoria das repúblicas modernas efetivamente trouxe à humanidade. Vale ressaltar que essa longa e complexa revolução no mundo do conhecimento acontece simultânea ao fenômeno histórico de formação dos estados nacionais, o “longo século XVI” (1450-1650) de que nos fala Braudel. Portanto, não pode ser separada das múltiplas e recorrentes guerras europeias ou do florescimento das cidades, dos mercados, moedas e transformações profundas nos costumes que deram origem às instituições mais fortes e relevantes na civilização atual, a expressão moderna das repúblicas: os próprios estados nacionais. (BRAUDEL, 1985; FIORI, 2001. ARRIGHI, 1994; CHANG 2002).

A ligação entre filosofia e história muitas vezes foi a chave de instigantes investigações. A epistemologia (estudo da história e teoria do conhecimento) nos mostra que desse encontro surgem novas formas de interpretar o mundo, e a adoção dessa perspectiva deu novos instrumentos e percepções aos estudiosos modernos, transformando estruturalmente sua forma de analisar os fenômenos (KUHN, 1996, p. 111). Em outras palavras, o ser humano por vezes troca de lente e reorienta sua percepção da realidade, o que proporciona visão do mundo por novo ângulo, possibilitando novas formas e sistemas para organizar o pensamento, o poder e a sociedade. Estamos falando aqui de algo similar ao que Georg Hegel chamou de *zeitgeist*, o ‘espírito do tempo’, como o clima cultural e intelectual que dá tom e identidade de uma determinada época (HEGEL, 2001 p. 96). De fato, Voltaire disse uma vez que, depois de Newton, a luz deixa de existir no ar, e passa a vir do sol em seis minutos e meio (VOLTAIRE, 2012, 1ª ed. 1734). A modernidade inaugura uma época na existência humana em que o transcendental e o divino passam a ser uma alegoria e na idade da razão e da ciência o homem lança-se ao projeto de ‘posse intelectual do mundo’ (PONTY, 1964). Trata-se do ‘projeto da modernidade’, e esses foram os primórdios do “processo da racionalização da sociedade” (HABERMAS, 1981), durante o qual o ser humano se reconstrói a partir de uma nova concepção de mundo, antropocêntrica, com plena confiança nas capacidades mentais do homem para apreender a realidade.

---

<sup>19</sup> Uma das principais características da modernidade, que rompeu com as explicações teleológicas do mundo aristotélico e eclesiástico, foi deixar de olhar o homem como ele deveria ser e passar a olhá-lo como ele realmente é. “A filosofia considera o homem como ele deve ser, e é, por isso, útil somente àqueles que desejam viver na República de Platão e não aos que se atiram nos detritos de Rômulo. As leis consideram o homem como ele realmente é e tentam aproveitá-lo na sociedade humana” (VICO *apud* HIRSCHMAN, 1979).

O inglês Francis Bacon (1561-1626), um dos fundadores da ciência moderna, escreveu que seu trabalho era queimar os ídolos antigos e promover uma *Instauratio Magna*: grande restauração e reforma no conhecimento. Amparado pelo pragmatismo de sua fé anglicana e pelas descobertas científicas de seu tempo, considerava o estudo dos fatos concretos a única fonte legítima de explicação da realidade. Os ‘preconceitos metafísicos’ da filosofia escolástica e aristotélica, estes ídolos baseados em divindades, seriam, portanto, apenas formas de afastar a humanidade da vida prática. A filosofia de Bacon diz que o conhecimento científico reestabelece o *Imperium Hominis*, o império do homem sobre as coisas, do mundo e da natureza (BACON, 2007). Descartes (1596 – 1650) criou a estrutura conceitual para a ciência moderna através de sua concepção da natureza como uma máquina perfeita governada por leis matemáticas exatas, mas não fez mais que esboçar a aplicabilidade prática de seu método para analisar os fenômenos naturais. O homem que conseguiu transpor o método cartesiano para a realidade e completou a Revolução Científica foi Sir Isaac Newton (1642 – 1726). O fundador da física moderna desenvolveu uma completa formulação matemática da concepção mecanicista da natureza (CAPRA, 1982), estabelecendo firmes alicerces metodológicos para uma explicação do mundo baseada na razão e na observação. O desenvolvimento da ciência sempre caminhou junto com a evolução histórica dos estados nacionais, seja em termos práticos como a construção de grandes navios, armas ou complexos equipamentos para produção de manufaturas, como também na vida intelectual das grandes cidades e universidades europeias, nas quais foi-se abrindo cada vez mais espaço para que outras dimensões do conhecimento pudessem ser pensadas cientificamente.

Newton, o primeiro inventor de um sistema de física teórica, imenso e dinâmico, não hesita em acreditar que os *conceitos fundamentais e leis fundamentais* de seu sistema saíram diretamente da *experiência*. Creio que se deve interpretar neste sentido sua declaração de princípio *hypotheses non fingo*. (EINSTEIN, 1981, p.149, grifo nosso).

Para aprofundar nosso entendimento sobre esta transformação da ‘concepção de mundo’ operada na modernidade, podemos dividi-la em três planos teóricos de ‘dessacralização do saber’ (GANEM 2000): o primeiro plano é o *científico-físico*, no qual pensadores como Copérnico, Galileu e Newton buscaram desvendar a ordem física e as leis do universo por meio de um método que aliasse a observação da natureza às ferramentas analíticas da matemática; o segundo refere-se à *filosofia do conhecimento*, representada pela ciência experimental e empirista de Bacon, razão e observação da realidade, e pela filosofia racionalista de René Descartes, que propunha a matemática como *mathesis universalis*; e por fim, o terceiro,

constituído pela *filosofia moral e política*, o homem ‘como realmente é’ encarando o desafio de ser ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento, através da compreensão da ordem social e de seu fundamento, que encontra expressão maior nos escritos de Maquiavel, Hobbes, Locke entre outros.

Em sua obra magna, “A Nova Ciência”, Giambattista Vico explora a união da razão com a mecânica para oferecer à humanidade uma nova ciência, que poderia trazer as mais altas percepções do Renascimento para dentro da metodologia dos primeiros investigadores modernos. São notórias a versatilidade e a abrangência da filosofia do pensador napolitano, que transitou da ontologia à filosofia política, dando especial atenção ao direito e à história. Em seu trabalho, buscou determinar a ordem e as leis que seguem os tempos da história de fato. “Trata-se de unir a história e a filosofia da humanidade (...) uma história ideal eterna, sobre a qual corra no tempo a história de todas as nações”. (VICO [1723], 2008, p.24). Para ele, “os homens fizeram este mundo de nações, mas ele é este mundo, sem dúvida fruto de uma mente muitas vezes diferente e às vezes totalmente contrária e sempre superior aos fins particulares que estes homens se propuseram”. (IBID).

Baseado em uma extensa pesquisa histórica sobre os costumes e fundamentos das civilizações<sup>20</sup>, Vico identificou três Eras e tipos de organização da sociedade. Na Era dos Deuses, existiram os primeiros governos, os divinos, inspirados fundamentados por oráculos e rituais, os mais antigos da história conhecida, onde os homens acreditavam comandar a vontade dos deuses; logo após, na Era dos Heróis, foi a vez dos governos aristocráticos, de poderosas famílias que criaram as cidades e reinos através da força e da *froda* (esperteza)<sup>21</sup>; e finalmente na Era dos Homens todos se reconhecem como iguais no âmbito da natureza humana, e há possibilidade tanto de repúblicas civis populares onde todos são iguais perante à lei através de um conselho público, como de monarquias nas quais todos obedecem à lei de um soberano que tem o monopólio das armas. Assim, por seu magnífico estudo sobre as civilizações, e ao reconhecer o ‘mundo de nações’ em que ele mesmo vivia no século XVII, Vico se inspirou em seu conhecimento sobre o Império Romano ao dizer que observava na realidade concreta de sua época o vigor de um princípio romano muito antigo: *rebus ipsis dictantibus, regna condita* – “os reinos nascem pela força das coisas mesmas”; (VICO, 2008; *La Scienza Nuova*, IV, p. 651)

(...) como observamos, os reis dos anais que conhecemos sempre estiveram conectados ao povo, em maior ou menor medida, e dependendo desta deveriam prestar

---

<sup>20</sup> Ver “La Scienza Nuova” [1723] (2010). Vico estuda várias civilizações, dentre elas a Zoroástrica, Egípcia, Grega e Romana.

<sup>21</sup> No contexto de múltiplas e recorrentes lutas, Vico adiciona além da força física, a *froda* (esperteza), como elemento também fundante da dinâmica de poder que constitui as hierarquias.

contas do reino administrado a este povo. E refletimos, também, que, nos tempos heroicos, *os reis se caçavam do trono um ao outro todos os dias*, como disse Tucídides; com os quais compomos os tempos bárbaros retornados, nos quais não se lê coisa mais incerta e variada do que a sorte dos reinos. (IBID)

Este era o contexto geopolítico da Idade Média, de múltiplas e recorrentes lutas entre as Cidades-Estado por territórios, poder e riqueza. Nascido no grande reino de Nápoli no século XVII e professor de sua universidade, Vico conhecia bem o “Jogo de Tronos”<sup>22</sup> da Idade Média. O dialeto napolitano possui influências francesas, espanholas e italianas, e o reino esteve sobre a proteção de diferentes reis e rainhas durante sua história (lembrando que a Itália só se tornou um Estado no fim do século XIX). Os conflitos permanentes entre as Cidades-Estado italianas e europeias foram considerados por Vico um tempo de barbárie característico da Era dos Heróis (não muito diferente de Maquiavel e Hobbes). Todavia, em sua visão a história humana vai além das guerras dos homens. O mundo pode até ser criado pelo homem, mas também é dele criador. O acesso ao conhecimento e presença nos eventos históricos dá ao ser humano um papel ativo na experiência da realidade; mas, ao mesmo tempo, considerando que o homem é incapaz de apreender a totalidade da realidade concreta, este estará sempre sob a influência da Providência Divina. Portanto, apesar de um empirista e um racionalista em muitos sentidos, Vico sempre buscou conciliar-se com a teologia e o conhecimento espiritual<sup>23</sup>.

Ele considerava o empirismo de Bacon como uma impura tentativa do homem de dominar a natureza através da ciência, e o racionalismo de Descartes uma absurda pretensão do homem que pensava ter decifrado a estrutura da realidade. O pensador napolitano considerava que o conhecimento era imenso demais para a pequena mente humana, e a ciência era apenas um meio para aperfeiçoar a existência do humano na Terra, para que este se reconhecesse como finito e imperfeito (VICO, 2010). Há uma afirmação em muitos momentos latente na filosofia de Vico: somente através da conexão espiritual, com Deus e com a natureza poderia criar-se uma “humanidade civil” (IBID). Por esta razão, o católico Vico sempre foi um crítico feroz da degeneração moral da Igreja durante aqueles séculos. Para ele era um absurdo o comportamento

---

<sup>22</sup> A luta pelo poder se dava nas cortes, parlamentos, casamentos, negócios e diferentes cenários estratégicos em que a *froda* atua; como uma ambientação histórica para verificar como os “núcleos de poder” constroem as instituições. Em nossa visão, o diálogo com as liturgias e a forma aclamativa do poder incorporam tanto a dimensão do consenso quanto da coerção.

<sup>23</sup> Vico observa em sua obra diferentes formas de se abordar o conhecimento, como se fossem portas que o estudioso abre. E durante as civilizações e as diferentes Eras, o ‘caráter dos povos’ foi muito ligado a uma concepção de mundo com um fundamento mais mitológico e misterioso, de confiança e fé no transcendental, e isso tem uma contrapartida de elementos divinos. Pelo menos em coisas que a humanidade não consegue explicar racionalmente, mas que existem. Por isso Vico considera mente humana pequena diante da totalidade, de tantas Eras e diferentes interpretações (VICO, 2010, p. 140-143)

do clero, feito de burocratas hipócritas que afastaram a humanidade do contato verdadeiro com Deus. A fornicção, os furtos, os homicídios, adultérios, as conspirações, ardis e outros males cometidos pela classe eclesiástica tiravam a legitimidade da Igreja e eram artífices do caos social da época (IBID). Por outro lado, os dois precursores da filosofia política moderna, Maquiavel e Hobbes, assim como Bacon sempre abominaram os “encantos compostos de metafísica” da teologia, dos quais o pensamento de Vico é indissociável, preferindo focar apenas “no que os sentidos percebem”. Porém, em outra clave, também associavam a Igreja ao colapso da ordem social da época, mas eram homens bem mais pragmáticos e chegaram a conclusões muito diferentes sobre a possibilidade de uma “humanidade civil”. Eles negaram categoricamente o papel da espiritualidade (ou religião) na constituição política da sociedade. Em suas principais obras, o *De Cives* e o *Leviatã*, Hobbes coloca a divindade como um objeto de crença e engenhosamente a desvincula da ciência, da epistemologia e da política, tratando de colocar que o principal problema material do mundo eram as incessantes guerras religiosas e a insistência no fundamento *espiritual* do poder. E, de acordo com a visão de Nicolau Maquiavel, “é mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação desta” (MAQUIAVEL, 2010). A religião, portanto, deveria ser analisada a partir de seus efeitos práticos; sua capacidade de disciplinar e criar o consenso entre os homens, inspirar amor e medo, intencionando sempre o *vivere civile* – a vida em sociedade (IBID). O realismo se caracteriza como contraponto político à ordem social da época.

“Se houver apenas um reino, e o civil, que é o poder da república, tem de estar subordinado ao espiritual, então não há nenhuma soberania exceto a espiritual; ou o espiritual tem de estar subordinado ao temporal e então não existe outra supremacia senão a temporal. Quando, portanto, se estes dois poderes se opõem um ao outro, a república só pode estar em grande perigo de guerra civil”. (HOBBS, *Leviatã*, XXIX, 2008, p.278)

De acordo com a autobiografia de Thomas Hobbes, quando sua mãe deu à luz, ela deu à luz a gêmeos: Thomas e o medo, pois no momento do trabalho de parto, prematuro, a Invencível Armada espanhola estava prestes a atacar a Inglaterra em função de sua cisão com a Igreja Católica (RIBEIRO, 1999). A vida do pensador em inglês foi marcada por muitas das guerras religiosas da época, e sua visão do ‘estado de natureza’ também é profundamente influenciada por sua pesquisa sobre as guerras europeias, em especial a Guerra Civil da Inglaterra (1642 – 1649). Muitas páginas do *Leviatã* são dedicadas a descrever o (pré-social) ‘estado de natureza’, onde o homem é lobo do homem, e há constante atmosfera de guerra e barbárie (IBID). E grande parte do *De Cives* é sobre relação entre o Estado e Igreja, e a legitimidade de uma autoridade política central laica, que teria o papel de defender o povo das

ameaças internas e externas, além de gerir o Estado (BURGIO, 2006). Neste contexto de insegurança, necessidade e incessantes guerras religiosas, a defesa militar e as leis passam a ser os fundamentos do poder político e da organização social no pensamento de Hobbes. O intuito do contrato social é criar a ‘sociedade civil’<sup>24</sup>; e o pragmatismo do ‘realismo político’ é fruto da percepção de que sem uma autoridade política forte, que tenha o monopólio da força das armas, qualquer cidade estaria condenada a sucumbir por ameaças internas ou perante à força de outrem.

Em linha similar, o realismo político de Nicolau Maquiavel desvenda “a corrupção e a violência que submetiam as Cidades-Estado italianas aos desmandos dos governantes e ao terror das invasões estrangeiras, e opõe-se à moralidade cristã convencional na gestão da vida pública como fator de impedimento da união e do florescimento da liberdade” (SARTI, 2010, p.1). Nesse aspecto, Maquiavel e Hobbes possuem diferenças fundamentais em relação a Vico, apesar de os três compartilharem uma visão essencialmente enraizada na história e no raciocínio a partir da experiência. Talvez a principal diferença seja metodológica, pois Vico sempre acreditou na dimensão interior do homem, em seu contato com Deus e o mundo espiritual, e seu aprimoramento através do conhecimento e da ciência; também ligados ao desenvolvimento da ética, das artes e da tecnologia. A concepção política de Vico era profundamente poética, inspirada por Homero e tantos outros textos legendários lidos por ele em sua incansável busca pelos fundamentos das antigas civilizações. Os mitos e segredos que vivem no interno de cada homem eram uma ferramenta chave na construção das repúblicas, e esta vida interior deveria ser cultivada; para que na ‘vida exterior’ fossem criadas leis e instituições que fortificassem uma relação de fraternidade entre os homens em sua existência social. Este seria, portanto, o único modo de chegar à “humanidade civil”. Esta visão encontra forte contraste com o ‘ceticismo ontológico’<sup>25</sup> dos pais do realismo político, que se importam apenas com o que é real e concreto e extirpam a dimensão espiritual da construção política da sociedade. Maquiavel acreditava que “os fundamentos do Estado são as boas leis e as boas armas, mas não existem boas leis onde não existem boas armas” (IBID); e, segundo Hobbes, os homens eram “naturalmente maus” e vigora a lei de selva na ausência de uma autoridade política central. No caso de Maquiavel temos até um exemplo mais direto em relação ao esvaziamento ético da

---

<sup>24</sup> Sociedade Civil é normalmente um conceito que remete à estrutura jurídico-política da sociedade. Foucault a concebe “elemento da realidade transacional na história das tecnologias governamentais” (FOUCAULT, 2008, 404), sendo elas sempre transitórias. (Sua cátedra no *Collège de France* era História dos Sistemas de Pensamento). É a ideia que ele trabalha na conclusão do curso sobre ‘biopolítica’. Ver também Ferguson [1783].

<sup>25</sup> A modernidade se caracteriza por não acreditar que haja relevância ontológica fora do âmbito da razão. Como observaram Henry More e Roger Cotes – e Voltaire, posteriormente – do momento que não temos conhecimento das substâncias das coisas e nada sabemos sobre o elo que liga a propriedade e a substância, mesmo nos casos de a dureza e da impenetrabilidade, não podemos negar que a atração seja própria da matéria apenas porque não compreendemos como ela funciona. (...) O universo infinito da Nova Cosmologia, infinito em Duração tanto quanto em Extensão, no qual a matéria eterna, de acordo com leis eternas e necessárias, move-se sem fim e sem desígnio no espaço eterno, herdou todos os atributos ontológicos da Divindade. (KOYRÈ, 2010, p. 243/244)

modernidade. Em sua visão, o Estado não deve se submeter a julgamentos morais, e nem o governante deve considerar-se limitado por qualquer restrição ética. O que legou à palavra ‘maquiavélico’ o famoso estigma de uma mentalidade em que “os fins justificam os meios”. De fato, ele tece seu realismo político com palavras ponderadas, porém implacáveis.

“Todos sabem o quanto é louvável um príncipe cumprir a palavra empenhada e viver com integridade e não com ardis. No entanto, os fatos provam que houve príncipes que realizaram grandes coisas e não deram nenhum valor à sua palavra, e que, pela astúcia, ludibriaram os homens e suplantaram os que agiam com lealdade (...) precisando um príncipe valer-se da natureza do animal, deve ter como modelos, conjuntamente, a raposa e o leão, porque o leão não se livra das armadilhas e a raposa não vence os lobos”. (MAQUIAVEL, 2010, p. 81)

Isto foi escrito em um tratado sobre a Glória do Príncipe. De fato, no que tange ao radicalismo em relação à ética, Vico e Hobbes têm uma posição mais alinhada em relação ao uso da razão e capacidade do ser humano para desenvolver relações éticas e morais, sendo isto relevante para a constituição do Estado, considerando-se este o principal objeto da filosofia política moderna. Do ponto de vista das relações internacionais, para Maquiavel o caráter de expansão constante do poder parece ser bem mais vivo do que para Hobbes, o qual possui mais confiança no poder da razão e da força para trazer estabilidade ao governo de uma autoridade central. De qualquer forma, entre as importantes diferenças de perspectiva destes pensadores percebemos uma semelhança clara: os três questionam a legitimidade do poder político da Igreja Católica no governo da sociedade. Em uma época em que a Igreja ainda tinha o poder de coroar reis e imperadores, trata-se de perceber por que a filosofia política moderna buscou incessantemente responder a questões como: “Que leis universais governam o mundo físico? Como explicar a ordem social independentemente da explicação divina? Como enfrentar o desencantamento dessa sociedade laica que se constrói por ela mesma e se autogoverna decidindo seu próprio destino”? (GANEM, 2000, p. 13).

Todos esses questionamentos ganharam cada vez mais força justamente no momento de formação histórica e construção da arquitetura política e institucional dos Estados nacionais. Sabemos que a Igreja por muitos séculos foi o maior dos senhores feudais, que comandava exércitos e possuía imensas riquezas, seja na forma de terras, moedas ou tesouros. Por estas razões tudo indica que ela foi um ator importante do processo de enriquecimento das Cidades-Estado na Europa da Idade Média, que se inicia por volta do século XI e avança lentamente (METRI, 2014); todavia, por outro lado, há indícios significativos que a Igreja foi um obstáculo relevante para a autonomia de uma autoridade política central e o desenvolvimento de uma lógica política mais característica de uma civilização capitalista, onde economia e ciência se tornam preponderantes na organização da sociedade. Nosso foco de atenção são os elementos que influenciam a constituição política dos Estados. Como disse Foucault em seu estudo sobre o “Nascimento da Biopolítica” (1974), “o Estado não é um monstro frio. É correlato de uma certa maneira de governar e o problema está em saber em como se desenvolve essa maneira de



governar” (FOUCAULT, 2008, p.9). Em termos de governo, ou sobre como se desenvolve a força e a legitimidade da chamada ‘governamentalidade’ capitalista, a arte de governar seria uma espécie de “conjunto de saberes” que estabelece uma racionalidade própria do Estado e do Príncipe (FOUCAULT, 2008); definitivamente, uma Cidade-Estado que pretendesse ganhar a força de um Estado nacional não poderia ter sua soberania política, ou estratégia econômica, contestada por ninguém. Nem pela Igreja, nem por outro Estado, nem por Deus.

## 2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PRÍNCIPE

“Aut Caesar, aut nihil” – César Borgia

Vico considerou Maquiavel e Hobbes “destruidores da possibilidade do civil”, pois seu realismo político não deixa espaço para o florescimento da *civiltá*. Porém, de acordo com nossa pesquisa, estudar e verificar historicamente o ‘realismo político’ de Maquiavel e Hobbes nos aproxima de uma compreensão mais acurada da civilização atual, e necessitamos de pés firmes, plantados na realidade, se desejamos algum dia construir a ‘felicidade civil’, tão sonhada por Vico e outros tantos. Sabemos nós por experiência: quanto mais nossa sociedade evoluiu, mais ela afastou-se de Vico e aproximou-se de Maquiavel, tanto em âmbito ontológico e filosófico, quanto prático e político<sup>26</sup>. Seguimos, portanto, a perspectiva teórica da filosofia política moderna, mais especificamente explorando a dimensão que estamos denominando ‘realismo político’. Para que a formação dos estados nacionais ganhe os contornos necessários, é vital compreender por que a ‘sabedoria das repúblicas’ legou à humanidade muito mais acumulação de poder e dinheiro do que “felicidade civil”. A leitura do Príncipe nos sugere que a “ferocidade, avareza e a ambição” não foram obstáculos à criação do Estado moderno, mas sim elementos constituintes deste ‘mundo de nações’ que surge na modernidade. De fato, é possível que durante muito tempo tenhamos andado em círculos, ao menos quando o debate se refere às razões que levam a realidade a ser tão diferente dos discursos e teorias. Por muito tempo confiamos na “defesa nacional, no comércio e na política” nas mais diversas ‘roupagens institucionais’, mas a coerência entre o dito e o feito paradoxalmente parece desvanecer, exponencialmente, na idade da razão.

---

<sup>26</sup> Uma das características mais importantes da modernidade é a “secularização” de todas as dimensões da vida humana, conforme explicado ao longo deste trabalho. Hobsbawm identificou este processo escrevendo sobre a década de 1780: “Um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o “pensamento esclarecido”. Salvar o indivíduo das algemas que o tornavam prisioneiro era o principal objetivo: libertar do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das Igrejas (...) da irracionalidade que dividia os homens (...)” (HOBSBAWN, 2014, p.48)

Pela importância da história em nosso argumento é impossível não considerar a lentidão desse processo civilizatório, em que se forja o início do que veio a ser conhecido como Europa. Por volta do século X ou XI (BARTLETT, 1995; BRAUDEL, 1985, PIRENNE, 1999), os povos que habitavam esses territórios presenciaram revoluções importantes na agricultura e ciclos subsequentes de aumento das populações; os quais resultaram na construção de cidades cada vez maiores e na invenção de novas ferramentas e técnicas; navegações cada vez mais frequentes e uma grande transformação nos costumes. Um processo histórico potente, que acarreta no fortalecimento cada vez maior do comércio, das moedas e dos exércitos. Enfim, todos os elementos que perpassaram o movimento histórico ímpar de formação dos Estados e mercados modernos. Fernand Braudel diz que, apesar de sua leitura da época indicar que na ‘vida material’<sup>27</sup> das sociedades europeias ainda houvesse a predominância de uma economia pré-industrial, autárquica e elementar em muitos sentidos, desde essa época já havia “uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que, como uma mancha de óleo, vão elaborando, pouco a pouco, e prefiguram já, este mundo em que vivemos” (BRAUDEL, 1985, p. 13).

Em seu célebre livro *Der Moderne Kapitalismus* (1905), Werner Sombart diz que toda a sociedade evoluída apresenta várias hierarquias: a espiritual, a política, a militar, a intelectual e também as diversas hierarquias do dinheiro. Tomando isso como verdade, poder-se-ia dizer que o a civilização capitalista é a vitória das hierarquias do dinheiro, antes reles coadjuvante nas sociedades dinásticas da antiguidade? No princípio deste processo histórico inicia-se o longuíssimo processo de perda da centralidade da terra como representação da riqueza, a qual gradualmente passa para as moedas e o dinheiro (METRI, 2014). Desde o século XII, estendendo-se até os séculos XVI e XVII, cidades como Florença, Gênova, Milão e Veneza prosperaram economicamente, junto com a Igreja Católica, durante a Idade Média e o início do Renascimento (IBID). Sua proximidade com a autoridade central da Igreja em Roma e o fato de sua fortuita localização ser passagem mandatária para viajantes e mercadores entre o leste e o oeste (investimentos foram feitos em manufaturas e infraestrutura) colocam a região como centro gravitacional do comércio na Europa (BRAUDEL, 1985). Por exemplo, o método das partidas dobradas para a contabilidade, as patentes de invenções e até as primeiras tarifas para proteger a indústria nascente foram invenções institucionais italianas da época do

---

<sup>27</sup> Para Braudel esta é a camada mais entranhada na existência humana, seu cotidiano mais rústico, ao qual estão ligadas as atividades de sobrevivência mais simples como o trabalho com a terra, a alimentação da família, a construção de um teto, e assim por diante. Ver Braudel: *Dinâmica do Capitalismo* (1985, p. 15-16-17); e também “Civilização Material, Economia e Capitalismo” [1979] (2006)

Renascimento. (ROOVER, 1963 *apud* REINERT, 2005). De acordo com José Luis Fiori em “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” (2001), “é por isso que Braudel volta até o século XII e XIII para pesquisar as origens do capital e do capitalismo no momento em que se dá o encontro do dono do dinheiro com o dono do poder” (FIORI, 2001).

A relação entre Poder e Dinheiro, ou entre Príncipes e Banqueiros, é muito antiga e remonta às cidades do norte da Itália, onde nasce o sistema bancário moderno ligado ao comércio de longa distância e à administração das dívidas do Vaticano. Daí vem os primeiros empréstimos para as guerras dos donos do poder, como no caso de Eduardo III, da Inglaterra, que se endividou com os banqueiros de Siena, em 1339, para financiar a guerra de conquista do país de Gales. (IBID. p. 30)

Ao estudar a acumulação originária do capital, Fernand Braudel visualiza um grande mapa com as principais cidades e feiras mercantis da Europa e principais impérios, para criar o conceito de “economia-mundo”: uma tripla realidade na qual um espaço geográfico submete-se a um centro de gravidade, criando redes comerciais hierarquizadas em zonas intermediárias e periféricas: “pedaços do planeta economicamente autônomos, capazes, no essencial, de bastar-se a si próprio e aos quais suas ligações e trocas internas conferiam certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1987, p. 82 *apud* FIORI, 2001, p.20); ou seja as diferentes civilizações compõem o ‘circuito comercial da ‘economia mundo’. O intuito de Braudel é contextualizar historicamente a transformação do espaço geográfico, econômico e político da Europa e do mundo a partir do que ele chamou de “Jogo das Trocas”. Assim criaram-se as cidades, portos e feiras mercantis onde nasceram as moedas privadas, e os instrumentos financeiros que possibilitaram a acumulação originária da riqueza, em seu início baseada no comércio de longa distância. Esta foi a época em que os avanços no conhecimento e na ciência tinham expressão prática nas inovações tecnológicas e institucionais que possibilitaram o comércio dos mercadores europeus com as civilizações do oriente da África, e posteriormente, após as grandes navegações, com o outro lado do atlântico (KENNEDY, 1988; BRAUDEL, 1985).



**Mapa 1: Rotas do comércio veneziano e economias-mundo**

Fonte: Angus Maddison, 2001

As ‘economias-mundo’ de grandes civilizações da época marcaram o desenvolvimento das cidades do Mediterrâneo. Desde a época de Marco Polo e da famosa “Silk Road”<sup>28</sup>, no século XIII, quando ele volta de suas grandes viagens e conta as maravilhas do Império Mongol de Kublai Khan, Veneza já era um entreposto comercial vital do circuito de ‘economias-mundo’.

“Por volta do século XIII os florentinos, pisanos, almalfitanos, venezianos e genoveses começaram a adotar uma política diferente para aumentar sua riqueza e poder. Eles notaram que as ciências, o cultivo da terra, a aplicação das artes e da indústria e a introdução do comércio em larga escala, poderia produzir uma população cada vez maior, provendo a todas as suas incontáveis necessidades, sustentando luxo e ganhando imensas riquezas sem ter de adicionar mais territórios”. (FRANCI, 1764 *apud* REINERT, 2008, p. 24)

Esta percepção histórica sobre as origens do sistema capitalista nas Cidades-Estado italianas, a partir das rivalidades econômicas, sociais, militares e políticas na fragmentada Europa do “longo século XVI” é um traço marcante no pensamento de Braudel. Segundo José Luís Fiori, uma das grandes inovações de sua pesquisa histórica de foi trazer à luz o fato de que foi o poder político, e não o desenvolvimento endógeno das trocas, que deu origem aos mercados e à identidade dos núcleos imperiais e “unidades de poder” (feudos e Cidades-Estado

<sup>28</sup> Ver viagens de Marco Polo, tal como descrito a Rustichello da Pisa, Tradução brasileira de 2009.

comandados por famílias guerreiras) que posteriormente se transformaram nos Estados/economias nacionais capitalistas. Os principais governantes de ‘unidades de poder’<sup>34</sup> naquela época se caracterizaram fundamentalmente pelo uso do Estado, do poder político, para realizar a acumulação de excedente, em uma estratégia de desenvolvimento econômico. Por essa razão, sempre consideraram defesa nacional, o comércio e a política como elementos preponderantes, destacando frequentemente as guerras, as conquistas de territórios de tributação e posições monopolísticas chave no comércio internacional. Durante o longo período em que os “Príncipes” das Cidades-Estado e reinos mais poderosos da época realizaram seu processo de acumulação de poder, a aliança entre as armas e o dinheiro foi se fortalecendo cada vez mais, sendo chave para a evolução da sociedade em direção à uma civilização capitalista. Avançando sobre a proposição de Braudel, no artigo “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” (2001), Fiori sugere adicionar o conceito de ‘economia-mundo’, pois o que Braudel propôs não é suficiente para compreender o grau de integração e complementaridade do “Jogo das Trocas” com outro jogo: o “Jogo das Guerras”.

“Para avançar neste ponto, é preciso criar um novo conceito paralelo e simultâneo ao da “economia-mundo”, que denomino de “política-mundo”. Trata-se de pedaços do planeta paradoxalmente integrados e unificados por conflitos e guerras quase permanentes. Territórios ocupados por vários centros de poder e alguns “núcleos imperiais”, contíguos e competitivos, que acabaram se impondo aos demais – a partir dos séculos XIII e XIV - acumulando poder indispensável à criação dos estados nacionais (...) No “jogo das trocas” acumulava-se riqueza e no “jogo das guerras”, o poder, e assim como o comércio aproximava os portos e povos, a guerra também cumpriu seu papel de aproximar territórios e unificar populações, eliminando os concorrentes e centralizando o poder.” (FIORI, 2001, 21-22)

De fato, não poderíamos imaginar um contexto histórico mais propício para Nicolau Maquiavel escrever o Príncipe. Ele seria um dos mais aptos a conhecer esse mundo feito pelos homens, e as inúmeras imperfeições presentes no “mundo de nações” que estava sendo criado. Por muitos anos conselheiro do príncipe Lourenço Médici, herdeiro de uma das mais poderosas famílias da Idade Média, banqueiro e governante de Florença durante o Renascimento no auge do esplendor político da República Fiorentina, Maquiavel presenciou e observou o comportamento dos homens de poder da época em que se deu a ‘origem do capitalismo financeiro’ (BRAUDEL, 1985; REINERT, 2005). O pensador florentino estava no epicentro de sua própria pesquisa, presenciando o aumento da força e riqueza das cidades por conta do comércio e do dinheiro, do poder ‘civilizador’ das artes e da razão, e, principalmente, das incessantes guerras entre as múltiplas Cidades-Estado e nações da época. Seguramente, foi a partir daquela experiência que Maquiavel desenhou os postulados do Príncipe. Nesta obra, o

pensador italiano não se propõe a divagações filosóficas e é implacável em mostrar como efetivamente se conquistava e mantinha o poder.

Um príncipe, portanto, não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem se dedicar a outra coisa, que não a arte da guerra, suas regras e regulamentos, porque esta é a única atividade que se espera de quem comanda. E tal é sua importância que não só mantém os príncipes de sangue como eleva simples cidadãos ao principado. (MAQUIAVEL, 2010, p.71)

O personagem César Borgia pode ser considerado uma das mais explosivas combinações entre ambição desmedida e inteligência política na historiografia moderna. Ele é uma das principais inspirações para Maquiavel no *Príncipe*. Tendo encontrado Borgia muitas vezes, o diplomata e escritor florentino o considerou como o possível ‘animal político ideal’<sup>29</sup> para pacificar a península itálica, dando a ela identidade e força de uma nação. No contexto de intenso conflito entre as Cidades-Estado italianas, que acontecia à sombra dos poderes da França e da Espanha, a trajetória de César, conhecido como Duque Valentino, é extremamente curiosa e interessante. Os Borgia, originalmente *Borja*, de Valência na Espanha, não eram uma família nobre, mas sim uma família imensamente rica. O pai de César, Rodrigo Borgia, papa Alexandre VI de 1492 a 1503, foi um dos eclesiásticos mais detestados pelo filósofo Vico; lascivo e ambicioso, ficou famoso na história por ter conquistado o papado através de seu dinheiro, ardis e maquinações.

(...) Alexandre VI, o qual, de todos os pontífices, foi o que melhor provou quanto pode um papa que disponha de força e dinheiro, tendo como instrumento o duque Valentino quando da entrada dos franceses na Itália (...) Alexandre agiu para aumentar o poder de seu filho César Borgia e não o da Igreja. (MAQUIAVEL, 2010, p. 62)

A visão de Maquiavel sobre a política sempre foi fundamentada em fatos e circunstâncias, não em imaginação e utopias, por isso ele é o reconhecido como o pai do realismo político moderno. Enquanto Vico abominava o papa Alexandre VI, Maquiavel o aplaudia, pois ele era um homem que soube usar seu poder dadas as circunstâncias do real.

---

<sup>29</sup> Expressão inspirada no conceito de Aristóteles de ‘animal político’ cidadão é o homem livre que goza de direitos naturais por sua competência em comandar enquanto que aos homens dotados apenas de robustez física e pouco intelecto são aptos para obedecer, e essa analogia se estende a relação entre a soberania da cidade e as comunidades que participam dela com seus fins específicos. A cidade é soberana porque visa o bem comum, soberano. O homem livre é soberano porque é senhor de si. (A Política, XX). No caso o animal político de Maquiavel é muito diferente do de Maquiavel, *vis-à-vis* suas diferentes concepções de política em si, para Maquiavel a dimensão de coerção como fundamento do poder supera a dimensão do consenso, que tem papel preponderante na filosofia grega.

Maquiavel foi efetivamente observador (e ator) das incessantes guerras entre as Casas italianas, como Orsini, Sforza, Medici, Borgias e outras grandes e poderosas famílias. E assim entendeu como ninguém a vulnerabilidade de todas essas Casas aos inimigos externos que tinham outra ‘identidade de nação’, como a cada vez mais poderosa França (ELIAS, 1993; BRAUDEL, 1985; FIORI, 2001). A percepção que surge da experiência e da filosofia de Maquiavel é de que na realidade todas essas guerras tinham muito mais uma motivação de poder e dinheiro, do que efetivamente religiosa (e isto o diferencia muito de Hobbes). Conselheiro de um grande banqueiro, Maquiavel talvez tenha sido quem melhor sintetizou a dinâmica econômico-política da Alta Idade Média; à frente de seu tempo, compreendeu como ninguém na época a necessidade de uma nova forma de organização no mundo da guerra, dos negócios e da cidadania: o Príncipe será o precursor do Estado.

Na medida em que venciam, e para seguirem vencendo, os “príncipes” precisavam cada vez mais de recursos bélicos, e estes recursos eram, em última instância, de natureza econômica. Foi o que disse o marechal Tribulzio, ao seu rei Luiz XII da França, discutindo sua possibilidade de vitória na campanha militar da Itália em 1499” (FIORI, 2004): “o que Vossa Majestade necessita para ganhar sua guerra na Itália é dinheiro, dinheiro e mais dinheiro (PARKER 1974, *apud* FIORI, 2004, p.29)

A definição desses espaços de poder, e a evolução da complexidade de sua estrutura institucional para chegarem a Estados, foi um processo de muitos séculos em um grande tabuleiro geopolítico e geoeconômico, onde se davam os “Jogos das Trocas” e os “Jogos das Guerras”. O encontro do poder das armas com o poder do dinheiro começou por volta do século XI, ainda com forte participação da Igreja tanto econômica quanto política no ‘longo século XVI’ (1450-1650). E, se os primeiros estados nacionais só surgiram no século XVI e tomaram sua forma mais concreta apenas nos séculos XVIII, XIX e XX, podemos imaginar, portanto, o quanto o ‘tabuleiro’ Europeu foi intensamente marcado pelas rivalidades famílias guerreiras, casas de nobres que comandavam as ‘unidades de poder’, Cidades-Estado, de caráter ainda essencialmente feudal. “Nas lutas das Casas feudais, as duas formas de violência que distinguimos como física/militar e força econômica agiam mais ou menos como se fossem uma única” (ELIAS, 1943, p. 133). Como dissera Vico em sua visão sobre a formação das cidades e gênese das aristocracias: estas foram iniciadas pelos pais de família, que as construíram para proteger os seus da violência de outrem. E, segundo o mesmo Vico, elas só podem prosperar e se expandir de duas maneiras: através da força e da *froda* (esperteza) (VICO, 2010). A pesquisa histórica de Norbert Elias sobre a sociogênese do Estado na alta idade média, aponta para as interações entre essas famílias como elemento crucial na formação de feudos e estratos urbanos,

e as guerras entre elas como força motriz do estabelecimento da autoridade política central que posteriormente deu origem aos estados nacionais.

Nos séculos XI, XII e XIII, a luta pela terra, a rivalidade entre um número cada vez menor de famílias de guerreiros, era o principal impulso por trás da formação de territórios maiores. A iniciativa coube às poucas famílias de guerreiros em ascensão, às Casas principescas, sob cuja proteção floresceram as cidades e o comércio. Estes lucravam com a concentração de poder e contribuía para ela (...). Sem a ajuda dos recursos humanos e financeiros que fluía dos estratos urbanos para os príncipes, e da crescente comercialização, não seriam concebíveis a expansão e a organização governamental destes séculos (ELIAS, 1939, p. 117).

A análise de Elias se aprofunda na história da França, em especial na análise na construção da dinastia Capeto, que se iniciou com um rei eleito, Hugo Capeto, no contexto de rivalidades dinásticas e militares entre as Casas principescas, tornou-se a família real francesa (IBID). Os ancestrais do ‘Rei Sol’ Luiz XIV seguramente obtiveram sua nobreza através da espada. Se tomarmos a perspectiva de Vico dos mitos mobilizadores do ‘interior do homem’ como elemento constituinte da política da sociedade, a Glória<sup>30</sup> era a principal motivação das famílias guerreiras. Segundo Agamben (2002), a nobreza da espada possuía a força militar como seu fundamento, mas seu poder residia também, de maneira igualmente importante, em uma esfera ‘mágico-religiosa’ ligada ao consenso, dos rituais e cantos de louvor, da vida da corte, coroas, tiaras e outros tantos elementos que a simbolizavam, uma verdadeira *lex ceremoniarum*<sup>31</sup> – este é o cenário do Jogo dos “Tronos”. Dessa espécie de liturgia do exercício do poder, o filósofo italiano contemporâneo busca traçar uma explicação sobre a ‘genealogia do poder’ que integra a dimensão religiosa, política e econômica ao mesmo tempo; algo que ele chama de ‘paradigma teológico-religioso’ (AGAMBEN, 2007). Em “O Reino e a Glória” (2011), Agamben explora múltiplas definições do termo *poder* ao longo da história, muito ligado ao fundamento das hierarquias, à capacidade de “ser ouvido” perante a divindade e a humanidade constituída por Reino e Governo através da articulação entre teologia e *oikonomia*. Aborda também o *kabod*, um termo hebraico que significa a Glória desprovida de estética, mas só com mando e soberania.

---

<sup>30</sup> Ver a obra de Agamben para a arqueologia do conceito de ‘Glória’, desde “Homo Sacer” [1995] (2002) e o “O Reino e a Glória” (2011)

<sup>31</sup> Liturgias do poder, que se transformam ao longo da história, mas que constituem nos “rituais cerimoniais” que possibilitam o exercício do poder, e tem papel “gerador” nas instituições das sociedades. “(...) também o soberano, embora esteja acima das leis, deve se submeter (...) segundo as palavras do pontífice a Carlos V, no momento que lhe oferece os pés para beijar: “Padeço contra minha vontade ao fazer-me beijar os pés, mas a lei do cerimonial me obriga [*invitus passus sum osculari pedes meos, sed lex ceremoniarum ita cogit*]” (IBID, p. 215)



Sem dúvida a função própria – ou menos, pretensa – da Glória é expressar (...) que Trindade econômica e Trindade imanente estão, de uma vez por todas, firmemente articuladas. Mas ela só pode cumprir esta tarefa dividindo sem cessar o que deve ser unido e reunido a cada vez o que deve permanecer dividido. Por isso, assim como na esfera profana a Glória era atributo não do Governo, mas do Reino, não dos ministros, mas do soberano, assim também a doxologia se refere, em última instância, ao ser Deus e não à sua economia. E, no entanto, assim como vimos que o Reino nada mais é o que sobra quando se retira o Governo e o Governo é que resulta da autodestruição do Reino, de maneira que a máquina governamental consiste sempre na articulação dessas duas polaridades, assim também se diria que a máquina teodológica resulta da correlação entre Trindade imanente e Trindade econômica, em que cada um dos dois aspectos glorifica o outro e resulta do outro. O Governo glorifica o Reino e o Reino glorifica o Governo. Mas o centro da máquina é vazio, e a Glória nada mais é que o esplendor que emana desse vazio, o *kabod* inesgotável que revela e, ao mesmo tempo, vela a vacuidade central da máquina. (AGAMBEN, 2011, p. 231)

Nesse ponto, Thomas Hobbes também aborda a dimensão política do poder da espada de forma interessante, quando diz que o soberano da autoridade política central, além de seu cetro, tem duas espadas: a da justiça, com a qual exercita o comando da sociedade, onde aplica-se a lei e se pune pelos crimes; e a espada da paz e da guerra, na qual reside a decisão de como e quando a comunidade deve pegar em armas em para usar a força contra outro Estado (BURGIO, 2006). E, para Karl Marx, em momentos históricos assim o domínio das forças produtivas estava sujeito a “diferentes meios propulsores (...) [que] se baseavam na violência mais brutal (...)” (MARX, 1890, p. 868-869 *apud* METRI, 2014, p.152). No ambiente medieval de caos social, principal inspiração para o ‘estado de natureza’ hobbesiano, saqueadores, conquistadores, e bispos católicos eram os principais atores políticos e econômicos. Por esta razão, o argumento de Elias sobre o uso da força das casas de guerreiros como protetorado militar do desenvolvimento do comércio e das cidades nos parece tão forte; e, por conseguinte, a aliança entre poder e dinheiro, entre a economia e a política, já tem a oportunidade de se desenhar desde o início. “Sem o apoio do capital o poder se fragmentaria, e sem o apoio do poder o capital teria mais dificuldade para estabelecer situações monopólicas” (FIORI, 2001, p.32).

Nossa análise tem, portanto, caráter multidisciplinar — trabalhar a gênese da ‘arte de governar’ tem dimensões diversas: histórica, econômica, política, religiosa, social, ou até antropológica. Nos escritos da “*Nuova Scienza*”, Vico descreve o nascimento da língua poética do ‘mundo de nações’. A poesia medieval é composta de elementos divinos, heroicos e românticos, que se tornavam canções, e depois gradualmente vinham à linguagem vulgar e se incorporavam ao cotidiano das pessoas<sup>37</sup> (cujo subconsciente era na maioria das vezes permeado pelo Deus opressor da Igreja Católica medieval). Verdade seja dita, a poesia nasce da ‘pobreza’ da língua da época, tão faminta de conhecimento e alimento em sua parca

subsistência material e intelectual (VICO, 2008). Mais uma vez inspirado na cultura romana, Giambattista nos lembra que os discursos e orações de Estado de Cícero muitas vezes continham generosas doses de poesia. O verso e as canções foram tão eficazes para criar tanto Deuses quanto Reis na história das civilizações, e na Idade Média enalteceram a nobreza da espada de tal maneira, que crianças nascidas na época desejavam ser guerreiros, comandantes de um grande exército de uma nobre Casa, com a missão de defender a população, a família, e tudo o mais que for caro para qualquer habitante daquela cidade; seja ele o mais pobre pedreiro, o mais rico comerciante, ou a mais importante princesa. Avançando sobre a proposição de Vico, em clave junguiana poderíamos dizer que o universo interno das pessoas estava inebriado nestes arquétipos<sup>32</sup>, e isto nós consideramos chave para entender a importância do arquétipo da Glória na legitimidade dos governos.

“A nossa infância testemunha da criança do homem, de ser tocado pela Glória de viver. [...] Nos nossos devaneios sobre a infância, todos os arquétipos que ligam o homem ao mundo, que concedem um acordo poético do homem e do universo, todos estes arquétipos são, de algum modo, revivificados. [...] Os arquétipos são, do nosso ponto de vista, reservas de entusiasmo que nos ajudam a crer no mundo, à amar o mundo, a criar o nosso mundo. [...]” (BACHELARD, 1984, p. 106-108).

A palavra ‘arquétipo’ vem do grego *arché* (principal ou princípio) e *tipos* (impressão, marca), da constituição psíquica do ser humano (JUNG, IBD). Os mitos internos do homem fundamentavam os fenômenos externos da realidade material, e o contrário também é verdadeiro. Como dissera o poeta Novalis “o pouso da alma é onde o interno encontra com o externo” (CAMPBELL, 2001). Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da coesão da estrutura social interna das unidades-de poder que posteriormente transformaram-se nos Estados/economias nacionais. Todas elas tinham inimigos externos, as outras unidades-de poder rivais na luta pela terra e pela riqueza; e inimigos internos, representados pelos desafios sociais de criar uma autoridade-central sólida. Neste contexto, consideramos estas rivalidades fundamentais e interconectadas para compreender a dinâmica da civilização capitalista, pois entendemos a Glória como elemento fundamental para a nobreza da espada e do rei no contexto das forças sociais da época. A sobrevivência de cada ‘unidade de poder’ em um ambiente hostil sempre depende de sua coesão interna, pois não há como conceber uma entidade política com caráter de Estado sem considerar a natureza das coalizões de poder que sustentam o governo de

---

<sup>32</sup> Ao percebermos a mitologia permear os aspectos da Glória profundamente, complementamos nossa percepção sobre a existência incorporando os aspectos originários da psique humana, que estão tão arraigados na existência quanto a vida material. Ver JUNG (2008).

qualquer organismo social. Os mitos internos e configuração das forças sociais são elementos ligados tanto ao consenso quanto à coerção dentro de qualquer sociedade da história. No cenário medieval de formação dos estados nacionais, o “Jogo de Tronos” entre casas nobres foi o núcleo de encontro entre a geometria do poder e da riqueza, e também o cenário onde ocorre a síntese entre consenso e coerção\*. A frase de César Bórgia – “*Ou Cesar, ou nada*” – foi o sentimento de cada Príncipe das famílias guerreiras europeias, de seu ímpeto imperial, pois só mais poder e mais riqueza trariam a Glória para seus nomes. Na pesquisa de Agamben, a Glória simboliza a substância propriamente política da ‘governamentalidade’:

“Qual é a substância – o procedimento ou o limiar – que permite conferir a alguma coisa um caráter propriamente político? A resposta que nossa investigação sugere é: a Glória. Em seu duplo aspecto, divino e humano, ontológico e econômico do Pai e do Filho (...)” (AGAMBEN, 2011, p. 282).

Voltando ao contexto histórico do “Príncipe”, verificamos que das quatro maiores cidades europeias em 1500, apenas Paris não era na Itália (VRIES, 1984, 1974 *apud* REINERT, 2005) e, de fato, como dissera Franci “tamanho era seu sucesso que o mundo olhou para a Itália pela segunda vez... e seus exemplos foram rapidamente imitados (FRANCI [1764], 1998 1974 *apud* REINERT, 2005). Mas, apesar de tanta riqueza em dinheiro e conhecimento, as cidades tiveram um declínio inevitável com a evolução do sistema capitalista em formação. Enquanto os outros países da Europa adotaram as práticas econômicas das Cidades-Estado italianas e continuaram o processo de expansão de seu poder em direção à constituição de Estados/economias nacionais, a própria Itália ficou para trás, gradualmente movendo-se para a semiperiferia do sistema mundial (WALLERSTEIN, 1974 *apud* REINERT, 2005). Sob muitos aspectos, a formação dos Estados territoriais modernos representou o tema crucial da filosofia política renascentista, e muitos italianos sentiram a vulnerabilidade das Cidades-Estado no novo cenário geopolítico Europeu. Como o contemporâneo de Maquiavel, Francesco Guicciardini, historiador político da época, descreve o fenômeno de forma expressiva nesta passagem de seus *Ricordi* (1508-1530):

“Antes de 1494 as guerras eram longas, as jornadas não sangrentas, os modos de expugnar Estados lentos e difíceis e ainda que já estivesse em uso as artilharias, eram manejadas com tão pouca habilidade que não danificavam muito; de modo que quem tinha um Estado, era quase impossível que o perdesse. Vieram os franceses para a Itália e introduziram tanta vivacidade na guerra de modo que até 1521 quem perdia a batalha campal perdia o Estado: primeiro senhor Próspero [Colonna], pondo-se a defender Milão, ensinou a frustrar os ímpetos dos exércitos, de modo que com este exemplo voltou aos senhores de Estado a mesma segurança que havia antes de 1494, mas por razões diferentes: esta segurança procedia então da incapacidade que os homens tinham de danificar, agora procede da capacidade de defesa (GUICCIARDINI, 1995, p. 154)

A variável de fluxo ‘capacidade de defesa’, é relevante. Naquela época ainda não existia uma Itália de fato. Existiam, sim, diversas ‘unidades de poder’ e Cidades-Estado que tinham uma coesão cultural, social e econômica. Em maior ou menor medida, todas elas compartilhavam certa *italianità*. O “longo século XVI” (1450-1650) foi um o momento de transformação estrutural no tabuleiro geopolítico e geoeconômico das ‘unidades de poder’ europeias, onde o contexto internacional se tornou cada vez mais relevante. Por isso, por uma questão de ‘capacidade de defesa’ ou segurança, todas lançaram-se ao processo gradual de transformar-se em um outro tipo de ‘espaço político e econômico’, coerente e unificado (FIORI, 2004), que posteriormente seria um Estado nacional. Tudo indica que apesar de compartilharem essa *italianità*, as Cidades-Estado e as Casas de nobres que as comandavam rivalizavam intensamente entre si e nunca conseguiram encontrar alguma coesão para se expandir territorialmente, e essa é uma das razões para não conseguirem montar um Estado nacional forte. Seus interesses ficaram cada vez mais ligados ou submetidos aos mais bem-sucedidos projetos de Estado Nação, como a França, grande força militar da época; ou a Espanha com seu grande império colonial<sup>33</sup>. Tomando a perspectiva de Maquiavel em seu contexto histórico, dentro da península itálica, onde o antigo poder de Roma e da Igreja Católica tinham alta relevância política e econômica, isto pareceu atrapalhar a coesão de forças necessária para criar-se um Estado Nação. A Igreja era mais antiga e sua organização estava mais firmemente assentada do que a maior parte dos domínios seculares da época. Possuía chefe próprio, que aspirava cada vez mais claramente a combinar sua preeminência espiritual com uma supremacia mundana, uma autoridade central que transcenderia todas as outras. (ELIAS, 1993). Entretanto, como revela Braudel apoiado na pesquisa do historiador italiano Giuseppe Toffanin, este poder estava diminuindo, e o século XIII foi conhecido como *il secolo senza Roma*, por conta da mudança da capital cultural da Europa para Paris com seus florescentes mercados. (BRAUDEL, 1985)

É interessante observar o paradoxo de tanto conhecimento relevante para a prática e construção de estratégias econômicas de cunho capitalista estar sendo criado e implementado de forma pioneira nas próprias Cidades-Estado italianas, justamente no momento de seu declínio (REINERT, 2005). No contexto das rivalidades internacionais, outras ‘unidades de

---

<sup>33</sup> Mesmo reconhecendo a importância das ‘grandes navegações’ e dos países ibéricos Portugal e Espanha na história do sistema internacional, concentramos nossa análise nas estratégias de Estado “vencedoras” na luta pelo poder e pela riqueza. No caso, nos concentramos em nosso objeto de análise: o ‘mercantilismo’ como ‘arte de governar’ das grandes potências da civilização capitalista.

poder’ da Europa imitaram e aperfeiçoaram suas estratégias e instituições, incorporando-as a seus projetos de poder, e havia um desafio a mais na península da Itália: como um tabuleiro geopolítico e geoeconômico extra onde se davam as batalhas entre as Cidades-Estado italianas rivais; e, além disso, a Igreja Católica ainda buscava sua “supremacia mundana”. É importante dizer que Roma era um *player* extra com armas muito poderosas, entre elas o poder da ‘investidura’ do papa, que foi chave para muitos reis e imperadores medievais<sup>34</sup>. Talvez tenha sido esse o fenômeno que Maquiavel viveu mais intensamente; e, impotente para resolvê-lo por meio de Cesar Borgia ou qualquer outro príncipe da época, resolveu ao menos escrever seu brilhante livreto, que mudou a história da filosofia para sempre.

### 2.3 AUTORIDADE CENTRAL, ECONOMIA E RAZÃO DE ESTADO

Só quando a divisão de funções está muito adiantada, só então, como resultado de longas lutas, forma-se um monopólio especializado de administração, que exerce as funções de governo como sua propriedade social (ELIAS, 1939, 1993)

O território ocupado pelos Capeto era em 1032 herdado dos antigos francos do ocidente, a Casa dos Duques de França, vizinha à Normandia e vizinha à ilha que um dia se tornou a Grã-Bretanha (ELIAS, 1939). Como foi dito, no decorrer de 700 anos de múltiplas e recorrentes lutas a Casa dos Capeto passou por um de processo histórico de fortalecimento de sua “estrutura institucional, territorial, econômica e política”. Tanto foi assim que Luis XIV pôde afirmar no século XVIII, “o Estado sou eu” e a França tinha 400 mil soldados a seu serviço (KENNEDY, 1988). O ‘fato estilizado’<sup>35</sup> supracitado é uma expressão do quão lenta é a formação dos Estados/economias nacionais em termos civilizacionais. A formação histórica da França e da Inglaterra vem desde os antigos conflitos militares das famílias Capeto e Plantageneta na Idade Média (ELIAS, 1939), passando por fenômenos geoeconômicos como as tarifas alfandegárias praticadas, as ações de Colbert e Walpole no século XVII e XVIII, ou geopolíticos como a queda de Napoleão em Waterloo, quando a Inglaterra assumiu sua preponderância econômica e política na Europa e no mundo, no início do século XIX (CHANG, 2002; BRAUDEL 1985; FIORI 2001; ARRIGHI, 1994). O conflito militar e econômico entre famílias tornou-se um

---

<sup>34</sup> Muitas vezes na Idade Média, tanto na Baixa quanto na Alta, o poder da “investidura” do Papa foi chave na geopolítica do sistema, e influenciou seus rumos. Como no caso em que Alexandre VI coroou o rei da França Carlos VII, para resolver-se mediante os conflitos entre as Cidades-Estado italianas no século XVI. (PUZO, 2007)

<sup>35</sup> Um fato estilizado é uma aproximação teórica de um fenômeno observado empiricamente na realidade.

conflito militar entre países, e os outros países do planeta e todas as suas famílias tem sua história imensamente influenciada por este contexto específico de disputa.

“A Casa que dominava politicamente o território era também a mais rica no mesmo, detentora da mais extensa área de terra, e seu poder político diminuía caso o seu poder militar, que tinha origem no volume de receita produzida pelo domínio e número de servos e agregados, não excedesse o de todas as demais famílias de guerreiros da área (...) Uma vez que estivesse razoavelmente segura a preponderância de uma única Casa na pequena região, a luta pela hegemonia numa área maior subia para o primeiro plano.” (ELIAS, 1993, p. 90)

Nos vestígios indiscutíveis de sua origem medieval, enxergamos a relação entre a economia e o poder político de forma mais rústica e crua, o que fortalece nossa percepção de que a Idade Média tem muito a dizer sobre a civilização capitalista. Existe uma conexão importante para entender a dinâmica deste ‘mundo de nações’ que se torna um sistema interestatal de natureza expansiva e globalizante. Poderíamos refletir como se articulou o processo histórico de fortalecimento de uma autoridade política central, com o monopólio da tributação, em um âmbito de rivalidade com outras unidades de poder. Isso é feito relacionando-o à economia, ao comércio e o desenvolvimento das forças produtivas, finalmente chegando à “Razão de Estado”<sup>36</sup>, a legitimidade do poder de uma autoridade central, interna e externa, tanto em termos de consenso quanto em termos de coerção. A análise histórica e filosófica dos processos políticos nos ajuda a compreender a complexidade histórica da evolução das Casas de guerreiros para estados nacionais. A dimensão de um governo de poderosas aristocracias, verdadeiras dinastias militares frutos de alianças e rivalidades seculares formadas através de inúmeros casamentos, que resultaram nas grandes monarquias absolutistas da Alta Idade Média. (ELIAS, 1993)

A sabedoria das repúblicas nos indica a defesa nacional, comércio e política como a própria ‘governamentalidade’ da ‘Razão de Estado’. O livro, *“Della Ragione dello Stato”*, de Giovanni Botero (1544 – 1617), fala sobre os objetivos e ambições dos países em termos econômicos, militares e culturais, e é considerada a obra de um dos principais pensadores do iluminismo italiano. Ele foi considerado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter o grande degrau de transição entre Maquiavel (1469 – 1527) e Montesquieu (1688 – 1755) na história da filosofia política (REINERT, 2005). Muitos pensadores europeus desta época fizeram inúmeras contribuições à constituição política do Estado e da ‘sociedade civil’ (foi daí que Botero mais tarde analisou, no contexto das rivalidades internacionais, o conceito de ‘governamentalidade’,

---

<sup>36</sup> A Razão de Estado ficou célebre por sua aceção após a Paz de Westphalia (1648) e no Iluminismo do século XVIII, a qual é definida de modo geral como o princípio de soberania que define o Estado como ente soberano de um povo. Para Foucault, esta pode ser definida através da legitimidade da gestão do poder público, uma racionalidade governamental que é limitada pela dimensão jurídico-institucional do consenso, “o bom governo”

que será fundamentado na modernidade principalmente pela economia), trabalhando cada vez mais a ideia da ‘Razão de Estado’ como “interesse nacional”. Como era comum na época, Botero trabalhou em muitas dimensões do conhecimento: foi filósofo, diplomata, jurista e economista. Na mesma linha de Vico, combateu o ‘realismo político’ de Maquiavel por muito tempo, e também pensava o contato com a divindade como um fundamento da coesão social, assim como o desenvolvimento da ética e da razão. Por isso, tentou conciliar a presença do poder do Estado e da Igreja. Botero jamais gostou da ideia de um Príncipe que apenas “parece ser” virtuoso e justo — o verdadeiro Príncipe deveria sê-lo de fato. O pensamento da ‘Razão de Estado’ se refere a legitimidade e estrutura dos governos, que, como disse Agamben, são revestidas por “*Oikonomia e Glória*”. Padre da Igreja Católica e conselheiro do duque de Savoia Carlos Emanuel I, o milanês Giovanni Botero conhecia o que era necessário para a Glória de uma nação; e, por mais que evocasse constantemente a importância da religião, seus escritos mais marcantes se referem ao poderio econômico e militar do Estado diante das outras nações. Por isso foi um dos precursores da análise da economia e do apoio à indústria, como mostra esta passagem de clareza ímpar sobre os ‘processos de consolidação e enriquecimento’ dos Estados.

Tamanho é o poder da indústria que nem uma mina de ouro ou prata na Nova Espanha ou Peru pode ser comparável, e as responsabilidades e atividades dos mercadores de Milão são mais valiosas para o Rei Católico do que as minas de Postosí ou Jalisco. A Itália é um país no qual não nenhuma mina de ouro ou prata, e também a França: porém ambos os países são ricos em dinheiro e tesouros, graças à indústria”. (Botero [1589], 1956 p.156 *apud* REINERT, 2005, p. 29)

A frase de Botero destaca principalmente o poder da indústria. No momento de fortalecimento das potências territoriais da Europa, foi notado por autores que ficaram conhecidos como ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’ que o comércio, o desenvolvimento da indústria de manufaturas e instituições sólidas eram as chaves de uma forte economia nacional (REINERT, 2005). Por esta razão, sempre tiveram muita atenção ao desenvolvimento de instituições que representassem os interesses e a Glória do Estado perante seus rivais na luta pelo poder e pela riqueza, e isto só poderia ser feito através de leis e princípios de governo da sociedade. Em nossa visão, isto significa que da Glória depende a mobilização das forças sociais para a criação de uma estrutura institucional necessária para um a economia de um Estado se desenvolver, este é um dos ensinamentos de nossa análise do processo histórico lento das civilizações. ‘A Razão de Estado’ coloca a força e o sagrado no país, na pátria, no orgulho nacional; muito antes da tensão geopolítica com o nacionalismo ligado ao imperialismo do século XIX, a ideia de nação já está presente nos ‘proto-Estados’ europeus que incorpora o elemento jurídico e institucional do reino feudal e o eleva a outra categoria. Todas as dimensões:

étnicas, culturais, sociais, econômicas e políticas agora estão em no “Jogo dos Tronos”. Os grandes reis absolutistas tinham a chave da ‘identidade de nação’ em seus projetos de Estado nacional. E identificavam sua Glória com a Glória da nação. A Casa que é senhora de um grande território, representada pela figura soberana do rei, em alguns casos auxiliado por um parlamento, pode agora tratar-se de um Leviatã, com as responsabilidades de defender e gerir uma nação. A geopolítica e geoeconomia capitalista se fazem através dos Jogos das “Trocas” e das “Guerras” entre os Leviatãs, que em pouco tempo ganham o mundo e começam a desafiar outros impérios e povos fora da Europa. Deste momento se pode dizer que a Europa estava nos primórdios do sistema interestatal capitalista moderno.

Muitos estudos apontam para a lógica política e econômica de natureza capitalista das cidades italianas e para como estas são assimiladas principalmente por Holanda, França e Inglaterra em seus projetos de Estado Nacional (ARRIGHI, 1994; BRAUDEL, 1985)<sup>34</sup>. Por tal razão o contexto histórico do Príncipe, na Itália medieval, pode ser bom ponto de partida da análise histórica. “A convergência progressiva dos processos de acumulação de poder e da riqueza e sua concentração em alguns territórios vencedores deslocou o eixo do sistema político da Itália e do Mediterrâneo para o norte da Europa” (FIORI, 2001, p.33). O contexto geopolítico e geoeconômico de incessantes guerras e luta pelo poder e acumulação do excedente na Europa com o tempo transcende todas as fronteiras e nos parece ser a própria força motriz do processo civilizador de formação dos estados nacionais capitalistas. De acordo com Fiori, esta ‘pressão competitiva’ das guerras entre Cidades-Estado foi o grande elemento criador das principais inovações institucionais, financeiras e tecnológicas das potências capitalistas europeias (FIORI, 1999; FIORI 2004), e que foram o fundamento do poder da autoridade central. E, se isso é verdadeiro, o tabuleiro geopolítico e geoeconômico nos sugere que o Estado só existe como os Estados, no plural. Tanto em termos de posicionamento estratégico externo do Estado na geopolítica mundial, perfeitamente expressos nesta passagem de Max Weber:

(...) os estados nacionais concorrentes viviam uma situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra. Essa luta competitiva criou as mais amplas oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Os estados separadamente tiveram que competir pelo capital circulante, que lhes ditou as condições através das quais poderia auxiliá-lo a ter poder. Portanto, foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento (...) (WEBER, 1961, p. 249 *apud* FIORI, 2001, p. 37).

E também em termos da estrutura institucional interna, como indica Heckscher descrevendo o ‘mercantilismo’ como sistema de governo.



O mercantilismo é, antes de tudo, um sistema unificador (...) que impõe os objetivos do Estado em um campo econômico homogêneo, gerenciando as ações econômicas do ponto de vista que convinhem às necessidades do Estado e seu território, concebidos como uma unidade. (HECKSCHER, 1943, p.6)

Do ponto de vista de nossa análise sobre a formação dos estados nacionais, podemos lembrar que a gênese e desenvolvimento das aristocracias medievais, as Casas de família de guerreiros, são o momento de criação destas ‘unidades de poder’ territoriais inseridas em um contexto geopolítico e geoeconômico, como os Borgias ou os ancestrais de Luis XIV, os Capeto. Se a economia ainda não havia se apresentado como ciência, ela está no fundamento do cálculo político de todos os grandes projetos de Estado nacional moderno (FIORI, 2001). Da análise histórica de Elias, podemos inferir que a sociogênese do Estado inclui desafios materiais, econômicos e políticos significativos e que famílias, cidades e mercados ganharam níveis cada vez mais elevados de complexidade institucional. Desta forma, ao aprofundar o debate sobre a ‘arte de governar’ no contexto da formação histórica dos estados nacionais e do capitalismo como realidade civilizacional, estamos gradualmente identificando importantes ‘traços históricos’ que indicam o rosto da constituição política de nossa civilização atual, esculpido durante a formação dos estados nacionais.

O início de nossa investigação coloca, conforme mencionado anteriormente, o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo como expressões da transformação estrutural que ocorreu na filosofia e na cultura europeia durante este mesmo processo histórico. Os sistemas de pensamento da humanidade foram reorganizados, influenciando e sendo influenciados pela formação dos Estados/economias nacionais. A própria fundação e o desenvolvimento ulterior da economia política são desdobramentos deste processo. Assim, a história da economia política deve ser a história da ciência que surgiu para administrar o Estado, a expressão política e institucional da ‘sociedade civil moderna’. Como nos lembra Marx, “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (Marx, 1977). Tudo isso tem a ver com o ato de instituir a economia e a política na realidade científica de seu contexto histórico moderno, no pensamento e na materialidade, que iniciaram juntas e devem permanecer juntas se o objetivo é explicar os fenômenos econômicos do mundo.

Se considerarmos o contexto histórico em que a análise econômica foi concebida, podemos dizer que este contexto é representado pelo ‘mundo moderno’, notadamente a fase da nossa história que ficou conhecida como a era da experiência e da ciência [...] que revolucionou as perspectivas da humanidade e permeou todas as atividades envolvendo a engenhosidade humana (PASINETTI, 2007, p. 251, tradução nossa).

Historicamente, portanto, a gênese da economia política que conhecemos está diretamente ligada à gênese do Estado e da ciência moderna. E, ao que tudo indica, o atual sistema internacional de Estados, por sua vez, parece desdobrar-se da gênese desse ‘mundo de nações’ forjado na Europa medieval. A evolução dos feudos e aglomerações urbanas expandiu o domínio territorial de uma Casa principesca; no início, o processo civilizador da espada gera as condições necessárias para que os mercados se desenvolvam e as condições sociais e materiais melhorem, configurando-se lentamente uma Cidades-Estado (ELIAS, 1939; FIORI 2001; BRAUDEL 1985). Nesses primórdios do capitalismo, as estratégias de poder dos Príncipes em âmbito econômico e político passaram a ser influenciadas por autores ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’<sup>36</sup>, como Giovanni Botero em Milão, ou Frederico II em Hesse, e até em certa medida o próprio Maquiavel em Florença. Os Conselheiros do Príncipe, que desempenhavam funções às vezes efetuada pelo próprio príncipe como no caso de Frederico II, foram os primeiros autores nos primórdios da fundação da economia política. (MARX 2013; SMITH 2005; CHANG, 2002; REINERT, 2007). Estes autores se destacaram pelo realismo de seu cálculo político, tornado a análise da economia indissociável das rivalidades entre Estados na luta pelo poder e pela riqueza. E então, com o tempo, as espadas se tornaram canhões, e os mercados e moedas europeus passaram a ocupar territórios cada vez maiores. Desta forma, a complexidade das instituições aumenta dando contornos mais fortes à civilização capitalista, pois o ‘mundo de nações’ europeu gradualmente tornar-se-á o sistema mundial de estados nacionais.

A pesquisa de Fiori sobre a origem do sistema interestatal capitalista apresenta um cálculo interessante feito pelo historiador Jack Levy, segundo o qual as potências europeias estiveram em guerra 75% do período que vai de 1495 a 1975, começando uma guerra a cada oito anos (LEVY, 2003, *apud* FIORI, 2001). E como tantos analistas do sistema internacional, nós assumimos a perspectiva eurocêntrica deste trabalho com naturalidade. Temos clareza de que a nossa civilização é fruto do movimento histórico criado pelos países europeus, além de termos fontes notavelmente escassas de material produzido por outras culturas (BRAUDEL, 1985). Apenas em tempos mais recentes tivemos contato com as fontes orientais e árabes, mas temos pouquíssimo conhecimento de grande parte da história de outras civilizações, como inca, maia, asteca, civilizações africanas e as de tantos outros povos que foram considerados “sem história” pelos colonizadores europeus (diga-se de passagem, a própria historiografia destas sociedades é, e sempre foi essencialmente ligada a uma perspectiva europeia). Foi o mundo que herdamos, um mundo europeu. O que fortalece a máxima de Max Weber: “em última análise, também os processos de desenvolvimento são lutas de dominação” (WEBER *apud* FIORI,

1999, p. 11). Queremos aprofundar nosso entendimento sobre isto, a ‘mundialização de um capitalismo civilizatório’ que conquistou o mundo. Nossa intenção é compreender como estas pequenas porções territoriais na Europa a se tornarem Estados/economias nacionais tão poderosos. No contexto de múltiplas e recorrentes lutas, a legitimidade do poder de uma Casa sobre um território sempre dependeu da força e da *froda* (esperteza). E, tanto o processo de construção política de um país, quanto a dominação de territórios sob a tutela de um ou mais países, seguiu uma lógica de crescente complexidade institucional e aumento de poder da autoridade central.

As comunidades urbanas dessa época já eram formações sociais altamente complexas. Havia nelas um estrato superior privilegiado, os burgueses propriamente ditos, cujas posição monopolista se manifestava no controle que exerciam dos cargos públicos e, por conseguinte, das finanças. Sobrava, um estrato médio, uma espécie de burguesia, formada pelos artesãos e mercadores menos ricos, e, finalmente, a massa de jornaleiros e trabalhadores, o “povo”. (ELIAS, 1993, p.180)

A França é um bom exemplo de consolidação de uma autoridade política central, visto que se torna um Estado nacional forte desde o início do movimento histórico de formação dos estados nacionais por volta do século XI, e chega à Paz de Westfália em 1648 como um dos Estados vitoriosos (FIORI, 2015; ARRIGHI, 1994, BRAUDEL, 1985; KENNEDY 1988). Os territórios germânicos e italianos, por exemplo, só lograram a coesão política, institucional e econômica de um Estado no século XIX. Segundo Elias, o principal diferencial da França foi a força da autoridade central do rei, presente em seu comparativamente vasto território. A Casa dos Capeto conseguiu subjugar todas as outras famílias guerreiras nobres da região através da guerra, da diplomacia, dos casamentos, e da riqueza, equilibrando-as na balança de poder com o cada vez mais importante ‘terceiro estado’<sup>37</sup>, composto de comerciantes, banqueiros, funcionários públicos e muitas outras funções da nascente burguesia. Com a perda da centralidade da terra como riqueza, e a valorização do dinheiro, das moedas e dos bens de capital, o ‘terceiro estado’ passou a ser cada vez mais importante para os projetos de Estado nacional em toda a Europa. Se no início do processo de fortalecimento da autoridade central e legitimidade da realeza, a aliança com o clero e os nobres foi imensamente importante, com o passar dos anos foi através de uma aliança com ‘homens livres’ do ‘terceiro estado’ que os reis aumentaram cada vez mais seu poder. A famosa corte francesa foi o palco de encontro entre a nobreza, a burguesia e o clero, com a mediação de seu coordenador supremo: o rei (IBID). O

---

<sup>37</sup> Diante do aumento populacional e crescimento das cidades temos entre os ‘homens livres’ uma diferenciação importante entre o ‘povo’ que permanece na ‘vida material’, e outros que passam a ser atores econômicos e políticos mais relevantes: como funcionários do governo, mercadores, artesãos e pequenos produtores mais ricos, banqueiros, intelectuais, artistas... Enfim, o que convencionou chamar-se de ‘burguesia’.

soberano da Casa mais forte da região tornara-se um grande latifundiário, com lordes nobres em seus exércitos e hábeis burgueses recolhendo seus impostos e tratando de enriquecer o tesouro nacional. No contexto da Glória e da legitimidade social de seus súditos, nas cortes o rei promovia o equilíbrio de forças entre nobres, burgueses e o clero, distribuindo oportunidades e privilégios de acordo com cada situação, aproveitando a crescente dependência institucional de todos em sua pessoa para fortalecer e expandir seu poder. A institucionalidade e força da autoridade central foi fundamentado nos monopólios de tributação e da força física dos exércitos, e, assim, depois de consolidado seu poder territorial, o Príncipe passou a considerar com mais energia as oportunidades e ameaças que o circundam no tabuleiro geopolítico e geoeconômico das nações. Os jogos das “Trocas”, das “Guerras” e dos “Tronos” decididamente ganharam complexidade e mais possibilidades.

A capacidade do funcionário central de governar toda a rede humana, sobretudo em seu interesse pessoal, só foi seriamente restringida quando a balança sobre a qual se colocava se inclinou radicalmente a favor da burguesia e um novo equilíbrio social, com novos eixos de tensão, se estabeleceu. Só nessa ocasião, os monopólios pessoais passaram a tornar-se monopólios públicos no sentido institucional. Numa longa série de provas eliminatórias, na gradual centralização dos meios de violência física e tributação, em combinação com a divisão do trabalho em um aumento crescente, e a ascensão das classes burguesas profissionais, a sociedade francesa foi organizada, passo a passo, sob a forma de Estado. (ELIAS, 1993, p.171)

Existem traços históricos marcantes da dinâmica do capitalismo no processo de formação dos estados nacionais e desenvolvimento dos mercados. Quanto mais os mercados e as moedas criavam uma economia monetária de dimensões continentais, mais a burguesia ganhava força perante clero e nobreza (IBID; METRI, 2014; BRAUDEL, 1985). Neste período, em que o Príncipe viu na riqueza do comerciante e do banqueiro o financiamento de que precisava para as guerras, os banqueiros descobriram nos empréstimos para as guerras uma máquina multiplicadora de dinheiro (FIORI, 2004, MARX 2013). A ascensão das hierarquias do dinheiro encontrou nessa situação um ponto nevrálgico, muito ligado à *froda* (esperteza) de banqueiros, comerciantes, intelectuais, funcionários públicos e outros ‘homens livres’ que passaram a prosperar nos estratos urbanos da sociedade. Aquele foi o momento histórico que antecedeu e, de certa maneira inaugurou a construção da arquitetura jurídica e institucional dos estados nacionais. Tudo isso foi sendo operado nas cortes, no “Jogo dos Tronos”, encontro vivo entre a dimensão do consenso e a da coerção. Das canções de guerra dos bardos à possibilidade de ascensão social da burguesia, um novo tempo se anunciava.

(...) no caso do ocidente (...) a história da *burguesia*, portadora do processo capitalista, criadora ou usufruidora de uma hierarquia sólida que vai ser a espinha dorsal do capitalismo. Este, com efeito, para firmar a sua boa fortuna e o seu poder, apoia-se sucessiva e simultaneamente no comércio, na usura, no comércio a longa distância, no ofício <administrativo> e na terra, valor seguro e que, além disso, e mais do que se possa pensar, confere um prestígio evidente na sociedade. Se prestarmos atenção a estas longas cadeias familiares, à lenta acumulação do patrimônio e das honrarias, a passagem, na Europa, do regime feudal para o regime capitalista torna-se quase compreensível (...) A burguesia terá sugado, ao longo dos séculos, parasitariamente, essa classe privilegiada, vivendo junto dela, contra ela, aproveitando-se dos seus erros, do seu luxo, da sua ociosidade, da sua imprevidência, para se apoderar dos seus bens – muitas vezes graças à usura –, infiltrando-se, por último, nas suas fileiras, e, assim, acabando por dissolver-se nela. (BRAUDEL, 1985, p. 74-75)

Nesta brilhante passagem, Braudel parece indicar algo muito curioso. A burguesia não tomou o lugar da nobreza e começou a se apoderar do Estado simplesmente; mas, na realidade, como em um processo alquímico, ela se fundiu na nobreza, construiu alianças e desavenças com ela na corte, criando suas próprias dinastias, títulos, ordens e leis; por isso Norbert Elias passa tanto tempo analisando a corte francesa, e continua seu livro sobre o processo civilizador e formação do Estado fazendo uma análise freudiana da psique dos grupos sociais que foram atores da expansão do capitalismo<sup>38</sup>. Os Jogos dos “Tronos” foram verdadeiras batalhas dentro das cortes europeias, como epicentros decisórios da geopolítica e da geoeconomia mundial; o Jogo das “Trocas” se dava principalmente nos entrepostos comerciais estratégicos, nas primeiras bolsas de valores e na articulação institucional dos ‘negócios’ (*business*) dentro das cidades; e o Jogo das “Guerras” nas fronteiras mais importantes, nos mares, na batalha por recursos, novos mercados e colônias. O *imperium hominis* ganhou força na sociedade e os estados nacionais passaram a ser a máquina governamental de acumulação de poder e riqueza mais poderosa do mundo. Essa dialética combustão entre poder e riqueza, através de guerras e exploração contínua de mercados, de alianças entre banqueiros e comandantes de exércitos e mercadores cada vez mais ricos e importantes, foi intensificada pelo extraordinário desenvolvimento tecnológico, das forças produtivas e das contínuas inovações financeiras e institucionais presentes nos sistemas de tributação e dívida.

Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. <sup>Na</sup> Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados

---

<sup>38</sup> Por meio dos conceitos freudianos de Id, Ego e Super Ego, Elias busca analisar uma ordem *sui generis* que emerge das interações sociais: “Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais – mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior é a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões (...) o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente (...) Ocorre uma mudança “civilizadora” no comportamento” (ELIAS, 1993, p. 198)

através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam na violência mais brutal, como é o caso sistema colonial, mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821)

Podemos observar que com o passar dos séculos as hierarquias do dinheiro se apoderaram gradual e pacientemente do controle das instituições, adquirindo muita influência nas cortes e círculos mais importantes, e as instituições do Estado moderno foram moldadas no contexto desta batalha incessante por dinheiro e poder; fruto dos acordos entre as poderosas aristocracias nobres, a burguesia e o clero. Os laços do poder e do capital se estreitaram em tempos de guerra, e, logo após a Paz de Westfália, em 1648, a consolidação da estrutura de poder dos estados nacionais abriu espaço para que as potências europeias mais fortes se lançassem à Conquista de mercados em âmbito mundial, o que gerou várias disputas comerciais de caráter “mercantilista”, aumentando a rivalidade econômica e militar entre os Estados europeus.

De acordo com Fiori, novamente em “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” (2001), os “pais-fundadores” do sistema interestatal são Estados híbridos, meio Estado meio Império, como “minotauros” (IBID). O autor brasileiro e outros tantos pensadores da economia política internacional reconhecem que o processo civilizador no qual o capitalismo floresceu foi marcado não pelo livre-comércio, mas pela livre competição bélica, que exige expansão constante para realizar o desenvolvimento econômico. (BRAUDEL, 1985, ARRIGHI, 1994, FIORI, 2004). Ou seja, quando “unidades de poder” competem entre si: quem não sobe, cai. A máxima atribuída a Leon Trotsky – “Você pode não estar interessado na guerra, mas a guerra está interessada em você” – parece perfeita para descrever o “dilema de segurança” proposto por John Herz ao teorizar sobre a situação de contínua disputa dentro do sistema interestatal. As Cidades-Estado e as Casas de família guerreiras viveram exatamente esse processo (ELIAS, 1939): “para garantir sua própria segurança, os Estados são levados a adquirir cada vez mais poder para escapar do impacto do poder dos outros. Mas isto, por sua vez, torna-os por demais inseguros e os leva a se preparar para o pior. Dado que nenhum poder pode se sentir inteiramente seguro, num mundo de unidades competitivas, se estabelece um círculo vicioso de acumulação contínua de segurança e poder” (HERZ, 1950 *apud* FIORI, 2001, p.26). Emerge, assim, a lógica paradoxal da dinâmica do sistema, onde a busca pela paz justifica a própria guerra, incessantemente.

No mesmo momento em que os impérios se estavam desfazendo dentro da Europa, os principais estados europeus criavam impérios fora da Europa, nas Américas, na África, na Ásia e no Pacífico. A construção de impérios externos propiciou alguns dos meios e parte do ímpeto de moldar, dentro do continente, estados nacionais relativamente poderosos, centralizados e homogeneizados, enquanto as potências europeias passavam a lutar entre si nessas zonas imperiais. (TILLY, 1996 *apud* FIORI, 2001, p.38)

Nesta chave, Fiori identifica o Paradoxo do Hiperpoder<sup>39</sup>. Se cada unidade imperial, por uma questão de segurança/sobrevivência almeja a expansão infinita, os poderes ganhadores do “Jogo da Guerra” não podem destruir completamente seus concorrentes, porque uma situação de domínio absoluto extingue a própria força motriz de contínua acumulação de riqueza e poder do sistema em si: a competição. Portanto, neste sistema econômico-político-territorial, caso o objetivo final seja atingido e o poder expansivo se torne absoluto, ele estará eternamente condenado a recriar ou inventar seus próprios adversários. A relação dos principais atores do sistema sempre foi, portanto, de complementaridade e competição; a civilização capitalista é um universo em constante expansão, onde há uma hierarquia, dentro e fora dos Estados, como um “clube”, e os poucos que ascendem têm de respeitar as ‘regras do jogo’<sup>40</sup>.

E quais seriam, então, as regras do jogo da ‘arte de governar’ na civilização capitalista? Nossa pesquisa aponta para os autores ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’, que em seu contexto histórico foram os precursores da economia política, da aplicação da razão e da ciência à economia e administração do poder político e territorial, e são os maiores conhecedores dos artifícios de formação, sustentação e consolidação de estados nacionais (REINERT, 2005; CHANG, 2002). Seu realismo geopolítico e geoeconômico é ímpar. Para eles, o sucesso nos Jogos das “Trocas” e das “Guerras” é expressão da Glória e poder de uma nação; e por isso construíram verdadeiros manuais de gestão e técnicas de governo para o desenvolvimento de uma economia nacional. Os Conselheiros do Príncipe foram os primeiros analistas da economia e da política internacional, alguns 300 ou 400 anos antes do surgimento do primeiro livro da ‘ciência formal’ denominada economia política. Em 1537, os Grão-Duques Medici, antecipando o que é geralmente aceito como o início do período mercantilista, já operavam práticas que poderiam ser chamadas de mercantilistas ou cameralistas (BROWN, 1983; LITCHFIELD, 1986; *apud* REINERT 2005, p. 28). E, depois disso, continuaram assessorando

---

<sup>39</sup> Este conceito, utilizado por Fiori para analisar a atuação dos Estados Unidos para o contexto da década de 90, é usado por nós neste trabalho como algo intrínseco ao sistema interestatal, que ocorre em diversos momentos da história.

<sup>40</sup> As instituições definem as “regras do jogo da sociedade”. Ver (MEDEIROS, 2001) para uma análise profunda deste tema, partindo do seminal estudo do economista Douglas North.

reis, e logo após chefes de Estado. Não por acaso um dos fundadores da economia política, Willian Petty, foi conselheiro do estadista Oliver Cromwell no processo de formação e expansão do poder econômico e político da Inglaterra no século XVII; o ‘mercantilista’ Jean-Baptiste Colbert era um dos mais estimados assessores de Luis XIV, grande rei da França; e Alexander Hamilton, um dos *founding fathers* dos Estados Unidos, foi uma das pessoas mais importantes para a arquitetura econômica e política da potência do Estado mais forte na atualidade. (LIST, 2009; CHANG, 2002; REINERT, 2008; ARRIGHI, 1994; FIORI, 1999, 2001). Portanto, estamos diante do fenômeno de formação histórica dos estados nacionais: a consolidação de uma autoridade central com o arcabouço institucional de um Estado, com interesse e identidade nacional, cuja legitimidade é respaldada por seu poder militar e econômico e pelo desenvolvimento de suas leis e ordem, da cultura, da formação do ‘caráter de um povo’; eis aqui nosso objeto de análise: a ‘governamentalidade’ da civilização capitalista em perspectiva histórica.



### 3 INSTAURATIO MAGNA E O ‘ESPÍRITO DO CAPITALISMO’

#### 3.1 A REFORMA E A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Quando Braudel escreveu sobre a ‘longa duração’ e o tempo do mundo, ele quis passar uma importante mensagem sobre a imensidão do tempo histórico; considerar sempre sua multiplicidade, mas também sua unidade, sua orgânica coesão diacrônica, com lampejos de sincronicidade (BRAUDEL, 1985). Em nosso trabalho estamos tratando das conexões da história da filosofia com a história de fato, tendo como objeto de análise a civilização capitalista, em especial a ‘arte de governar’ das grandes potências. O fato de o Renascimento e a Revolução Científica terem acontecido durante o ‘longo século’ XVI, período de formação dos estados nacionais, nos parece capital. Houve outro evento histórico fundamental, com grande relevância para transformações históricas na transição da Idade Média para a civilização moderna, também presente neste período: a Reforma Protestante. Nossa intenção é demonstrar como se desenrola historicamente o jogo entre forças sociais clero, nobreza, rei e ‘terceiro estado’, que dá origem e sustenta os projetos de Estado nacional moderno na Europa, característicos da civilização capitalista. Sabemos da ascensão da burguesia e das hierarquias do dinheiro, mas, se estamos trabalhando a legitimidade do poder, é interessante aprofundar o entendimento histórico sobre que coloca a ciência e a economia no lugar de Deus, e como este longo processo se desenrola.

(...) numa época em que o pós-morte era tudo, em que a posição social do cristão dependia de sua admissão à santa ceia (...) a atuação do líder religioso na cura de almas, na disciplina eclesiástica e na pregação exercia uma influência da qual nós modernos simplesmente *já não somos capazes de fazer a menor ideia*, os poderes religiosos que se faziam valer nessa *práxis* foram plasmadores decisivos do caráter de um povo”. (WEBER, 2006, p.141 grifos do autor)

A longa aliança dos senhores feudais com o poder eclesiástico é um fundamento da história medieval. As primeiras grandes guerras de conquista e reconquista que moldaram o continente europeu foram contra os não-cristãos, as Cruzadas, “Guerras Santas” contra os considerados “infiéis”, ‘povos de outra civilização’. Segundo alguns autores, a própria identidade da Europa como continente depende de seu contraponto às civilizações árabes (FIORI, 2001; PIRENNE, 1992). A competição pela sobrevivência na guerra com outros reinos é um dos traços mais antigos da humanidade, presente na própria mitologia. Desde a guerra de Arjuna e Krishna no *Baghavad Gita*, datada de alguns milênios atrás, dos rompantes helênicos de Aristóteles sobre a defesa contra os “bárbaros”, da fronteira com o Islã da formação da Europa desde o início da Idade Média, com reflexos presentes até agora, no século XXI. A

divindade, ou a retórica do poder espiritual, quase sempre participou e conferiu legitimidade às guerras dos homens, em maior ou menor grau. Em relação à formação histórica da civilização capitalista moderna, como já ressaltado, nos séculos XI e XII houve uma espécie de “renascimento”, um grande crescimento econômico e populacional que permitiu o surgimento de muitas cidades. Neste contexto, do ponto de vista da gênese e desenvolvimento da aristocracia medieval, as “Guerras Santas” foram o Jogo das “Guerras”, coroando os reis e barões que mantiveram ‘unidades de poder’ aptas a entrar no “Jogo das Trocas”.

Pode-se concluir, em suma, que o resultado duradouro e essencial das Cruzadas [e, de um modo geral das guerras contra os não cristãos no Mediterrâneo] foi ter ele dado às cidades italianas em menor grau, às de Provença e Catalunha, o domínio do Mediterrâneo. Conquanto não conseguissem arrebatar o Islã os lugares Santos, e se unicamente subsistiram as conquistas realizadas à princípio – alguns postos nas costas da Ásia Menor e nas Ilhas -, as Cruzadas permitiram ao comércio marítimo da Europa ocidental, não só monopolizar, em proveito próprio, todo o tráfico desde o Bósforo e a Síria até o estreito de Gibraltar, mas também desenvolver uma atividade econômica (...) que devia propagar-se, pouco a pouco, a todas as regiões situadas ao norte dos Alpes (PIRENNE, 1963 *apud* METRI, 2014, p. 113)

De fato, o ilustre rei francês Luis IX liderou a sétima (1248-1250), e oitava cruzadas (1270) no Egito, e por seus feitos foi canonizado como São Luís pela Igreja Católica (METRI, 2014). Antes dele seu pai Filipe II de França (1165-1223), junto e separado de seu amigo e inimigo Ricardo Coração de Leão (1147-1199), da Inglaterra, lutou guerras Santas e não-santas, conquistando riquezas e territórios, já esboçando os Príncipes do ‘longo século XVI’ e mais além. As Cruzadas seguramente abriram os mercados, tanto que Marco Polo escreve no século XIII, e conta de suas aventuras no reino de Kublai Khan, trazendo inúmeros presentes e manufaturas. A “Silk Road” foi uma estrada mitológica para os europeus. Os entrepostos comerciais estratégicos das economias-mundo foram essenciais para tecer a aliança entre a geometria do poder e a geometria da riqueza e portanto necessários para consolidar monarquias e fortalecer os projetos de poder das Casas principescas vencedoras das guerras, que eram protetorados militares para o comércio (BRAUDEL, 1985; ELIAS, 1939. FIORI, 2001). As monarquias se fortaleceram com os tesouros e pilhagens da guerra, e tratavam sempre de enriquecer seus cofres para pensar na próxima, como os romanos, o que explica o início dos impérios coloniais no ‘longo século XVI’ (1450-1650). O grande negócio de financiamento de guerras já estava presente nesta época, no caso, nas cortes das grandes monarquias em formação sempre havia um “judeu da corte” (*court jew*)<sup>41</sup>, para driblar a questão da usura e financiar as

---

<sup>41</sup> Ver (BARON, 1960), *Newer Approaches To Jewish Emancipation..*

próprias guerras Santas. O banqueiro Aaron Lincoln, no século XII, emprestava dinheiro para a Igreja Católica e para o rei da Inglaterra Henrique II (1133- 1189), pai de Ricardo Coração de Leão; e era estimado na época que este ‘homem de negócios judeu’ fosse mais rico que o próprio rei<sup>42</sup>. Era o modo pelo qual a própria Igreja e os reis driblavam o pecado da usura, que legou aos judeus o estigma de “povos do dinheiro”. Este foi um momento muito curioso nas estruturas de poder na Igreja dos primeiros séculos após a virada do milênio. Alguns estudos colocam, por exemplo, padres e bispos como tendo um papel na criação do jogo monetário (METRI, 2014).

De acordo com nossa pesquisa, a ‘arte de governar’ presente na governamentalidade capitalista é constituída pelo “Jogo das Trocas” e o “Jogo das Guerras”. Podemos considerar, inclusive, que o próprio comércio em si tem um caráter extremamente profundo e quase mitológico de ‘longa duração’ do ponto de vista do encontro entre civilizações e diferentes ‘povos’<sup>43</sup>. Na interpretação de Max Weber, os interesses político-sociais e comerciais foram força motriz de um processo de emancipação da burguesia, do surgimento de uma certa lógica do Estado, em contraponto a formas antigas de regulamentação econômica medieval, e também com algum tipo de oposição a poderes religiosos (WEBER, 2006). Portanto, para explicar o processo histórico de desenvolvimento da civilização capitalista, temos de responder como o comércio, o *amor ao ganho*, as atividades bancárias e outros empreendimentos com intenção de *lucrar*, que eram antes considerados ímpios e foram desprezados por séculos, se tornaram gradualmente não apenas a Razão de Estado, mas também a ética de cada um em uma sociedade meritocrática de livre-mercado nos desdobramentos posteriores do ‘longo século XVI’.

O espírito do capitalismo é trabalhar, lucrar e ser considerado socialmente, e aos olhos de Deus, um vencedor – isto seria a Glória. Portanto, isto seria o fim de toda uma ideia de vida que permeou a Idade Média por um longo tempo, herdeira de São Paulo e Santo Agostinho, da confiança no fato de os padres da Igreja Católica terem o poder de conceder a salvação eterna. A fé passiva e penitente se desvanece, pois, a vida começa a acontecer durante a existência material, não depois. Como foi dito na introdução, os resultados da Reforma Protestante acabam equacionando o problema da espiritualidade e de Deus através da própria religião; considerando a questão da vida eterna e os grandes rituais católicos como um “paganismo” arcaico que

---

<sup>42</sup> Ver (CHAZAN, 2006), “The Jews of Medieval Western Christendom, 1000–1500”

<sup>43</sup> De acordo com Geraci (2011), a fundação de Roma é muito ligada ao fato da região ter funcionado como entreposto comercial entre ‘povos gregos’ e ‘povos fenícios’. O caráter civilizatório do comércio também sempre esteve presente.

deveria ser erradicado<sup>44</sup>. Ainda assim a Igreja permanece, agora com menos força, presente na balança de poder entre clero, nobreza, rei e ‘terceiro estado’. Assim, o caminho se abriu para o desenvolvimento econômico como fundamento do Estado, e depois do ‘longo século XVI’, inaugura-se a ‘época mercantilista’ (século XVII); quando o poder de coroar imperadores passou cada vez mais do poder espiritual do papa para o poder financeiro dos burgueses e integrantes das hierarquias do dinheiro. O estudo da questão exige compreender a lentidão dos processos históricos, e as relações de força social que vão transformando costumes e alterando a forma de constituir o poder na própria vida material por meio da dimensão imaterial, um eterno diálogo entre estrutura e superestrutura<sup>67</sup>. A Reforma foi um movimento histórico iniciado pelos problemas enfrentados pela Igreja no século de Maquiavel (XVI), e faz parte da construção de nossa visão de ‘realismo político’. A degeneração da Igreja Católica e de seus principais eclesiásticos como o papa Alexandre VI e muitos outros, somada à transformação dos costumes e condições materiais e o florescimento da ciência; foram a força motriz que levou afinal Lutero a afixar na porta da Igreja de Todos os Santos em Wittenberg suas 95 Teses sobre a Reforma, em 1517. Isto inaugurou um período histórico sem igual nas sociedades europeias, que tinham a Igreja como um fato exógeno de suas vidas havia incontáveis séculos. Depois de Lutero, surgiu a oportunidade de cada um ser o próprio intérprete da Bíblia, “endogeniza-se a palavra de Deus”, e ela deixa de ser absoluta. Para Max Weber, nos escritos de Lutero o conceito mais importante a ser trabalhado na relação entre a Reforma e o ‘espírito do capitalismo’, é a questão da vocação do ser humano. A valorização do cumprimento do dever, e da honra, no seio das profissões mundanas como a mais alta realização moral para o ser humano – ou seja, a ética burguesa do trabalho e merecimento tem seu trunfo espiritual contra a atividade perdulária dos lordes nobres ‘predestinados’.

A ascese-cristã, que de início fugira do mundo para se retirar na solidão, a partir do claustro havia dominado eclesiasticamente o mundo, enquanto a ele renunciava. Ao fazer isso, no entanto, deixou de modo geral intacta a vida cotidiana no mundo com seu caráter naturalmente espontâneo. Agora ela ingressa no mercado da vida, fecha atrás de si as portas do mosteiro e se põe a impregnar com sua metódica justamente a vida mundana de *todo dia*, a transformá-la numa vida racional *no mundo* (...) (WEBER, 2006, 139)

Neste contexto, mantêm-se a religião e a Igreja, mas, como preconizou Hobbes, para todos os âmbitos da sociedade a fé, o espiritual e o divino são gradualmente desvinculados dos

---

<sup>44</sup> “O puritano genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo o vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento da *superstition*, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental”. (WEBER, 2006, p. 96)

sistemas de pensamento modernos. No caso, o trabalho de Weber nos faz ver esse fenômeno na própria religião, por isso em nossa visão ele equaliza as soluções do problema da espiritualidade, ou supera os obstáculos que a fé católica impunha à evolução da ciência do desenvolvimento econômico. A princípio, pensar no sistema interestatal e na ‘arte de governar’ capitalista sempre nos leva a pensar nas grandes potências, ou nos principais Estados do pequeno “clube de nações” de países mais ricos do mundo. Quando falamos de sua origem e práticas fundamentais, nos lembramos sempre da Inglaterra. Reforçamos que esse é um movimento coletivo dos estados nacionais europeus, mas em muitos aspectos a Inglaterra parece ser um ‘exemplo paradigmático’\* perfeito para compreender o movimento histórico da civilização capitalista. As palavras fortes de Max Weber, sobre viver *no mundo* de forma racional tudo tem a ver com o *imperium hominis* de que nos fala o filósofo inglês Francis Bacon. Como foi colocado, um dos fundadores da ciência moderna, ele defendeu a *instauratio magna*, reforma no conhecimento em nome da concentração nos fatos concretos da vida material, e a não prestar atenção à “ídolos” transcendentais. Isto tem uma conexão direta com a diminuição do poder da Igreja Católica, e da diferente resposta civilizacional apresentada pela ciência moderna, da qual Bacon foi um dos principais expoentes. Não obstante sua filosofia, em sua biografia e em muitos de seus escritos, é notório o fato de Francis Bacon ter sido um importante político e estadista do governo. Ele era conselheiro particular da rainha Elizabeth I (1533-1603), nos fins do século XVII, e dizia que tinha três objetivos na vida: desvendar a verdade, servir a seu país e servir a sua igreja. Elizabeth I era filha de Henrique VIII (1509-1547), o segundo rei da dinastia Tudor e fundador da Igreja anglicana, responsável pela cisão definitiva com a Igreja Católica. De fato, o tio de Oliver Cromwell, que “cortou a cabeça do rei católico”, foi Thomas Cromwell, um dos principais conselheiros de Henrique VIII durante a Reforma Protestante na Inglaterra, que infelizmente perdeu sua própria cabeça a mando de seu amigo o rei, entre as muitas conspirações do “Jogo dos Tronos” inglês da daquela época (ELTON, 1973).

Antes de perder a cabeça, porém, o clérigo inglês de origem simples Thomas Cromwell teve uma grande participação na Reforma Inglesa. Em nossa chave de interpretação, a corte, o parlamento, os “clubes da alta sociedade”, todos esses cenários são relevantes para os processos de legitimação e exercício do poder, em termos de aclamar o consenso ou exercer o *status* do poder coercitivo. Naquele contexto, o divórcio de Henrique VIII de Catarina de Aragão foi a justificativa para romper com a Igreja Católica. Em sessão do parlamento de 1532 — Cromwell, como primeiro-ministro — anunciava uma mudança de curso: as principais fontes de renda papal foram cortadas e a legislação eclesiástica foi transferida para o rei (IBID). A sessão do ano seguinte trouxe a lei fundamental para a Reforma Inglesa: a Lei de Restrição de Apelações,

de 1533, que vedava as apelações a Roma (permitindo assim o divórcio na Inglaterra sem a necessidade da permissão do Papa); O discurso redigido por Cromwell é uma síntese magnífica da ‘governamentalidade capitalista’ e de fato pioneiro, gerador e originário da ‘arte de governar’ do sistema interestatal:

“Quando, por seguidores de diversas histórias e crônicas velhas e autênticas, é manifestamente declarado e expressado que este Reino é um Império, e assim tem sido aceite em todo o mundo, governado por um Chefe Supremo (da Igreja) e Rei tendo a dignidade e o real estatuto de Coroa Imperial do mesmo, a quem um corpo político compacto de todos os tipos e classes de cidadãos divididos em termos e por nomes de Lords Spiritual e Lords Temporal, sejam sagrados e devam suportar ao lado de Deus uma obediência natural e humilde.” (ELTON, 1973).

Monarcas ingleses anteriores declararam-se Imperadores por mandarem em mais de um reino, mas naquela lei ele discorre em outro sentido. O Reino da Inglaterra foi declarado Império por si só, livre da "autoridade de qualquer potentado estrangeiro". Isso significa que a Inglaterra era agora um Estado nacional soberano e independente, não mais sob a jurisdição do papa; e que naquele Estado-nação, onde o rei era o Chefe Supremo da Igreja, tanto os lordes por direito espiritual quanto os lordes por direito temporal tinham voz. Desenha-se o lento e difícil alinhamento de interesses entre os “burgueses e os nobres” na “Câmara dos Lordes” e a “Câmara dos Comuns”. Este é o contexto histórico político antes da Revolução Gloriosa, no qual, no bojo da Reforma, Inglaterra e Holanda foram fortemente influenciadas por variadas correntes do protestantismo como o calvinismo e o pietismo (uma variação dentro da crença luterana), ambas com “afinidade eletiva com o ativo empresário capitalista burguês.” (WEBER, 2006).

“(...) verdadeiro clarão de aprovação de aprovação ética envolve o *self-made man* burguês: *God belesseth his trade* {Deus abençoa seu negócio} era expressão usual quando alguém se referia àqueles santos que haviam seguido com sucesso os desígnios divinos, e todo o peso do *Deus do Antigo Testamento*, que remunerava a piedade dos seus já *nesta* vida, haveria de operar na mesma direção para o puritano que, segundo Baxter, controlava seu próprio estado de graça comparando-o com a constituição anímica dos heróis bíblicos e interpretava assim as sentenças da Bíblia “como parágrafos de código de leis” (IBID, p. 149)

A história do parlamento inglês desenvolveu-se a partir do conselho que auxiliava o rei durante a Idade Média. Este conselho real era composto frequentemente como o "Parlamento Modelo" (composto em 1295), que incluía arcebispos, bispos, abades, condes, barões, e representantes dos estratos urbanos, compostos de condados e municípios. A nobreza da espada se manteve soberana por muito tempo, mas durante o reinado de Eduardo III (1327-1377), da Casa Plantageneta, o projeto de economia nacional ganhou força e o ‘terceiro estado’ conseguiu

a divisão do Parlamento entre “Câmara dos Lordes” e “Câmara dos Comuns”. A autoridade do Parlamento continuou a crescer e, no início do século XV, e esteve fortemente conectada ao processo de fortalecimento da autoridade central, de seu território e da consolidação de suas forças políticas; ao contrário da França, a predominância de uma Casa na família real foi difícil, e a Guerra das Rosas (1455-1485) enfraqueceu seu poder na divisão da dinastia Plantageneta entre Lancaster e York<sup>45</sup>. No fim, com ambas enfraquecidas, sobe ao poder a dinastia Tudor, com bastante espaço para as hierarquias do dinheiro e sua aliança com o rei. Portanto, tudo indica que a coalizão interna de forças na Inglaterra contou com um papel cada vez mais presente da força do ‘terceiro estado’ desde o início da construção de sua institucionalidade política, que foi importante no projeto ‘mercantilista’ conduzida pelos soberanos da dinastia Tudor. (CHANG, 2002; REINERT, 2007).

Francis Bacon era considerado por seus pares na época como um ‘liberal’ e reformista, e era um estrategista de Estado nato, assim como os Cromwell. Por isso defendia com firmeza o fortalecimento da coroa britânica face aos desentendimentos entre nobres sobre fronteiras e territórios. Advogou no parlamento, com firmeza e eloquência, pela união entre Inglaterra e Escócia e pela formação da Grã-Bretanha. No âmbito de um estudo sobre o capitalismo em clave civilizacional, ao se juntar seu lado filosófico a seu lado político a expressão *imperium hominis* soa de modo diverso, como um eco na história. Grande estudioso da civilização romana, Bacon traça um paralelo da história política romana com as guerras medievais entre (gauleses, francos, saxões e normandos), e também as modernas (entre o império espanhol e o império turco), chegando através da razão e do conhecimento indutivo, à conclusão de que as armas e a preparação para a guerra são o fundamento dos Estados e dos Impérios.

“Os romanos, ainda que gostassem de estender os limites de seu império, para grande honra de seus generais, quando acabada uma guerra, nunca se fundamentaram nessa para começar outra. Primeiro, então, as nações que pretendem à grandeza devem ter isto: que sejam sensíveis a agressões contra fronteiras, comerciantes ou ministros; e que eles não se demorem muito em revidar a provocação. Segundo, devem ser rápidos e prontos a dar ajuda e socorro aos seus confederados, como sempre foi com os romanos; pois, se o confederado tivesse liga defensiva com diversos outros Estados, e, diante de ameaça de invasão pedissem sua ajuda, eram os romanos que sempre tomavam a dianteira, e não deixavam a honra a nenhum outro”. (BACON, [1597], 2007, p.183)

Efetivamente, muitas vezes a ‘belicosidade’ dos Estados europeus parece ser um resquício de ‘longa duração’ de sua origem romana, já que os reis bárbaros da baixa idade média

---

<sup>45</sup> Grande guerra dentro do núcleo aristocrático inglês após a Guerra dos 100 anos (1337-1453).

se caracterizaram por sua integração com a *romanité* que restou da desintegração do Império no ocidente (PIRENNE, 2013). Não por acaso, a última religião do Império foi justamente o cristianismo da Igreja Católica, “herdeira” do Império Romano. Os herdeiros destes antigos reis possuíam sua ideia de grandeza e Glória e agiram no mapa do tabuleiro geopolítico e geoeconômico da Europa do ‘longo século XVI’, no qual além do desafio externo da constante rivalidade entre as ‘unidades de poder’, havia a questão diretamente ligada a este desafio, da coesão interna e nível de poder dessas ‘unidades’, que dependia de uma complexa articulação de forças entre nobreza, clero e burguesia. O que seria, então, vital para a Glória de um Estado ou do Rei? A benção de Deus, sim, e assim foi por muito tempo; porém, já em meados do século XVI a frase do padre milanês Giovanni Botero destaca principalmente o poder da indústria. Os Conselheiros do Príncipe, autores ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’, sabiam que a produção, principalmente a indústria, e o comércio eram as chaves de uma forte economia nacional. Por esta razão, sempre tiveram muita atenção ao desenvolvimento de instituições que representassem os interesses e a Glória do Estado perante seus rivais na luta pelo poder e pela riqueza. A Glória de um país passa a depender de uma estrutura institucional cada vez mais coesa, afinada à crescentes desafios de natureza econômica e militar, perante o contexto de rivalidades internacionais e o ‘dilema de segurança’.

De fato, a análise de Marx sobre o processo de acumulação primitiva corrobora esta visão em grande medida, trazendo a dimensão institucional do ‘mercantilismo’ inglês, ainda mais fortalecido pela reforma, fazendo uma operação de ‘ortopedia institucional’<sup>46</sup> de dimensões imensas na Inglaterra, que podem ser consideradas como pilares da própria revolução industrial.

“Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos rapazes favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassallos hereditários e açambarcaram suas propriedades. (MARX, 2013, p. 792-793)

Isso está presente na análise do processo histórico lento das civilizações —leis, polícia, exércitos; instituições (FOUCAULT, 2008); este processo de controle se intensifica com o

---

<sup>46</sup> Frase utilizada pelo professor Ernani Torres Filho, UFRJ, para exemplificar processos de transformação arbitrária da estrutura social por parte do Estado, em nome de objetivos políticos ou econômicos.



fortalecimento das hierarquias do dinheiro, e seus mais diversos veículos geradores de capital. A ascensão de um empresariado industrial forte na Inglaterra tem raízes profundas, que vão gradualmente se desenvolvendo ao longo da história, fortalecendo a formação de um Estado nacional cada vez mais autônomo, ainda no contexto de uma longa dominação histórica da Igreja; mas agora, no contexto da Reforma, podemos observar mais “espaço para agir”, visto que o trabalho e o ‘amor pelo ganho’ estavam se harmonizando com os códigos e costumes da época. Em nossa visão a Inglaterra é pioneira neste processo, e é importante trazer a luz ao fato de que a Reforma foi um passaporte para a legitimidade social e política das hierarquias do dinheiro e do trabalho da burguesia.

Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob velhas condições, já inexistentes (MARX, 2013, p. 806)

Com o trabalho sendo “dignificado” por Deus ao máximo na apropriação inglesa da fé, e nos fundamentos de sua Igreja anglicana, além de nos desdobramentos das outras religiões protestantes, é possível observar que há, efetivamente, um contexto muito propício para que o Estado neste momento comece a ser moldado de modo a atender o ímpeto imperial capitalista que estava sendo gestado. Deste contexto econômico se aproveitará o sobrinho de Thomas Cromwell, o lendário Oliver Cromwell. No processo efervescente da guerra civil inglesa vivido por Thomas Hobbes, Oliver Cromwell se tornou um estadista (ELTON, 1973). E as constantes exigências do grupo de Cromwell no parlamento da monarquia constitucional deixaram o rei Carlos I (1625-1649) sem ação diante da pressão política e este foge para a Escócia. Teve início uma guerra civil que iria durar de 1642 até 1645. No Parlamento, Oliver Cromwell foi um líder político e militar que se destacaria na história da Grã-Bretanha. Originário dos grupos de produtores reais progressistas, com nobreza híbrida por ser filho de Elizabeth Stuart; puritano, e homem de personalidade forte e carismática, organizou o exército do parlamento como uma organização mais democrática, em que a ascensão se dava por mérito e os soldados participavam de comitês que tomavam decisões, os chamados "cabeças redondas", devido ao modelo de elmo que usavam. No rastro do Novo Exército, surgiu também um partido, os niveladores ("levelers"), pequenos proprietários que defendiam a república, o direito de voto e de representação no Parlamento a todos os homens livres, que foram uma das maiores forças do exército (MARX, 2013) contra o rei católico. No fim o próprio Cromwell tornou-se um

ditador e a monarquia foi restaurada em meio ao caos político. Mas, acima de tudo, as reformas institucionais da fundação da República de Cromwell foram tão ou mais importantes que a cabeça do rei decapitado Carlos I. E mesmo depois da restauração da monarquia absoluta da dinastia Stuart, as ações políticas e econômicas de Cromwell reverberaram pelos anos seguintes, sendo a mais notória delas os *Navigation Acts*, de 1648, que ordenava todo o comércio feito com a Inglaterra a ser feito com navios ingleses, e por este motivo principalmente ele é ainda hoje um dos mais célebres estrategistas de Estado da história do capitalismo.

A Revolução Gloriosa de 1688-89 aconteceu em um contexto de forte rivalidade entre protestantes e católicos. Havia forte pressão contra Jaime II, rei católico da dinastia Stuart, que ainda piorava a situação por ter fortes inclinações absolutistas. A Inglaterra vivia o processo da sua transformação em um espaço social e economicamente unificado, com um projeto nacionalista de Estado da República de Cromwell à pleno vapor. Os maneirismos medievais do rei católico irritavam os apoiadores de um processo de reforma institucional mais moderno do Estado; e a atmosfera já era tensa enquanto a sucessão da coroa ia para a filha protestante de Jaime II, Maria, mas quando este teve um filho homem que representaria a dinastia Stuart na sucessão, rapidamente as forças políticas do Parlamento se colocaram em marcha e os partidos *tory e whig* se uniram em uma conspiração contra o rei católico, aliando-se ao rei protestante das recém-formadas Províncias Unidas (Holanda), grande força comercial na geopolítica do século XVII que estava, assim como a Inglaterra, em guerra contra a França (KENNEDY, 1988). Os políticos e líderes religiosos ingleses teceram esta aliança, e, quando desembarcou um grande exército neerlandês na Inglaterra, Jaime II fugiu e Guilherme III, de Orange assumiu o poder. Isto nos mostra um contexto internacional de rivalidades intensas, mas também de importantes alianças e laços de família entre as famílias nobres da Europa, já que Guilherme era casado com a filha mais velha do rei decapitado Carlos I.

Segundo Marx, naquele momento aconteceu um dos maiores saques das terras da Igreja e do dinheiro da coroa, e a nova aristocracia fundiária se uniu às altas finanças e a seus interesses protecionistas (MARX, 2013). Da parte da Inglaterra pode-se dizer se tratou de um processo histórico de fortalecimento de sua “estrutura institucional, territorial, econômica e política”, do Estado inglês, agora mais evoluído que uma simples Casa de uma família de guerreiros. Nesse caso, a própria dinâmica de poder interna realizou expropriação da Igreja e de muitas terras da Coroa foi dinheiro suficiente guerras das serviu para consolidar as posições internas da Inglaterra, e a Grã-Bretanha foi efetivamente fundada com a junção das coroas inglesa e escocesa no Ato de União em 1707 (FINDLAY & O’ROURKE, 2007). Assim se realizou o grande projeto de unificação do território do ‘mercantilismo’/Razão de Estado da

Inglaterra. O processo começou com a desistência das posições no continente, quando da derrota do rei João Sem Terra para Felipe II de França na batalha de Bouvines em 1214, quando a Inglaterra deixou (pela primeira vez) a maior parte de seus territórios no continente. Os conflitos territoriais e dinásticos tiveram sua expressão mais intensa na Guerra dos 100 anos (1337-1453), por meio da qual se forjaram em grande medida as identidades de nação de Inglaterra e França, e a Inglaterra, conforme mencionado, finalmente desistiu dos territórios no continente. De fato, para Arrighi a Inglaterra só se tornou um grande poder econômico e militar quando explorou sua insularidade (ARRIGHI 1994). Com efeito, sabemos do importante movimento intrainperialista que as Casas reais empreenderam para consolidar seus territórios (FIORI, 2001). Marx discorre em sua análise histórica do desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação primitiva do capital, especialmente na Inglaterra. A nosso ver, um processo de ‘ortopedia institucional’ conduzido pelo poder vencedor da Revolução Gloriosa tem tudo a ver com o sucesso de sua expansão.

A Reforma e a Revolução Gloriosa foram passos decisivos para a constituição de um Estado que instituisse em suas leis e sistema de governo as conquistas da liberdade individual, da propriedade privada do comércio e do trabalho. Constituíram uma reformulação muito profunda sob o aspecto do arquétipo da Glória, originária da doutrina do ‘liberalismo’ e das inúmeras consequências relevantes para a transformação das condições materiais e imateriais, das relações sociais, do desenvolvimento das forças produtivas e do clima cultural e intelectual, com seus códigos de ética e honra. A análise desse conjunto de fenômenos nos parece ser a contribuição mais importante do ensaio sociológico extremamente fecundo de Max Weber, que contribuiu muito para a ideia de a Inglaterra ser uma espécie de primeira síntese institucional da ‘arte de governar’ no contexto da civilização capitalista (ARRIGHI, 1994; CHANG, 2002; FIORI, 2001; FOUCAULT, 2008; HOBBSBAWN, 2014). Segundo o historiador inglês Arnold Toynbee, as civilizações não evoluem por superioridade de recursos naturais ou localização geográfica, mas sim através das respostas que dão aos desafios históricos (TOYNBEE, 1976). Em nossa visão, a Inglaterra passou por um processo de inovação institucional, de natureza essencialmente social, jurídica, organizacional e financeira, que foi um verdadeiro xequemate (em termos de desafio-resposta) em seus principais rivais na geopolítica e geoeconomia da Europa. E, portanto, tendo em vista o ‘dilema de segurança’ e a luta pelo poder e riqueza, todos os países fundadores do sistema tinham que dar resposta àquele mesmo desafio.

Pela clareza e abrangência do processo, escolhemos a Inglaterra para aprofundar nossa análise sobre ‘espírito e dinâmica’ do capitalismo. Podemos ainda sugerir que, apesar da centralização de poder da monarquia ser um fato difícil para os outros lordes nobres, depois que

esta já estava consolidada eles puderam compreender o interesse do rei. A *instauratio magna* que os interesses burgueses promoveram na Inglaterra em nome deste processo imperial foi profundamente traumática para as tradições medievais e lordes nobres, tanto de acordo com o ensaio sociológico de Marx no capítulo XXIV do “Capital”, como também de Weber na “Ética Protestante”, já que os códigos de honra e terras de muitos lordes foram violados durante as reformas institucionais que tiveram expressão maior na Reforma e Revolução Gloriosa. Mesmo assim sabemos que esta foi defendida pelos principais intelectuais da época, antes e durante a fundação da própria economia política inglesa. Assim, fica fortalecido o argumento de que a burguesia não cancelou a nobreza e o rei assumindo o poder sozinha; pelo contrário, muitas tradições e instituições medievais foram mantidas por um longo tempo. É, no entanto, possível observar que a burguesia convenceu as outras ‘classes’ de que seu poder é a melhor solução, caracterizando um certo tipo de poder hegemônico\*, de direção do governo. De acordo com Hobsbawn, “as mais extremadas declarações da economia política da classe média vieram de membros da Câmara dos Lordes no século XVIII (HOBSBAWN, 2014, p.22). Assim, ciência, economia, meritocracia e a guerra são os grandes argumentos e ferramentas das novas dinastias das hierarquias do dinheiro em sua tempestuosa aliança com os poderes tradicionais.

### 3.2 OS PROTAGONISTAS DA “ÉPOCA MERCANTILISTA”

Difícilmente seria mais imprudente dar a um filho esbanjador crédito em todo estabelecimento bancário de Londres, do que conceder a um Estadista o poder de emitir letras desta forma para a posteridade. (HUME, [1776], 1983)

O senso comum histórico e teórico normalmente considera o “mercantilismo” e também o “nacionalismo” como fenômenos históricos de épocas específicas, notadamente os séculos XVII, XVIII, e o XIX, mesmo autores de orientações bastante distintas podem concordar neste ponto, como o historiador marxista Eric Hobsbawn e o economista liberal Eli Heckscher (HOBSBAWN, 2014; HECKSCHER, 1943). O presente trabalho propõe uma interpretação diversa, analisando estes dois fenômenos como elementos fundantes da própria civilização capitalista, ‘traços de longa duração’ em sua história; e por isso os analisamos em sua gênese desde os primórdios, como Braudel faz — ao se identificar a dimensão política da evolução dos mercados, as guerras entre as grandes famílias guerreiras e Cidades-Estado são um elemento preponderante no sucesso das ‘estratégias de Estado nacionalistas/mercantilistas’, o que contribui para seu gradual recrudescimento, especialmente quando envolvidos os projetos de Estado nacional mais avançados. Estamos interessados no momento nos ‘protagonistas’ da

“época mercantilista”: os ‘homens de negócio’ mais poderosos das hierarquias do dinheiro, é claro que considerando sua aliança com reis, nobres, líderes religiosos e intelectuais, principalmente nos Estados que dominaram a geopolítica mundial no período (séculos XVII e XVIII), notadamente Inglaterra e Holanda, com menções muito relevantes à França, e também ao Império Espanhol e a Casa dos Habsburgo.

Uma das principais virtudes da análise histórica de ‘longa duração’ de Fernand Braudel é a ideia de *contramercado*, fruto de sua percepção de que o capitalismo se decidiu, e continua se decidindo verdadeiramente, no campo das hierarquias sociais (BRAUDEL, 1985). Ele observa, no contexto geopolítico do circuito comercial das ‘economias mundo’, e construção histórica das principais praças de comércio da Europa, a presença de dois tipos de circulação na economia: a circulação A, das trocas cotidianas do mercado, dos salários e do comércio local entre grandes e pequenos atores; e a circulação B, que se apresenta quando vamos subindo na hierarquia das trocas, onde os ‘homens de negócio’ libertam-se das regras do mercado tradicional e os ‘homens de negócio’ concentram em suas mãos enormes somas de dinheiro. O crédito envolvido na circulação B era um fundamento já desde a acumulação originária do comércio de longa distância já antes século XVII, mas com o as ‘grandes navegações’, o jogo se complexificou por conta do imenso aumento dos fluxos de metais preciosos e de um verdadeiro continente de mercados a serem explorados (ARRIGHI, 1994; BRAUDEL, 1985). A força política do ‘terceiro estado’ tem sido sempre ligada a esses líderes das hierarquias do dinheiro, sejam eles banqueiros, mercadores, funcionários públicos ou empresários; operam, na maioria das vezes com a chancela das lideranças políticas, os ‘negócios do *contramercado*’. Na sua essência, o *contramercado* é a suspensão do próprio mercado, é a deturpação das suas regras de funcionamento, substituindo-as por arbitrarias transações individuais, regidas de acordo com os interesses particulares dos envolvidos. É quase desnecessário lembrar do caráter arbitrário e desigualizante dessas transações, também chamados de “jogos privilegiados” ou “grandes jogos capitalistas” que se caracterizam por um acesso limitado de poucos poderosos atores, ‘os grandes predadores do capitalismo’. Segundo Braudel, este é o verdadeiro lar do capital, no qual, por meio do monopólio de direito ou de fato e da manipulação dos preços, são obtidos os “lucros extraordinários” que são o motor da dinâmica capitalista (BRAUDEL, 2006; FIORI, 2001, ARRIGHI, 1994).

Em seu livro, a “Dinâmica do capitalismo”, Braudel estuda esse processo focado nas Cidades-Estado mais fortes da Europa, com suas grandes cidades como centro das ‘economias

mundo’, e identifica “um grande grupo de negociantes que se destaca claramente da massa dos comerciantes e que neste grupo, por um lado, é muito restrito e, por outro lado, está sempre ligado ao comércio de longa distância – entre outras atividades” (BRAUDEL, 1985). É o *négociant français*, o *negoziante* italiano ou o *merchant* inglês; o mestre da ‘arte mercantil’, com inúmeros negócios, desde a imprensa até a especulação de moedas com as letras de Câmbio (METRI, 2014), que sempre esteve ligado aos bancos desde o início. Esta foi uma das grandes artes da *froda* (esperteza) das dinastias do dinheiro, que sempre dependeram da nobreza da espada, mas foram ganhando autonomia no desenvolvimento da economia monetária, e nas oportunidades que se apresentavam. E Braudel pergunta se em outras civilizações esses ‘capitalistas’ são amigos ou aliados do Príncipe, como na Europa, já que desde sempre uma natureza do ‘homem de negócios’ é circular em praças de comércio estrangeiras para encontrar outros ‘homens de negócio’. Como vimos anteriormente, a economia-mundo é vista como um conjunto de círculos concêntricos: os centros de poder, as zonas intermediárias e as periferias do sistema; trata-se da justaposição, da coexistência de sociedades que vão desde aquelas já capitalistas até sociedades onde se impera a servidão. Este é mais um dos sincronismos e simultaneidades das estruturas da história. “Daí o peso da afirmação de Wallerstein: o capitalismo é uma criação as desigualdades no mundo: para se desenvolver precisa da convivência da economia internacional” (BRAUDEL, 1985, p.97).

O esplendor, a riqueza, a felicidade de viver, concentram-se no centro da economia-mundo, no seu coração. Aí os raios de sol da história fazem cintilar as mais vivas cores, aí se evidenciam os preços e salários elevados, a banca, as mercadorias “príncipescas”, as indústrias lucrativas, as agriculturas capitalistas. E aí se situam o ponto de partida e o ponto de chegada dos tráficos de longa distância, o fluxo dos metais preciosos, das moedas fortes e dos títulos de crédito. Digamos que uma modernidade econômica em progresso aí se instala integralmente: um viajante que tivesse visto Veneza no século XV, Amsterdam no século XVII, Londres no século XVIII, ou Nova Iorque atualmente, poderia comprová-lo. E, em geral, vamos encontrar aí, também, as técnicas de ponta e a ciência fundamental acompanhando-as. (BRAUDEL, 1985, p.94)

No caso nos parece, pelo desenvolvimento histórico do capitalismo na Europa, que é muito importante verificar, em um plano mais genérico, a coalizão de forças que dá origem a um determinado fenômeno. No tabuleiro geopolítico e geoeconômico havia a sempre a constante necessidade da guerra como fundamento de organização da vida econômica e evolução das forças produtivas desde o século XII; e aí também havia o jogo das “Moedas”, cuja geografia monetária é fruto da dinâmica de guerras e trocas das ‘unidades de ‘poder’ do

mundo de nações do ‘longo século XVI’, muitos ‘homens de negócio’ fizeram verdadeiras fortunas, notoriamente os banqueiros genoveses e venezianos, que pareciam ‘magos da riqueza móvel’ na época medieval, pois conseguiam trabalhar e levar dinheiro para onde quer que fosse (ARRIGHI, 1994). Como indica a pesquisa do brasileiro Mauricio Metri sobre o desenvolvimento da geografia monetária da Europa, composta pelas diversas autoridades centrais, com moedas fortes e fracas, cada qual batalhando pela consolidação de suas fronteiras políticas, econômicas, e até monetárias; essa é uma *acumulação primitiva* que não deve ser ignorada. A esfera financeira é uma das dimensões mais fundamentais, misteriosas e poderosas do *contramercado*.

“O importante a se depreender é que a letra de câmbio que se desenvolveu e espalhou pela Europa a partir do século XII, instrumento intrinsecamente relacionado ao mosaico monetário que foi se formando ao longo daqueles séculos, permitiu o desenvolvimento de formas de enriquecimento através da arbitragem monetário-financeira. A letra de câmbio não se resumia a uma técnica monetária de auxílio às trocas que exigiam conversão cambial, tampouco se constituía em mais um instrumento de crédito entre tantos que se desenvolviam naquele momento histórico. Seu caráter esteve mais ligado às práticas estritamente de arbitragem, características daqueles tempos, próprias dos antigos “mercadores de câmbio” de outrora, já organizados em grandes redes de desconto e liquidação de créditos e débitos emitidos em diferentes espaços e em diferentes moedas de conta. Uma rede que, para alguns, propiciava uma estratégia de acumulação abstrata, baseada exclusivamente no jogo de compensação e liquidação de posições passivas”. (METRI, 2014, pp. 168-169) <sup>47</sup>

Em nossa visão, não é possível conceber os projetos de Estado nacional modernos sem compreender o movimento histórico em que as hierarquias do dinheiro se constituíram, visto que o encontro do “dono dinheiro” com o “dono do poder” marca o processo civilizador do “mundo de nações” europeu com tanta força. As invenções da riqueza mobiliária remontam

---

<sup>47</sup> Em seu estudo sobre os aspectos políticos do capitalismo, Alfred Hirschman (1979) explora como Montesquieu defende o comércio como ‘interesse civilizador’, em oposição às paixões violentas do Príncipe e “ingerência” Igreja, e dá especial atenção às letras de câmbio. “Através deste meio [letras de câmbio], o comércio pôde evitar a violência e manter-se em toda a parte, sem deixar qualquer rastro (...) Desse modo devemos (...) à avareza dos príncípios o estabelecimento de uma invenção que coloca [o comércio] de algum modo, fora do alcance deles. Foi necessário, desde então, que os príncipes governassem com mais sabedoria do que jamais eles próprios teriam pensado; pois, graças aos acontecimentos, as grandes e repentinas ações arbitrarias por parte dos governantes (*les grands coups d'autorité*) passaram a ser tão ineficazes (...) que é somente a boa qualidade que pode trazer prosperidade [ao príncipe]. Começamos a nos curar do maquiavelismo, e continuaremos a nos curar deles todos os dias. É preciso haver mais moderação nos conselhos de Estado. (HIRSCHMAN, 1979, p. 74)

civilizações, e transformaram estruturalmente as sociedades feudais com golpes lentos e profundos, que se alastraram ao longo da história. As práticas capitalistas europeias parecem ter se apresentado primeiramente nos jogos cambiais dos mercadores e da Igreja, os empréstimos para as Cruzadas e guerras dos lordes nobres e os empreendimentos dos “homens de negócio” por séculos (considerar, por exemplo, a riqueza do banqueiro judeu Aaron de Lincoln no início do século XII!); e seguramente ganham uma nova dimensão no ‘longo século XVI’. É importante, para a compreensão do processo histórico, entender quem eram os homens e grupos de poder por trás das estratégias de Estado, que no jogo de “Tronos” da Inglaterra claramente assume um papel preponderante no projeto de Estado nacional ‘mercantilista’. O ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’, portanto, como um conjunto de princípios, ferramentas e técnicas de governo de uma economia nacional (ou território unificado), tem tudo a ver com os planos dos ‘homens de negócio’ nas cortes da aristocracia medieval, e com a acumulação originária de seu capital, o que indica sua participação ativa nos projetos de unificação territorial do absolutismo. Por esta razão, é muito comum associar o mercantilismo ao absolutismo; nossa pesquisa aprofunda essa articulação à luz da formação histórica dos estados nacionais da civilização capitalista, compreendendo com maior clareza como se realizaram de fato as estratégias de acumulação de poder e riqueza das grandes potências capitalistas, em termos de realidade civilizacional e organização da sociedade. A *civiltá* na prática, é tecida com a agulha da história viva. E isso nos revela o ‘mercantilismo’ como ‘arte de governar’, em termos de unificação e constituição política e institucional do Estado moderno, e os Conselheiros do Príncipe foram grandes representantes das hierarquias do dinheiro. Esta é a explicação da escolha por analisar a gênese da ‘governamentalidade’ inglesa através da forte presença da burguesia e sua atuação política durante a Reforma e a Revolução Gloriosa; assim podemos compreender como o *contramercado* financiou e apoiou as revoluções políticas e científicas e culturais que deram origem posteriormente a uma sociedade industrial organizada institucionalmente através das leis do *mercado*, algo que os ‘homens de negócio’ se especializaram a driblar desde tempos imemoriais (BRAUDEL, 1985). De fato, esta dinâmica histórica marca os governos de toda a Europa.

Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo, mas é seu herdeiro, ora o favorece; ora o desfavorece; ora o deixa expandir-se, ora lhe trava os ímpetus. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado. Na sua primeira grande fase, nas Cidades-Estado italianas, Veneza, Genova, Florença, é a *elite* do dinheiro que detém o poder. Na Holanda, no século XVII, a aristocracia dos Regentes governa de acordo com o interesse e as diretrizes, mesmo, dos homens de negócio, negociantes ou financeiros. Na Inglaterra, é a revolução de 1688 que marca o advento dos negócios à holandesa. A França apresenta um atraso de mais de um



século: é com a revolução de julho, em 1830, que a burguesia negociante se instala, por fim, confortavelmente, no governo. (BRADUDEL, 1985, 70)

Nota-se a ausência do Império Espanhol e de Portugal nesta seção e em grande parte de nosso trabalho. E a razão para isto está em nosso objeto de estudo ser a ‘arte de governar’ dos projetos de Estado nacional vitoriosos à longo prazo no contexto da civilização capitalista. E, de fato, apesar do imenso “império mercantilista colonial” da coroa espanhola e portuguesa, que quando unificada em 1580 na união ibérica (1580-1640) sob a dinastia filipina da poderosíssima Casa dos Habsburgo, o Império Espanhol das Américas nunca se destacou por sua ‘arte de governar’ de cunho capitalista. Quando os mares do Báltico e do Atlântico foram domados, as ligações econômicas entre o velho e o novo mundo amadureceram, e a circum-navegação da África abriu os mercados orientais e ocidentais para as influências europeias, no início especialmente holandesas, portuguesas e espanhola; e o sistema internacional sofreu, assim, uma profunda transformação estrutural (FINDLAY & O’ROURKE, 2007; REINERT 2007). Sobre o império ibérico e a coroa espanhola, a qual durante o reinado de Felipe II (1580-1598) de Espanha e Habsburgo, filho de Carlos V, este foi, na prática, o primeiro poder global europeu. E suas guerras tiveram papel decisivo no nascimento do “clube de nações” do sistema interestatal; assim como seu comércio ultramarino foi fundamental para a integração e funcionamento dos mercados a nível mundial, fortalecendo os Estados europeus (FIORI, 2015). Na visão de Fiori, apresentada de forma mais sucinta em seu último livro “História, Estratégia e Desenvolvimento” (2015) as guerras entre o Império Espanhol, a França as demais potências europeias foram o eixo dos demais Estados europeus nos séculos XVI e XVII; ocupando papel importante na formação do Estado nacional da França (assim, como a guerra dos 100 anos com a Inglaterra o fez no início, entre 1337-1453), e também para a transformação da Inglaterra em uma potência ‘mercantilista’ (IBID).

Neste contexto, a análise do ‘mercantilismo’ revela as nuances institucionais da economia, que nos faz observar nesse período uma conjuntura histórica muito importante para a autonomia dos estados nacionais justamente “na época mercantilista” no século XVII e XVIII. Depois do fim da “Guerra dos 30 anos” (1610-1648), fortemente influenciada pelas rivalidades entre protestantes e católicos, as lutas produziram o Estado nacional independente das Províncias Unidas (Holanda), e os projetos de Estado nacional moderno de Inglaterra e França cresceram frente ao poder do católico Império Habsburgo. Revela-se aqui um traço importante da influência prática geopolítica e geoeconômico das estratégias de Estado capitalistas. Muito mais do que ser apenas um conjunto de ações administrativas dos homens de governo, o “mercantilismo” se ocupou efetivamente de transformar a estrutura política e institucional do

poder, e não pode ser dissociado da ascensão do ‘terceiro estado’. Portanto, o fenômeno geopolítico da Paz de Westfália de 1648, nos mostra que os Impérios católicos regidos por aristocracias militares de cunho dinástico se tornaram cada vez mais obsoletos diante dos desafios geopolíticos do Jogo das “Trocas” e das “Guerras”. Todavia, é interessante, para compreender a lentidão do processo, observar que os reis continuaram e a Igreja ainda manteve forte relevância na legitimação do poder monárquico, mesmo no contexto em que se intensificou a ascensão das hierarquias do dinheiro no comando do governo e da geopolítica global. No momento histórico da Paz de Westfália, 1648, foram consolidados “juridicamente”, e reconhecidos em todo âmbito geopolítico, os Estados de Inglaterra e França, além da efetivada a origem das Província Unidas (Holanda). Estes foram os principais rivais estrangeiros que investiram contra as fragmentadas Cidades-Estado italianas. Os poderes das hierarquias do dinheiro apoiaram as estratégias de emulação das instituições e invenções capitalistas italianas, e rapidamente passaram a ser cada vez mais eficientes nestas práticas. E assim como as estratégias italianas, a Inglaterra, a Holanda e a França também emularam as ‘grandes navegações’ de Portugal e Espanha, em busca de seus próprios impérios coloniais.

A vocação da Inglaterra para o mar foi chave para que esta fosse a base (ou o ‘Tronco’) de um grande império. De sua ilha para o mundo, pensavam os ingleses. Porém, decididamente foi a força de sua economia nacional que possibilitou a lendária marinha britânica a “assenhorar-se do mundo” (BRAUDEL, 1985) nos séculos XVIII e XIX. Sobre o poder britânico, José Luis Fiori escreve que “a conjunção, no mesmo território, dos dois processos de acumulação, do poder e da riqueza, sob a bandeira do “interesse nacional”, criou uma vontade comum e expansiva, de tipo imperial, para fora do território inglês, mas que teve, ao mesmo tempo, uma importância decisiva para o fortalecimento interno, do estado e da economia da Inglaterra” (FIORI, 2001). Nesta frase do assessor do governo e filósofo Francis Bacon, estava clara a intenção ‘mercantilista’ inglesa.

O Reino do Céu é comparado, não com um grande grão ou semente, mas com a semente de mostarda; que é um dos piores grãos, mas é ancestral em sua Propriedade e Espírito, e está pronto para crescer impetuosamente. E há Estados, grandes em Território, ainda não aptos a Expandir ou Comandar; e alguns que tem uma pequena Dimensão de Tronco; porém aptos a ser as Fundações de Grandes Monarquias. (BACON [1625] *apud* HECKSCHER, 1943, p.1)

De fato, de acordo o historiador econômico Paul Kenedy, as hierarquias do dinheiro em ascensão investiram na marinha inglesa de modo tão expressivo durante os séculos XVII e XVIII, que o gasto militar naval se multiplicou exponencialmente através das ferramentas de

dívida pública. (KENEDY, 1988; MARX, 2013). As decisões econômicas após a Revolução Gloriosa mostram o quanto o projeto imperial capitalista ganhou força no governo, e sua ligação com a esfera financeira cada vez mais forte da *City* de Londres. Muitas inovações foram importantes para a ascensão da Inglaterra na hierarquia de poder internacional, mas as financeiras podem ter sido as mais importantes. Como disse Braudel, “tal como a navegação e a imprensa, moeda e crédito são técnicas, técnicas que se reproduzem, se perpetuam por si próprias” (BRAUDEL, 1979). O *self-made man* burguês foi o portador da grande maioria delas na transição da Alta Idade Média para o universo capitalista moderno, e, como vimos antes, esse processo ganha força na Inglaterra desde as estratégias ‘mercantilista’ da dinastia Tudor, passando pela Reforma e a Revolução Gloriosa, pelas guerras da geopolítica mundial e pela construção de um império colonial, até chegar à famosa Revolução Industrial já quase no século XIX.

Do ponto de vista das finanças e da economia política internacional, Kenedy coloca que a maior vantagem da Inglaterra em relação à França era seu organizado sistema de crédito, e por isso se intensificou significativamente a dívida do governo; o que gerou um ‘salto quântico’ nas possibilidades de um sistema financeiro em uma economia nacional cada vez mais forte, que culmina na criação do Banco da Inglaterra em 1694 (FIORI, 2001). Este processo de alto endividamento com gasto do governo elevado foi a força motriz da Inglaterra na construção da marinha mais forte do mundo e na conquista de seu império colonial. Desta forma, observamos aqui a gênese do sistema de dívida pública que todos os bancos centrais têm hoje em dia na civilização capitalista. Naturalmente, quanto mais o governo pode se endividar, mais o Estado pode atuar na economia. Segundo Kennedy, na pujante e então recém-inaugurada bolsa de valores de Londres, o capital ficou abundante tanto para o governo quanto para os homens de negócio (KENNEDY, 1988). Neste quadro dos gastos com a marinha podemos ter noção do poder desta máquina, que a Inglaterra tinha muitas vezes mais de 5 vezes mais navios que os outros países. E na passagem de Marx que segue os quadros, muita clareza na descrição da inovação institucional mais importante para a ‘arte de governar’ capitalista.

Size of Navies, 1689–1815 (ships of the line)						
	1689	1739	1756	1779	1790	1815
Britain	100	124	105	90	195	214
Denmark	29	—	—	—	38	—
France	120	50	70	63	81	80
Russia	—	30	—	40	67	40
Spain	—	34	—	48	72	25
Sweden	40	—	—	—	27	—
United Provinces	66	49	—	20	44	—

**Tabela 1: Tamanho das marinhas das potências europeias, 1689-1815**

Fonte: Paul Kennedy, 1988

British Wartime Expenditure and Revenue 1688–1815 (pounds)				
<i>Inclusive Years</i>	<i>Total Expenditure</i>	<i>Total Income</i>	<i>Balance Raised by Loans</i>	<i>Loans as % of Expenditure</i>
1688–97	49,320,145	32,766,754	16,553,391	33.6
1702–13	93,644,560	64,239,477	29,405,083	31.4
1739–48	95,628,159	65,903,964	29,724,195	31.1
1756–63	160,573,366	100,555,123	60,018,243	37.4
1776–83	236,462,689	141,902,620	94,560,069	39.9
1793–1815	1,657,854,518	1,217,556,439	440,298,079	26.6
Totals	2,293,483,437	1,622,924,377	670,559,060	33.3

**Tabela 2: Despesas de guerra e receitas da Inglaterra, 1688-1815**

Fonte: Paul Kennedy, 1988

“O sistema de crédito público, isto é, das dívidas públicas, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, tomou conta de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhe de incubadora. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação [*Verausserung*] do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é...sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se converte no credo do capital. E, ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública.” (MARX, 2013, p. 824).

Aqui temos indicações de alguns dos sistemas mencionados por Marx, para explicar a realização da expansão imperial britânica. Todos incorporam a centralidade do Estado: protecionismo, sistemas de tributação, desenvolvimento de uma marinha nacional mercante e

de guerra, determinação de políticas econômicas específicas para as condições do país, e forte ênfase nas rivalidades geoeconômicas e geopolíticas. Muitas interpretações indicam que a moderna ciência econômica, estritamente falando, foi fundada no século XVII por Sir William Petty. Sua obra magna, a *Aritmética Política*, foi largamente influenciada pelo contexto geopolítico da época, mas também, e muito, pela filosofia do período. Em seus escritos, Petty buscou substituir palavras e argumentos por números, pesos e medidas, substituindo o qualitativo pelo quantitativo, e se concentrou em usar “somente argumentos dos sentidos e considerar unicamente aquelas causas que tem fundamentos visíveis na natureza” (ROUTH, 1975, *apud* CAPRA, 1982). Na obra do pensador inglês identificamos ideias que se tornariam elementos indispensáveis à obra dos grandes da economia política (DOBB, 1973). É todavia possível identificar que a ascensão de Petty a primeiro ministro da Inglaterra no século XVIII e sua aliança com Oliver Cromwell são fatos muito ligados à influência do ‘mercantilismo’ em seu pensamento, já que a expansão do poder britânico, em sua rivalidade com os outros grandes rivais naquele momento, a França e a Holanda, eram sua principal preocupação como estrategista de Estado. Defesa nacional, Comércio e Política – estas são as questões essenciais para pensar geopoliticamente o desenvolvimento econômico. Não por acaso, apesar de conclamar a natureza científica de seus escritos, William Petty estrutura o início de sua *Aritmética Política*, reconhecido por muitos como o primeiro livro de Economia Política, da seguinte forma:

CAP I – Que um país pequeno, com pouca gente, pode, por sua situação, por seu comércio e pelas políticas que adota, ser equivalente em riqueza e poderio a outro com território mais amplo e população muito maior, e particularmente como a navegação e o transporte marítimo, de maneira excelente e fundamental, conduzem a isso.

CAP II – Que alguns tipos de impostos e tributos cobrados à população podem aumentar, ao invés de diminuir a riqueza comum.

CAP III - Que a França não pode em razão de impedimentos naturais e perpétuos, ser mais poderosa nos mares que os ingleses ou os holandeses (PETTY, [1662] 1983, p.113)

De acordo com Weber, o anglicano *Sir Willian Petty* “atribuía o poder econômico holandês do século XVII ao fato de lá haver *dissenters* (calvinistas e anabatistas) em quantidade particularmente numerosa, os quais viam o “trabalho e o zelo industrial como um dever para com Deus”” (WEBER, 2006, p.162). Do ponto de vista de nosso estudo, os protagonistas “época mercantilista” foram os ‘homens de negócio capitalistas’ ingleses e holandeses, que estavam essencialmente ligados ao mundo das finanças e ajudaram muito a “mover a roda” do comércio internacional, e das estratégias de Estado econômicas e militares. Neste contexto, é importante entender como o *contramercado* foi potencializado pelas dimensões estatais de uma

esfera financeira que descobre o poder da “varinha mágica” dos títulos de dívida. Assim, “Troncos e Pequenas Dimensões” territoriais como Inglaterra e Holanda, tiveram condições de explorar mercados e entraram em guerra com várias potências. O intento de Amsterdam era ser o armazém de comércio e a praça financeira do mundo, com a moeda holandesa como uma das mais importantes. A “verdade monetária” de ter a própria moeda como lastro de valiosas fatias do comércio internacional foi uma das artes que em que os holandeses se tronaram mestres, ao imitar os italianos, genoveses, florentinos e venezianos. No período de grandes navegações e forte aumento no investimento da frota naval, a moderna bancocracia e os jogos das Bolsas de valores foi formada nas hierarquias do dinheiro de Amsterdam e Londres (MARX, 2013; BRAUDEL, 1985).

Para compreender essa interação, é necessário intuir como a autoridade política central do Estado se relacionava com os principais detentores de um ativo tão estratégico, os bancos, pois deles veio a provisão de capital para o desenvolvimento econômico. Esta posição é, inclusive, defendida como fundamental por Joseph Schumpeter em um de seus primeiros livros, a “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, datado de 1911. De fato, para o economista alemão, é a função criadora de crédito dos bancos que possibilita aos empreendedores que deem vazão ao seu “animal spirit” possibilitando que estes invistam em melhores técnicas e estruturas de produção. Assim, a economia cresce e os bancos são catalisadores desse processo, dinamizando o mercado com capital para que bens e serviços sejam criados mais rápida e eficientemente. Se procurarmos a etimologia da palavra “banco”, ela vem de “banck” do alemão e teve um sinônimo em “monte” em sua raiz italiana (origem da palavra montepio), que significam loja ou lugar onde as coisas terão uso futuro. Os bancos já nascem projetando (e fazendo acontecer) um possível vir-a-ser (SCHUMPETER, 1965). Esta foi a grande questão da época: como desenvolver uma estratégia de Estado, que viesse a trazer força para a nação perante as rivalidades geopolíticas e geoeconômicas? Por isso a ciência econômica nasce: para responder essa pergunta, como a resposta a um desafio. Nesta passagem Charles Tilly, coloca o papel do racionalismo econômico holandês na formação histórica do capitalismo.

“Os banqueiros holandeses eram em tão competentes e independentes que, após 1580, enquanto prosseguia a guerra dos Países-Baixos setentrionais contra seus antigos senhores espanhóis, os banqueiros conseguiram ganhar dinheiro embarcando para a Antuérpia a prata desviada da frota espanhola, que desse modo pagava as despesas espanholas da guerra (...) Todavia, no conjunto a profusão de negociantes atuava em benefício do próprio estado holandês Uma economia intensamente comercial que fez, no século XVII, com que o estado holandês seguisse um caminho que os vizinhos prussianos acharam obstruído e que os ingleses, recém agraciados com um rei holandês, tomaram na década de 1690. Ao adorar as técnicas fiscais holandesas, os ingleses conseguiram reduzir a dependência em que se achavam anteriormente m

relação aos banqueiros holandeses e, no final, sobrepujaram os holandeses na guerra.” (TILLY, 1996, p. 151)

A pujança econômica das Províncias Unidas nesta época deu origem a uma das mais importantes bolsas de valores da história da civilização capitalista, a bolsa de Amsterdam, e também ao *Wisselbank*, 1609, um protótipo do que seriam os bancos centrais nos séculos posteriores, cujo primeiro exemplo histórico é o Banco da Inglaterra, em 1694 (MARX, 2013). Sir John Clapham (1945), em seu clássico livro sobre a história do Banco da Inglaterra, coloca o “Monte” de Veneza<sup>48</sup>, como representação do princípio fundamental desse tipo de instituição: a capitalização e venda de um fluxo antecipado de renda. Esta é a propriedade “mágica” dos bancos, a alquimia de transformar futuro em presente, expectativa em realidade (KREGUEL, 1997). Com o afluxo de ouro e prata vindo do Império Espanhol passando por Antuérpia e depois por Londres (BRAUDEL, 1985), não por acaso, a principal novidade do Banco da Inglaterra foi o fato de seu balanço ser composto com o débito do governo como seu principal ativo, e a “Emissão” de notas como seu principal passivo, um verdadeiro mecanismo institucional do Estado moderno, inovação que rendeu muitos frutos ao poder inglês na luta internacional por poder e riqueza. Podemos observar na gênese das instituições bancárias uma relação muito íntima com o poder estatal, assim como sua presença na operacionalização do mercado nacional através de uma moeda comum, e internacional através de uma cesta de diferentes moedas, mas sempre tendo um ponto de referência como moeda forte (como o dólar na atualidade, a libra no século XIX, ou o florim holandês no século XVIII). Também pela indissociável relação entre o poder Estatal e a moeda, os capitais fazem idas e voltas, mas sempre tem sua bandeira (METRI, 2014; FIORI, 1999).

“[...] o aparelho de poder, força que traspassa e envolve todas as estruturas, é muito mais do que o Estado. É uma soma de hierarquias, políticas, econômicas, sociais, culturais, um amontoado de meios de coerção em que o Estado sempre pode fazer sentir a sua presença, em que é muitas vezes o próprio Estado a pedra angular do conjunto e quase nunca o único senhor”. – (BRAUDEL, 1979)

Na geopolítica mundial a França se atrasou no jogo financeiro, e no contexto histórico pós-Westfália sua imensa força militar não foi suficiente para enfrentar as guerras com as outras potências. De acordo com Paul Kennedy, as rivalidades no comércio internacional com a França do Rei Sol Luiz XIV, que no fim do século XVII e início do XVIII agora sem Colbert, tinham de lidar com os adversários ingleses e holandeses em uma guerra de “gente grande”, financiada

---

<sup>48</sup> Ver (KREGUEL, 1997) e (METRI, 2015)

pela moderna bancocracia (KENNEDY, 1987). Mais além disso, segundo Findlay & O'Rourke, em "Power and Plenty", a situação de que a França de Colbert no século XVII sempre dependeu muito de seu comércio com as Províncias Unidas, e isso era sabido nos 'círculos de *business*' da corte (FINDLAY & O'ROURKE, 2007). Logo após a Revolução Gloriosa e o coroamento de Guilherme III de Orange, quando a França invadiu os Estados Germânicos, gera-se a atmosfera que dá origem à guerra dos 9 anos (1688-1697), na qual a lendária "máquina de guerra francesa" é derrotada pela superior força do dinheiro e dos exércitos da Grande Aliança.

No final de 1689, portanto, a França enfrenta sozinha as Províncias Unidas, a Inglaterra, o Império Habsburgo, Espanha, Savóia e os demais estados Germânicos. Esta não era uma combinação tão alarmante quanto parecia, e o 'núcleo duro' da Grande Aliança realmente era composto de forças anglo-holandesas e os estados Germânicos. Apesar de um disparate em termos de agrupamento em certos aspectos, eles possuíam suficiente determinação, recursos financeiros e frotas para balançar o Rei Sol da França. Dez anos atrás, Luis teria poder ter prevalecido, mas as finanças francesas e o comércio estavam agora bem menos satisfatórios depois da morte de Colbert, e nem o exército nem a marinha – embora numericamente dantescos – estava equipado para um combate sustentado e à distância (...) e quando em 1692 ele finalmente montou uma força de invasão de 24.000 em tropas no Canal, os "poderes marítimos" foram simplesmente fortes demais, e destruíram os navios e botes de guerra franceses em Barfleur-La Hogue (KENNEDY, 1988, p. 133)

Com o Tratado de Ryswick (1697), a Inglaterra e as Províncias Unidas (Holanda), consolidaram suas posições territoriais estratégicas (IBID); mas a lição francesa de "atraso econômico" não sabemos se foi tão bem absorvida, pois a experiência do *Crédit Mobilier* no banco dos *Pereires*, que foi um grande exemplo do financiamento do Estado e dos banqueiros para desenvolver a indústria (GERSCHENKRON, 1962), só foi repetida no século XIX. Podemos notar que o dinheiro dos ingleses e holandeses foi fator preponderante para elevar os jogos das "Trocas" e das "Guerras" a um outro patamar no século XVIII. De acordo com nossa pesquisa, as grandes potências formam um verdadeiro "clube", criado pelas Casas do dinheiro e das armas firmes em seu processo de ascensão em poder e riqueza. No contexto da Reforma, depois de se separar do católico Império Habsburgo, as Províncias Unidas e especialmente Amsterdam se tornaram um polo de tolerância religiosa, com governo protestante sob influência do calvinismo, e de oportunidades comerciais que passaram a atrair mercadores e banqueiros de elite de toda a Europa, inclusive da Península Ibérica, e também vieram muitos 'homens de negócio' experientes judeus, que não tinham espaço na católica Espanha (WEBER, 2006; BRAUDEL). Era essencial para manter essa adesão o acesso ao mercado de especiarias de Lisboa, sob controle espanhol após a união das duas coroas em 1580. A única solução segura era o acesso direto à fonte, as Índias Orientais. Os holandeses, então, fizeram com os portugueses o que estes tinham feito com Veneza e o Egito um século antes. A empreitada foi



tão bem-sucedida que os mercadores holandeses, então, trataram de usar as forças do Estado para criar um monopólio de fato, que originou a Companhia das Índias Orientais, ou VOC (*Vereenige Oost-Indische Compagnie*) (FINDLAY & O'ROURKE, 2007).

A VOC tinha poderes militares e se tornou um estado dentro de um estado, uma combinação então inédita de poder político e mercantil. Jan Pieterzoon Coen, cujo título era governador-geral da VOC, disse “não podemos fazer guerra sem comércio ou comércio sem guerra”. (FINDLAY & O'ROURKE, 2007); a empresa ficou marcada como primeira transnacional, um *floating State*, com império marítimo e comercial construído através do racionalismo econômico dos holandeses, que em sua “ilha fortificada” (ARRIGHI, 1994), controlavam entrepostos estratégicos de várias *mercadorias do contramercado*. Neste mesmo contexto, a WIC – Companhia das Índias Ocidentais foi criada, sobre o controle dos componentes “territorialistas”, e não pelos capitalistas holandeses, grupo assim definido por Giovanni Arrighi era o “partido” dos imigrantes orangistas, calvinistas e zelandeses e holandeses do sul. A empreitada, no entanto, não funcionou tão bem diante da competição internacional com Espanha, Portugal e Inglaterra, o que fez com que os holandeses passassem a se dedicar a uma especialização maior nos negócios de intermediação comercial, de natureza financeira. (BOXER, 1984 *apud* ARRIGHI, 1994). Marx narra um pouco das “aventuras” desses capitalistas europeus, no período da famosa “acumulação primitiva” do capital, quando os “Troncos de Pequena Dimensão” de Bacon montaram seus impérios coloniais ultramarinos, e também suas primeiras outras bases se estabelecem.

A história da economia colonial holandesa – e a Holanda foi a nação capitalista modelar do século XVII – “apresenta-nos um quadro insuperável de traição, suborno, massacre e infâmia”. Nada é mais característico que seu sistema de rouba de pessoas, aplicado nas ilhas Celebes para obter escravos para Java. Os ladrões de pessoas eram treinados para este objetivo. O ladrão, o intérprete e o vendedor eram os principais agentes nesse negócio, e os príncipes nativos eram os principais vendedores (...) O tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas colônias propriamente ditas se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Esses austeros e virtuosos protestantes, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram em 1703, por decisão de *assembly* [assembleia], um prêmio de £40 para cada escalpo indígena e cada pele vermelha capturado; em 1720 um prêmio de £100 para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts-Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços £100 da nova moeda para o escalpo masculino, a partir de 12 anos de idade; 105£ para prisioneiros masculinos, £50 para mulheres e crianças capturadas. £50 para escalpo de mulheres e crianças! (...) O Parlamento britânico declarou os cães de caça e o escalpelamento como os “meios que Deus e a natureza puseram em suas mãos” (MARX, 2013, 822-823)

Muitos desses povos ainda falam as línguas dos países europeus que os colonizaram, e estes mesmos países hoje em dia tem dívidas com os ancestrais destes “austeros e virtuosos protestantes”<sup>49</sup>. A violência é realmente a parceira da civilização capitalista. Existe uma grande fratura geopolítica, civilizacional, de ‘longa duração’ no inconsciente coletivo da humanidade, por conta da crueldade do processo de acumulação primitiva de capital. Hoje em dia, em nossa aldeia global de estados nacionais, conseguimos sentir a tensão dos conflitos sociais, na própria constituição histórica das grandes metrópoles da civilização capitalista\*. Quando o australiano Jared Diamond, decide escrever “Armas, Germes e Aço”, ele está respondendo à pergunta do descendente de um antigo povo aborígine, que o interpela com ar de desafio: “Por que vocês brancos desenvolveram “cargos” e vieram para a Nova Guiné, e nós do povo negro não tínhamos “cargos” nossa? (DIAMOND, 2013). O primeiro capítulo do livro chama-se *Yalli’s question*, a pergunta de Yalli. O historiador se sentiu tocado, pois o primeiro sentimento que teve em relação a Yalli foi de respeito e amizade; e, este é o curioso início de sua pesquisa sobre os últimos 13.000 anos da história da humanidade. Neste sentido, identificamos esta esterilização do sentimento de humanidade em relação aos povos de diferentes culturas como algo próprio do *zeitgeist* da idade da razão e fortemente ligado à ascensão protestante, visto que a Europa foi marcada mais de 1000 anos de incessantes guerras internas, e nunca conseguiu se entender com sua ‘cara metade’ árabe, como nos conta Henri Pirenne em “Maomé e Carlos Magno” (PIRENNE, 2010). Portanto, está aqui mais uma chave que o ensaio de Max Weber nos oferece, em termos de Glória e a ascensão intramundana do protestantismo, que tem um quê de predestinação especial do calvinismo e anabatismo (WEBER, 2006) No contexto da ausência do Deus medieval, que foi o observador e juiz das intermináveis guerras e casamentos entre as famílias guerreiras das Cidades-Estado mais poderosas da Europa; o protestantismo marcou o *self made man* como protagonista de um novo jogo. No contexto social das cortes da Alta Idade Média, cada vez mais modernizada, ele teve sua chance de mostrar seu valor e impor seu poder à realeza das poderosas aristocracias da guerra, como indica o estudo de Norbert Elias sobre a análise da psique e moralidade da vida na corte, e sua influência na civilização moderna

---

<sup>49</sup> Esta referência diz respeito a todos os povos que foram colônias de exploração da Europa no “início” de sua história, que foi marcada por relações políticas e econômicas assimétricas por muito tempo e gerou inúmeras dívidas ao longo da história. O exemplo da Bolívia talvez seja o mais emblemático; e argumentando a exploração de seu povo por séculos, o presidente atual Evo Morales escreveu uma carta a ONU e a União Europeia requisitando o a anistia da dívida externa da Bolívia. O pedido foi parcialmente acatado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e também pela Espanha.

(ELIAS, 1993). Podemos ver nesta análise de Weber, o quanto isso foi importante na história das hierarquias da sociedade capitalista.

Os obstáculos que agora se colocavam contra empregar em consumo o ganho obtido acabaram por favorecer seu emprego produtivo: o *investimento* de capital. Qual terá sido a magnitude desse efeito naturalmente escapa a um cálculo mais exato. Na Nova Inglaterra a conexão resultou tão palpável, que não se furtou aos olhos de um historiador tão notável como Doyle. Mas mesmo num país como a Holanda, que a rigor esteve dominada pelo calvinismo estrito só por sete nos, a maior simplicidade de vida das pessoas muito ricas, predominantes nos círculos seriamente religiosos, acarretou uma excessiva compulsão a acumular capital. Além do mais salta aos olhos a tendência existente em todos os tempos e lugares de “enobrecer” fortunas burguesas, cujos efeitos estão ainda hoje bem vivos entre nós (...) (WEBER 2006, 157)

Estamos analisando aqui a origem sociológica do racionalismo econômico mais agudo do ‘homem de negócios do capitalismo’. Isto quer dizer muito em relação à sociedade que temos hoje, e deve ser um parâmetro para como enxergamos nossas instituições. De fato, umas das dinastias e Casas das hierarquias do dinheiro mais conhecidas é a família Rothschild, fundada pelo *court jew* mais famoso da modernidade, o alemão Mayer Amschel Rothschild, o qual fez o início de sua fortuna financiando as guerras e negócios de Guilherme IX, da Casa de Hesse-Kassel, no século XVIII. Os filhos de Mayer estabeleceram bases nas principais cidades da Europa, como cinco flechas lançadas nos principais ‘centros’ da economia-mundo europeia (Paris, Frankfurt, Londres, Viena, Napoli). A família prosperou imensamente e foi introduzida no seio dos grandes centros de poder da Europa, comprando títulos de nobreza, grandes propriedades dignas de lordes nobres, e construindo alianças através de casamentos estratégicos. Como foi dito, as hierarquias do dinheiro se fundem com a nobreza, imitando seus maneirismos e apresentando novas formas de se relacionar e exercer o poder. Sob esta luz, especialmente considerando a visão de Vico sobre os mitos internos de cada civilização, é importante perceber a necessidade de se colocar à prova em um mundo extremamente egocêntrico, com a ideia de Glória monopolizada no cavalheirismo medieval, que encontra, na Inglaterra, a figura de Henrique VIII como sua expressão máxima. Henrique VIII foi considerado pelo historiador inglês Elton uma “monstruosidade egocêntrica”, cujo reinado foi obra de homens “melhores do que ele” (ELTON, 1973); e, se ele matou seu grande conselheiro Thomas Cromwell, se arrependeu por isso, é claro (IBID), imaginemos o que este rei não faria a um burguês ou secretário comum... A arrogância dos nobres e sua visão de si mesmos como superiores é uma chaga nas dinastias burguesas até os dias de hoje — se antes ela foi oprimida pelas hierarquias feudais, na contemporaneidade as hierarquias do dinheiro exercem seu poder de forma implacável. Como diria Paulo Freire: “o oprimido vira o opressor” (FREIRE, 1970).

Como disse Braudel, sua ascensão foi lenta e paciente, com as ambições permanentemente transferidas para filhos e para netos. Sempre assim, sucessivamente” (BRAUDEL, 1985).

A corte foi a “pressão competitiva interna” na mente dos ‘cidadãos e homens livres’ nos recém-forjados estados nacionais; e foi tão eficaz quanto a constante “pressão competitiva externa” das rivalidades da geopolítica internacional (FIORI, 2001), para o desenvolvimento do *animal spirit*<sup>50</sup> do ‘homem de negócios capitalista’, que parece entorpecido diante da ‘banalidade do mal’<sup>51</sup>, obstinado em atender aos ímpetos imperiais das estratégias de Estado. E suas práticas em nome do “desenvolvimento econômico do Estado” foram adornadas de Glória; eis aqui os protagonistas velados da “época mercantilista”, operando dentro dos países e muitas vezes transcendendo fronteiras em um ativo jogo pelo poder e pelas oportunidades do *contramercado*, que agora possivelmente eram o novo motivo para “guerras santas”. Neste capítulo pudemos observar quem foram os protagonistas da “época mercantilista” nos séculos XVII e XVIII. Do ponto de vista da economia política internacional, pudemos perceber que Inglaterra, Holanda e França chegam ao século XVIII como as principais forças desse ‘mundo de nações’ em mutação

### 3.3 SOBRE AS PAIXÕES, OS INTERESSES E A ‘ARTE DE GOVERNAR’

Nada custou mais caro do que essa migalha de razão e de liberdade, que hoje nos envaidece. Esta mesma vaidade nos impede de considerar os períodos imensos da ‘moralização dos costumes’ que precederam a história capital e foram a verdadeira história, a história capital e decisiva que fixou o caráter da humanidade. (NIETZSCHE, Genealogia da Moral, 2007)

No século XVIII, os jogos das “Trocas”, das “Guerras” e dos “Tronos” passaram para um nível ainda mais além, e a economia e ciência se desenvolveram cada vez mais como

---

<sup>50</sup> “Mesmo posta de lado a instabilidade devida à especulação, há instabilidade devida à característica da natureza humana de que uma grande proporção de nossas atividades positivas depende mais de otimismo espontâneo do que de expectativas matemáticas, sejam morais ou hedonistas ou econômicas. A maioria, provavelmente, de nossas decisões de fazer algo positivo, as completas consequências das quais serão delineados vários dias que virão, só podem ser tomadas por resultado de espíritos animais - um impulso espontâneo para a ação, ao invés da inação, e não como consequência de uma pensada média de benefícios multiplicada pelas probabilidades quantitativas”. (KEYNES, XX)

<sup>51</sup> Em 1963, com base em seus relatos escritos para *The New Yorker*, sobre o julgamento, Arendt publica um livro - *Eichmann em Jerusalém*. Nele, ela descreve não somente o desenrolar das sessões, mas faz uma análise do “indivíduo Eichmann”. Segundo ela, Adolf Eichmann não possuía um histórico ou traços antissemitas e não apresentava características de um caráter distorcido ou doentio. Ele agiu segundo o que acreditava ser o seu dever, cumprindo ordens superiores e movido pelo desejo de ascender em sua carreira profissional, na mais perfeita lógica burocrática. Cumpria ordens sem questioná-las, com o maior zelo e eficiência, sem refletir sobre o Bem ou o Mal que pudessem causar. (HARENDT, 1963)

fundamentos das hierarquias do dinheiro na construção de seu poder político. Até aqui observamos os homens de governo do ‘mercantilismo’ e suas estratégias de Estado como abridores de caminho para o século das luzes; seja através do enriquecimento das sociedades, o aumento da valorização do indivíduo, da liberdade e da produtividade, e, especialmente em nossa análise da Revolução Gloriosa do fim do século XVII, também para a gênese da ‘arte de governar liberal’. O liberalismo veio a ser o grande contraponto político do ‘terceiro estado’, como ‘visão de mundo’, em relação a ainda vigente estrutura social feudal das monarquias absolutistas da Europa. Como disse Foucault, a partir do século XVIII “o mercado é que vai fazer o que bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade (...) A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental” (FOUCAULT, 2008). Muito interessante, pois o aprofundamento da discussão da economia como ciência acontece durante o processo de vários países da Europa em sua “época mercantilista”, empreendendo estratégias de Estado cada qual à sua maneira, mas compartilhando um rico fundo comum de técnicas de governo (CHANG, 2002; REINERT, 2005).

A história da filosofia reconhece o século XVIII como o século das luzes, e é através de uma análise na evolução dos sistemas de pensamento da modernidade, que identificamos a fundação da economia política como campo formal do conhecimento como uma espécie de contraponto crítico e científico ao “mercantilismo” dos Conselheiros do Príncipe nos projetos de Estado nacional mais avançados. É muito comum que a história do pensamento econômico em si seja lida à luz de uma separação, uma dicotomia entre os historiadores de ofício, que se dedicam à história de fato; e os historiadores do pensamento e das ideias, que trabalham a evolução da estrutura lógica das teorias ao longo do tempo. Portanto, frequentemente compreendemos essa evolução pela metade, pois uma teoria social não pode ser separada de suas condições históricas e materiais e dos elementos socioinstitucionais presentes em sua gênese e desenvolvimento. E tampouco as análises históricas das guerras, da política, e do comércio podem prescindir absolutamente das teorias que fundamentaram suas práticas de governo, além dos elementos sociais, culturais, ideológicos, e espirituais que influenciaram as sociedades em cada contexto analisado. Para superar este desafio necessitamos de uma abordagem que não separe a filosofia da ciência da história de fato. Caso contrário podemos ser conduzidos a simplificações e armadilhas reducionistas, além de a uma leitura anacrônica da história, que lê o passado à luz do presente e considera o presente somente o resultado de

experiências anteriores catalogadas. Essas são formas de contar a história altamente vulneráveis a condicionantes ideológicos e políticos, campo aberto para uma história contada pelos vencedores, lugar certo para que floresça a ilusão ao invés da consciência crítica.

(...) A economia política se propõe justamente à manutenção de certo equilíbrio de Estados para que, precisamente, a concorrência possa se dar. Ou seja, ela retoma muito exatamente os objetivos que eram os da razão de Estado e do Estado de polícia, que o mercantilismo havia tentado realizar na balança europeia. Logo a economia política vai se alojar, em primeira instância no bojo dessa razão governamental (...)(FOUCAULT, 2008, p. 19-20)

Um exemplo claro de ilusão é que os autores ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’ são praticamente ignorados na história do pensamento econômico em quase todas as universidades do planeta; apesar de suas ideias terem inspirado grande parte da literatura chamada de *Development Economics* no século XX, e reconhecermos sua influência nos bons textos de uma abordagem ‘institucionalista’<sup>52</sup> da economia (REINERT, 2005; CHANG, 2002; MEDEIROS, 2001). Trata-se, nesse primeiro momento, de um espanto relativo ao mundo do conhecimento, de como se capacitam as pessoas que estudam a economia, a economia política e a economia política internacional; pois, como foi dito, a ciência faz parte da legitimidade dos governos e das instituições, e a economia é a ‘pedra angular’ da ‘governamentalidade moderna’. Sabemos nós que tanto Adam Smith quanto Karl Marx, cada um à sua maneira, e a grande maioria de seus interpretes (entre as múltiplas linhas de estudo que se abrem a partir de suas perspectivas), tratam o ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’ como algo não tão importante assim, anterior à verdadeira dinâmica da economia política de uma sociedade industrial capitalista, ou como simplesmente algo “não-científico”.

(...) provavelmente pela sistematização realizada por Adam Smith no Livro IV da *Riqueza das nações* ao que ele denominava “sistema mercantilista”, [estes pensadores] passaram a ser confundidos como uma doutrina, do mesmo modo que as teorias de A. Smith e David Ricardo são sistematicamente associadas com o liberalismo doutrinário. Além dessa ilegítima simplificação, incorreram em um tipo de reducionismo não apenas os autores liberais, mas, conforme antes analisado, no próprio Marx: a associação da necessidade de intervenção do Estado na economia a uma fase histórica que antecede o próprio capitalismo. Em Marx esta reflete outra mais profunda, a da subordinação das “considerações do poder” às “considerações da

---

<sup>52</sup> A economia institucional ou institucionalismo é uma corrente do pensamento econômico que surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX, impulsionada principalmente pelos escritos de Thorstein Veblen, John Rogers Commons e Wesley Clair Mitchell. Concentra-se na compreensão do papel das instituições na moldagem do comportamento econômico. Essa corrente teve seu apogeu nos anos 1920 e 1930, influenciando significativamente as medidas tomadas à época do New Deal. A escola institucionalista incorpora as contribuições da escola histórica alemã e, eventualmente, as teses institucionalistas aproximam-se do substantivismo de Karl Polanyi. Ver (MEDEIROS, 2001; REINERT, 2005 e 2007)

riqueza”. Como resultado prático dessas leituras, não apenas as contribuições analíticas, mas a defesa e a racionalização de uma intervenção ativa do Estado na economia passaram a ser consideradas ou o resultado de um pensamento pré-científico ou, quando muito, historicamente datada e não universal. (MEDEIROS, 2001, p.93)

Temos então um legado da história do pensamento enviesada pelos cânones da economia política ocidental dos países europeus, especialmente concentrada em autores ingleses como Smith, Ricardo, Marshall e Keynes, e é claro no também europeu, filósofo e revolucionário da Crítica da Economia Política, o alemão Karl Marx. Se a economia política veio para administrar os Estados Nações, que um dia foram Cidades-Estado e feudos, dominadas por alguma Casa nobre de uma família de guerreiros, ela parece muitas vezes ignorar o que foi escrito pelos autores que criaram os Estados/economias nacionais. O próprio contexto empírico de incessantes guerras está *embedded*, é intrínseco, em sua dimensão econômico-política, pois o ganho de riquezas era vital para o que Guicciardini chamou de “capacidade de defesa”, ou sobrevivência no ambiente hostil, interno e externo, do ‘processo civilizador’. De fato, muitos atores importantes da história do capitalismo como civilização, da teoria e da prática ‘mercantilista’ e ‘cameralista’, são esquecidos em alguma categoria antiga de um dos cânones empoeirados sobre a ‘riqueza das nações’ ou a ‘luta de classes’. Esse é um assunto importante e está contido em um emaranhado teórico de proposições que disputam para saber quando o capitalismo efetivamente começou. A imprecisão pode ser mostrada com uma pergunta: poderia uma sociedade pré-industrial, com instituições pouco desenvolvidas, parca infraestrutura e população baixa, ser analisada como capitalista? Será que a economia e a sociedade mudaram tanto assim nos séculos XIX e XX, depois da Revolução Francesa e da Revolução Industrial da Grã-Bretanha? Se a resposta for sim, o que desejamos evidenciar é que os povos, grupos sociais e Estados mais poderosos do mundo permanecem praticamente os mesmos há muito mais tempo.

Eis-nos, pois, ameaçados, diretamente, pelo pior dos pecados, o pecado do anacronismo. Não há capitalismo antes da Revolução Industrial, proclamou um jovem historiador: Capital sim; capitalismo, não! (...) E contudo, entre o passado e o presente nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta ou, se preferir, uma não-contaminação. As experiências do passado prolongam-se incessantemente na vida presente, alargam-na (BRAUDEL, 1985, p.53)

O trabalho seminal de Hecksher sobre a “época mercantilista”<sup>53</sup> é referência tradicional dos economistas em relação ao ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’. Nascido em uma família

---

<sup>53</sup> Período conhecido pelo “senso comum” historiográfico como o momento em que foram praticadas técnicas de governo ‘mercantilistas’. A janela histórica considerada varia entre o fim do século XV ao fim do século XVIII.

liberal politizada de pais empresários, na Suécia do século XIX, o autor é um dos principais pilares, junto com Adam Smith, da crítica ao “sistema mercantilista” como algo retrógrado e anterior à sociedade capitalista. A pesquisa de Heckscher se nutre de vastas evidências históricas do período medieval e identifica o contexto estratégico de disputa das rivalidades entre Estados, mas qualifica-o como um fenômeno essencialmente “feudal, por falta de uma palavra melhor” (HECKSCHER, 1943). O autor escandinavo explora o papel da “política mercantilista” como sistema unificador da economia de uma nação competindo por poder e riqueza através de suas práticas de governo, mas faz uma contraposição entre o momento histórico medieval do mercantilismo e a sociedade moderna do liberalismo e socialismo do século XX, enaltecendo o caráter científico da economia política clássica e os trunfos de uma política econômica de livre-mercado para a prosperidade das nações ocidentais. Como podemos ver estudando a história do pensamento econômico, ele e a grande maioria dos economistas não reconhece a importância dos traços de ‘longa duração’, característicos do ‘mercantilismo’ e da era medieval, presentes no desenvolvimento posterior da sociedade capitalista.

Se trata, com efeito, de descobrir até que ponto instituições nascidas de uma desintegração do Estado e de um interesse municipal, sistematicamente fomentado, poderiam trocar-se como instrumento para uma política econômica do Estado, e em qual grau a ação estatal estimulava ou entorpecia com ele as novas tendências da vida econômica, que, em último resultado, fizeram surgir as formas modernas de sociedade. Mas isto não deve confundir-se com o problema das origens da sociedade moderna ou com a gênese da “revolução industrial” ou do “moderno capitalismo”, mas representa o que a política econômica fez até aquele ponto, e ainda que se tratasse de estudar apenas isto, já seria uma tarefa suficientemente grande. (HECKSCHER, 1943, p. 7)

No início de sua obra, Heckscher faz uma advertência, colocando que o mais importante seria estudar o ‘mercantilismo’ em seu aspecto puramente administrativo, dos homens da prática nos órgãos públicos, e assim se poderia estudar seu conteúdo “espiritual”, proveitosamente de um ponto de vista não-econômico; mais no tocante a filosofia do Estado. Heckscher separa a política e a economia, como é recorrente nos economistas liberais dos séculos XIX, XX e XXI. Em nossa visão, isto talvez seja fruto de uma visão da história fortemente influenciada pelo racionalismo moderno de Leopold Von Ranke, que dá importância histórica principalmente documentos oficiais de governo e dados da história serial (BURKE, 2002). Não por acaso, Heckscher é famoso na literatura econômica como o criador de um dos modelos matemáticos mais utilizados na teoria econômica do comércio internacional, o Heckscher-Ohlin, e ganhou até o prêmio Nobel por isso<sup>54</sup>. Observamos nesse aspecto que

---

<sup>54</sup> Ver Cassano (2002), para uma apreciação crítica do modelo.



estamos diante da antítese do argumento de Braudel, Fiori e outros tantos, sobre a forte ligação entre a dimensão econômica e a dimensão política.

É importante, para situar as metodologias utilizadas, lembrar que os “pais mais famosos” da Economia Política, como Adam Smith e Karl Marx, lançaram mão da história em muitos momentos de suas obras, cada qual à sua maneira, com certeza. Mas, ambos também foram arautos de intenções políticas específicas e consideravelmente antagônicas: Smith de uma sociedade de mercado liberal e meritocrática; e Marx de uma reestruturação do sistema social, político e econômico em prol de uma revolução socialista, numa sociedade movida pelo motor da luta de classes. Desta forma, a riqueza de suas contribuições revela pontos de vista interessantes e válidos, mas também uma análise histórica bastante enviesada, ou pelo princípio geral do ‘livre-mercado’ ou da ‘luta de classes’, *vis-à-vis* suas respectivas intenções políticas e visões de mundo. Ambas análises muito diferentes sob vários aspectos, mas as duas essencialmente ligadas a um sistema de pensamento científico e moderno, e isto faz toda a diferença para nós, pois os autores clássicos da economia política eram homens da ciência com parâmetros científicos sofisticados, se concentrando em sistemas teóricos completos e autossuficientes, *fully fledged systems*. Em seus escritos no *Gundrrisse*, escrevendo no mundo industrial do século XIX e no auge da ciência do *imperium hominis*, Marx reconhece o valor dos ‘economistas mercantilistas’ como os primeiros formuladores dos problemas econômicos, mas os caracteriza como homens práticos que tinham argumentos descritivos e não sistemas teóricos com o “método cientificamente correto”; e, portanto concentra-se no diálogo com os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo.<sup>55</sup> No caso de Heckscher, o tom de suas conclusões é bem expressivo, e o liberalismo parece ser efetivamente uma escolha civilizacional diante de seu contexto histórico de bipolarização global durante a Guerra Fria do século XX\*.

Finalmente diremos umas palavras sobre o a matriz humanitária que se apresenta no liberalismo em oposição ao mercantilismo. Neste terreno a situação era especialmente

---

<sup>55</sup> “Os economistas do século XVII, começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto”. (MARX ([1857-58], p. 54). Para Marx tão logo se tenha chegado a determinações mais simples, “teria de dar início à viagem de retorno”, teria de se retornar ao “concreto representado” que não mais seria uma “representação caótica de um todo”, mas “uma rica totalidade de muitas determinações e relações”: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”. Esse é o método dos sistemas econômicos, é o método cientificamente correto.

favorável para a corrente chamada a superar o mercantilismo, pois uma concepção individualista pode facilmente sair em apoio da proteção do indivíduo (...) o liberalismo só defendia, essencialmente, as pretensões do indivíduo frente ao Estado e foi acabando, passo a passo com a crueldade (...) das repressões ditadas por mais de mil anos (...) Todas as tendências não liberais estão de acordo em rechaçar a ideia de uma harmonia pré-estabelecida como resultado do livre-jogo de forças econômicas. Isto, traduzido da doutrina filosófica e a política econômica prática, significa que, fora do sistema liberal todos os demais reclamam a intervenção da autoridade na vida econômica (...) O protecionismo e o socialismo atendem, primordialmente, a diversos grupos produtores e obrigam os consumidores a restringir-se aos resultados econômicos correspondentes. Certo é que o mercantilismo, nem mais nem menos que qualquer outro fenômeno histórico, não pode chegar a reviver jamais como foi no passado. (HECKSCHER, 1943, pp. 778-779).

É latente no discurso de Heckscher a valorização do indivíduo, marca do caráter ‘civilizador’ que caracterizou o liberalismo moderno como roupagem teórica para a ‘governamentalidade capitalista’. Na passagem citada, Heckscher chega a comparar o mercantilismo com o socialismo, em termos de autoritarismo do Estado. Isso já faz parte da retórica liberal do próprio século XX, na monotônica batalha entre Estado Mínimo e Intervencionismo Estatal. Como veremos, o liberalismo e a economia política clássica trabalham outras formas de pensar a sociedade. De qualquer forma, a visão tradicional sobre o termo ‘mercantilismo’ tem como grande referência a obra de Adam Smith, que inclusive foi o quem o utilizou pela primeira vez. No contexto histórico iluminista do século XVIII, em que escreve o “fundador”<sup>\*</sup> da Economia Política Clássica, os requisitos científicos de leis e princípios gerais eram imensamente importantes. Ele mesmo coloca em seus escritos na “Teoria dos Sentimentos Morais” como o método científico da física newtoniana foi de grande serventia para sua própria obra (SMITH, 2002). O indivíduo passa o grande tema ser o tema dos investigadores modernos do liberalismo e do iluminismo do século XVIII, e a ideia de Glória do Estado passa para da Glória de cada indivíduo, e do quão ‘industrioso’ ele seria ao perseguir seu autointeresse. Para Smith, os mercantilistas faziam parte de uma antiga ordem econômica, e tinham uma visão não científica da economia, pois seu pensamento se resumia simplesmente ao enriquecimento das nações através da acumulação de dinheiro (ouro e prata) e do comércio exterior. Os mercantilistas, segundo ele, como Colbert e Thomas Mun, não eram economistas, mas sim políticos, administradores ou mercadores de suas insuladas e escassamente povoadas monarquias. Eles estudavam as relações comerciais entre estados nacionais, e possuíam como objetivo *maximizar* a riqueza de uma nação através de uma balança comercial positiva e o que importava era apenas a magnitude da dotação de recursos econômicos disponíveis (SMITH, 2005). Portanto, os ‘mercantilistas’ não eram economistas, mas sim teóricos rudimentares do ‘capitalismo primitivo’ em suas mais diversas acepções.

Nessa perspectiva, o “cálculo político” do mercantilismo se referia exclusivamente ao comércio internacional e à acumulação de metais preciosos, e a visão da economia política como ciência vem substituir essa visão de riqueza e desenvolvimento econômico por algo efetivamente concreto, que não se ocupasse somente da dimensão “mercantil” da riqueza das nações. Assim, o processo de construção do indivíduo, do individualismo, e de uma mobilidade social ‘meritocrática’, pilares do ideário liberal, essencialmente burguês, encontra um arcabouço teórico adequado na solução da mão invisível, inaugurando uma nova forma, “científica”, para legitimar o desenvolvimento econômico capitalista como ‘processo civilizador’. Esse é o processo histórico de arquitetura dos estados nacionais e de construção da promessa de *civiltá* da modernidade. ”. De fato, no “Espírito das Leis”, Montesquieu diz que “o comércio (...) dá polimento aos costumes bárbaros e abrandando-os, como podemos ver todos os dias” (HIRSCHMAN, 1979, p. 58). Em *As Paixões e os Interesses* (1977) e também em *Visões Antagonistas da Sociedade de Mercado* (1986), Albert Hirschman chama esse fenômeno de “doux commerce” (doce comércio), vendo o mercado como “poderoso agente moralizador que proporciona muitos melhoramentos não-materiais para a sociedade, ainda que o pacote incluía um pouco de hipocrisia”<sup>56</sup>. O liberalismo reveste a ‘governamentalidade capitalista’ profundamente nos séculos XVIII e XIX, de modo a ser considerada um fundamento científico da ‘arte de governar’.

[...] a economia, dentro dessa perspectiva, passa a ser entendida como o terreno sobre o qual a ‘harmonia social’ pode ser pensada. [...] Adam Smith, ao oferecer a solução do mercado como explicação [natural] para a ordem social, define o projeto da economia como ciência. (GANEM, 2012)

Segundo Alfred Hirschman, em seu livro *As Paixões e os Interesses*, de 1977, durante a Renascença a busca da honra tornou-se a grande questão e seus pensadores buscaram no manancial de textos gregos e romanos a conquista da Glória (HIRSCHMAN, 1979). Nesse sentido, os pensadores do Iluminismo são responsáveis por uma “demolição do herói”, e o objetivo da ciência torna-se limitar as paixões do Príncipe, que provocavam a guerra e a desordem do mundo feudal, para atingir o bom governo e a harmonia social. Hirschman cita de La Rochefoucauld, Pascal, Locke, Montesquieu, Adam Smith e até Cervantes para contextualizar o argumento dos ‘homens livres’ do ‘terceiro estado’ contra o sistema feudal dos aristocratas

---

<sup>56</sup> Ver “O Capital” [1867] (2013), especialmente o capítulo XXIV, para uma crítica ao *doux commerce*, anterior ao desenvolvimento do conceito.

da nobreza e da família real. A intenção é “superar” o maquiavelismo implacável do Príncipe e mostrar como o sistema filosófico da razão iluminista trata de “colocar uma paixão contra a outra”: o desejo de ganho contra o desejo da Glória, enaltecendo o caráter “civilizador” do comércio e da razão, organizando a concepção e estrutura através do “interesse”, como virtude ponderada e racional. Assim como o mundo físico é regido pelas leis do movimento, o universo moral é regido pelas leis do interesse. (HELVETIUS apud HIRSCHMAN, 1979).

Segundo Hirschman, um dos principais trunfos da obra de Adam Smith é fruto de uma evolução na linguagem. Enquanto o primeiro utiliza o vocábulo “interesse”, no sentido de negócios, aspirações e vantagem; o segundo se expressa através de expressões poéticas bem menos palpáveis à razão, como as paixões e vícios de Mandeville na famosa fábula das abelhas<sup>57</sup>. O interesse era visto como uma prudência racional e planejada, domadora das paixões, tanto em relação aos indivíduos quanto aos Estados. Do ponto de vista da história da filosofia, ambos compartilhavam uma ideia largamente difundida na modernidade, que molda uma sociedade à feição do *ethos* burguês: a universalização do desejo de ganho.

O ‘iluminismo escocês’<sup>58</sup> tinha a ambição era transpor para a filosofia moral o bem-sucedido método proposto por Newton em sua filosofia da natureza (CERQUEIRA, 2006). Essa ideia se expressa através de muitos pensadores, e encontra no *Tratado da Natureza Humana*, uma tentativa integral de racionalização das ciências sociais. Hume classificou “o amor do ganho” como perpétuo e universal, ao passo que Hutcheson separa o “calmo desejo de riqueza” da avareza, em sua concepção um desejo calmo que faz o homem agir calculada e racionalmente (HIRSHMANN, 1977). Portanto, não é uma surpresa que na obra de Smith o ‘desejo de ganho’ mobilizado pelo comércio possa ser lido substancialmente como uma lei geral. As interpretações tradicionais economicistas de Smtih, tem essa lei geral internalizada de forma semelhante à lei da gravidade, e o sujeito smithiano é visto como prelúdio do *homo œconomicus* de J.S Mill, cuja visão do sistema econômico substancialmente guarda espelho com a física

---

<sup>57</sup> O seminal estudo de Bernard Mandeville sobre *Vícios Privados e Benefícios Públicos* influenciou muitos autores do Iluminismo, e para o argumento do autointeresse como elemento fundante da harmonia social

<sup>58</sup> Hume e Adam Smith foram líderes do conhecido esforço teórico coletivo dos pensadores do ‘iluminismo escocês’, cuja ambição era transpor para a filosofia moral o bem-sucedido método proposto por Newton em sua filosofia da natureza, que fizeram parte dos principais círculos intelectuais da Europa no século XVIII. “Mesmo que os literati fossem pessoas próximas, muitas vezes ligadas por laços de família ou de estreita amizade – como aquela que unia Hume e Adam Smith – a criação dos clubes e sociedades foi importante para promover o encontro e o debate entre os intelectuais ligados às universidades, à igreja, à administração pública e aquela parcela da *gentry* e da burguesia preocupada com a adoção dos melhoramentos” (Emerson, 2003 pp. 19-20; apud CERQUEIRA, 2006)”. A economista Sheila Dow chega ao extremo deste ponto de vista, ao afirmar que: “no ‘iluminismo escocês’ o dedutivismo da igreja, fundado em dogma, foi substituído pelo dedutivismo baseado em axiomas”. (DOW, 1999).

newtoniana<sup>59</sup>. Nas palavras dele: “as leis e condições da produção da riqueza compartilham o caráter de *physical truths*. Não existe nada opcional ou arbitrário em relação a elas” (J.S MILL, 1965, p. 199, 1ª edição em 1848 *apud* SCAZZIERI & BARANZINI, 1986). Em outras palavras, cria-se uma ideia mecânica de sociedade passível de ser “matematizada”, a *mathesis universalis* de Descartes. Todas as cortes Iluministas da Europa receberam as ideias de um ‘mundo máquina’, onde o homem é cada vez mais soberano. Porém, este afã ‘científico’, acabou por atropelar muitas das dimensões qualitativas das ciências humanas, e este debate está muito longe de terminar.

A ciência da natureza adquire a cada dia novas riquezas; a geometria, ao ampliar os seus limites, transportou seu facho para as regiões da física que se encontravam mais perto dela; o verdadeiro sistema do mundo ficou conhecido, foi desenvolvido e aperfeiçoado. (...) com ela, quase todas as outras ciências adquiriram novas formas e, com efeito, era imprescindível que o fizessem. (...) essa fermentação, agindo em todos os sentidos por sua natureza, envolveu com uma espécie de violência tudo o que se lhe deparou, como um rio que tivesse rompido seus diques. (D’ALEMBERT *apud* CASSIRER, 2009, p. 20-21).

John Locke, filósofo britânico que publicou sua obra mais importante em 1690 e grande expoente do liberalismo, foi um dos grandes responsáveis por assentar as pedras fundamentais de uma visão de mundo inspirada no indivíduo, no trabalho e na propriedade privada, todos esses grandes elementos do clamor dos homens das hierarquias do dinheiro, os quais, diante de seu aumento de seu poder, questionavam cada vez mais a estrutura social da aristocracia medieval. O filósofo inglês aproveita a concepção de Estado de Thomas Hobbes, e sua noção de indivíduo, para formular uma teoria atomística da sociedade humana, constituída pela soma da contribuição de cada um em uma ‘sociedade civil’, soberana pela escolha de seu próprio governo. Assim, o Estado passa a ter a função de salvaguardar os direitos de indivíduos à propriedade e aos frutos de seu trabalho, caracterizando-se a institucionalização da propriedade privada. A filosofia moral de Locke possui uma concepção do indivíduo e da dinâmica social substanciada pela ideia do mercado, na qual os preços são determinados objetivamente pela lei da oferta e da procura, dando-lhes a mesma natureza das leis da mecânica newtoniana, assim estabelecendo ‘cientificamente’ a visão moderna de uma sociedade liberal e meritocrática (CAPRA, 1982). Em muitos aspectos, Locke é o principal idealizador de um *ethos* burguês de sociedade. Por *ethos*, entendemos o conjunto das inspirações, dos valores e dos princípios que

---

<sup>59</sup> Apesar de suas afirmações absolutas, Mill possuía uma forte preocupação com aspectos metodológicos de sua ciência, tanto que coloca: “A distribuição de riqueza... depende das leis e costumes da sociedade. As regras pelas quais são determinadas provêm dos sentimentos e opiniões da elite daquela comunidade, e são muito diferentes em diferentes épocas e países; e poderiam ser ainda mais diferentes, se a espécie humana assim desejasse.” (Mill, 1852, *apud* Scazzieri & Baranzini, 1986).

orientam as relações humanas para com a natureza, para com a sociedade, para com as alteridades e para consigo mesmo (BOFF, 2009). Toda ética nasce de uma nova ótica, e é fruto de uma percepção da realidade; no caso, tratamos aqui do papel da ciência na lógica social burguesa, que chega a sua realização quando a ética dos preços passa a ser determinada objetivamente através do raciocínio matemático, e a competição no âmbito do mercado passa a ser expressão da meritocracia em uma sociedade livre, onde cada um vende os frutos de seu próprio trabalho. A modernidade dá um passo enorme para se descolar do Antigo Regime, pois emancipa a economia de mercado da “lei moral dos preços justos”, outrora vigente na tradição escolástica de São Tomás de Aquino (NOZICK, 1974). Temos aqui duas grandes bases filosóficas da ciência econômica: a institucionalização da propriedade privada e a lei da oferta e da procura.

Professor de filosofia moral da universidade de Glasgow, Adam Smith se inspirou nos grandes pensadores do Iluminismo para dar sentido à transformação, na época a olhos vistos, da realidade. A partir da ideia newtoniana de uma lei natural predominante, Smith deduziu que é inerente à natureza humana a “propensão a trocar e negociar”, comprovando ontológico-empiricamente que “a livre-interação entre indivíduos produz não o caos, mas um padrão ordenado que é logicamente determinado” (SCHUMPETER, *apud* DOBB, 1973); de William Petty, entre outras ideias, ele absorveu a necessidade de uma divisão do trabalho para que a produção se tornasse fonte crescente de riquezas; Locke legou a lei da oferta e da procura, retrato de um mercado teoricamente ideal baseado nas leis do movimento e da objetividade científica, onde os preços tendiam a gravitar na direção apropriada, além de oferecer o arcabouço jurídico-institucional necessário para uma teoria do livre mercado (GANEM, 2000); no que toca aos Fisiocratas, Smith immortalizou a noção de *laissez-faire* com a metáfora da Mão Invisível... Enfim, são praticamente infindáveis as influências que poderíamos trazer à luz. O importante é ter em mente que estes são os nossos “cânones ocidentais”, Adam Smith foi, sim, o fundador da economia política clássica, apesar esta já estar sendo gestada desde o alvorecer de uma nova concepção de mundo, e é fruto, portanto, da modernidade (HIRSHMAN, 1977; GANEM 2000).

De acordo com Paul Ormerod (1994), a “*Riqueza das Nações*” (RN), obra de 1776, possui o intuito de demonstrar como a perseguição do ‘*enlightened self interest*’ por parte de indivíduos e companhias (agentes individuais ou coletivos), pode beneficiar a sociedade como um todo. Para ele, o livro de Smith é uma conquista analítica magnífica, que sistematizou um modelo sobre como a economia pode ser pensada ao operar e desenvolver o que ele chamou de ‘sociedade de comércio’ [*commercial society*]. A obra é largamente *fundamentada com*

*evidências históricas* para suportar as conclusões da teoria ali construída – considera-se, portanto, que não consiste apenas em um exercício abstrato de teorização, mas algo firmemente edificado na realidade (ORMEROD, 1994). O propósito da RN, ao entender como a economia funcionava, foi explicitar as razões pelas quais algumas nações eram mais ricas do que as outras. Adam Smith vivenciou a Grã-Bretanha em plena marcha de transição de uma economia agrária e artesanal para uma economia dominada pelo vapor como energia motriz e por máquinas operadas em grandes fábricas e usinas. Desta forma, em todos os sentidos, seu contexto histórico alimentou fartamente a ideia de uma nova dinâmica socioeconômica, baseada na produção e na divisão do trabalho. Ormerod conclui categoricamente que o “pai da economia política” se alinha com solidez à tradição científica newtoniana – Adam Smith observou o mundo e depois buscou explicá-lo. A observação veio antes, e a teoria depois.

A crítica de Ormerod, é em relação à inadequação da física como metáfora, no esquema de Adam Smith e da economia ortodoxa, preferindo a biologia por seu caráter sistêmico.<sup>60</sup> Nosso ponto neste momento é apenas pensar a análise histórica de ‘longa duração’, que observa traços qualitativos importantes, e não dá a teoria o papel de piloto do barco. Adam Smith não faz isso, coloca a teoria como referência fundamental e busca explicar a realidade a partir de seu sistema teórico completo, encaixando as referências históricas de forma interessante, mas ainda assim limitada. O “senso comum” têm uma propensão a entender o capitalismo pós-revolução industrial como um animal totalmente diferente do Estado ‘mercantilista’ dos séculos anteriores, e assim se aproxima perigosamente de subestimar a dimensão política da análise econômica e se entrega à produção de “modelos por meio de modelos, talvez desde o embrião de seu “pai fundador”, Adam Smith. Esse arcabouço está presente em todos os que buscaram uma formulação científica para dinâmica da economia.

(...) podemos estabelecer no início certos princípios conhecidos ou provados a partir dos quais explicamos os vários fenômenos, conectando-os todos juntos pela mesma cadeia. Esse último [método], que podemos chamar de método newtoniano, é sem dúvida o mais filosófico, e, em cada ciência, quer se trate da moral ou da filosofia natural etc., é imensamente mais engenhoso e, por esse motivo, mais atraente que o outro. Dá-nos satisfação ver os fenômenos que considerávamos os mais inexplicáveis, deduzidos todos de algum princípio (normalmente um princípio bem conhecido) e unidos todos em uma cadeia; uma satisfação muito superior à que sentimos em relação ao método desconexo, onde tudo é explicado por si só sem qualquer referência aos demais. (ADAM SMITH, 2002, TSM. p.133-134)

---

<sup>60</sup> Em seu livro *Butterfly Economics*, de 2000, Ormerod argumenta que as construções analíticas da economia usam a mesma matemática de uma física já superada por ela mesma. Ver (ORMEROD, 2000).

Em relação ao comércio internacional, a economia política científica inglesa de Adam Smith e David Ricardo sempre se caracterizou por transmitir à dimensão internacional as mesmas qualidades “civilizadoras” do comércio, e o mesmo método científico. Mesmo diante da infinidade de guerras entre as potências europeias, tanto entre elas mesmas ou em seus impérios coloniais, Smith e Ricardo confiavam à ciência e à razão a amenização das paixões dos Príncipes nos governos modernos. Em relação às rivalidades entre as potências europeias, acreditavam que na exploração dos mercados mundiais baseada em uma divisão internacional do trabalho de caráter científico, inspirada em um modelo matemático, com os países especializados de acordo com suas dotações e vantagens absolutas e comparativas<sup>61</sup>, o comércio poderia oferecer oportunidades a todos e no longo prazo uma convergência entre a riqueza das nações, além de trazer para os “povos bárbaros” das colônias, a civilização. Como colocam aqui David Hume e David Ricardo:

Eu devo, então, ousar reconhecer que, não só como um tema do homem, mas também da Inglaterra, eu rezo para o florescimento do comércio da Alemanha, Espanha, Itália e mesmo da França. Eu estou certo de que tanto a Grã-Bretanha como todas estas nações prosperaram mais, se seus soberanos e ministros tiverem adotado sentimentos benevolentes e grandiosos na relação de uns com os outros. (HUME *apud* ROTWEIN p. 80-82 *apud* FIORI, 1999, p. 17)

(...) as nações se beneficiam da dimensão do comércio, da divisão do trabalho nas manufaturas e da invenção de maquinaria – todos elevam o montante de mercadorias e contribuem substancialmente para a satisfação e felicidade da humanidade (...) (RICARDO, 1951 *apud* FIORI, 1999, p. 18)

De acordo com Fiori, a equação smithiana da origem da riqueza mundial através do comércio internacional fica indeterminada (IBID) e, como vimos atrás, e veremos mais adiante, o comércio internacional sempre foi e continuou sendo imensamente marcado pela guerra e pelas disputas entre os Estados. É notória a diferença entre discurso teórico-político e a realidade concreta na ‘arte de governar liberal’. A economia política científica legitima o desenvolvimento econômico e uma organização da sociedade em torno da produção e do mercado se apresenta como uma retórica perfeita para reivindicar, através do consenso, mais poder para as hierarquias do dinheiro perante o rei e a nobreza. Os projetos de Estado nacional não mais necessitavam tanto assim, no fim do século XVIII, da manutenção dos privilégios da

---

<sup>61</sup> Para duas visões diferentes sobre os modelos de comércio internacional; a primeira do ponto de vista da economia política internacional (FIORI, 2001); e a segunda que segue uma abordagem estritamente econômica. (ROMER, 1986)



corte de uma nobreza “que não trabalhava”, e essa foi a grande batalha da Revolução Francesa, principal expressão do ideário político da modernidade contra o *ancien régime*<sup>62</sup>. Do ponto de vista da estrutura institucional e coesão interna do poder dentro dos Estados, e do fundamento das estratégias de política externa das grandes potências, sempre procuramos em nossa pesquisa apontar para os traços históricos profundos de um equilíbrio de poder entre famílias guerreiras e Igreja Católica que durou muito tempo. Como foi exposto, tudo se tornou mais complexo quando os habitantes das cidades e trabalhadores livres, entre os quais algumas famílias que tinham como principal negócio o dinheiro, começam a ganhar força de verdade.

Na medida em que a economia política burguesa, criando uma nova mitologia, não se identificou pura e simplesmente com o passado, a crítica que fez às sociedades anteriores, em particular à sociedade feudal contra a qual ainda tinha que lutar diretamente, assemelha-se a crítica do paganismo feita pelo cristianismo, ou a do catolicismo feita pela religião protestante. (MARX, 1977, p.224)

A *froda* (esperteza) passa a superar e comandar a força muitas vezes no desenvolvimento dos estados nacionais e foi ganhando cada vez mais força mundo a fora<sup>63</sup>, especialmente depois do século das luzes. E a nobreza, o rei e o clero passam a ter que lidar com esta situação na coesão política interna das ‘unidades de poder’, em momento crucial de aumento de poder do ‘terceiro estado’. Em nossa visão, sempre existiu na civilização capitalista um movimento duplo de superação e manutenção do mundo medieval; mas, o advento do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial no fim do século XVIII, representou o fim da aceitação da estrutura social do feudalismo quando o desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia transformou as condições materiais da sociedade e a ciência conseguiu articular um sistema teórico e filosófico completo para a legitimação de uma sociedade liberal burguesa, organizada através do mercado e da produção, em prol do desenvolvimento econômico e da Glória de cada indivíduo. Esse contexto é brilhantemente sintetizado por Hobsbawm em sua “Era das Revoluções”.

Não obstante qualquer que fosse seu *status*, as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante. O Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII, a Grã-Bretanha, devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam conseqüentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável. As ciências, ainda não divididas pelo academicismo do século XIX (...) dedicavam-se a solução de problemas produtivos (...) A grande *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e

---

<sup>62</sup> Sistema social e político vigente na era medieval, personificado pelo absolutismo francês, no contexto da crítica burguesa às aristocracias nobres, à Igreja e suas estruturas de poder.

<sup>63</sup> A Revolução Americana de 1776 é uma das maiores expressões de uma nova ordem social, como veremos mais adiante.

social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. (HOBSBAWN, p. 47, 2014)

A princípio, podemos observar uma consolidação maior da *instauratio magna* (reforma total no conhecimento) sonhada por Francis Bacon, tanto na materialidade quanto no mundo das ideias, e também uma resposta civilizacional do liberalismo capitalista à sociedade aristocrática feudal. Luis XVI perdeu a cabeça na França, assim como Carlos I na Inglaterra 100 anos antes. Porém, nossa pesquisa indica que esse é um discurso filosófico e político, e apenas isso não indica que as técnicas de governo ligadas às estratégias de Estado vão mudar tanto assim. Sob a ótica da ‘governamentalidade’ e cosmologia da arte de governar, a ascensão das hierarquias do dinheiro e as novas alianças de um Jogo dos “Tronos” ganharam proporções cada vez mais imensas no decurso de sua evolução histórica, e acabaram por colocar o rei em um lugar de poder vazio, com a Razão de Estado aproximando-se cada vez mais de seu fator econômico e científico. O trono ficou vazio (*hetoimasia tou thronou*), quando os funcionários do Estado que prosperaram nas cidades acabaram exercendo tantas funções no Estado que os aspectos fundamentais do poder da monarquia foram se dissipando continuamente ao longo da história. Giorgio Agamben fala sobre o ‘mitologema político’ lendário da Távola redonda, o *roi mehaignié*, rei ferido que, mutilado em uma batalha fica aleijado e impedido de exercer seu poder. A ideia faz parte da análise de Agamben do processo de constituição e exercício do poder através da duplicidade Reino/Governo, evocando o mito para dizer que, na modernidade, cada vez mais, o rei “reina, mas não governa”. (AGAMBEM, pg, 84, 2012)

O que fica velado nessas interpretações da lenda, inclui, sem sombra de dúvida, um mitologema genuinamente político, que pode ser lido, sem exagero, como paradigma de uma soberania dividida. Mesmo sem perder nada de sua legitimidade e sacralidade, o rei foi de fato, por algum motivo, separado de seus poderes e atividades e reduzido à impotência. Não só não pode caçar nem montar a cavalo (atividade que nesse caso parece simbolizar o poder mundano), como também fica fechado em seu quarto, enquanto seus ministros (falcoeiros, arqueiros e caçadores), exercem o governo em seu nome e lugar. Nesse sentido, a cisão da soberania dramatizada na figura do rei pescador parece evocar a dualidade que Benviste reconhece na realeza indo-europeia entre uma função sobretudo mágico-religiosa e uma função mais propriamente política. (AGAMBEM, pg, 84, 2012)

Sob esta luz, mais uma vez nos inspiramos na análise de Max Weber do ‘espírito do capitalismo’, ressaltamos o papel da racionalidade meritocrática e científica da burguesia, que cumpre um papel de se apropriar da função política do rei e gradualmente cancelar sua dimensão mágico-religiosa (apesar até mantida até hoje em muitos países da Europa, pelo menos

figurativamente) em nome do indivíduo, do trabalho, sendo estes a nova expressão da riqueza e da Glória. O Iluminismo também é um xeque-mate no poder da Igreja Católica, visto que os reis absolutistas por direito divino perdem a legitimidade perante a proposta de sociedade liberal, meritocrática e científica; e das condições de desigualdade social brutal presente nas sociedades feudais, cada vez mais populosas com a evolução das forças produtivas. Como diz Foucault, a economia política torna-se uma ‘governamentalidade’/razão de Estado baseada em uma nova verdade: “verdade científica”.<sup>64</sup> Enquadrar esta análise do ponto de vista da economia política internacional ambienta a questão do desafio de cada nação que se propunha a um projeto de Estado moderno; e por esta razão promovemos uma análise que integra a dimensão nacional e a internacional. Vale observar este fenômeno como algo fruto deste contexto, o ‘dilema de segurança’ e as rivalidades geopolíticas e geoeconômicas entre Casas, Estados, nações, e todo este ímpeto imperial, eram uma oportunidade de ascensão desses ‘homens livres’ da Idade Média, que se tornaram os líderes das hierarquias do dinheiro, perante a onipotente nobreza da época. O *self made man* seria nobre algum dia? Se ele for, o preço será muito alto. A competição por dinheiro será o fundamento da ‘mundialização do capitalismo civilizatório’.

A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à “vocação” de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura, que está ligada tão de perto às condições de vitória na luta econômica pela existência (...) ela não precisa mais se apoiar no aval de qualquer força religiosa e, se é que a influência das normas eclesiásticas na vida econômica ainda se faz sentir, ela é sentida como obstáculo análogo à regulamentação da economia pelo Estado. A situação de interesses político-comerciais e político-sociais costuma então determinar a “visão de mundo”. [Aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições do sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe]. (WEBER, 2006, p.64)

---

<sup>64</sup> Estamos aqui aprofundando nossa análise no processo de transferência da legitimidade do governo do fundamento transcendental da Glória do Príncipe, respaldado pelo poder espiritual da Igreja Católica; para a legitimidade da ciência e da economia, evocado pelo ‘terceiro estado’ para assumir a direção do governo. Ver Foucault (2008), Weber (2006) e Agamben (2011), entre outros autores.

## 4 O MERCANTILISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

### 4.1 MERCANTILISMO E CAMERALISMO NA EUROPA

Até agora nossa análise histórica e epistemológica (filosófica) dos processos que deram origem à civilização capitalista foi essencialmente ligada ao movimento de formação dos estados nacionais da Europa através de uma constante batalha por poder e riqueza diante das múltiplas e recorrentes rivalidades do tabuleiro geopolítico e geoeconômico entre os principais centros das ‘economias mundo’: as Cidades-Estado medievais (FIORI, 2001). Durante o ‘longo século XVI’ (1450-650) a “pressão competitiva” dos Jogos das “Trocas”, das “Guerras” e dos “Tronos”, iniciou um processo de “fortalecimento da estrutura institucional, política, econômica e territorial” das ‘unidades de poder’ feudais dominadas pelas dinastias das famílias guerreiras da nobreza da espada, em sua aliança com o ‘poder espiritual’ da Igreja Católica, desde o século XI e XII, como a Casa Capeto, Plantageneta ou Habsburgo, que deram origem às grandes monarquias absolutistas que empreenderam verdadeiras ‘estratégias de Estado’ de natureza imperial em busca do desenvolvimento econômico e da hegemonia política. Os territórios dominados pelas dinastias militares tornaram-se protetorados para o comércio e ensejaram o surgimento de cidades cada vez mais populosas, dando origem a grandes oportunidades de tributação e enriquecimento, ao fortalecimento das trocas monetárias, e o nascimento dentre o ‘povo’ de uma classe de ‘homens livres’ que passou a ter cada vez mais influência na dinâmica da sociedade: o ‘terceiro estado’.

Nesse contexto, o Renascimento, a Reforma e a Revolução Científica foram eventos históricos que transformaram profundamente os costumes, sistemas de pensamento e códigos de honra da sociedade medieval durante o ‘longo século XVI’. Esse processo resultou no declínio do poder e influência da Igreja Católica e alterou a relação de forças sociais que havia entre o clero, a nobreza, o rei, e o ‘terceiro estado’. Com o aumento da complexidade da sociedade medieval de Cidades-Estado cada vez mais poderosas, com circuitos comerciais, atividades econômicas e estrutura institucional em evolução, o ‘terceiro estado’ passa a ganhar cada vez mais espaço; banqueiros, funcionários públicos, intelectuais, mercadores e tantos outros atores surgem para auxiliar os Príncipes mais fortes da Idade Média em seus projetos de poder (ELIAS, 1939). Nas grandes Cidades-Estado deu-se o encontro da geometria do poder com a geometria da riqueza; no âmbito das cortes medievais se acirrou o Jogo dos “Tronos” e a “pressão competitiva” dentro dos núcleos de poder das principais Casas. Como mostramos, Bacon, Willian Petty, Colbert, Galliani, Botero, foram todos Conselheiros de Príncipes e

mostraram que a ciência, a razão e a organização da sociedade em prol do desenvolvimento econômico eram o caminho da Glória. Apresenta-se a Razão de Estado como fundamento da Defesa Nacional e a Política como solução para o contexto hostil de guerras religiosas e condições materiais insuficientes. As cidades, os exércitos a ciência, a tecnologia e a economia se desenvolveram com rapidez, seja em Paris no século XIII, Veneza no século XV, Amsterdam no século XVII ou Londres no século XVIII. Em vários momentos mostramos que as principais Cidades-Estado se inspiraram no ‘mercantilismo’ e no ‘cameralismo’ para se desenvolver. Agora, passamos ao estudo do pensamento de alguns desses autores, principalmente da escola germânica e italiana.

Se nos restringirmos a uma abordagem que contempla somente os textos “canônicos” da HPE, também nos prenderemos a estas visões sobre a história e a economia. Naturalmente, existe mais do que isso. Essa é a armadilha de uma abordagem que se centra somente na evolução da história do pensamento e perde o chão da história, e talvez também bons materiais de leitura. Textos que não são tidos como tão “nobres” na HPE carregam uma sabedoria profunda sobre o conhecimento sobre os fenômenos econômicos que não parece ser levado em conta por autores liberais, e são pouco explorados por autores marxistas; o fato é que a história nos mostra que eles têm uma relevância bem maior para explicar o mundo atual. Por esta razão, estruturamos nossa análise a partir de uma perspectiva histórica de ‘longa duração’, investigando o contexto histórico do Renascimento, da Revolução Científica, da Reforma e da Revolução Gloriosa, e sua influência e da formação dos estados nacionais; com o intuito verificar o ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’ como estratégia de Estado e ‘arte de governar’. Nosso alicerce histórico e epistemológico nos indica as ideias de um economista que traz à luz textos bem menos famosos, mas também muito importantes para entender a realidade em que vivemos e a economia que construímos. Erik Reinert busca retirar o véu de ideologia e retórica que permanece nos olhos de pensadores que utilizam somente os textos “canônicos” para entender a economia, através do intuito de revelar a realidade das estratégias desenvolvimento dos Estados. Conhecido por sua erudição em relação à literatura mercantilista, e fundador de uma escola de economia chamada ‘*The Other Canon*’<sup>65</sup>, ele diz que a análise de seu conterrâneo escandinavo Hecksher é feita como se Átila o Huno tivesse escrito sobre o Império Romano (REINERT, 2005). E assim, buscar realizar sua própria apresentação de uma investigação sobre os textos pioneiros na análise econômica, alguns anteriores e outros concomitantes à Economia Política Clássica, os textos dos autores conhecidos como “mercantilistas”. Segundo ele, estes

---

<sup>65</sup> Ver Anexo.

textos possuem muito mais presença na realidade do mundo do que pensamos e, de acordo com sua pesquisa, são as principais inspirações para as estratégias de desenvolvimento econômico das principais potências do mundo capitalista até os dias de hoje (REINERT, 2005; CHANG 2002; FIORI, 1999, 2001).

A abordagem prática e o olhar realista do “mercantilismo” escapam das armadilhas ideológicas e reconhecem a importância das guerras no âmbito da rivalidade entre os países do sistema interestatal capitalista, e justamente por isso incorporam à sua análise da economia o ‘cálculo político’. Ao estudar o ‘cameralismo’ alemão e italiano, torna-se claro este ponto de vista, e também o fato de que uma visão centrada na dimensão da balança comercial e na acumulação de metais preciosos é na verdade uma grande falácia. Uma das diferenças fundamentais entre as abordagens é a forte e constante relação entre política e economia, presente nos textos dos estrategistas de Estado por toda a história. Em termos de método, a inserção da política no universo econômico traz uma dimensão qualitativa à análise que é muito difícil de ser apreendida por um arcabouço teórico essencialmente científico, talvez esta seja uma das questões mais relevantes para considerar (metodologicamente) a economia uma ciência humana. A interpretação de muitos autores ‘mercantilistas’ ou ‘cameralistas’ serve-se largamente da pesquisa histórica em busca dos catalisadores do desenvolvimento econômico.

*Praxisnahe* – proximidade da realidade – e relevância prática sempre foram os critérios-chave de qualidade acadêmica nesta tradição. Também é fundamental entender que fatores econômicos não são redutíveis apenas a números e símbolos. Uma crítica frequente à teoria econômica tradicional é que esta produz um *qualitätslose Grossen*, onde a análise quantitativa extirpa todo o entendimento da dimensão qualitativa da economia. Até a mais acurada descrição do ser humano através de seus aspectos mensuráveis quantitativamente – altura, peso, porcentagem de água ou minerais – iria deixar de lado o fator chave do desenvolvimento econômico que Friedrich Nietzsche chamou de *Geist und Willenskaptal*: a esperteza e a vontade humana. (REINERT, 2005, p.51)

Se tivéssemos de pontuar a primeira diferença para o realismo político dos estrategistas de Estado da economia política dos autores liberais, inspiradas nos cânones ocidentais da modernidade, como John Locke e Adam Smith, e do marxismo, baseado em uma visão de sociedade enraizada na ‘luta de classes’, ela seria de natureza filosófica. A “propensão a trocar” da filosofia liberal idealista, de origem inglesa, é fortemente contrastada pela “vontade de potência” da filosofia alemã, dos ‘cameralistas’, de Goethe ou do próprio Nietzsche. O poder em si é algo que emana do ser humano, e o Estado é constituído de acordo com este princípio. Por isso o Estado é vivo, histórico e qualitativo, intrinsecamente político. Neste aspecto, Reinert enaltece o ‘cameralismo’ alemão como uma das expressões mais coerentes desta visão realista e qualitativa das estratégias de Estado. O termo cameralismo se origina de *camera principis* ou

*Kramer*, que significa tesouro; trata-se, portanto, de administração pública, impostos e instituições, leis e regulação. Assim, das guerras às sinergias da indústria de manufaturas, passando pela moeda e pela educação, temos uma visão ‘institucionalista’ da economia, que se preocupa na montagem integral de um Estado nacional considerando as relações de força social que o compõem, e jamais como um ente epistemológico estéril ou estrutura de poder burocrática; e também destacando frequentemente sua atuação como “facilitador ou ocasionalmente empreendedor de última instância em situações difíceis” (REINERT 1999 apud REINERT, 2005, p. Pg.51) implementando atividades econômicas-chave para a economia nacional.

Esta também foi uma grande virtude da escola mais antiga de estratégias de Estado, a italiana. Houve um interessante debate no século XVIII entre os fisiocratas e os estrategistas de estado, personificados por François Quesnay e Ferdinando Galiani (IBID), no contexto de crise econômica da França devido a um período de políticas econômicas inspirada no *laissez-faire*, os dois autores discordavam em quase todos os aspectos. O ponto de vista de Quesnay era de que a história muitas vezes apresenta um “abismo e muita confusão”, e confiava na eficácia das hipóteses teóricas sobre as “leis naturais” da economia; por outro lado, Galiani chamava abordagens assim de “econo-mistificações”, para ele não deveria haver princípios absolutos para a economia, mas sim uma administração de base empírica, flexível, adaptável à contingências (GALIANI *apud* REINERT, 2005), inspirada na história e em experiências concretas das políticas adotadas em estratégias de Estado. Neste contexto, podemos observar a esgrima entre uma perspectiva ‘dedutivista’, baseada em modelos teóricos; e uma ‘indutivista’, baseada nos fatos e na experiência<sup>66</sup>. Isso é questão científica: qual seria a melhor perspectiva de análise para a ‘arte de governar’. Este é um debate significativo para nossa problematização do possível abismo entre teoria e prática, discurso e ação política; o debate entre economistas que se mantinham no campo da abstração e os que se preocupavam com as chamadas ‘*real-world policies*’. Esta frase de Kepler ilustra bem o argumento de Galliani:

---

<sup>66</sup> O epistemólogo Wilhelm Dilthey demarca uma linha desenhada pela coerência entre a estrutura do método e a natureza do objeto de análise, a dicotomia “Ciências do Homem” e “Ciências do Espírito”. O método científico físico-matemático corresponderia a um ‘conhecimento explicativo’, mais racional e analítico, no qual se encaixariam campos do conhecimento como a química e a física, enquanto o método científico histórico estaria vinculado a um ‘conhecimento compreensivo’, que nos remete à teoria social, à história, à economia ou a qualquer campo do conhecimento de ‘variáveis’ intrinsecamente humanas. Assim, as ‘Ciências do Espírito’ abordariam as manifestações da vida e as objetivações do homem no mundo social e histórico. O principal modo de acessá-la seria através da compreensão. O ato de fazer ciência é essencialmente diferente à luz de cada polo da dicotomia apresentada. Para Dilthey, assim como para Hegel, a palavra “espírito” (Geist) se refere ao contexto *concreto* histórico-cultural. Por esta razão a palavra “*zeitgeist*” significa ‘espírito do tempo’; remetendo-nos à identidade qualitativa da atmosfera de determinado momento histórico. (DILTHEY, 2010)

[...] há uma seita de filósofos (para citar a opinião de Aristóteles, injustificada, aliás, sobre a doutrina de alguns pitagóricos, retomada recentemente por Copérnico) que não começam seus raciocínios a partir do dado dos sentidos, nem coadunam as causas das coisas com a experiência; ao contrário, precipitadamente e como se inspirados (por alguma espécie de entusiasmo), concebem e elaboram em suas cabeças certa opinião sobre a constituição do mundo; depois de a terem formulado, apegam-se a ela; e violentam, como se arrastassem pelos cabelos, [coisas] que ocorrem e que são experimentadas todos os dias, a fim de as compatibilizarem com seus axiomas. (KEPLER *apud* KOYRÈ, 2010).

O jornal *Il caffè* é notoriamente reconhecido como o principal periódico do iluminismo italiano no século XVIII. Grandes intelectuais ali escreveram sobre as questões sociais e políticas da época, e esses documentos são evidências imensamente relevantes do quão perspicazes eram os economistas italianos quando o assunto era estratégia de Estado e desenvolvimento econômico. Chamava-se *Il Caffè*, pois tratava-se da expressão das conversas de homens despertos pela razão, não embriagados pela bebida como em tempos medievais. No século XVIII a vida intelectual explodiu nas grandes metrópoles da Europa e “centros de sua economia-mundo”\*. Para os europeus efetivamente havia se consolidado outro “tempo histórico”. Naquele momento, economistas como Ferdinando Galliani e Antonio Genovesi em Napoli, e Pietro Verri e Cesare Beccaria em Milão, duas das mais notórias escolas de economia política da época, sistematicamente se dedicaram a explorar e codificar os mecanismos do desenvolvimento econômico. O desafio diante deles era de reverter o processo de atraso econômico em relação aos ingleses, franceses e holandeses. “De acordo com Schumpeter, as honras do desenvolvimento de teorias em relação à produção pré-Smith, são dos italianos do século XVIII” (REINERT, 2005). O economista Joseph Schumpeter, grande teórico austríaco, é um dos únicos “medalhões da economia” que respeita os autores da ‘estratégia de Estado’ e, de fato, sua própria visão de inovação bebe muito na escola histórica alemã de Gustav Schmoller e Werner Sombart. Os economistas nos pequenos Estados germânicos sempre estiveram desde Seckendorff (1626 -1692), plenamente conscientes de sua *Deustschum*, assim, como os economistas das Cidades-Estado italianas explicitamente compartilhavam uma comum *italianità* (IBID)”. Porém, o próprio Schumpeter também cai no “cientificismo” de subestimar os estrategistas de Estado apenas como ‘homens de governo’, e não como pensadores teóricos dos fenômenos econômicos. Em sua “História da Análise Econômica”, Joseph Schumpeter chega a separar o ‘Argumento Prático’ e o ‘Argumento Teórico’ no capítulo que dedica à literatura “mercantilista” (SCHUMPETER, 1964).

Um detalhe interessante está no fato de que os ‘mercantilistas’ ou ‘cameralistas’ sempre se valeram do estudo empírico da história para pautar suas formulações teóricas ou políticas de Estado. Sua praticidade vinha do estudo de políticas do mundo real, que deram certo ou errado. Por outro lado e algo paradoxalmente, os pensadores da Economia Política Clássica, que sempre



se colocaram como homens que tinham a história como laboratório, baseavam-se muito mais nas leis naturais de um sistema analítico, como os Fisiocratas ou Adam Smith e Ricardo. Segundo Reinert, o desenvolvimento da economia política “mercantilista” da escola italiana não pode ser bem compreendida sem considerar seu diálogo direto e constante com os Fisiocratas na França, compreendendo a diferença entre Galliani e Quesnay, como uma diferença de método, ciência e concepção de mundo. Outro grande autor da escola italiana, o catedrático Antonio Genovesi, em seu “Discurso sobre as utilidades da ciência e das artes”, datado de 1764, apresentou uma visão sistemática de ciência e sociedade na qual disciplinas que estudavam a realidade social sempre tinham que ter a realidade como ‘absoluta preeminência’ em relação aos princípios teóricos, pela imprevisibilidade dos fenômenos que envolvem a presença e a vontade de potência humana. Ele foi o fundador da cátedra de “Economia Civil” na universidade de Napoli, a ciência do “bem-viver social”, que, assim como a filosofia de Vico, pode ser considerada a “expressão moderna da tradição civil iniciada na Idade Média” (BRUNI & ZAMAGNI, 2010). Genovesi traduziu as obras de Montesquieu para o italiano, também considerava o comércio como fator “civilizador” e pensava o mercado como um lugar de encontro da *vita civile* – um lugar onde as virtudes podem florescer na forma de felicidade pública (IBID). No entanto, como Vico, o economista da tradição civil sabe que *nem sempre nem naturalmente os interesses particulares transformam-se em virtudes públicas*. Diferentemente de muitos dos pensadores liberais e “cientistas sociais”, que observam a convergência do autointeresse de cada indivíduo como algo automático, Genovesi e a escola italiana afirmam que o papel fundamental do Estado e das instituições é mediar este processo, para que o *interesse público* seja atingido. A ética é o *sine qua non* da Economia Civil, e segundo ela, esta é a dimensão qualitativa fundamental da economia<sup>67</sup>.

Enquanto o ‘cameralismo’ alemão se inspirava através da “vontade de potência”, podemos dizer que os italianos das antigas Cidades-Estado sempre confiaram no ‘humanismo civil’ renascentista. Seu antropocentrismo era diverso daquele alemão, e também do inglês; é nítido como o ‘caráter dos povos’ é diverso, mesmo entre os Estados europeus. Nesse sentido, talvez por sua conexão de ‘longa duração’ ancestral com a Igreja, o *civile* dos italianos sempre dialogou com uma espécie de ‘comunitarismo-cristão’ (REINERT, 2007), o qual por sua vez, mesmo de forma católica, traz a dimensão política da espiritualidade. Mesmo diferentes, os economistas do ‘mercantilismo’ e do ‘cameralismo’, se destacaram por sua visão holística do sistema econômico, que sempre reconheceu o quanto são relevantes os aspectos sociais e culturais do desenvolvimento econômico, assim como as rivalidades geopolíticas e geoeconômicas. Eles ressaltavam sempre que a economia opera de forma eficiente se

---

<sup>67</sup> Esta questão também pode ser encontrada na obra de Adam Smith, como coloca (EVENSKY, 2005, p.61). “A ética é o *sine qua non* da construção competitiva visualizada pelo liberalismo clássico. Somente em uma comunidade de indivíduos éticos a mão-invisível poderia exercer seu papel propriamente, por isso é a ética que impede que as mãos dos indivíduos distorçam a ação da mão-invisível. Na ausência de uma comunidade ética, a competição torna-se destrutiva. Portanto, na metáfora magna de Smith, é a ética que separa uma sociedade beneficente do abismo hobbesiano.”

reconhecemos as especificidades históricas, geográficas, políticas institucionais dos ‘povos’ (ou países), e é o papel do Estado identificar estes elementos e “administrar a casa”, criando a estrutura necessária para que as atividades de uma economia nacional forte possam florescer. No âmbito das estratégias de Estado o desenvolvimento econômico é compreendido como um processo de ‘causação cumulativa’<sup>68</sup>, no qual existiam diversas condições de natureza institucional para “riqueza das nações”, dentre as quais: i) diferenças qualitativas entre atividades econômicas (de retornos crescentes de escala, de intensidade de capital, de propensão à inovação...); ii) grau de diversidade na divisão do trabalho (número de profissões e graus de especialização); iii) sinergias entre indústrias e atividades econômicas (*linkages* e *clusters*) e cultura (educação, aprendizagem, ciência, inovação...) (REINERT, 2005) iv) ‘capacidade de defesa’ e preparação para a guerra. Estes seriam elementos chave de uma abordagem ‘cameralista’ ou ‘mercantilista’, e é por falta de palavra melhor que trabalhamos o termo ‘estratégia de Estado’. O termo ‘mercantilismo’, cunhado por Adam Smith, é insuficiente e errôneo por tratar apenas da “dimensão do comércio” sem incorporar a dimensão institucional e política das estratégias de Estado, e nem a ciência por traz delas.

Um dos maiores e raríssimos sistematizadores teóricos da sabedoria das estratégias de Estado foi Antonio Serra, economista italiano do século XVII, que escreve em 1613, sobre como se constrói uma economia nacional de sucesso no contexto de diferentes especificidades geográficas, históricas e institucionais. Em seu ‘Breve tratado sobre as causas que podem trazer abundância de ouro e prata para aonde não existem minas’ (1613), dedicado ao Príncipe espanhol que dominava o reino de Napoli, Pedro Fernandez, Serra descobriu que o fortalecimento da estrutura interna da economia era a chave da riqueza das nações. Ao investigar as razões que faziam de sua cidade, Napoli, com abundantes recursos naturais, um país pobre, enquanto Veneza, construída em cima de um pântano, era um dos principais centros da economia mundial àquela época (ZAMAGNI & BRUNI, 2010), Serra compreendeu que o investimento em inovações tecnológicas, habilidades organizacionais e a profusão de diferentes profissões, características da produção de manufaturas e de um sistema financeiro potente geram poder de mercado e retornos crescentes de escala, enquanto a atividade agrário-exportadora e a dependência financeira trazem apenas retornos decrescentes e menor dinamismo interno para a economia – a famosa “deterioração dos termos de troca”, apreendida pela escola cepalina latino-americana no século XX<sup>69</sup>. Ele foi um dos fundadores do ‘cameralismo’ ou ‘mercantilismo’ italiano, e acreditava de forma contundente que um estado forte era fundamental para proteger a “indústria” nascente e direcionar a estratégia de desenvolvimento para construir a tão necessária estrutura interna da economia. Por esta razão,

---

<sup>68</sup> Como foi dito a literatura da *Development Economics* sempre se utilizou largamente de inspirações e abordagens ‘mercantilistas’ ou ‘cameralistas’. Gunnar Myrdal e Albert Hirschman trabalham esta ideia em modelos matemáticos mais complexos, como se pode ver em (FIORI, 1999)

<sup>69</sup>Ver (SAAD-FILHO, 2005) e também (FIORI, 1999; 2001)

a herança “institucionalista” desses autores se observa em vários textos da chamada *development economics* (SCHUMPETER, 1964; REINERT, 2005).

Nessa perspectiva, a economia política das estratégias de Estado é fundamentada na defesa nacional, no comércio e na política, como já dissera Botero no ‘longo século XVI’, as atividades econômicas têm se complementar e potencializar através da indústria, seja para a Glória do Príncipe ou a ‘riqueza das nações’. Por exemplo, como disse o napolitano Galliani, “nunca haverá uma cidade manufatureira onde seus arredores não estarão frutiferamente cultivados, até mesmo aonde o solo for infértil”. Nesse sentido, Galliani indicava que era mais comum que nas cidades manufatureiras se desenvolvesse uma consciência empreendedora e uma qualidade moral contra o ócio. E assim completa Pietro Verri, em muitas das ‘dobradinhas’ que poderíamos fazer entre a escola milanesa e a napolitana – “a indústria faz com que as pessoas transitem da ‘ferocidade’ e da ‘letargia’ para cidadãos que trabalham, inventam e criam as artes e ocupações que sustentam um país”. (VERRI; *apud* REINERT, 2005 p.37).

Os economistas italianos do século XVIII, que pensaram junto com Giambattista Vico, e encontraram uma Itália atrasada, ainda não unificada. Não tinham o poder bélico como trunfo, e talvez por isso pensaram a economia política através do *vivere civile*, e o público como fundamento do político. Em sua abordagem holística não se separa a esfera pública da esfera privada; mantem-se ambos, o indivíduo e a sociedade, o cidadão e o governo. Eles disseram que a principal fonte da riqueza das nações era o homem e não o ouro, como é normalmente percebido por todos que pensam o ‘mercantilismo’ em clave smithiana. Era através da indústria que o homem criava riqueza, portanto as sinergias entre capital humano, sociedade civil e desenvolvimento econômico eram as chaves da tradição italiana. Segundo eles, quanto mais as sociedades se educam, mais o comércio é inserido. A educação, porém, não é suficiente; é preciso ter instituições civis de confiança e cooperação para que os mercados operem de forma apropriada (BRUNI & ZAMAGNI, 2010). Por isso no pensamento de Verri, quando o interesse privado coincide com o interesse público, este é o modo mais seguro de garantir a felicidade pública (IBID). Esta conexão não é, portanto, automática, como na interpretação tradicional de Adam Smith, pensador de muitas facetas, como sabemos<sup>70</sup>. A liberdade e a competição só levam ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico, se estiverem enraizadas em uma estrutura institucional adequada.

---

<sup>70</sup> Na segunda metade do século XIX, o famoso estudo intitulado “Das Adam Smith Problem” feito escola histórica alemã, pilar acadêmico com maior influência do ‘cameralismo’. O debate gira em torno da relação entre as duas grandes obras publicadas pelo pai da economia política: a Teoria dos Sentimentos Morais (TSM), e a Riqueza das Nações (RN). Haveria uma continuidade ou uma ruptura entre as duas obras? Ver (GANEM, 2000).

Sobre a problematização entre a diferença de perspectiva do ‘senso comum’ sobre o ‘mercantilismo’, e a nossa interpretação de considerar este fenômeno algo como estratégia de ‘Estado’, vale chamar atenção para este debate, apresentado por Reinert, entre os próprios autores ‘mercantilistas’, que acontece no século XVII, entre dois tipos de pensadores – os ‘monetaristas’ (conhecidos também como metalistas) e os ‘produccionistas’. Podemos observar que os ‘monetaristas’ se encaixam na interpretação mais clássica de Adam Smith sobre o ‘mercantilismo’, enquanto os ‘produccionistas’ são os pensadores que nós estamos chamando de ‘estrategistas de Estado’, os quais influenciam a teoria econômica ‘institucionalista’ e a geopolítica mundial até os dias de hoje (REINERT, 2005). Bem antes de Smith colocar-se como pioneiro de uma perspectiva teórica da ‘riqueza das nações’ fundamentada na produção, os autores ‘mercantilistas’ haviam construído uma visão estruturada de uma economia nacional no contexto das rivalidades políticas internacionais, partido da produção, da indústria e da necessidade de um compromisso institucional do Estado com o desenvolvimento econômico, a harmonia social e a segurança nacional. Isto está presente em Willian Petty, que é considerado o fundador da economia política, mas em muitos aspectos é um dos principais ‘mercantilistas’ da história do capitalismo, pois suas decisões realmente tiveram peso real nas decisões do estadista Oliver Cromwell, além de ressoarem com o ‘realismo político’ de Hobbes, do qual foi secretário por alguns anos em Amsterdam, coração da nascente da maior ‘potência mercantilista’ do século XVII (o “mercantilismo” inglês sempre foi imensamente bélico, como se pode observar nos escritos de Josiah Child, governador da Companhia das Índias Britânicas)<sup>71</sup>. O mesmo debate (entre teoria e realidade) feito por Galiani e Quesnay, e também Willian Petty, no século XVII se repetiu no século XIX quando o alemão Georg Friedrich List contestava as ideias de Adam Smith e a política econômica da Inglaterra, tomando como base a prosperidade de seu país a Alemanha. Em seu Sistema Nacional de Economia Política, List torna clara de sua posição em relação ao liberalismo inglês, no contexto das rivalidades do contexto internacional, durante o período conhecido como *Pax Britannica*<sup>45</sup> (1815-1914).

O sistema defendido pela escola... padece de três falhas principais: primeiramente o *cosmopolitismo* ilimitado, o qual não reconhece o princípio da nacionalidade; em segundo lugar, o *materialismo* mortal, que em toda a parte considera sobretudo o

---

<sup>71</sup> *Sir* Josiah Child defendia com certo orgulho a companhia a Companhia das Índias Orientais, ao dizer que as companhias inglesas através das ações poderiam conviver e colaborar aristocratas e comerciantes. Este regime seria, indubitavelmente, o mais indicado para eliminar a atmosfera de economia medieval da cidade”. (HECKSCHER, 1943, p. 397) Observamos aqui as grandes empreitadas do capitalismo nascente como um grande elemento da “conciliação” entre nobres e burgueses, as quais poderiam encontrar no poder e prosperidade do Estado nacional, interesses comuns.

simples valor de troca das coisas, sem julgar os interesses intelectuais e políticos, os interesses presentes e futuros e as forças produtivas da nação; em terceiro lugar, um *particularismo e individualismo* que conduz à *desorganização* e que, ignorando a natureza e o caráter do trabalho social e a operação através da união das forças em suas conseqüências mais elevadas, considera a atividade privada somente como se desenvolveriam em um estado de livre-intercâmbio com a sociedade (isto é, com a humanidade inteira), como se essa humanidade estivesse não estivesse dividida em nações diferentes. (LIST, 1885 [grifos do autor] *apud* CHANG, p. 17, 2002)

Todavia, apesar de a *Pax Britannica* ter sido marcada por um esfriamento no conflito direto entre as grandes potências europeias depois da Guerras Napoleônicas (1803-1815); a guerra continuou acontecendo entre elas na disputa por “territórios econômicos” coloniais, o que posteriormente desembocará nas tensões nacionalistas que levam a 1ªG.M.

Depois de 1815, as forças conservadoras retomaram o governo da Europa e o controle militar sob a hegemonia inglesa e o controle militar da Santa Aliança, composta pelos exércitos da Rússia, da Áustria e da Prússia, mobilizados para conter, definitivamente, a França. E, ao mesmo tempo, acertaram entre si regras básicas de funcionamento da nova ordem mundial criada pela expansão das Grandes Potências europeias. Foi o momento em que se encerrou um longo ciclo de guerras e revoluções dentro do território europeu, na mesma hora em que se multiplicavam as guerras de independência dentro dos domínios coloniais dos impérios ibéricos. (FIORI, 2001, p. 72-73).

Segundo Braudel, “a Inglaterra foi a primeira a ter efetivamente uma economia nacional como um espaço político transformado pelo Estado para suprir as necessidades e incorporar as inovações da vida material, em espaço econômico coerente, unificado, no qual as atividades podem ser desenvolvidas em conjunto em uma mesma direção” (BRAUDEL, 1985). Do mesmo modo, muitos autores (CHANG, 2002; FIORI, 2001; HOBSBAWN, 2014; MARX, 2013; FOUCAULT, 2008; LIST, 2009) reconhecem na história a proeminência do poder inglês, militar e econômico, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII e depois da Revolução industrial. A percepção dessa proeminência histórica fortalece nossa intuição sobre a construção institucional do Estado inglês como um xeque-mate nas demais grandes potências no tabuleiro geopolítico e geoeconômico do sistema interestatal. Essa intuição persiste apesar de sabermos que a Inglaterra atuou muitas vezes mais como uma “mediadora” dos conflitos entre as potências do continente, quais fossem França, Espanha, Holanda, a própria Rússia, e também os Estados do Sacro-Império Romano Germânico. Essas potências se transformaram ao longo do tempo e durante o século XIX passaram a se apresentar de forma muito diferente com o fortalecimento da Prússia, futura Alemanha. Neste contexto ressaltamos que, para Ha-Joon Chang (2002), a grande contribuição de List é efetivamente a noção de necessidade do Estado no fortalecimento da estrutura interna de uma economia nacional, para se colocar nos

jogos da “Trocas” e das “Guerras”, diante das rivalidades internacionais, como uma nação soberana política e economicamente. Este é o principal fundamento de sua crítica à economia política inglesa, especialmente à Adam Smith.

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude *chutar a escada* pela qual subiu a fim de impedir que outros façam o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências de seu grande contemporâneo William Petty, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico. Qualquer nação, que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que *chutar a escada* pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST, 1885 *apud* CHANG, 2002, p. 17, grifos de CHANG)

De acordo com nossa pesquisa, tudo indica que o dito ‘pensamento mercantilista’ seja um traço de longa duração nas estratégias das ‘unidades de poder’ que se tornaram os estados nacionais mais ricos e poderosos do sistema interestatal capitalista; e, por esta razão, as grandes potências e suas ‘cúpulas de poder’, composta de representantes dos grupos sociais mais fortes no âmbito da civilização capitalista, aproveitam-se de seu poder para deliberadamente ignorar o conhecimento das estratégias de Estado, tratando o ‘mercantilismo’ como algo não-científico, e assim “chutar a escada” que utilizaram para alcançar o desenvolvimento econômico na prática (CHANG, 2002). E a solução da sociedade liberal meritocrática, fundamentada na ciência e na razão, aparece como solução científica para a harmonia social, quando os países deixaram de ser protetorados do Príncipe gradualmente se tornaram Estados-Nação. Neste contexto, nos séculos XVIII, XIX e XX, observamos a continuidade das práticas de governo ‘mercantilistas’, mesmo depois da Revolução Industrial, fenômeno que mereceu interessante interpretação de Jose Luis Fiori em seu artigo talvez ironicamente intitulado – “De Volta à Riqueza de Algumas Nações”, baseado em sua pesquisa sobre a dinâmica do sistema interestatal capitalista e seus desdobramentos históricos.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o balanço dos fatos políticos e dos números econômicos parecia dar razão a um economista político da primeira metade do século XIX, um herege no seu tempo – o alemão Georg Friedrich List. Foi ele que, em 1841, na contramão de Smith e Marx, trouxe de volta o debate mercantilista sobre a relação entre o poder político e a riqueza dos estados nacionais, na competição dentro do sistema interestatal responsável pela gestão política do capitalismo (...) No seu *Sistema Nacional de Economia Política*, Friedrich List inverte totalmente a discussão smithiana sobre as causas da riqueza, e desloca o olhar do problema da divisão do trabalho e da expansão de mercados para o problema de como se constroem ou destroem as forças produtivas de cada nação. Na contramão de seu tempo, List defendeu o livre-câmbio como uma política vantajosa apenas para as potências

econômicas mais avançadas (...). Um jogo onde só ganhariam povos com ‘vocação de potência. (FIORI, 1999, p. 21)

Tanto na visão liberal quanto na visão marxista, a riqueza (ou capital) sempre gravita em direção à maior rentabilidade e segurança. Todavia, existe uma hierarquia de força entre Estados, e o capital respeita essa hierarquia, buscando sempre se fortalecer e alinhar-se com os próprios Estados e respectivas estratégias de projeção de poder. Portanto, Estados fracos são mais suscetíveis à crises e fugas de capitais, inclusive nacionais, enquanto Estados fortes estão mais alinhados com seus principais bancos e capitalistas, que são mais fiéis e comprometidos com a ‘saúde’ política e financeira de ‘seus’ Estados. Na perspectiva das estratégias de estado, historicamente a economia política do “mercantilismo” admite a realidade da geoeconomia e geopolítica europeia da época, hoje transposta para rivalidades na economia global, que ainda mantém essencialmente a característica fundamental de contínua disputa da riqueza dentro do sistema internacional. A verdade é que o “cálculo político” sempre esteve presente no pensamento dos autores ‘mercantilistas e ‘cameralistas’; e por isso é tão importante respeitar o fato de que a economia política nasce, como campo do conhecimento, para gerir a economia dos estados nacionais – *Oikonomia*: administração da casa – em um contexto de disputa internacional. Esses pensadores que, conforme mencionado anteriormente, se qualificaram no início como “Conselheiros do Príncipe”, sempre tomaram partido dos interesses de seus próprios estados/economias nacionais no âmbito do desenvolvimento capitalista. Quando Ferdinando Galiani, importante ‘mercantilista’ e homem de Estado do século XVIII, escreve sobre a “Aritmética Política” de William Petty, ele critica as formulações do britânico dizendo que seus cálculos e argumentos quantitativos distorcem a “verdade”, para em última instância defender os interesses de seu próprio país (PETTY [1690], 1983).

Portanto, por mais que a perspectiva liberal busque se centrar no indivíduo, e em uma ideia atomística de sociedade e de sistema internacional onde a busca pelo autointeresse de cada um, seja um indivíduo ou um país, desembocará na harmonia social ou interestatal; em nossa visão isto é apenas um belo discurso, quando a realidade se mostra bem diferente. A ‘governamentalidade’ capitalista é herdeira do ‘realismo político’ de Maquiavel, do “mercantilismo” e do ‘cameralismo’, que deu origem aos projetos de potência e economias nacionais onde encontramos os traços mais fortes do arquétipo da Glória; o qual não desvanecem de nenhuma maneira, apenas o travestem na manutenção e transformação do poder em termos de consenso e coerção, na figura do Estado. Na política “mercantilista”, temos a Glória do Estado, e o desenvolvimento econômico como expressão de uma presença cada vez

maior da ‘burguesia’ na máquina do governo, que encontra seu caminho ascensão social na expansão constante do poder econômico do Estado. O fundamento do Estado passa a ser cada vez mais a economia, e a sociedade de ‘homens livres’ passa a prosperar e a reivindicar seus direitos perante o rei e o poder das poderosas aristocracias nobres. Nos parece efetivamente, que nobreza e o clero tiveram tempo de se aliar ao poder das hierarquias do dinheiro, que efetivamente eram os grupos sociais por trás das estratégias de Estado. Na Revolução Inglesa do século XVII, o rei chega literalmente a perder a cabeça para que seja montado um parlamento comprometido com o projeto de desenvolvimento econômico dos Conselheiros do Príncipe. “O rei reina, mas não governa”, e agora os homens de governo, cada vez mais perto do núcleo do poder, que reside no Jogo dos “Tronos” e acontece dentro das instituições políticas, se colocam de modo cada vez mais contundente. A partir do século XIX os “ministros e falcoeiros” do “Príncipe sem Trono”, comandam verdadeiros estados nacionais, máquinas imensas de acumulação de poder e riqueza, que seguramente não vão parar de acumular até que algo de diferente aconteça. De fato, uma outra grande inspiração do ‘cameralismo’ alemão foi Cristian Wolf e sua ideia do ‘rei-filósofo’, e, segundo o célebre Von Seckendorf, o papel do ‘cameralista’ seria o de “aconselhar, assistir, guiar, corrigir, elogiar e persuadir o Príncipe a fazer seu trabalho corretamente” (REINERT, 2005 p. 54). Ecco, o Conselheiro do Príncipe!

Nossa abordagem de ‘longa duração’ está se aprofundando agora nos desdobramentos, do ponto de vista da economia política internacional, do *momentum* histórico de explosão expansiva do capitalismo, especialmente após o ‘longo século XVI’, depois da Paz de Westfália em 1648. É possível falar em um movimento Pan-Europeu, pois muitos pensadores da Europa partilhavam uma perspectiva de desenvolvimento econômico bastante ligada à visão ‘mercantilista’ ou ‘cameralista’ (HECKSCHER, 1943; REINERT, 2005; FIORI, 2001; CHANG 2002; BRAUDEL, 1985). Nessa perspectiva, de estratégias de uma economia de dimensão nacional ou ‘estatal’, o mais importante sempre foi desenvolver uma infraestrutura institucional para que o mercado funcione corretamente, catalisando os efeitos positivos que a produção de manufaturas gera na dimensão moral da sociedade e material da economia. Com podemos ver, muito do papel do Estado no crescimento econômico e outras questões relevantes que são deixadas de lado por muitos autores da Economia Política Clássica. Este ingresso mais profundo na história como laboratório de análise, analisando as diferentes especificidades de países em um ambiente de real competição e guerra no sistema interestatal nos proporciona o entendimento de que não há como separar a esfera econômica da esfera política. A dinâmica do capitalismo não pode ser “calculada” por um aparato analítico que obedece à rígidas ‘leis gerais’



e ‘princípios naturais’. A complexa realidade econômica exige *flexibilidade metodológica* e constantes incursões na história dos fatos concretos, não se adequando a métodos rígidos corroborados por eventos históricos pinçados à mão para satisfazer algum posicionamento teórico, que muitas vezes também é político. Trabalhamos aqui a questão da ponte entre pensamento e materialidade, teoria e prática, discurso e ação política concreta, por esta razão é fundamental não separar a filosofia da ciência do estudo da história de fato; o presente trabalho é mais um dos que relembra que a história sempre foi o laboratório para analisar a economia, a economia política ou a economia política internacional, seja o autor liberal, marxista ou realista.

Podemos observar lacunas entre retórica e realidade em grandes esquemas extensivos baseados e teoria abstrata modificada na prática. Adam Smith, em sua “Riqueza das Nações” (1776), enalteceu a conversão ao livre-comércio. No entanto, as evidências históricas nos dizem que por grande parte do século seguinte, tarifas e a porcentagem do total de importações eram mais altas da “livre” Inglaterra do que na notória “fortaleza” da França. (REINERT, 2005, Intro p. viii)

Na próxima seção exploraremos mais a fundo as evidências históricas dos processos de desenvolvimento econômico das grandes potências capitalista, com atenção especial aos séculos XIX e XX. Cabe a nós agora, verificar o quanto efetivamente se transforma a ‘arte de governar’ das grandes potências da civilização capitalista com a ascensão do liberalismo e a contínua evolução de uma economia e sociedade industrial. Os estados nacionais mais poderosos até o século XVIII se imbuíram das práticas de natureza ‘mercantilista’ e ‘cameralista’ em suas estratégias de Estado, lutando guerras constantes por territórios valiosos, colônias, entrepostos comerciais, saídas para o mar e alianças estratégicas, tudo isto no processo de fortalecimento de uma ‘economia nacional’. Considerando que na França e na Inglaterra, por exemplo, essas estratégias tinham quase 500 anos; do ponto de vista ‘da vontade de seu povo’, de sua luta pelo poder e pela riqueza durante toda a sua história, seria possível mudar a lógica de governo do sistema que eles mesmos ajudaram a criar? Seria finalmente *doux le commerce*?

## 4.2 AS ESTRATÉGIAS DE ESTADO DAS GRANDES POTÊNCIAS

O estudo sobre o pensamento das ‘estratégias de Estado’ nos revela que os países mais poderosos da Europa efetivamente implementaram técnicas de governo ‘mercantilistas’ e ‘cameralistas’ na formação e constituição institucional de seus Estados durante o processo de expansão de seu poder econômico e militar, o que caracteriza este período por um acirramento na busca por novas colônias, mercados, tecnologias e recursos estratégicos. As incessantes

guerras na Europa fortaleceram França, a Inglaterra e a Holanda e trouxeram maturidade para as economias e exércitos de alguns Estados muito relevantes na construção do sistema internacional moderno: os territórios germânicos, especialmente a Prússia e os países do Império Austríaco; a Rússia, que chega ao circuito interestatal europeu desde o início do século XVIII, com Pedro, o Grande e a Guerra do Norte (1700-1721), que acabou com o Império escandinavo Sueco<sup>72</sup>; os Estados Unidos, também já com uma forte economia e um projeto de expansão imperial de seu território impressionante (podemos lembrar da ‘vontade’ dos devotos puritanos de Massachusetts), sendo o primeiro Estado nacional que nasce fora da Europa, porém de dentro do sistema interestatal, pois origina-se dentro contexto de disputa de Inglaterra e França pelos domínios coloniais da América do Norte, que culmina na Revolução Americana em 1776; e também do Japão, o qual entra no circuito europeu primeiramente como parceiro forçado da Europa, mas será um dos grandes projetos de Estado nacional “tardio”, como a Alemanha e os Estados Unidos. Os jogos se expandem mais uma vez no “clube de nações”, e nos séculos XIX e XX os projetos de Estado nacional mais uma vez passam por uma significativa transformação estrutural, e o tabuleiro geopolítico e geoeconômico europeu, se torna definitivamente o mundo.

<b>Military Personnel of the Powers, 1816–80</b>				
	<i>1816</i>	<i>1830</i>	<i>1860</i>	<i>1880</i>
United Kingdom	255,000	140,000	347,000	248,000
France	132,000	259,000	608,000	544,000
Russia	800,000	826,000	862,000	909,000
Prussia/Germany	130,000	130,000	201,000	430,000
Habsburg Empire	220,000	273,000	306,000	273,000
United States	16,000	11,000	26,000	36,000

**Tabela 3: Tamanho das forças armadas das principais potências no século XIX**

Fonte: Paul Kennedy, 1988

<sup>72</sup> Segundo Kennedy (1988), o Império Sueco teve um papel importante na geopolítica europeia no século XVII, dominando vários territórios, e implementando estratégias de Estado ‘mercantilistas’; ressaltamos ainda o fato de o grande monarca deste império foi Gustavo Adolfo II, que expandiu seu poder de modo a ameaçar o Sacro-Império Romano Germânico com a intenção de unificar as coroas e reinar sobre a grande Escandinávia germânica. Todavia a chegada da Rússia ao sistema interestatal prejudicou suas posições, o que ajudou os germânicos a se reerguerem e matarem o rei na batalha de Lutzen (1632). A Suécia até manteve seu poder na região escandinava por um tempo, mas a Grande Guerra do Norte, onde lutou contra a Rússia, Dinamarca, Polônia e Saxônia, marcou o declínio definitivo de sua trajetória imperial

O historiador Eric Hobsbawm coloca o fim do século XVIII e o início do XIX como um momento de crise dos velhos regimes e sistemas econômicos das monarquias absolutistas do Príncipe, no contexto de um duplo movimento histórico gerado pela Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa, sendo a primeira uma profunda influência no desenvolvimento das forças produtivas e estrutura socioeconômica dos países e do comércio internacional; e a segunda a grande expressão política de uma nova organização da sociedade, o sonho de liberdade, igualdade e fraternidade, que forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo (HOBSBAWN, 2014). O crescimento econômico literalmente a pleno vapor e a evolução das instituições proporcionaram naquela época condições para um aumento populacional significativo, além de a tecnologia ter encurtado as distâncias e melhorado significativamente a comunicação. Há o detalhe da influência de movimentos militares, culturais e econômicos da época, que provocaram nos povos desde 1830 uma série de movimentos nacionalistas conscientes, como o Ato de Fraternidade da Jovem Europa, de 1834: Jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Suíça, Jovem Alemanha, Jovem França... uma série de movimentos políticos que podem ser sintetizados na frase:

Todo povo tem sua missão especial que ajudará no cumprimento da missão geral da humanidade. Esta missão constitui a sua nacionalidade. A nacionalidade é sagrada. – Ato de Fraternidade da Jovem Europa, 1834 (HOBSBAWN, IBID)

Mais uma vez o afã civilizatório dos europeus vem justificar sua busca por colônias, novos recursos e mercados; além de obviamente o investimento em sua ‘capacidade de defesa’. Podemos observar que no século XIX, após os projetos de Estado nacional mais maduro já estarem mais consolidados e a própria sociedade na Europa estar melhor estruturada, se difunde de vez a ‘verdade nacionalista’ do ‘mercantilismo’. Para Mazzini, um dos fundadores do movimento, “Deus era o povo”. Mesmo com os movimentos de tentativa de restauração das forças conservadoras na disputa entre as famílias nobres, o clero e o ‘terceiro estado’, como o Congresso de Viena em 1815, definitivamente o ‘terceiro estado’ aumenta sua força ainda mais na conjuntura do século XIX, crescem os movimentos filosóficos e científicos nas universidades e também a pressão para participação política e ocupação do “trono vazio” do rei. A reformulação do sentido de Glória se difunde por toda a Europa; e, no contexto de “pressão competitiva” externa acirrada, os Príncipes se rendem a um aprofundamento de sua aliança com os ‘homens de negócio’ de seus países, à pequena nobreza e pequenos proprietários livres de terra: todos compreendem que se não manifestarem uma resposta ao desafio geopolítico e geoeconômico do sistema interestatal, todos serão sobrepujados pelas potências

superiores e seus instrumentos de dominação econômicos e militares, além da grande vantagem que tinham por seus impérios coloniais e comércio ultramarino como inesgotável fonte de riqueza e poder. Como bem definiu Marx:

(...) movida pela necessidade de novos mercados, a burguesia invadiria todo o globo. Necessitaria estabelecer-se em toda a parte, exploraria em toda a parte, criaria vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprimiria um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (MARX [1848] *apud* FIORI, 2001, p. 42-43)

E também na visão de Braudel, que explora a influência do duplo movimento histórico mencionado por Hobsbawn como grande catalisador de uma maciça transformação no circuito de ‘economias mundo’ no Jogo da “Trocás”:

(...) a Revolução inglesa não teria certamente sido o que foi se não se verificassem circunstâncias que a fizeram, então, da Inglaterra praticamente a senhora incontestada do mundo inteiro. A Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, como sabemos, contribuíram largamente para isso. E se o *boom* do algodão se instalou intensa e duradouramente, foi porque a abertura de novos mercados – a América portuguesa, a América espanhola, o Império Turco, as Índias... – permitiu sempre pôr o motor de novo em movimento. O mundo foi, eficaz e involuntariamente, cúmplice da Revolução inglesa.” (BRAUDEL, 1985, p. 113)

Essa visão é brilhantemente complementada pelo ‘realismo político’ de Fiori no Jogo das “Guerras”, fundamentado na importância integrada de Estados, mercados, moedas e exércitos para explicar a hierarquização de poder do “clube de nações” das grandes potências do sistema interestatal capitalista.

(...) quem ganhou a disputa pelo novo “território econômico” foi quem conseguiu impor sua moeda nacional, como moeda de referência dos negócios externos do novo domínio, criando uma barreira não alfandegária de proteção de seus investimentos, mas, sobretudo, criando um ambiente favorável e seguro para a multiplicação do seu capital financeiro, dentro da economia “conquistada” (...) na competição capitalista ganham sempre os que demonstram maior capacidade para contornar ou romper as regras das instituições construídas em nome do mercado e da competição perfeita, e que cumprem o papel de bloquear e atrasar o acesso às novidades dos concorrentes que se submetem às regras ou se atrasam em rompê-las. (FIORI, 2001, p. 44)

As tabelas a seguir dão os valores do PIB, total e per capita, das potências europeias durante o século XIX.

GNP of the European Great Powers, 1830–90 (at market prices, in 1960 US dollars and prices; in billions)							
	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Russia	10.5	11.2	12.7	14.4	22.9	23.2	21.1
France	8.5	10.3	11.8	13.3	16.8	17.3	19.7
Britain	8.2	10.4	12.5	16.0	19.6	23.5	29.4
Germany	7.2	8.3	10.3	12.7	16.6	19.9	26.4
Habsburg Empire	7.2	8.3	9.1	9.9	11.3	12.2	15.3
Italy	5.5	5.9	6.6	7.4	8.2	8.7	9.4

**Tabela 4: Produto interno bruto das potências europeias, 1830-1890**

Fonte: Paul Kennedy, 1988

Per Capita GNP of the European Great Powers, 1830–90 <sup>61</sup> (in 1960 US dollars and prices)							
	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Britain	346	394	458	558	628	680	785
Italy	265	270	277	301	312	311	311
France	264	302	333	365	437	464	515
Germany	245	267	308	354	426	443	537
Habsburg Empire	250	266	283	288	305	315	361
Russia	170	170	175	178	250	224	182

**Tabela 5: Produto interno bruto per capita das potências europeias, 1830-1890**

Fonte: Paul Kennedy, 1988

De fato, o ambiente do século XIX é muito diferente do ‘longo século XVI’, mas em termos de “pressão competitiva” externa e interna, assim como na importância das finanças e do *contramercado* na busca pela Glória do indivíduo e do sucesso no desenvolvimento econômico dos Estados, nos parece ser o mesmo cenário, todavia seja notoriamente mais robusto e complexo. Portanto, nosso objeto de análise, a ‘arte de governar’ do ‘mercantilismo’ como estratégia de Estado, parece estar em seu cenário perfeito depois de 500 anos de evolução e maturidade. Será suficiente analisar brevemente as trajetórias de 4 potências, escolhidas de modo a contextualizar nosso argumento do ponto de vista da ligação entre a história da filosofia e a economia política internacional; criando a possibilidade de reflexão sobre as diferentes visões dos processos históricos do capitalismo, o liberalismo, o marxismo e o realismo. Os países escolhidos serão as fundadoras do sistema França e Inglaterra, e os “capitalismos tardios” de Alemanha e Estados Unidos.

#### 4.2.1 França

A história nos indica que apesar do impulso econômico e cultural intenso das Cidades-Estado italianas e do Império Espanhol no ‘longo século XVI’ (1450-1650), das Províncias Unidas e da Inglaterra no século XVII e início do XVIII; a França foi a grande força territorial, militar e em muitos aspectos econômica, deste período. Como vimos, o projeto da França de Estado nacional vem desde praticamente o ano 1000. Da expansão dos francos às Cruzadas e as batalhas originárias com a Inglaterra, das rivalidades de Guilherme o Conquistador, que domina a Inglaterra em (1066), com a Casa dos Capeto no início do fortalecimento de sua estrutura territorial, até a já mencionada vitória de Felipe II contra João sem Terra no século XIII (BARTLET, 1995; ELIAS, 1993). Todos esses movimentos geradores da ‘identidade de nação’ de Inglaterra e França, especialmente a Guerra dos 100 anos (1337-1452) (FIORI, 2015), gerada por disputas dinásticas do Jogo dos “Tronos” entre essas duas ‘unidades de poder’ dominadas por Casas principescas de famílias guerreiras, foram constituintes da própria Europa. Estudamos também o contexto histórico do Príncipe e analisamos as guerras entre Príncipes italianos, e o quanto a força militar da França já era preponderante nos Jogos das “Trocas” e das “Guerras”. Isso corrobora nossa percepção de que os projetos de estados nacionais estão diretamente ligados às rivalidades estatais geopolíticas e geoeconômicas, que também estão diretamente entrelaçadas com os desafios internos de estruturação institucional e coesão social, nas relações de consenso e coerção.

A análise de Elias mostra o processo histórico de sociogênese do Estado francês que chega à Paz de Westfália de 1648 como grande força, identificando neste período e antes, que a França teve o maior território, o maior exército e a maior população durante todo este período. Segundo o historiador econômico Paul Kennedy esse estado de coisas perdurou ao longo de todo o século XVIII.

As tabelas que seguem dão população e tamanho das forças armadas das potências ocidentais durante o século XVIII.

<b>Populations of the Powers, 1700–1800</b> (millions)						
	1700	1750	1800			
British Isles	9.0	10.5	16.0			
France	19.0	21.5	28.0			
Habsburg Empire	8.0	18.0	28.0			
Prussia	2.0	6.0	9.5			
Russia	17.5	20.0	37.0			
Spain	6.0	9.0	11.0			
Sweden		1.7	2.3			
United Provinces	1.8	1.9	2.0			
United States	—	2.0	4.0			

<b>Size of Armies, 1690–1814</b> (men)						
	1690	1710	1756/60	1778	1789	1812/14
Britain	70,000	75,000	200,000		40,000	250,000
France	400,000	350,000	330,000	170,000	180,000	600,000
Habsburg Empire	50,000	100,000	200,000	200,000	300,000	250,000
Prussia	30,000	39,000	195,000	160,000	190,000	270,000
Russia	170,000	220,000	330,000		300,000	500,000
Spain		30,000			50,000	
Sweden		110,000				
United Provinces	73,000	130,000	40,000			
United States	—	—	—	35,000	—	—

**Tabela 6: População e exércitos entre o fim do século XVII e início do século XIX.**  
Fonte: Paul Kennedy (1988)

Como mostramos também, a guerra de França e Inglaterra contra o católico Império Espanhol-Habsburgo possibilitou a formação do Estado nacional das Províncias Unidas<sup>73</sup>, e as “ilhas fortificadas mercantilistas”, de ingleses e holandeses, que inspirados pelo “progressismo” protestante e pela força de seus ‘homens de negócio’, montaram estratégias de Estado extremamente potentes em sentido militar econômico e financeiro, trazendo um grande desafio

<sup>73</sup> A vontade de independência do povo holandês e encontrou oportunidade no contexto da Reforma e da conjuntura histórica tensa da Guerra dos 30 anos (1618-1648). Durante essas múltiplas lutas e da transformação no eixo dos códigos de honra ‘religiosos’ justamente no momento de erigir uma arquitetura supranacional para sacramentar a Paz de Westfália. A separação dos holandeses do católico Império Habsburgo resultou em um pedaço geográfico soberano politicamente que foi lar perfeito para os ‘homens de negócio’ do capitalismo nascente

à imensa monarquia absolutista de Luis XIV (ELIAS, 1993; KENNEDY, 1988). Trabalhando os estudos de Kennedy e Elias combinados, podemos observar que sob o comando do famoso ‘mercantilista Jean-Baptiste Colbert, as pressões orçamentárias sobre uma vastidão de exércitos, funcionários, pensões para nobres e eruditos e ainda os gastos com a política externa de Luis XIV – com inúmeras guerras e forte investimento no Jogo dos “Tronos” movida a subornos e presentes a ministros, embaixadores e reis estrangeiros, havia somente o crescimento da economia para promover a continuidade dos gastos e do poderio do governo francês. De origem burguesa, Colbert se destacou como ministro do governo francês, ocupando cargos importantíssimos rapidamente, como a Superintendente de construções, artes e manufaturas (1664), a Controladoria Geral das Finanças (1665), e Secretário de Estado da Marinha e da Casa Real (1669). Pouco tempo depois de ter aumentado seu poder ganhou títulos e comprou propriedades inserindo-se na corte francesa, como de costume entre os homens do ‘terceiro estado’ em ascensão.

Colbert implementou uma estratégia de Estado extremamente arrojada com fortes investimentos na indústria de manufaturas e bens de luxo, inclusive apelando fortemente para a ‘espionagem industrial’ (CHANG, 2002). Com alto valor agregado e retornos crescentes de escala, fortaleceu a ciência, as artes e as letras; trabalhando muitas dimensões econômicas e institucionais importantes. Foi um Conselheiro e braço de governo fundamental para que o Príncipe Luis XIV lutasse suas guerras e exercesse seu poder. Porém, como mostramos também, as guerras da França principalmente com a Inglaterra e as Províncias Unidas (ligadas a territórios, entrepostos comerciais e à rivalidade entre protestantes e católicos) durante vida e morte de Colbert, foram muito duras para o reinado de Luis XIV. Além disso, o fracasso do projeto de John Law (1671-1719), que propôs a criação de um grande banco com o monopólio das atividades financeiras e fazendárias, emulando as estratégias de Inglaterra e Holanda, fez com que a França se atrasasse na estruturação institucional de seu Estado ao não fazer sua “revolução financeira”, o que teve consequência em suas derrotas militares no século XVIII e XIX (FIORI, 2015).

Nas décadas posteriores do reinado do Rei Sol, depois do mencionado tratado de Ryswick (1697) pelo qual as Províncias Unidas consolidaram suas posições em relação ao Império Habsburgo. Entretanto, Carlos II, o último imperador da dinastia Habsburgo (antigo rival) da França que estava sem herdeiros fez um gesto desesperado de salvar o Império oferecendo-o à França, ao neto de Luis XIV, Felipe Duque de Anjou. As demais potências não poderiam permitir a união de dois impérios tão poderosos juntos, e, para complicar, o trono também era pretendido por Carlos VI da Áustria, imperador do Sacro-Império Romano



Germânico. Este contexto gerou a Guerra de Secessão Espanhola (1702-1714), quando Luiz XIV aceita a proposta de Carlos II e Filipe de Anjou torna-se Filipe V de Espanha. O rei francês atuou “precipitadamente” em 1701 quando transferiu o Acento, uma permissão para vender escravos às colônias espanholas, à França, movimento que supunha um grande risco para o comércio inglês (KENNEDY, 1988). Além disto, Luís XIV deixou de reconhecer o reinado de Guilherme III depois da morte de Jaime II, reivindicando ao filho deste Jaime Francisco Eduardo Stuart (conhecido como “Velho Pretendente”).

No fim da guerra, depois de caos e desentendimentos, chegou-se a um momento de acordo quando se apresenta a possibilidade novamente de Carlos VI do Sacro-Império Romano Germânico assumir o Império Espanhol. Assim, como as demais potências não poderiam aceitar que nem a França, nem Sacro-Império ficassem com todo o império colonial espanhol, a Inglaterra ajudou a intermediar o equilíbrio entre as forças e foram assinados os Tratados de paz de Utrecht (1712) e Baden (1714). Os pontos principais da paz foram os seguintes: Filipe V era reconhecido como rei de Espanha e das Colônias espanholas; as posses espanholas nos Países Baixos e Itália se dividiriam entre Áustria e Savóia, enquanto Gibraltar e Minorca passavam a mãos inglesas. Além disso, Luís XIV teve que se comprometer a não oferecer mais apoio ao “Velho Pretendente” em sua campanha para subir ao trono inglês. A França teve que ceder várias colônias nas Américas à Inglaterra, mas, a maioria de suas posses continentais perdidas na guerra lhe foram devolvidas. Porém, apesar desse curto momento de entendimento entre Inglaterra e França, as duas potências mercantilistas, donas dos maiores impérios coloniais da Europa, se enfrentaram durante todo o século XVIII. E, entre 1756 e 1763 a França atingiu o auge de sua hegemonia cultural, política e militar, sendo a grande responsável pela vitória universal do princípio da Razão de Estado consagrado pela Paz de Westfália, da soberania do Estado nação (FIORI, 2015).

Durante todo o século XVIII a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 a e 1780, causava ansiedade; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico do que o britânico. Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras o conflito entre a estrutura oficial e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França que em outras partes (HOBSBAWN, 2014, p. 101)

A estratégia de Estado da França foi marcada pela Revolução Francesa profundamente, pois na “mente dos revolucionários, a destruição do absolutismo parecia implicar na adoção de um sistema mais *laissez-faire*” (MILWARD & SAUL, 1979 *apud* CHANG, 2002), até pela

influência das ideias dos fisiocratas entre os camponeses e ‘homens livres’ por toda a França. Porém o que se viu nos anos posteriores à Revolução em vários governos, e em especial o de Napoleão, foi a continuidade de um grande esforço para promover o desenvolvimento industrial e científico, sobretudo o tecnológico, e também a criação de associações empresariais que facilitassem as consultas com o governo (IBID). As questões mal resolvidas com o Império Austríaco, com a Inglaterra e outras potências, além de problemas em seu grande império colonial levaram à França à guerra muitas vezes após a Revolução, e por esta razão o líder militar Napoleão Bonaparte teve a oportunidade de subir ao poder. O ímpeto imperial de Bonaparte foi absurdamente ‘mercantilista’, promovendo tarifas protecionistas, a exploração de múltiplos mercados e lutando várias guerras em busca de territórios e recursos valiosos. Ele foi tão fiel ao retrato do absolutismo despótico que se fez coroar imperador na Catedral de Notre Dame em 1804. Uma característica importante das grandes potências capitalistas se revelou no conhecido episódio de Napoleão não deixar que o Papa Pio VII o coroasse, tendo literalmente tirado a coroa das mãos do Papa e se coroado e à esposa<sup>74</sup>. Definitivamente, uma Grande Potência não admite nenhuma autoridade superior à dela mesma, nem da Igreja, nem de outro Estado, nem de Deus.

Todavia, após a queda de Napoleão em 1815, as influências do pensamento do *laissez-faire* tomaram conta da administração central francesa até a o fim da 2ª G.M em meados do século XX, ainda acentuadas pela mudança de tom da Inglaterra durante a *Pax Britannica*, quando a Inglaterra dirigiu ao mundo um discurso baseado no livre-mercado inspirado nas ideias “científicas” da economia política de Adam Smith e David Ricardo. Os estudos de Chang mostram que muitos historiadores consideram as limitações desse regime a principal causa da estagnação industrial da economia francesa. No século XIX (TREBILCOCK, 1981; KUISEL, 1981 *apud* CHANG, 2002); e, de fato as atuações da França na 1ª e na 2ª G.M não são nem de perto comparáveis às da antiga “máquina de guerra” da França medieval. Não obstante, Joseph Nye, fez um estudo comparado das tarifas de França e Inglaterra no século XIX e colocou que a França teve um regime comercial mais liberal do que a própria Inglaterra em pleno amadurecimento do livre-cambismo inglês (NYE, 1991 *apud* CHANG, 2002). Neste contexto, o único que mereceu destaque em relação ao crescimento econômico e as estratégias de Estado, foi o reino de Napoleão III (1848-1870), no qual ocorre uma grande modernização da estrutura e instituições financeiras da França, focadas principalmente na produção industrial e agrícola

---

<sup>74</sup> Do ponto de vista da análise de Agamben sobre as liturgias necessárias ao exercício do poder, a *lex ceremoniarum*, esta atitude de Bonaparte significa muito. Ver nota 30

em larga escala, foram fundados o *Crédit Mobilier*, o *Crédit Foncier* (banco de financiamento de imóveis) e o *Credit Lyonnais* (TREBILCOCK, 1981; BURY, 1964 *apud* CHANG, 2002).

Alexander Gerschenkron sugere um processo de ‘*creative adaptation*’<sup>75</sup> das instituições bancárias no século XIX, considerando a experiência do *Crédit Mobilier* francês foi um ponto de inflexão na história bancária da Europa continental, pois foi a partir desta que o desenvolvimento institucional de “*supervisory boards*” deu aos bancos a posição de organismo mais poderoso nas decisões de planejamento estratégico no desenvolvimento econômico das nações (GERSCHENKRON, 1972). Segundo Chang, a burocracia tecnocrática do Ministério da Fazenda governou a França com mão de ferro e manteve muitas das práticas de ‘Estado Mínimo’ promulgada pelo ideário liberal. Apenas após o fim da 2ª G.M em 1945, quando a estrutura do sistema interestatal já havia se transformado profundamente, que a elite francesa voltou a seu projeto de desenvolvimento econômico estatal, e com a ajuda significativa do Plano Marshall (o qual veremos mais adiante), iniciou um grande processo de *catch-up* muito bem-sucedido através da formação de fortes empresas estatais focadas na indústria e na alta tecnologia.

A análise de Michel Foucault do Estado francês pós-2ª G.M, e logo após do governo de Giscard<sup>76</sup> como ministro da fazenda a partir de 1962, coloca que a França foi fortemente influenciada por muitas das ideias do liberalismo, porém manteve uma forte presença do Estado na economia no contexto também da Guerra Fria e da conjuntura de *Welfare States*<sup>77</sup> por toda a Europa. Foucault busca sintetizar como a máquina do governo cresce e se complexifica mesmo com o discurso liberal do ‘Estado Mínimo’, mas que se manifesta com um grande aparato institucional que estrutura toda a sociedade para a iniciativa empresarial e o mercado de consumo.

---

<sup>75</sup> A ideia de adaptação criativa das instituições em processos de desenvolvimento econômico é largamente explorada por Gerschenkron em “*Economic Backwardness in Historical Perspective*”, de 1951. (GERSCHENKRON, 1972). A ideia também é muito viva no trabalho de Joseph Schumpeter, ver “Capitalismo, Socialismo e Democracia” para uma excelente discussão que foi inspirada também pela escola histórica alemã, herdeira direta do ‘cameralismo’. (SCHUMPETER [1947], 2010)

<sup>76</sup> Valéry René Marie Georges Giscard) é um político francês de centro-direita que exerceu o cargo de presidente da República Francesa de 1974 a 1981. Inspetor das finanças de profissão, participou em vários governos entre 1959 e 1974 (FOUCAULT, 2008). Candidato pelo RI (Republicanos Independentes) nas eleições presidenciais francesas de 1974, é eleito vigésimo presidente da República francesa, vencendo o candidato da esquerda François Mitterrand

<sup>77</sup> “Estados de Bem-Estar Social”, onde o governo age como grande promotor de iniciativas sociais e o Estado possui forte presença na economia. Normalmente associado no século XX com políticas keynesianas de intervencionismo estatal, todavia, em nossa análise, isto é mais uma expressão da constante influência de ‘longa duração’ do ‘mercantilismo’ e do ‘cameralismo’ nas grandes potências da civilização capitalista.

A difusão do modelo neoliberal se deu (...), na França, a partir do que poderíamos chamar de uma governamentalidade fortemente estatizada, fortemente dirigista, fortemente administrativa, com todos os problemas que isso implica (...) as opções inglesa e francesa foram (...) estabelecer como objetivo primeiro e absoluto, a estabilidade dos preços, mas sim o pleno emprego, não a balança de pagamentos, mas sim o fornecimento de bens sociais, o que implicava por conseguinte, para que ambos pudessem ser assegurados (...) evidentemente um crescimento, um crescimento voluntarista, um crescimento acentuado, um crescimento forte e sustentado. (FOUCALULT, 2008, p. 266)

Em nossa visão, mesmo considerando a diversidade das conjunturas não observamos tanta diferença entre a época de Colbert ou de Giscard, ao menos no que tange à presença do Estado na economia e no aparato institucional da França. Nota-se, porém, que enquanto Colbert tinha que sempre preparar sua estrutura orçamentária e fiscal para guerras constantes no sentido de constituição do poder político do governo francês, o governo de Giscard tinha suas metas fiscais e orçamentárias focadas no incentivo à indústria, sim, mas fundamentalmente na provisão dos tais “bens sociais” para criar o consenso entre o ‘povo’ francês em relação à qualidade e legitimidade de seu governo. Ou seja, no ambiente pré-Revolução Francesa a dimensão da coerção era a mais importante, mas no caso da conjuntura pois 2ª G.M, com duas guerras mundiais em pleno século XX, a pressão em cima da ‘governamentalidade’ caiu sobre o bem-estar social, na França e em muitos países da Europa na mesma época. Segundo Fiori, em “Estados e Moedas”, a Guerra Fria e a ameaça soviética foram as grandes responsáveis por este fenômeno, o do *Welfare State*, visto que os Estados capitalistas tinham que se mostrar superiores ao socialismo em termos de qualidade de vida. A “pressão competitiva” do sistema interestatal mais uma vez exerceu influência decisiva nos rumos de política econômica, como sempre o fez.

O período entre 1945 e 1973 foi o único momento na história do sistema político e econômico mundial em que foi tentado o exercício de uma “governança global”, baseada em um sistema de regimes e instituições supranacionais, apesar de que vários destes regimes e instituições concebidas na primeira hora da vitória militar, nunca se concretizaram. Além disto, a cooperação e a convergência entre os principais países capitalistas, neste período, se deveu muito mais à ameaça da Guerra Fria e ao medo da mobilização das grandes massas insatisfeitas, dentro e fora da Europa, do que à opção por um regime de governança “internacional” (FIORI, 2001, p. 54-55)

#### **4.2.2 Inglaterra**

A Inglaterra foi, no auge de sua potência, a Grã-Bretanha. No século XIX a Inglaterra foi a principal força da moeda, da marinha de guerra, da indústria, do comércio internacional, da administração das colônias e do equilíbrio de poder geopolítico europeu. Talvez este seja o objeto de análise mais explorado pelos historiadores que buscam a essência do capitalismo.

Conosco não foi diferente, especialmente pensando o capitalismo como civilização, seus traços e símbolos, organização política e atividades econômicas por meio da ‘arte de governar’ como componente do processo histórico que deu origem à civilização capitalista. A isso se soma a identificação da Inglaterra como a síntese institucional, espiritual e ideológica do encontro da geometria do poder com a geometria da riqueza. Na história da Inglaterra a conexão mais fluida e antiga entre os nobres, o rei e as forças das hierarquias do dinheiro presentes no ‘terceiro estado’, é um traço marcante da formação do Estado. Os ‘homens de negócio’ sempre atuaram em nome da Glória e do Estado e as alianças intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico estiveram presentes desde muito cedo em sua história. As infundáveis guerras que a marinha e os exércitos britânicos enfrentaram foram em nome do rei, tanto que ele está lá até hoje na figura de Elizabeth II; mas esse trono já está vazio há muito tempo, “o rei reina, mas não governa” (AGAMBEN, 2011) pelo menos no que tange a liberdade do Príncipe de governar sem a chancela de seus Conselheiros, pois a ‘governamentalidade moderna’ como princípio de verificação e parâmetro do bom governo, se consolida na economia, no mercado e no indivíduo.

O rei Eduardo III (1327-77), da dinastia Plantageneta, foi o primeiro monarca a procurar deliberadamente desenvolver a indústria. Quando Chang analisa a Inglaterra e sua estratégia de desenvolvimento, identifica que Eduardo III era obcecado pela manufatura local de tecido de lã, e só usava roupa de tecido inglês; atraindo assim diversos tecelões para fortalecer o comércio de lã bruta, o que o fez até proibir a importação do tecido de lã (CHANG, 2002). Vale relembrar que foi este o monarca Tudor que decidiu a divisão do parlamento entre ‘Câmara dos Lordes’ e ‘Câmara dos Comuns’. O livro “Um Plano do Comércio Inglês” (1728) de Daniel Defoe, famoso comerciante, político e escritor, é um dos fundamentos do trabalho de Chang; nele podemos verificar historicamente o desenvolvimento das manufaturas inglesas com muito detalhe, e o quão fundamental foram o protecionismo e a força do poder institucional de um proto-estado comandado por Eduardo III para transformar a Inglaterra em uma das maiores fabricantes de lã do mundo. Defoe conta inclusive que Eduardo III passou um tempo refugiado na corte de sua tia, a duquesa da *Borgonha*, antes de assumir o poder, e ficou profundamente impressionado com a prosperidade dos Países Baixos apoiados pela manufatura de lã. Durante seu reino foi traçado um plano de fomentar a indústria de lã inglesa, inclusive contratando mão de obra especializada dos Países Baixos, utilizando a estratégia clássica do ‘mercantilismo’ de emulação das estratégias de sucesso econômico de outros países (CHANG, 2002). Mesmo através da froda (esperteza), como neste caso e em qualquer outro de espionagem industrial. De fato, os estrategistas de Estado de inclinações ‘mercantilistas’ sempre foram influenciados pelo

‘realismo político’ de Maquiavel, por isso a ética muitas vezes não faz parte dos grandes negócios – na dimensão do contramercado as regras são burlar as regras.

Na época de Elizabeth I (1587), mais de 200 anos depois de Eduardo III, a dinastia Tudor continuava o processo de fortalecimento da indústria de manufaturas e caminhava a passos largos em seu projeto de desenvolvimento econômico de seu Estado. Nesse período a Inglaterra já tinha ganhado competitividade suficiente na indústria de lã para proibir definitivamente a exportação de lã bruta e tudo deveria ser produzido por trabalhadores ingleses nacionalmente, o que acabou trazendo sérias consequências econômicas para os Países Baixos (IBID). Esta situação também mereceu destaque no clássico estudo de Eric Hobsbawm sobre a Revolução Industrial, que enfatiza as condições políticas para a existência do comércio e da indústria. Ele ressalta que apesar do maior prestígio e dos altíssimos lucros do comércio ultramarino em relação à atividade manufatureira na Inglaterra do século XVII, o governo sempre optou por proteger a atividade manufatureira com práticas protecionistas, em vez de promover políticas de livre-comércio, que seriam do interesse do comércio ultramarino. Mais uma vez e mais um autor identificam a atmosfera social da cúpula de poder, ou do Jogo dos “Tronos”, uma forte influência na Inglaterra dos ‘homens de negócio’ do ‘terceiro estado’.

O produtor manufatureiro tinha a seu favor os interesses políticos de amplos seguimentos do interior e do governo. A questão foi decidida no fim do século XVII, quando os fabricantes de têxteis, confiando na tradicional importância do tecido de lã para as finanças do governo britânico, obtiveram a proibição da importação de tecidos de algodão estrangeiros. De modo geral, a indústria britânica pôde crescer tendo à sua disposição um mercado interno protegido e até tornar-se bastante forte para exigir livre acesso aos mercados de outros povos – isto é entendido como “livre comércio”. (HOBSBAWM, 1979)

É impossível não notar o caráter nacionalista da Inglaterra desde o início de seu fortalecimento como projeto de Estado nacional, isso ocorre especialmente com Eduardo III, e se intensifica na dinastia Tudor, depois da traumática guerra das Rosas (1455-1485) entre os dissidentes da dinastia Plantageneta, e a consequente fragilidade da nobreza inglesa naquele então diante do ‘terceiro estado’ em ascensão. Depois da Reforma podemos observar um fortalecimento profundo da estrutura socioinstitucional inglesa voltada para a produção e o comércio, como já observamos. Eric Hobsbawm explora também este fenômeno ao analisar as pré-condições materiais, institucionais e ideológicas para a revolução industrial. Neste momento, o movimento histórico inglês da Reforma e da Revolução Gloriosa já havia se encarregado de criar essas condições, e uma grande quantidade de proprietários de terra e ‘homens de negócio’ com espírito comercial monopolizavam a terra e o acesso ao crédito. E nas duras escolas do interior e universidades democráticas da Escócia calvinista surgiu uma jovem

geração brilhante de jovens racionalistas como James Watt, inventor da máquina a vapor em 1784, Thomas Telford e Loudon McAdam, grandes engenheiros civis e construtores, e até o grande historiador e filósofo James Mill, pai do economista político John Stuart Mill. (HOBSBAWN, 2014). Segundo o também marxista Isacc Ilich Rubin, as novas concepções econômicas, precursoras da ‘economia política científica’, correspondiam aos interesses de um capital emergente e de uma burguesia comercial, e encontraram seus proponentes nos homens de governo ‘mercantilistas na Inglaterra (RUBIN, 2014). Ele também embarca no argumento marxista da economia política clássica, e considera estes autores eram muito mais práticos do que teóricos, interessados nas específicas questões do ‘capitalismo primitivo’; mas o faz criticamente, identificando na história da Inglaterra os jogos de poder e as influências filosóficas que influenciaram estes pensadores.

A transição da cidade fechada e da economia regional para uma economia verdadeiramente nacional exigia a transformação da fraca monarquia feudal em um estado centralizado que contasse com sua própria burocracia, exército e marinha. Desse modo a era do *capital mercantil* também foi a era da *monarquia absoluta* (...) a era do capitalismo mercantil que *se formou uma sólida aliança entre o Estado e a burguesia comercial*, aliança que encontrou expressão na *política mercantilista*. (RUBIN, 2014, p. 46, grifos do autor)

De fato, a Revolução industrial ficou conhecida pelos economistas como o momento em que o poder produtivo se libertou nas sociedades humanas, e foi capaz de dar a “partida para o crescimento autossustentável” (HOBSBAWN, 2014, p.59). Homens como Willian Petty, Josiah Child e até Adam Smith e o próprio Daniel Defoe, impulsionaram estas ideias e a maioria deles eram integrantes das hierarquias do dinheiro ou foram efetivamente financiados por ela; de qualquer forma todos trabalharam como funcionários do governo, menos Defoe, que mesmo assim foi um grande entusiasta do monarca Guilherme III. Heckscher ressalta no livro “Um Plano de Comércio Inglês”, uma passagem onde ele “afirmava que os ingleses recebiam salários mais altos que outros, mas rendiam também mais trabalho, por que viviam melhor e isto os permitia trabalhar com maior alegria. Aqui residia, segundo ele, a razão substancial da superioridade da indústria inglesa, à qual o seu livro entoava um hino de louvor da primeira página até a última. Mas foi sua fé otimista nos salários altos contemplava, ademais, outro aspecto. Com efeito, na visão de Heckscher, Defoe negava categoricamente a ideia fundamental do mercantilismo, de que um país podia enriquecer-se às custas da pobreza de seu povo. (HECKSCHER, 1943). Estamos em pleno desacordo com a leitura de Heckscher nesse sentido, pois através de uma perspectiva de ‘longa duração’ nos alinhamos mais à leitura histórica de Chang das estratégias de Estado, e também de Fiori do sistema interestatal capitalista, as quais apontam que a essência dessas práticas e estratégias não são um fenômeno restrito ao

‘capitalismo primitivo’, mas sim elementos fundantes da lógica civilizacional do capitalismo, e por isso perduram até os dias de hoje. E, apesar das diferentes roupagens destas teorias e práticas econômicas ao longo da história, sua essência permanece. Parece-nos, portanto, que o capitalismo verdadeiro nasce como um ‘capitalismo monopolista de estado’<sup>78</sup>, em clave marxista; isto é, os monopólios dos ‘grandes negócios’ e os movimentos de expansão imperial foram elementos de todas as estratégias capitalista de sucesso relevantes, especialmente no âmbito de “pressão competitiva do sistema interestatal”.

Em sua análise sobre a expansão do poder britânico, em “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” (2001) e “História, Estratégia de Desenvolvimento” (2015), Fiori coloca que o desenvolvimento econômico foi “umbilicalmente” ligado à expansão do poder internacional da Inglaterra, que foi base para aumento de produtividade e do excedente de sua economia, e ainda adiciona que seu expansionismo foi ligado muito mais pelas elites ligadas à terra às armas e às finanças do que os próprios burgueses e empresários industriais (CAIN & HOPKINS *apud* FIORI, 2015), ressaltando que a imposição progressiva da libra no como moeda do território econômico supranacional da Inglaterra, sendo assim estaríamos verdadeiramente diante de uma estratégia fundamentalmente ligada ao Estado, como o foi, *grosso modo*, desde seu início medieval. Como apontamos nos estudos de Findlay e O’Rourke, a união da coroa inglesa e escocesa marcou o projeto de unificação da Grã-Bretanha e o sucesso de sua estratégia ‘mercantilista’, em 1704; e Fiori diz que a partir daí a Inglaterra seguiu sua trajetória expansiva sem interrompê-la até meados do século XX.

Nesses dois séculos e meio, participou de 110 guerras dentro e fora da Europa, financiadas pela expansão de seu próprio excedente econômico e pela multiplicação de sua capacidade de endividamento fiscal por meio da revolução financeira de 1690, que imitou e aprofundou o modelo original holandês. E chama atenção que a dívida pública inglesa tenha crescido de 17 milhões de libras, em 1690, para 700 milhões, em 1800, sem que o Banco da Inglaterra ou a própria Inglaterra tivesse perdido – em nenhum momento – a sua credibilidade junto aos credores privados e públicos, nacionais e internacionais. Pelo contrário, durante todo esse período a Inglaterra conseguiu obter crédito a taxas de juros muito inferiores aos demais países, e com condições de pagamento muito melhores do que as oferecidas à sua principal concorrente naquele momento, a França. (FIORI, 2015, p. 69)

Neste contexto, vale ressaltar o quanto o hierarquizado “clube de nações” se enriqueceu durante esse processo que é protagonizado pela Inglaterra, mas acontece concomitantemente

---

<sup>78</sup> Na interpretação marxista, a premissa do capitalismo monopolista de Estado é a submissão absoluta do Estado às vontades dos capitalistas da burguesia, e caracteriza-se pelo domínio econômico dos monopólios no interior do país e em seus principais segmentos econômicos. Pesquisas Hilferding (1985) e Bukharin (1984)



com outras potências, algumas já consolidadas como a França, e outras em sua ascensão para se recuperar do “atraso econômico” como a Alemanha. Segundo Fiori, no fim do século XIX existem três tipos de nações que se conseguiram se desenvolver no sistema mundial: i) os *domínios* ou “colônias brancas inglesas” como Canadá e a Austrália, que se tornam subterritórios enormes para o abundante capital inglês; ii) a periferia econômica como Argentina, México e Brasil, cujas elites participaram de uma “integração liberal” com a economia inglesa, que resultou nas estratégias de desenvolvimento conservadoras no século XX, e foram paradas pela crise da dívida da década de 80; iii) os *late-comers*, Estados Unidos, Alemanha e Japão, que adotaram fortes estratégias de Estado ‘mercantilistas’ e passam a integrar o “clube” das grandes potências já no início do século XX (FIORI, 2001). É esta megaexpansão dos mercados e da busca por colônias a nível mundial que leva às disputas do imperialismo que resultarão na 1ª G.M. Como disse Friedrich List, o comércio internacional não é um jogo de soma positiva como gostariam os liberais Adam Smith e David Ricardo, nem de soma zero, onde um só ganha quando o outro perde; pelo contrário, o jogo do comércio internacional é um jogo para os ‘povos’ que tem ‘vocaçãõ de potência’ (LIST, [1885], 1983).

O império colonial e o ímpeto de sua produtividade constituíram o grande estopim para um mercado verdadeiramente mundial, integrado e moldado juridicamente como um grande circuito comercial (FOUCAULT, 2008). A ciência e a potência da indústria dos ingleses, que no século XIX ficou conhecida como a fábrica do mundo, ajudou a formalizar o mundo como um grande mercado à disposição das potências que produziam o máximo possível em suas economias nacionais para responder ao agora mais imenso desafio geopolítico e geoeconômico do sistema internacional. E, considerando que entre 1750 e 1769 a exportação de lã britânica aumentou 10 vezes, e que a quantidade de algodão importado pela Grã-Bretanha passou de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 580 milhões em 1850; e a produção de tecidos de 40 milhões de jardas para 2,025 bilhões de jardas no mesmo período (HOBSBAWN, 2014), realmente a “fábrica do mundo” aconteceu. Não obstante, apesar de a Europa ter aumentado muito as suas compras da Inglaterra, a grande maioria dos produtos era vendido diretamente às colônias à preços vantajosos para os ingleses; quase todas as colônias continuaram dependentes economicamente dos ingleses mesmo após os turbulentos processos de independência das antigas colônias do século XIX e XX. Aqui jaz um ponto fundamental da estratégia de Estado inglesa: utilizando-se de sua liderança tecnológica, enorme marinha, pujança econômica e dominação política; a Grã-Bretanha conseguiu relações de comércio e produção com retornos crescentes de escala com quase todos os territórios do mundo por muito tempo, séculos até. Isso proporcionou uma acumulação de capital considerável e também a oportunidade de capilarizar

a libra, sua moeda nacional, por todo o circuito financeiro e comercial da economia mundial (EICHENGREEN, 2000).

Não por acaso, no fim deste processo, auxiliados pelo afluxo de metais preciosos das colônias da América Latina (no século XVIII, principalmente o ouro de Minas Gerais), foi fundado o ‘padrão-ouro’ para o sistema monetário internacional, o que facilitou ainda mais a penetração dos capitais ingleses em todo o mundo. De acordo com Kennedy e Hobsbawn, a indústria de ferrovia foi a segunda grande protagonista da produção britânica no século XIX, e foi construída com a ajuda do capital inglês em muitos países do mundo (alguns até hoje endividados).

É importante notar que a supremacia tecnológica britânica, que viabilizou a guinada para o livre-comércio, foi conquistada sob a égide de “elevadas e duradouras barreiras tarifárias”. É igualmente importante observar que a generalizada liberalização da economia britânica, ocorrida na metade do século XIX, e da qual a liberalização do comércio era não mais do que uma parte, foi altamente controlada e supervisionada pelo Estado, não resultou de uma atitude *laissez-faire*. (CHANG, 2002, p.47)

Vale ressaltar que a liberalização mencionada na citação anterior não durou muito, e a partir da pressão de alguns empresários ingleses que estavam passando dificuldade com a concorrência de produtos americanos e alemães; a legislação muda em 1903 com Chamberlain, e a estratégia definitivamente volta ao protecionismo depois da crise de 1929 (IBID). De qualquer modo, é nessa atmosfera que floresce e amadurece toda a ciência do liberalismo, herdeira dos pensadores iluministas da “modernidade” e da economia política clássica. Para Foucault temos três princípios fundamentais da ‘arte de governar liberal’ na prática, *rightly understood*, “i) verificação do mercado; ii) limitação pelo cálculo da utilidade governamental; iii) a posição da Europa como região de crescimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial”. Para ele o utilitarismo inglês, incorporado pela figura do filósofo positivista Jeremy Bentham, que por sinal foi professor de John Stuart Mill, era uma tecnologia do governo inglês, que procurava limitar a razão de Estado a partir apenas do que seria “útil para a sociedade”; e aqui podemos escutar um grande eco do ‘espírito do capitalismo’ discutido por Max Weber. A Razão de Estado deve obedecer, portanto, a um jogo complexo de interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público. Separam-se o público do privado institucionalmente e o governo passa a ser formalmente um árbitro de interesses.

Ora, naturalmente considerando a pujança econômica do império colonial ultramarino inglês e as rivalidades internacionais do século XIX, podemos dizer que a guerra era um cálculo de utilidade bem direto em relação à prosperidade da nação britânica, fundamental como o

“cálculo político dos ‘mercantilistas’. Todavia também vale ressaltar a dimensão interna social e institucional do pensamento de Bentham, a ideia do panóptico<sup>79</sup> como fórmula do governo liberal, de modo a criar uma sociedade útil de escolas, fábricas e prisões criadas para aumentar o nível de disciplina e produtividade de cada indivíduo (FOUCAULT, 2008); é aqui que Foucault detalha o esforço do Estado para criar uma sociedade centrada na produção no mercado e no consumo. Eis aqui o amadurecimento da estrutura institucional da sociedade capitalista, em um período em que a população da Europa saltou de 187 milhões de habitantes em 1750 para 266 milhões em 1850 (KENNEDY, 1988).

Em paralelo, inspirados em Weber e nos ‘mercantilistas’, podemos dizer que esta estratégia de ‘ortopedia institucional’ será observada em todas as potências do sistema, em diferentes momentos do século XIX. De modo algo monótono, mesmo sendo fruto de um processo de dominação nas relações de força social e nas relações internacionais de dimensões abissais e jamais presenciadas, a utilidade torna-se a dimensão instrumentalizada da Glória. Os historiadores e analistas do sistema internacional nos mostram o quão agressiva foi a estratégia de Estado do poder britânico durante toda a sua história, tanto em termos bélicos, quanto econômicos e políticos. Nesse sentido, o presente trabalho busca verificar e complementar esta leitura com uma imersão na dimensão do consenso, da ciência, dos sistemas de pensamento, dos códigos de honra e dos costumes, para verificar a constituição da ‘arte de governar’ das grandes potências da civilização capitalista, que civilizaram o mundo à sua maneira. A utilidade passa a ser um grande argumento científico da concepção de mundo burguesa e anglófona, tanto filosófico quanto prático, incorporado de forma plena nos escritos e atuação política do filósofo britânico Jeremy Bentham (apud FOUCAULT, 2008). E esse processo civilizador engendrou uma ‘mundialização do capitalismo civilizatório’ que pode ser melhor percebida através de uma análise que conecta a dimensão interna dos Estados ao contexto da economia política internacional ao longo da história.

---

<sup>79</sup> O projeto de Bentham era para ser uma prisão modelo, para a reforma dos encarcerados. Mas, foi também um plano para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho, o esboço de uma sociedade racional. O projeto, era de 1789, o mesmo ano em que a burguesia se tornava a classe social dominante no mundo ocidental. Para Foucault, ao estudar a sociedade disciplinar, constata-se que a sua singularidade reside na existência do desvio diante da norma. E assim para "normalizar" o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar remorsos pelos seus atos. Para Jeremy Bentham dominar era distribuir os corpos em diversificadas superfícies (prisões, manicômios, escolas, fábricas) (FOUCAULT, XX).

### 4.2.3 Alemanha

Ao estudar os movimentos originários da Idade Média em “Maomé e Carlos Magno”, Henri Pirenne estuda como o processo é fundamentalmente ligado à cisão da Igreja Católica como herdeira do Império Romano. Desde que Constantino fundara Constantinopla, em 303, para se aproximar das frentes militares do Império, a cisão entre Constantinopla (hoje Istambul) e Roma foi intensificando, e o cristianismo já era a religião oficial do Império algum tempo antes de seu declínio (PIRENNE, 2010). No contexto hostil de guerra entre os diversos ‘povos bárbaros’ que habitavam a Europa na Baixa Idade Média, e com o declínio da legitimidade da autoridade do Papa de Roma diante de Constantinopla, a Igreja do Ocidente se apoiou na dinastia Carolíngia para fortalecer seu poder. Em 800, Carlos Magno, rei dos francos foi nomeado Imperador do Sacro-Império Romano. Esse é um movimento originário dos povos da Europa, e Carlos Magno ficou na linha sucessória da realeza de França e Alemanha.

O grande trabalho de vida de Carlos Magno foi ‘cristianizar’ a Europa através de guerras contra os ‘povos bárbaros pagãos’ e os muçulmanos do Islã. E mediante o caos político em seu imenso império Carlos Magno o dividiu entre três de seus filhos no Tratado de Verdun em 843: Carlos, o Calvo recebeu a França ocidental; Luis o Germânico recebeu a França oriental; e Lotário, que reservou o título imperial, o centro da Itália até a Frísia (IBID). Podemos observar efetivamente que as Casas Principescas conservaram laços de sangue desde sua origem; em relação à maturidade do ‘povo germânico’, quando Otão I foi coroado imperador, em 962, já existe substancialmente o Sacro-Império Romano Germânico. Na maior parte da sua história, o império consistiu de centenas de pequenos reinos, principados, ducados, condados, Cidades-Estado, e outros domínios; com muitas diferentes Casas de famílias nobres guerreiras, sempre se legitimando por meio do imperador e do poder da Igreja Católica, o que explica tanto a origem da Reforma em território germânico com Lutero, mas também a supressão de sua influência política e econômica, nesse império de herdeiros do cristianismo e do Império Romano. Apesar de seu nome, na maior parte da sua existência o Sacro Império Romano-Germânico não incluiu a cidade de Roma em seus domínios, e recebeu este nome em homenagem às Glórias e ao poder que o Império Romano deteve em quase todo o continente europeu. A extensão territorial do império variou durante sua história, mas no seu ápice englobou Alemanha, Áustria, Suíça, Liechtenstein, Luxemburgo, República Tcheca, Eslovênia, Bélgica, Países Baixos, e parte de Polônia, França e Itália. Segundo Pirenne, o Imperador germânico foi senhor dos territórios germânicos durante toda a Idade Média e a modernidade,

e isso esteve diretamente ligado às guerras contra o Islã durante longuíssimo tempo, mantendo a fronteira geopolítica oriental e sul da Europa (IBD).

Entre múltiplas e recorrentes lutas entre as principais Casas e Príncipes de dentro do império surgiram os Estados mais fortes, nos quais o ‘cameralismo’ nasceu. Durante o processo histórico de “modernização” da Europa que estudamos, é possível observar que a Prússia e a Áustria chegaram ao século XIX como os principais Estados do já debilitado Sacro-Império Romano Germânico. No contexto das Guerras Napoleônicas (1803-1815), da difusão das ideias da Revolução Francesa e das transformações da Revolução Industrial e ascensão do “nacionalismo”, o último imperador Francisco II abdica e dissolve o Império. Na conclusão deste processo ocorre ainda o último suspiro das forças conservadoras em relação à manutenção da ordem social feudal, o Congresso de Viena, em 1815, fundamentado e organizado pelas forças da nobreza principesca das famílias guerreiras e o apoio da Igreja Católica. Nesse Jogo dos “Tronos”, foi decidido que o domínio dos territórios germânicos caberia à Áustria, decisão que menosprezou o poder cada vez maior do Estado da Prússia.

Porém, desde o reinado de Frederico II, o Grande (1740-1786), a Prússia já era uma importante potência militar e econômica, o que também coloca Frederico II como um dos maiores estrategistas de Estado da história. Ele foi um dos mais influentes pensadores do ‘cameralismo’ alemão e grande implementador de suas estratégias, em termos institucionais, militares e econômicos. Segundo a pesquisa de Chang, antes de Frederico II a Prússia era um Estado fundamentalmente agrário, e seu único item manufaturado de exportação era o vestuário de lã e linho. Continuando o trabalho do pai, o estadista germânico promoveu maciçamente a indústrias-chave, através do protecionismo, da concessão de monopólios e da intervenção direta do ‘tesouro da câmara de governo’ no estímulo da economia; inclusive com diversas medidas institucionais, com a criação de casas de negócio para impulsionar as atividades econômicas, especialmente a indústria de armas (CHANG, 2002). Observamos novamente a presença do Estado para criar sinergias entre atividades econômicas-chave, com *linkages* importantes para a estrutura de produção de manufaturas com retornos crescentes de escala; e também a famosa espionagem industrial – todas essas ferramentas ‘cameralistas’ usadas extensamente pelos alemães desde então (CHANG, 2002).

Frederico II escreveu uma famosa obra chamada o “Anti-Maquiavel” (1741), em que refuta capítulo a capítulo do Príncipe, criticando de forma contundente a ausência de ética e do fundamento espiritual do poder, que garantiriam que o Príncipe fosse um magistrado honrado para seu povo. (FREDERICO II [1741], 2000). De fato, nos ‘cameralistas’ alemães e italianos encontramos não apenas o fundamento institucional muito presente, mas também uma presença

muito grande da ética e da dimensão essencialmente civil do governo, ligada à legitimidade do Príncipe perante seu ‘povo’, além de em maior ou menor grau a presença da espiritualidade como fonte de ‘equilíbrio e limite’ do governante, como um “atenuador de paixões”. Todos esses elementos diferem muito dos pragmáticos ‘mercantilistas’ ingleses e holandeses, e seguramente tem influência nas trajetórias diferentes desses Estados ao longo de sua história, especialmente no período entre o século XVII e XVIII, conhecido como “época mercantilista”. Como nos lembram Braudel e Fiori, quebrar as regras, sejam elas institucionais, éticas, econômicas ou políticas, são um dos grandes elementos da *froda* (esperteza) do *contramercado*. Todavia, os alemães, sejam eles economistas ou não, sempre foram conhecidos por seu pragmatismo, o qual em termos de estratégia de Estado chamamos de *Realoikonomie*. E, considerando o contexto de rivalidades geopolíticas e geoeconômicas da Europa, em meados do século XVIII Frederico II, o Grande, já mais velho que na época que escrevera o “Anti-Maquiavel”, sabia muito bem o que fazer para aumentar seu poder e o do ‘povo germânico; uma de suas maiores cartadas foi a anexação da Silésia, obtida através de forte investida militar contra a Áustria aproveitando o momento de vulnerabilidade acontecido na Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748), em que a Inglaterra ficou do lado dos Habsburgo austríacos e a França do lado da Prússia. O resultado foi o o Tratado de Aquisgrão (1748), que trouxe independência ao reino da Bavária e consolidou a Silésia como território prussiano.

“Ambicionando transformar o país numa potência militar, Frederico (...) anexou a província industrial da Silésia e se empenhou em desenvolvê-la. Promoveu principalmente as indústrias de aço e linho, instalando na província o primeiro alto-forno da Alemanha e recrutando tecelões estrangeiros que receberam, cada um, um tear gratuito. Depois da morte de Frederico o desenvolvimento da Silésia como “arsenal da Alemanha” continuou sendo incentivado por alguns empresários-burocratas dinâmicos”. (CHANG, 2002, p.66)

A análise de Chang revela que em 1842 a Silésia era tecnologicamente tão adiantada quanto a Grã-Bretanha, e certamente a região mais desenvolvida industrialmente no continente europeu. A união aduaneira entre Estados germânicos Zollverein, de 1834, foi uma das grandes expressões do protecionismo alemão e de sua identificação como o baluarte da indústria nascente. A Zollverein (Deutscher Zollverein) ou União do Uso Geral da Alemanha), foi originalmente planejada por homens de governo prussianos, e incluía inicialmente apenas os estados do norte próximos aos territórios controlados pela Prússia, estimulando o comércio e a economia. A união entre os 39 estados foi o fruto de trabalho de décadas dos burocratas prussianos. Por volta de 1848, a sua atuação havia aumentado, e incluía não só a maioria dos estados alemães como também o Império Austríaco e aqueles da Alemanha no Noroeste.

Feneceu por um curto período diante dos acordos de livre-comércio com a França, mas foi retomado com força total pelo movimento capitaneado pelo chanceler Otto Von Bismarck. Além de interesses econômicos, a Prússia desejava criar uma grande área de influência germânica nos Estados que dominava, para realizar a unificação alemã.

No auge da época do nacionalismo, a Alemanha finalmente chega ao momento de se tornar o um Estado unificado pelos meios da força política do chanceler alemão para criar um consenso entre os diferentes Estados e forças sociais em torno de um projeto nacional. Em 1871, inicia-se sob a liderança de Bismarck, a grande escalada de poder do “capitalismo tardio alemão”, o 2º Reich (1871-1918). Um de seus grandes elementos foi o “casamento entre o ferro e o centeio”, que uniu a força das hierarquias do dinheiro e seu empresariado industrial com os as poderosas aristocracias rurais, os Junkers. (CHANG, 2002). Portanto, só aqui, em pleno fim do século XIX temos o acordo entre ‘terceiro estado’ e nobreza que foi conseguido muito antes na Inglaterra. Segundo o filósofo francês Ettiéne Balibar, o movimento político e econômico promovido pelo “Chanceler de Ferro” é compreendido por Marx como uma “Revolução pelo Alto”, na qual se superam os obstáculos das estruturas feudais atrasadas para organizar a sociedade de maneira moderna, em torno do mercado e da produção, em nome da nação, porém mantem-se a desigualdade social e a concentração de poder (BALIBAR, 2011). O processo se consolida na Alemanha com a inserção do elemento financeiro.

O momentum mostrado pela cartelização da indústria germânica não pode ser inteiramente explicado, a não ser como resultado natural da amálgama dos bancos alemães. Foram as fusões no campo dos bancos que os colocaram na posição de controladores dos empreendimentos competitivos. Os bancos se recusavam a tolerar brigas fratricidas entre suas crianças (GERSCHENKRON, 1962, p.15)

Em seu lendário estudo sobre o desenvolvimento econômico dos “capitalismos tardios”, o historiador e economista Alexander Gerschenkron dá especial atenção à estratégia de Estado alemã. Três elementos institucionais são destacados por Gerschenkron: 1); um sistema financeiro articulado; 2) um Estado intervencionista e protecionista; e 3) uma ideologia. Dependendo do grau de atraso de determinado país, estas condicionantes adquiriram papel fundamental na promoção da industrialização. No caso da ideologia, Gerschenkron discorre a respeito da importância do Saint-Simonismo<sup>80</sup> na França, do nacionalismo na Alemanha e do socialismo na Rússia, explorando-as como elementos importantíssimos processo de

---

<sup>80</sup> Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, foi um filósofo e economista francês que dividiu a sociedade em "ociosos" e "produtores". Preconizou que direção do Estado deveria aos industriais (entre os quais incluía empresários, artesãos e operários), e essa classe deveria promover o bem-estar da "classe mais pobre e mais numerosa da sociedade"

desenvolvimento industrial e econômicos. Estas fortes ideologias influenciaram lideranças empresariais e bancárias, e concederam algum grau de legitimação popular ao projeto nacional de industrialização. Nesse sentido, reforçando o argumento de que “diferenças importantes no que concerne a característica dos desenvolvimentos industriais e seus veículos institucionais foram relacionados às condições e os níveis de atrasos” o autor corrobora a visão de que “a gradação institucional do atraso parece achar suas contrapartidas no pensamento dos homens sobre atraso e o caminho no qual pode ser abolido” (IBID, p.26). Podemos verificar que todos estes elementos, bem como sua abordagem essencialmente “institucionalista” estão essencialmente ligadas ao ‘mercantilismo’ e ao ‘cameralismo’. Desta forma, identificamos a Alemanha como uma das maiores expressões do nacionalismo europeu, e isto foi uma grande ferramenta para que esta superasse seu atraso econômico para finalmente, no fim do século XIX, entrar no jogo das grandes potências.

Em “Estados, Modas e Desenvolvimento” (1999), Fiori dá especial atenção ao século XIX, e aos traços marcantes do exponencial acirramento das rivalidades nacionalistas no âmbito da disputa geopolítica e geoeconômica por colônias, mercados e recursos.

“(…) nova forma de associação entre o capital e o poder político que transformou a competição intercapitalista também numa competição política entre Estados e simultaneamente transformou o sistema interestatal numa espécie de mercado ou espaço preferencial da competição capitalista entre os grandes conglomerados econômicos (...) para as grandes potências alarga-se o conceito de soberania, incluindo também o direito de autodefesa dos seus novos territórios econômicos” (FIORI, p. 62, 1999).

E foi assim efetivamente que se moldou o fenômeno histórico do imperialismo, tão analisado pelos historiadores, que foi a máxima expressão das rivalidades geopolíticas e geoeconômicas da Europa definitivamente transbordando as fronteiras do tabuleiro europeu. E sabemos que a inserção da Alemanha, com a vocação de potência dos ‘povos germânicos’ tão bem definida por Friedrich List no século XIX, entrou de vez no “clube de nações” nesse período. O que trouxe grandes desafios para o frágil equilíbrio de poder do sistema internacional, resultando em uma das principais razões de ser das 2 grandes Guerras Mundiais do século XX.

Cada uma das ‘economias nacionais’ desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste nacional de Estado (...) por que esses grupos vão buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado (...) porque sua capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. (BUKHARIN, 1984, p. 99 *apud* FIORI, 1999, p. 62)



Em conclusão, gostaríamos de ressaltar mais uma vez o quanto a perspectiva de hierarquização dos Estados nos Jogos das “Trocas, das “Guerras” e dos “Tronos”, no contexto histórico de ‘longa duração’ das guerras entre Casas com laços de sangue, nos confirma o fato de que muitas de suas batalhas eram fundamentalmente por territórios econômicos, geográficos e políticos ligados ao aumento do poder de cada Casa ou Estado. Temos automaticamente a complementaridade e a competição no processo intercapitalista de acumulação criando “barreiras” significativas à entrada tanto de novos Estados na dimensão internacional, quanto a novas “classes” na dimensão nacional. Nesse sentido, a aliança entre as hierarquias do dinheiro e os nobres foi efetivamente uma “Revolução pelo Alto”, e o estreitamento entre os Estados, suas moedas e seu capital financeiro fortaleceu o caráter competitivo e nacionalista das guerras econômicas e militares vindouras<sup>81</sup>. Com isso, apesar de tantas e tantas transformações, o poder em si continua com os mesmos traços concentradores e misteriosos, ligados à Glória e a Conquista, como nos primórdios da civilização ocidental; o que explica o afã civilizatório e religioso da expansão do poder europeu no mundo inteiro. Sim, portadores da civilização. Mas, civilização para quem?

#### 4.2.4 Estados Unidos

Os protagonistas da “época mercantilista” dos séculos XVII e também XVIII seguramente foram os ‘homens de negócio’ capitalistas, dentre os quais destacamos os ingleses e holandeses. Como mostramos, as estratégias de Estado ‘mercantilistas’ e nacionalistas’ não se restringem a um contexto histórico específico, mas isto não significa que não merecem especial atenção os momentos históricos em que alguns fenômenos se exacerbaram, tornando-se mais marcados, seja na história do sistema internacional ou na trajetória individual de cada Estado. Identificamos nos estudos de Marx sobre a ‘acumulação primitiva’ o resolutivo ímpeto imperial dos austeros e devotos puritanos da Nova Inglaterra. Esta região possui grande valor histórico para os Estados Unidos (TOCQUEVILLE, 2005), localizada ao nordeste do país, foi berço de muitos dos grandes industriais do Norte que tiveram papel chave tanto na Revolução Americana de 1776, quanto na Guerra de Secessão, de 1861-65, assim como na industrialização e nas guerras que deram origem ao grande território americano, eventos históricos definitivos

---

<sup>81</sup> “(...) o capital financeiro para manter e ampliar sua superioridade precisa de um Estado politicamente poderoso (...), um Estado forte que faça valer seus interesses no exterior (...) e que possa intervir em toda a parte do mundo para converter o mundo inteiro em uma área de investimento”. (HILFERDING, 1985 *apud* (FIORI, 1999)

para a formação do ‘caráter do povo americano’, e seu projeto de Estado nacional, o mais poderoso do mundo na atualidade, conhecido como Estados Unidos da América.

De fato, esta foi uma das principais inspirações de Max Weber para escrever a “Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”. Ele explora de forma magnífica toda a superestrutura espiritual, ideológica e institucional do pensamento dos *Founding Fathers*, os líderes políticos que assinaram a Declaração de Independência da Revolução Americana, dando especial atenção a Benjamin Franklin. Nascido na Filadélfia, no Norte, religioso e adepto do calvinismo, Benjamin Franklin (1706-1790) foi jornalista, cientista, inventor, filósofo, diplomata, alto funcionário do governo e até enxadrista! Um exímio exemplo do *self made man* burguês, que trabalhou desde os 10 anos de idade, foi uma importante figura do pensamento Iluminista, e esteve em contato com os principais círculos intelectuais da Europa do século XVIII. Segundo Eliot (1924), Franklin chegou inclusive a conhecer e conversar profundamente com Adam Smith, oferecendo muitas contribuições à teoria da economia política clássica, em especial à teoria do valor-trabalho (ELIOT, 1924)<sup>82</sup>. Max Weber, em obra sobre o tema, explora o papel de Franklin como homem de governo e *founding father*, qualificando-o como expressão fundamental do ‘espírito do capitalismo’.

Segundo a mulher de Weber, Marianne, o famoso ensaio só foi efetivamente concluído depois da visita do sociólogo alemão aos Estados Unidos (WEBER, 2006), quando o autor percebe a organização e os valores da sociedade americana na prática (como bom alemão). Para ele, o discurso de Benjamin Franklin coroa uma máxima de conduta e ética de vida, o *ethos* dos ‘homens de negócio’ das hierarquias do dinheiro.

“Lembra-te que *tempo é dinheiro*; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seus pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

Lembra-te que *crédito é dinheiro*. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso.

Lembra-te que o dinheiro é *procriador de natureza fértil*. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante. (...)  
Lembra-te que – como diz o ditado – o *bom pagador* é senhor da bolsa alheia (...)

---

<sup>82</sup> O estudo de Eliot indica a influência das ideias de Benjamin Franklin da teoria do valor-trabalho (ELIOT, 1924).

Lembra-te que isso pode ser de grande utilidade. A par de presteza e frugalidade, nada contribui mais para um jovem *subir* na vida que pontualidade e retidão em todos os seus negócios (...)" (WEBER, 2006, p. 43-44 grifos do mesmo)

Eis aqui, diz Max Weber, o ‘espírito do capitalismo’ que fala: fortemente influenciado por toda a reformulação da Glória e dos códigos de honra da Reforma Protestante. Benjamin Franklin foi um grande arauto desses valores, e trabalhou profundamente a fundação das instituições americanas e em sua interlocução diplomática com os núcleos de poder da Europa, inclusive na aliança com a França durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que culminou no Tratado de Paris de 1783, onde a Grã-Bretanha reconhece a independência americana e a legitimidade de sua revolução nacional.

Segundo Fiori, apesar de os Estados Unidos serem o primeiro país a nascer fora da Europa, podem até ser uma novidade em muitos sentidos, mas não uma exceção. O nascimento do Estado americano está diretamente ligado às guerras das grandes potências europeias entre si, e também por seus domínios coloniais. A Revolução Americana é, portanto, um desdobramento direto das contradições do futuro sistema interestatal, já em formação e franca expansão no século XVIII, e da originária rivalidade entre Inglaterra e França. (FIORI, 2001)

“Os Estados Unidos são o único caso de um estado nacional que sai de dentro de um império em expansão, durante as guerras que definiram a hegemonia inglesa dentro da Europa e do seu mundo colonial, e no período em que a Inglaterra faz sua revolução industrial e cria as bases materiais da primeira divisão internacional do trabalho. Na mesma hora em que a cidadela mercantilista e colonialista era atacada pelo liberalismo econômico de Adam Smith que propunha a troca das colônias por um “imperialismo de livre-comércio”. Por isso, ao romper seus laços com a Inglaterra, os Estados Unidos se transformaram imediatamente numa periferia “primário-exportadora” da economia e da industrialização inglesa”. (FIORI, 2001, p.68)

Todavia, os Estados Unidos nunca aceitaram este papel por muito tempo, especialmente o Norte industrialista independentista dos *founding fathers* Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, Thomas Jefferson e George Washington. Aqui vale lembrar mais uma vez a máxima americana: “*Don’t do as the English tell you to do, do as the English did*”. Na institucionalidade política do grande salto da economia dos EUA durante o século XIX, havia a presença de Thomas Jefferson na dimensão do discurso político, que expressava os ideais liberais característicos da economia tradicional, e a presença de Alexander Hamilton na dimensão da realidade e política econômica concreta, fundamentada pelos ideais nacionalistas se mercantilistas, inclusive contando com a assessoria do próprio Friedrich List, como se pode verificar nas cartas da época (HAMILTON, 2009; LIST, 2009). Ambos os autores ‘mercantilistas’ assinalam as limitações da abordagem científica perante a realidade na economia; e, tomando como exemplo as conclusões de Smith sobre os Estados Unidos, baseada

em seu modelo de comércio internacional, tecem críticas fortes que influenciarão a estratégia de Estado americana por toda a sua história.

Se os americanos, seja mediante boicote, seja por meio de qualquer outro tipo de violência, suspenderem a importação de manufaturas europeias e, assim, concederem um monopólio aos seus compatriotas capazes de fabricar os mesmos bens. Desviando uma parcela considerável do capital para esse fim, estarão retardando o futuro crescimento do valor de seu produto anual, em vez de acelerá-lo, e estarão obstruindo o progresso do país rumo à riqueza verdadeiras, em vez de promovê-lo” (SMITH, pp. 347-8 *apud* CHANG, 2002, p. 17)

Alexander Hamilton é reconhecidamente um dos responsáveis por os Estados Unidos serem considerados por alguns, como o historiador Bairoch e o economista Ha-Joon Chang, como o “baluarte do protecionismo moderno” (CHANG, 2002). Ele advogou fortemente a atuação direta do Estado, tanto em relação a taxas de proteção à indústria nascente, quanto na intervenção direta de fomento à atividades econômicas com retornos crescentes de escala (HAMILTON [1791], 2009). Chang identifica semelhança entre a estratégia americana e a inglesa sob a direção de Walpole, primeiro-ministro de (1721-1742), além de demonstrar o quanto essas medidas foram utilizadas pelo desenvolvimento econômico dos tigres asiáticos na segunda metade do século XX (CHANG, 2002). Neste contexto, observa-se o sucesso de Hamilton em manter uma estratégia de Estado ‘mercantilista’ apesar de todas as dificuldades, e de fato de ele ter sido beneficiado pelas guerras de independência e expansão territorial.

Os estudos de Fiori indicam que os Estados Unidos têm a característica de “minotauro”, meio Estado, meio Império, que caracterizou os grandes projetos de Estado nacional europeus. Enquanto as potências europeias lutavam suas inúmeras guerras no século XVIII, entre a Guerra dos 7 anos (1756-1763), e as Guerras Napoleônicas (1803-1815), e ainda aproveitando o contexto pós-Revolução Francesa de crise do *Ancien Régime* (FIORI, 2001), os Estados Unidos fizeram sua revolução e montaram seu primeiro governo, republicano e independente, capitaneado pelo líder militar George Washington, que lutou contra índios e europeus para abrir os caminhos da expansão do território americano. Vale ressaltar que entre intelectuais, economistas, filósofos e diplomatas, quem foi escolhido para governar foi o estadista militar. Os tratados de Fort Greenville (1795) com os ingleses, Santo Ildefonso (1800) com os espanhóis, e a compra da Louisiana dos franceses (1803), são expressões históricas e geopolíticas do bem-sucedido processo de expansão militar e política do Estado americano em sua formação. Podemos observar, portanto, o quanto os Estados Unidos são parecidos com as potências europeias em termos de estratégias de Estado, e também que, “desde a primeira hora de sua independência os Estados Unidos negociaram suas fronteiras e seus tratados comerciais

com o “núcleo duro” das grandes potências, com quem sempre mantiveram relações privilegiadas, em particular com a Inglaterra” (FIORI, 2001, p. 69-70).

A Guerra Civil Americana (1861-1865), ou Guerra de Secessão, está integralmente ligada ao processo de aumento da autonomia do Estado americano, tanto econômica quanto política, mas ainda dependente da Inglaterra em muitos sentidos. A divisão entre Norte, industrialista, protecionista, independentista e defensor do fim da escravidão e Sul, agrário, adepto da proposta de livre-comércio e do protetorado britânico e escravagista; foi um chamado à realidade em meio às contradições do Estado americano em formação. Chang e Fiori concordam no fato de que o protecionismo e a indústria eram mais importantes para o Norte do que a própria escravidão (FIORI, 2001; CHANG, 2002), inclusive na cabeça da grande figura conciliadora da Guerra, Abraham Lincoln. Essa foi a oportunidade fundamental de os Estados Unidos embarcarem de vez em uma sólida estratégia de Estado rumo a ser uma grande potência econômica e militar, e o ‘povo americano’ não desperdiçou essa oportunidade, por assim dizer. Sob a pressão da guerra o Estado foi obrigado a criar as instituições que faltavam para uma sólida economia nacional, como as financeiras e monetárias. Durante e após a Guerra Civil aconteceu a “memorável aliança” de que fala Max Weber, entre o Estado e o capital financeiro nacional, como ocorreu na Inglaterra no fim do século XVII (FIORI, 2001). Fiori complementa esta análise, dizendo que a necessidade de nacionalização do exército e da dívida pública para vencer a guerra foram a grande questão da vitória do Norte e do desenvolvimento posterior da estratégia americana; novamente temos a dialética entre o Jogo das “Trocas” e das “Guerras” como força motriz das estratégias de Estado das grandes potências.

Do ponto de vista do Jogo dos “Tronos” podemos citar outro estudo muito interessante que dá especial atenção à formação do Estado e da sociedade americana, desta vez em outra chave, mas observando também a influência do pensamento dos *founding fathers*. Em “Democracia na América” (1835), escrito no ambiente pós-Revolução Francesa, Alexis de Tocqueville oferece seu contraponto à sociedade do *Ancien Régime* europeia, profundamente inspirado nos Estados Unidos. Ele identifica o ‘caráter de um povo’ livre e empreendedor, totalmente diferente do que acontecia na França, onde as amarras burocráticas e religiosas da ordem social francesa ainda estavam extremamente ligadas ao poder das famílias nobres e dos reis. Foi influenciado pelo contexto da Revolução Francesa e pelas ideias mais radicais sobre a liberdade, igualdade e fraternidade, muito ligadas ao pensamento de Rousseau, inclusive no sentido de organização política do governo em uma estrutura democrática. Segundo Jerry Z. Muller, como herdeiro de uma família aristocrática que foi aprisionada na Revolução Francesa,

Tocqueville teve muito para refletir durante a era da Restauração, quando a dinastia Bourbon voltou ao poder com Luis XVIII depois do Congresso de Viena (1815), e as conquistas da Revolução foram timidamente incorporadas em uma Monarquia Constitucional de uma sociedade ainda extremamente hierarquizada e “atrasada” (MULLER. 1997).

Quando viajou para os Estados Unidos no início do século XIX, Tocqueville conheceu vários grandes líderes do país, inclusive o John Quincy Adams, que viria a ser presidente. O francês ficou impressionado com a sociedade e líderes políticos da República Americana, que consideravam aspectos fundamentais do ‘liberalismo’ com muita naturalidade, e estavam acostumados a um jogo de poder essencialmente republicano, onde os ‘homens livres’ eram a principal voz. Tocqueville apresentou, em seus escritos, uma concepção jurídica de democracia, onde todos são iguais perante à lei, e a riqueza seria conseguida por cada um através de seu mérito (IBID). Mencionou o caráter nacionalista do ‘povo americano’ desde o seu início, e coloca que este foi imensamente influenciado pelos imigrantes ingleses durante a dinastia Tudor (TOCQUEVILLE, 2005). Não tiveram de lidar com Henrique VIII e ainda tinham um novo país por construir. Um dos pontos mais interessantes do estudo de Tocqueville, que coloca seus conterrâneos em choque, é a questão jurídica da partilha da herança das famílias nos Estados Unidos, que diferentemente da Europa não concentrava toda a riqueza no filho primogênito. Segundo ele, essa era uma das principais inovações da sociedade americana, que privilegiava o indivíduo e o mérito do indivíduo, e não a família e sua Glória, mantendo que a partilha dos bens à moda europeia ainda estava centrada na terra como riqueza, enquanto nos Estados Unidos tinha-se enraizada a noção de dinheiro e riqueza mobiliária como motor da prosperidade social. (IBID) É possível observar o quão madura e livre de amarras se tornou a ‘visão de mundo’ burguesa, do ‘terceiro estado’, naquele novo país, seguramente pilar de toda a história moderna, até os dias de hoje. Alexis de Tocqueville ainda destaca que nos Estados Unidos vigorava (como ainda vigora) uma importantíssima lei: *‘the theory of self intrest rightly understood’*, segundo a qual os americanos se organizavam politicamente em associações, e sempre seguiam as leis do Estado de direito; entendendo que, ao seguir as leis, estavam na realidade realizando o seu próprio interesse (IBID).

Porém, seguindo uma lógica europeia de amálgama entre as Casas da antiga nobreza e as novas Casas das hierarquias do dinheiro, muitas das famílias mais ricas, empresários mais bem-sucedidos e intelectuais mais talentosos tiveram interação constante com os ingleses da ‘Câmara dos Lordes’, e demais lideranças políticas e econômicas da Grã-Bretanha. E, de fato, entre 1870 e a 1ªG.M, mais de 300 mulheres herdeiras de famílias ricas americanas casaram com aristocratas ingleses (GUNDLE, 1999), dentre os quais um dos mais notórios é o de Jennie

Jerome, filha de um rico financista americano, e Rudolph Churchill, o segundo filho do Duke de Marlborough, em 1873. Estamos falando aqui dos pais do futuro 1º ministro, e um dos mais importantes estadistas da 2ª G.M, Winston Churchill. De fato, era uma aliança muito profícua para ambos, os americanos vinham com o dinheiro e os ingleses com o poder político e o prestígio, o que só fortalece a ideia de que desde sua independência os Estados Unidos foram de longe a principal “zona de co-prosperidade” do capitalismo inglês em seu auge. Já falamos sobre como os *dominions* ingleses funcionavam como uma zona geográfica de afluxo de capital e população excedente, assim como o *locus* de experimentos empresariais e financeiros da Inglaterra; em alguns casos o investimento direto inglês foi por volta de 60% do investimento total do período, o que gerou todas as possibilidades para que os Estados Unidos desenvolvessem sua estratégia de Estado ‘mercantilista’ e industrial de maneira impressionante. Segundo Fiori, este é o primeiro caso de “desenvolvimento convite”<sup>83</sup>, que funcionou tão bem que os Estados Unidos ascenderam como um cometa na segunda metade do século XIX.

Entre 1864 e 1879, por exemplo, o número de banqueiros em New York aumentou de 167 para 1800. Exatamente no mesmo período em que a produção americana de carvão aumentou 800%, a produção de trilhos de aço 523%, a milhagem das estradas de ferro cresceu 567%, e a produção de trigo 256%, enquanto a imigração dobrava o tamanho da população americana. (FIORI, 2001, p.76-77)

A princípio poderíamos pensar, como Tocqueville, que nos Estados Unidos quem mandam são os ‘homens livres’, os mais pobres ficam mais ricos e os mais ricos ficam mais pobres. Tomando como perspectiva a contrapartida da sociedade absolutista francesa com 800 anos de guerras entre Casas principescas em seu passado, isto poderia até ser algo factível; porém, uma análise histórica detalhada, especialmente considerando o desafio-resposta geopolítico e geoeconômico do sistema interestatal capitalista, nos mostra que uma estratégia de Estado de sucesso necessita da *froda* dos ‘homens de negócio’ do *contramercado* e da força de um aparato militar nacional em contínua expansão. Portanto, a tal “memorável aliança”, ou o encontro da geometria da riqueza com a geometria do poder, sempre acontece tanto nos núcleos políticos dos Estados, assim como nas altas rodas onde estão os grandes contatos e os grandes negócios. Por esta razão há uma sintonia muito grande entre o *self made man*

---

<sup>83</sup> Fala-se em “desenvolvimento a convite” ou “associado” para referir-se a estes países com acesso privilegiado aos mercados e aos capitais das grandes potências, obtidos em troca da submissão à sua política externa e à sua estratégia militar global. Como foi o caso do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, antes e depois de sua independência e também, da Alemanha, Japão e Coréia, depois da Segunda Guerra Mundial, na condição de protetorados militares dos EUA”. (FIORI, Artigo “Poder, Geopolítica e Desenvolvimento”, publicado na Carta Maior em 01/07/2013)

endinheirado e o aristocrata nobre cheio de prestígio – como já dissemos, as relações de poder na civilização capitalista, tanto entre grupos sociais, como entre Estados, são de complementaridade e competição. Ainda, de acordo com o ‘Paradoxo do Hiperpoder’, por uma tendência sistêmica os mais poderosos sempre tendem a criar e recriar seus próprios adversários. Isso se dá de forma muito curiosa na esfera financeira, principal lar do *contramercado*, pois no século XVIII houve imensos empréstimos de capital da Holanda para a Inglaterra; e o mesmo acontece no século XIX entre Inglaterra e Estados Unidos (MARX, 2013; ARRIGHI, 1994)

Na altura da 1ª G.M, no início do século XX, a economia americana já era uma das maiores do mundo junto com a alemã e a inglesa. Contava, entre outras vantagens, com um território continental próprio, de muitos recursos naturais e grande população, o que atraiu muitos industriais e financistas ingleses entre a metade do século XIX e início do século XX, e preparou o terreno para as inovações empresariais das corporações americanas (ARRIGHI, 1994). Como todas as grandes potências os Estados Unidos emularam a estratégia clássica do ‘mercantilismo’ de dominação política de “territórios econômicos” e manteve relações comerciais e financeiras vantajosas com vários países do oriente, e também em sua zona de influência direta como República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Cuba (FIORI, 2001). Fiori chama o momento entre o início da 1ª G.M o fim da 2ª G.M (1914-1945) de uma “segunda guerra dos 30 anos”, pois esta teve efeitos similarmente profundos no sistema interestatal, absorvendo de vez três grandes potências, Estados Unidos, Japão e Rússia (URSS). Nesse momento, a superioridade bélica, populacional, territorial e econômica dos Estados Unidos já era implacável, e não muito depois disso este assume definitivamente o papel de principal Estado no equilíbrio de poder do “clube de nações”.

Extremamente reveladora é a postura do governo americano no pós-guerra, e sua mudança de postura em relação à Alemanha. O ‘Plano Morgenthau’, traçado pelo secretário americano e o ferrenho opositor da Alemanha, Winston Churchill, era parecido com o Tratado de Versalhes, em relação ao rigor com os vencidos, pois a Alemanha deveria desmontar seu exército e parque industrial. Todavia, a ameaça da Guerra Fria e o início da bipolarização entre capitalismo e comunismo foram previstos pelos americanos, e, como foi dito, isso fortaleceu a cooperação internacional entre os Estados do ocidente. O pós-2ª Guerra foi o momento de os Estados Unidos retribuírem o favor, e com sua imensa economia a nação americana “convidou” a Europa a se reerguer e retomar a estrada do desenvolvimento econômico. Como grande vencedor da guerra e maior credor de todos os países, os Estados Unidos também mudaram o regime monetário internacional na conferência de Bretton Woods, tirando a libra e colocando



o dólar equiparado ao ouro para servir de lastro do comércio internacional. Assim começou o famoso Plano Marshall, por meio do qual os Estados Unidos implementaram uma megaestratégia de criação de uma zona de co-prosperidade econômica com as principais potências para criar um “cinturão protetor” em torno da influência da URSS. O *imperium hominis* se tornara assustadoramente real.

“Esta mudança da posição americana com relação à estratégia desenvolvimento dos países derrotados, em particular o Japão, a Alemanha e a Itália, se transformou na pedra-angular da engenharia econômico-financeira do pós-II Guerra Mundial, em particular depois da década de 1950, quando estes países se transformaram nos grandes “milagres econômicos” da economia capitalista (...) criando-se entre eles uma “zona de co-prosperidade” norte-americana, onde foram incluídos alguns dos “tigres” do sudeste asiático” (...) elos de um “cinturão de segurança” constituído em torno da União Soviética e onde foram instaladas as principais bases militares americanas (...) viraram “protetorados militares” e “convidados econômicos” do Estados Unidos, e no caso da Alemanha e do Japão, foram transformados em “pivôs” regionais de uma máquina de acumulação de capital e riqueza que funcionou de forma absolutamente virtuosa entre as Grandes Potências e em algumas economias periféricas até a crise da década de 70.” (FIORI, 2001, p.89)

Não há como negar a hierarquização de poder entre os estados nacionais do sistema interestatal capitalista, pelo menos ao estudar sua história. A importância das armas, da moeda, dos bancos, da indústria, de posições chave no comércio internacional e na exploração de recursos-chave para a produção... Tantos elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e a soberania dos Estados que estão imbrincados, tornando a economia, a política e a dimensão internacional algo *uno*, indissociável de uma estratégia de Estado de sucesso. Por esta razão o discurso político da ‘arte de governar’ do liberalismo pode até ser bonito, mas é vazio, pois promete algo que não pode cumprir – pois toda a estratégia de desenvolvimento econômico no contexto do sistema interestatal tem de responder ao desafio geopolítico e geoeconômico do capitalismo. E, nesse sentido, as grandes potências da civilização capitalista continuam, até hoje, servindo-se do ‘mercantilismo como estratégia de Estado.

## CONCLUSÃO

A flecha da ‘arte de governar’ voou por 1000 anos de história para verificar se as técnicas de governo do ‘mercantilismo’ e do ‘cameralismo’ são efetivamente ‘traços de longa duração’ na história das grandes potências da civilização capitalista. Por todo o trabalho essas duas palavras qualificaram uma certa conduta do Príncipe e de seus Conselheiros (ministros e funcionários), que no futuro se tornaram governantes e chefes de Estado, em relação às estratégias de desenvolvimento político e econômico de suas ‘unidades de poder’; diante das rivalidades de seu contexto internacional. Este foi o ponto de partida de nossa jornada macro-histórica, que explorou o processo histórico de formação dos primeiros estados nacionais, e sua ulterior expansão mundial.

Teceremos nossas conclusões à luz de três temas principais: o ‘mercantilismo como estratégia de Estado’; o sistema interestatal; a história e o poder.

- O Mercantilismo como Estratégia de Estado

O ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’ são em si mesmos a maior expressão de um manual das inovações institucionais necessárias ao desenvolvimento da economia e da sociedade, em um contexto realista de economia política, sempre nacional e internacional. Ou seja, eles são manuais de técnicas de governo para montar uma economia nacional, e tem suas mais variadas expressões de elaboração teórica. Desta forma, o Estado é visto não como algo que restringe as liberdades individuais, mas que as potencializa, através de uma visão prática e holística, da *common wealth* ou do *vivere civile*, de qualquer sociedade econômica e politicamente ativa no sistema internacional. Portanto, de acordo com essa visão, a economia já nasce política, em um contexto internacional, com necessidades e desafios de estruturação interna, e estratégias de posicionamento externas do Estado em relação a outros Estados.

Essa visão da economia é relevante para compreender a constituição política do próprio Estado moderno, como podemos ver pelos escritos e atuação política de Nicolau Maquiavel, Giovanni Botero, Thomas Hobbes, Willian Petty, Francis Bacon, Oliver Cromwell, Frederico II, Alexander Hamilton, e tantos outros pensadores que contribuíram diretamente para a consolidação do fenômeno histórico ‘Estado nacional’, que aconteceu de forma originária no ‘longo século XVI’ (1450-1650). Desta forma, exploramos e tivemos a oportunidade de verificar uma *conexão muito profunda entre a filosofia política moderna e o pensamento ‘cameralista’ e ‘mercantilista’*, no sentido de fundamentar práticas de governo e organização

da sociedade: a própria Razão de Estado. Portanto, a sabedoria das estratégias de Estado tem uma origem fortemente renascentista, ligada tanto à *polis* e ao *civile*; quanto à geopolítica, bélica e realista, por conta das rivalidades internacionais dentro e fora da Europa. Nesse ponto existem várias nuances e diferenças relevantes, e a transformação de ideias em realidade dependerá do autor e da “escola de estratégia de Estado” em questão, ou mesmo dos homens de governo que as implementam. Por exemplo: o ‘cameralismo alemão’ e a ‘economia civil italiana’ se caracterizam por uma ligação direta com a ética e o civil, sendo o primeiro mais próximo da Glória do Príncipe e do Estado, enquanto o segundo prioriza o *vivere civile* ou a humanidade civil; por outro lado, o ‘mercantilismo inglês’, caracterizado em nosso trabalho principalmente por William Petty, Oliver Cromwell e Josiah Child, é mais pragmático e bélico, e não se aprofunda tanto nas dimensões sociais e éticas das estratégias de Estado.

Todos se caracterizam pelo nacionalismo, por uma abordagem ‘institucionalista’ da economia com a presença do Estado, e pela ‘dimensão qualitativa’, flexível e realista das estratégias de Estado. Portanto, refutamos o argumento de Eli Heckscher de que o ‘mercantilismo’ é fruto apenas do contexto histórico específico da “época mercantilista” dos séculos XVII e XVIII; e também o de Hobsbawn, de que o “nacionalismo” só passa a ser efetivamente relevante para a geopolítica mundial no século XIX, durante o momento conhecido como “imperialismo”. Pelo contrário, para nós não existe “época mercantilista”, nem há uma restrição do “imperialismo” ao século XIX; pois o ‘mercantilismo’ e o “imperialismo” estão no cerne da constituição política das estratégias de Estado das grandes potências desde sempre, e assim se mantiveram durante a formação, consolidação e expansão dos estados nacionais. Desta forma, discordamos também de Adam Smith e David Ricardo, e Karl Marx sobre a pouca relevância do ‘pensamento mercantilista’. E identificamos seu cientificismo teórico, essencialmente moderno, muito ligado ao clima cultural e intelectual do período entre o fim do século XVIII e o fim do XIX, como principal responsável por essa visão superficial; que ainda perdura como principal razão de ser da negligência da grande maioria dos autores em relação ao ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’.

Para compreender este processo é importante estudar sua gênese, seu desenvolvimento e as técnicas de governo das ‘estratégias de Estado’; mas também levar em consideração as lutas dinásticas na formação dos primeiros Estados; além dos fenômenos históricos da Reforma Protestante e da Revolução Científica. O aprofundamento no dito “pensamento mercantilista” se confunde com esta revolução nos sistemas de pensamento da humanidade, tanto do ponto de vista da fé quanto da ciência, e ambos os movimentos se retro-potencializam para fortalecer uma apropriação antropocêntrica do mundo e do conhecimento. O ‘mercantilismo’ é o

preâmbulo da valorização racional e material da existência humana em termos de técnicas de governo, mesmo servindo à Glória do Príncipe, em oposição à sociedade puramente feudal, na qual predomina a ideia de “salvação após a morte” e ao poder espiritual da Igreja católica. Não existe o ‘mercantilismo’ de fato sem o *imperium hominis* e a *instauratio magna* de que nos fala Francis Bacon, se considerarmos o fato de que ele se alicerça na organização da sociedade através da ciência e da economia para ter sucesso na competição por poder internacional. A vocação de potência do ‘mercantilismo’ e do ‘cameralismo’ está ligada tanto à Glória do Príncipe, quanto à racionalidade dos estratos de ‘homens livres’ que se tornam o ‘terceiro estado’, e por isso o consideramos como uma espécie de ponte entre a ordem medieval religiosa e a sociedade racional moderna. Essa conclusão é análoga à de Joseph Schumpeter ao analisar Botero como a transição entre Maquiavel e Montesquieu. Em nossa observação tratamos de algo mais profundo, pois estamos qualificando o próprio ‘mercantilismo’ como a ‘arte de governar’ que opera esta transição civilizacional nas estruturas de poder.

Não esqueçamos, com efeito, que as *palavras essenciais*, como muitas outras coisas, viajam sem parada, de um país ao outro, de uma língua à outra, de um autor ao outro. Trocam-se as palavras como bolas, mas no retorno a bola nunca é inteiramente a mesma que na partida. (...). É preciso renunciar ao linear. Não crer tampouco, que uma civilização, por que original, é um mundo fechado, independente, como se cada um representasse uma ilha no meio do oceano, quando suas convergências, seus diálogos, são essenciais, e, de mais em mais, elas partilham todas, ou quase todas, um rico fundo comum. (BRAUDEL, 1976)

Em nossa visão, a ‘arte de governar’ do capitalismo parece estar escondida sob a poeira da palavra ‘mercantilismo’. Como diz Fiori sobre as grandes potências:

Todos tiveram projetos nacionais expansionistas, se propuseram a entrar no núcleo central das Grandes Potências e utilizaram retóricas nacionalistas. (...). Assim se pode compreender melhor porque estes projetos mercantilistas/nacionalistas de expansão do poder e do capital chegam sempre a um ponto de “saturação” que os leva à guerra. (...) este é o verdadeiro segredo do sucesso e da tragédia do sistema mundial. (FIORI, 2001, P. 51-52)

Por esta razão, nossa principal conclusão para a economia política internacional e a ciência econômica é a redefinição do termo ‘mercantilismo’ para ‘estratégia de Estado’, promovendo através de nossa reflexão intelectual um incentivo a este debate.

- O Sistema Interestatal

A ‘longa duração’ nos levou às primeiras disputas dos principais reis europeus, francos, germânicos, saxões e outros; e à sua longa aliança com herdeira do Império Romano, a Igreja católica. No contexto de múltiplas e recorrentes lutas, a Igreja recorre à família guerreira de

Carlos Magno no século IX para proteção, e com seu poder espiritual o investe como imperador de uma grande área que foi dividida por seus filhos. Este evento histórico seminal nos faz entender que os laços sanguíneos estão presentes da dinâmica de poder na Europa desde antes do ano 1000. Assim como, em paralelo, e mais intensamente a partir dos séculos XI e XII, identificamos início do processo de utilização da riqueza mobiliária na Europa, e a *acumulação primitiva* das hierarquias do dinheiro. Tanto o banqueiro judeu Aaron de Lincoln, quanto os primeiros grandes ‘homens de negócio’ deste segundo milênio da Era Cristã financiaram guerras “santas e não-santas” que possibilitaram o acúmulo de poder das primeiras grandes dinastias reais, como os Capeto e os Plantageneta. E assim, exploraram e criaram a ‘geografia monetária’ da Europa de que nos fala Maurício Metri; como mostrou nosso estudo, este é um elemento fundamental para compreender os meandros do *contramercado*, desde sempre muito presente esfera financeira. De fato, a realidade nos mostra que isto perdura até hoje como fator preponderante na constituição do poder na civilização capitalista.

Desde o início as rivalidades econômicas e militares impuseram uma dinâmica específica às ‘unidades de poder’ europeias e a sua evolução dependia diretamente de responder ao desafio civilizacional geopolítico e geoeconômico, a “pressão competitiva” de que nos fala Fiori, que impõe um “imperativo estrutural” a todas as unidades do sistema. O mergulho na história mostrou que um dos elementos chave das estratégias de Estado, a ‘identidade de nação’, foi uma grande força para unir famílias guerreiras, e este protonacionalismo foi como um motor da guerra e do desenvolvimento econômico. Da Glória do Príncipe a Glória do Estado. Este é o panorama histórico antes da formação efetiva dos estados nacionais em termos institucionais; como foi possível observar no caso de Eduardo III, rei da Inglaterra entre 1327 a 1377. Este célebre monarca da dinastia Plantageneta é um precursor das estratégias de Estado, e também artífice da célebre sintonia entre ‘terceiro estado’ e o rei, que cria a amálgama entre os estratos nobres medievais e as hierarquias do dinheiro desde o início. E as lutas dinásticas da Guerras das Rosas (1455-1485) depois da morte de Eduardo III são quase como o preâmbulo histórico para o projeto ‘mercantilista’ da dinastia Tudor. Em nossa visão, a fragilidade da nobreza inglesa nesta época é o que possibilita uma apropriação tão contundente da Reforma, e também a forte presença dos interesses do ‘terceiro estado’, do século XVI em diante, na Inglaterra. Por tudo isso a Inglaterra pode ser qualificada como grande pioneira, e o “lar mais propício”, para o encontro da geometria do poder com a geometria da riqueza. Os Conselheiros, ministros e falcoeiros voaram mais alto e voaram primeiro na Inglaterra, ao menos no que tange à Razão de Estado limitando o poder do Príncipe, e direcionando-o para o desenvolvimento econômico na luta pelo poder.

Por essas distinções, todo o dispositivo econômico-providencial (com suas polaridades *ordinatio/executio*, providência destino, Reino/Governo) acaba sendo transmitido como herança direta à política moderna. O que servia para garantir a unidade tanto do ser [Estado] como da ação divina, conciliando a unidade a substância com a trindade das pessoas do governo dos particulares com a universalidade da providência, exerce aqui a função estratégica de conciliar a soberania e a generalidade da lei com a economia pública e sua economia e o governo eficaz de cada indivíduo. A consequência nefasta deste dispositivo teológico travestido de legitimação política é que, durante muito tempo ela tornou a tradição democrática incapaz de pensar o governo (hoje diríamos a economia e seu governo, mas os dois termos são substancialmente sinônimos (AGAMBEN, 2011, p. 298)

Ao analisar em perspectiva histórica a economia política internacional, observamos um grande panorama de múltiplas e recorrentes lutas, que se influenciam sistemicamente na disputa pelo poder e pela riqueza. A forte presença desse Jogo de “Tronos” entre dinastias e Casas de famílias poderosas, que sempre entram em guerra quando a balança de poder do sistema fortalece demais um deles. É o famoso ‘equilíbrio instável’ da balança de poder internacional, do ‘dilema de segurança’ de todas as potências. De qualquer forma, considerando o Paradoxo do Hiperpoder e o “hábito” que a Casa, Estado ou Império mais poderoso tem de criar seus próprios adversários, chamamos atenção para os infundáveis casamentos entre as famílias nobres justamente sendo a “razão de ser” da maioria das guerras europeias. Isto é, as sucessões dinásticas foram o que legitimou a guerra frequentemente no circuito das famílias reais europeias, pois a todo momento um Príncipe rival poderia reivindicar o direito ao trono vazio de um primo distante. Mas, na maioria das vezes, as guerras tinham motivações econômicas e territoriais muito mais relevantes; e, ao mesmo tempo, as ligações propositais entre as famílias, planejadas politicamente através da *froda* (esperteza) medieval mais apurada, nos lembra que estas relações sempre foram permeadas pela competição e pela “complementaridade”. Como dito, a força e a *froda* (esperteza) sempre foram os diferenciais na batalha entre as famílias e os Estados.

Na visão de Agamben, os ‘traços de longa duração’ na constituição do poder na sociedade moderna são ainda mais antigos do que para Braudel. Em nossa visão, ao coadunar a análise histórica do francês com a filosófica, ou fenomenológica, do italiano, podemos perceber que o capitalismo moderno é efetivamente uma ‘realidade civilizacional’ baseada no privilégio de poucos, como foi o feudalismo antes dela. E podemos perceber nesse imenso, complexo e longuíssimo processo de transição e transformação social, a presença de muitos elementos importantes na constituição do poder herdados do passado. No entanto houve também, uma mudança fundamental: se no mundo dos nobres guerreiros a força comandava a

*froda* (esperteza), no mundo moderno capitalista das hierarquias do dinheiro há uma inversão, e a *froda* (esperteza) assume o comando da força. Assim, apoiados pelos escritos de Vico e Elias, concluímos que este movimento foi gerado pela “pressão competitiva” interna do Jogo dos “Tronos”, e a história dessas relações de força social carregam consigo a herança de tempos antigos, os quais jamais imaginaríamos influenciar a realidade atual. Porém, esta herança de ‘longa duração’ é uma de nossas principais conclusões.

Nessa perspectiva, mostramos também o quanto a ‘arte de governar liberal’ e a própria doutrina do liberalismo surge como desdobramento da valorização do indivíduo e da vida racional e material, sim, porém é principalmente expressão da evolução da ciência e da razão do Iluminismo do século XVIII. Nos baseamos no estudo de Alfred Hirschman para mostrar como o “interesse” surge como atenuador das paixões medievais do Príncipe; e assim o *amor ao ganho*, e o ato de ganhar dinheiro tornam-se legítimos definitivamente na sociedade, de um ponto de vista legítimo e científico. Autores como Montesquieu, John Locke e Adam Smith, cânones do pensamento ocidental, constroem um grande sistema filosófico baseado em uma sociedade de comércio, *commercial society*; e esta é “apresentada” como a grande solução racional para os problemas sociais, econômicos e políticos dos países europeus. Portanto, a própria constituição política e institucional do Estado nacional é construída no século XVIII como uma antítese ao *Ancien Régime*, caracterizando-se como uma ‘resposta civilizacional’ do ‘terceiro estado’ à ordem feudal dos reis e estamentos nobres e eclesiásticos. Neste sentido, a ciência e a economia são o xeque-mate que os burgueses do ‘terceiro estado’ consolidam na Revolução Francesa e na Revolução Industrial. Em nome do povo e da liberdade, sim, mas não somente.

Podemos observar que este é um movimento muito longo, já que a sintonia entre as hierarquias do dinheiro e os estratos mais poderosos da sociedade vem desde o início das estratégias de Estado ‘mercantilistas’ que geraram as condições materiais para o surgimento de uma ‘sociedade moderna’. E também para a Reforma Protestante, que reformula os códigos de honra e os costumes profundamente em alguns países europeus, com maior notoriedade no início para a aplicação direta destes valores na Inglaterra e nas Províncias Unidas. Por isso analisamos cuidadosamente o processo de ascensão do ‘terceiro estado’ através de Braudel, Elias e outros autores, pois identificamos uma fusão dos principais expoentes do ‘terceiro estado’ com os poderes da nobreza e da Igreja. Banqueiros como Mayer Amschel Rothschild, altos funcionários de governo como Jean-Baptiste Colbert, grandes ‘homens de negócio’ como John Law, inventores importantes como James Watt, clérigos revolucionários como Thomas Cromwell, intelectuais profícuos e defensores de ideias progressistas como William Petty e

tantos outros homens de “origem comum”, se tornaram nobres ou célebres na sociedade através de seu trabalho pela Glória do Príncipe ou da Nação, e que absorveram grande parte dos maneirismos da nobreza (HOBSBAWN, 2014; BRAUDEL, 1985) e montaram dinastias através de casamentos, como foi o caso, inclusive, dos pais de Winston Churchill. Desta forma, nossa pesquisa mostra que não há uma “vitória total”, algo simplista, em que a burguesia tira os nobres do poder e assume o governo. Pelo contrário, a burguesia convence as outras ‘classes’ de que esta é a melhor solução, caracterizando um certo tipo de poder hegemônico, de direção do governo. Em nossa visão, inspirada pela dicotomia proposta por Agamben entre Reino e Governo, “o rei reina, mas não governa”; mas isto é um consenso entre as cúpulas de poder no Jogo dos “Tronos”, e mantem-se após todas as revoluções uma sociedade concentradora de riqueza e poder.

E apesar das diferentes roupagens teóricas e de discurso, podemos perceber que há um processo de ‘ortopedia institucional’ comandado pelo Estado para que a sociedade seja centrada no mercado e voltada para o desenvolvimento econômico, como nos fala Foucault; ao que tudo indica sempre para responder o desafio geopolítico e geoeconômico do sistema interestatal, onde “quem não sobe, cai”. Nesse sentido, é interessante observar a evolução do binômio consenso/coerção na constituição do poder ao longo da história.

*A opinião pública é a forma moderna da aclamação. É talvez uma forma difusa e seu problema não é resolvido nem do ponto de vista sociológico nem do ponto de vista do direito público. Mas é precisamente no fato de poder ser entendida como aclamação que se encontra sua essência e seu significado político. Não há nenhuma democracia e nenhum Estado sem opinião pública, assim como não há Estado sem aclamação (SCHIMITT, 1938 apud AGAMBEN, 2011 p.277)*

Como disse Eric Hobsbawn, o mundo antes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa era outro, muito grande e ao mesmo tempo muito pequeno, pois as pessoas viviam a maior parte de suas vidas na província onde nasciam, e o mundo era o assunto apenas de agentes governamentais e dos boatos (HOBSBAWN, 2014). O famoso estudo histórico de Angus Maddison, “Millenium Perspective” (2001), mostra que entre 1820 e 2000 a população mundial cresceu 700% e o PIB *per capita* subiu 750% (MADDISON, 2001); e, de fato, esses são os dados em que se apoiam os defensores do ‘liberalismo’ e do ‘processo civilizador’ capitaneado pelos europeus que gerou o capitalismo. Não deixamos de reconhecer as virtudes do capitalismo em relação ao desenvolvimento das forças produtivas e a tecnologia, porém temos um olhar crítico à lógica de exponencial concentração de poder e riqueza nas mãos de pouquíssimos. Segundo a revista Forbes, atualmente as 67 pessoas mais ricas do mundo têm US\$ 1,72 trilhão.



Tanto dinheiro quanto os... 3,5 bilhões mais pobres. Metade de toda a humanidade. (MORENO, 2014). Portanto, apesar da retórica liberal de meritocracia e valorização do indivíduo através do mercado, sendo a economia o alicerce do “parâmetro científico do bom governo”; identificamos que os princípios do liberalismo são sempre superados pela dimensão política do *contramercado* e da guerra. Isto nos faz tirar duas conclusões principais.

A primeira é que o aumento populacional e a integração tecnológica da atualidade transformaram a constituição do poder, aproximando-a do consenso, como se pôde observar, por exemplo, pela pressão política interna pelo Estado de Bem-Estar Social na década de 60 e 70 do século XX, ou na Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos, apesar das baixas, tinham tudo para vencer a guerra, mas foram obrigados a desistir por conta da pressão popular da população americana. Isto significa que quanto maiores a população e o nível de informação, mais difícil é construir o consenso em torno de projetos mercantilistas/nacionalistas que respondem substancialmente aos interesses de uns poucos privilegiados pelos lucros extraordinários do *contramercado*. Este é o grande desafio atual da ‘mundialização do capitalismo civilizatório’, um desafio de legitimidade. Em segundo lugar, complementando a primeira conclusão, temos algumas considerações sobre a ‘arte de governar liberal’, e os problemas da coerência entre teoria e prática; ou discurso e ação política concreta. Os economistas em geral sempre se basearam nos cânones ocidentais e nos pilares do ideário liberal para formular modelos matemáticos e explicar os fenômenos econômicos. Todavia, como mostramos, a dimensão política é inerente à dinâmica da econômica, o que a torna esse desafio de “previsibilidade científica” muito mais difícil, se não impossível. Desta forma, o desafio à legitimidade da civilização capitalista está intrinsecamente ligado ao desafio de validade científica da estrutura analítica da economia, pois, esta é o moderno parâmetro de verificação do “bom governo”.

O homem é a tal ponto afeiçoado ao seu sistema e à sua dedicação abstrata que está pronto a deturpar intencionalmente a verdade, a descrever de seus olhos e seus ouvidos, apenas para justificar sua lógica. (DOSTOIÉVSKI, *Notas do Subterrâneo*, apud METRI, 2014, Epígrafe)

A promessa de *civiltá* liberal de baseia no comércio e no desenvolvimento econômico como fatores ‘civilizadores’, tanto entre as pessoas quanto entre os Estados, como indica a ideia da mão invisível de Adam Smith, ou o *doux commerce* de Montesquieu, que levariam ao que Kant chamou de ‘Paz Perpétua’[1795]. Todavia, como verificamos ao longo do trabalho, este fator ‘civilizador’ do comércio é sempre superado pelo *contramercado* e a dimensão política

das estratégias ‘mercantilistas’. Como disse Fiori, ao discorrer sobre a herança política e histórica da Paz de Westfália.

Nesse sentido, é legítimo falar também de um duplo movimento, próprio do Sistema de Westfália, e responsável pela expansão contraditória e conflitiva da ordem política internacional responsável pela gestão política do sistema capitalista. Também aqui atua, por um lado, o princípio e a utopia liberal de um mundo sem fronteiras e sem poderes políticos competitivos. *O sonho cosmopolita de Kant, presente em todos os pensadores liberais, e que reaparece periodicamente associado aos grandes surtos de internacionalização ou globalização do capital. Mas esse princípio é permanentemente negado e superado pelo princípio da territorialidade, que alimenta a Realpolitik, defendida por Maquiavel e por todos os pensadores mercantilistas ou nacionalistas.* O princípio liberal objetivava a construção de uma ordem transnacional baseada na existência de regimes e instituições legitimadas coletivamente. Já o princípio da territorialidade vê o fortalecimento do poder dos Estados como única forma de manutenção da paz, baseada em um equilíbrio instável de poder. (FIORI, 1999, p.61, grifos nossos)

Em vez da consagração da Confederação Mundial kantiana, o fim da Guerra Fria no século XX nos trouxe a reversão absoluta da ideia de “fim da história”. Muitos proclamaram, na década de 1990, a vitória definitiva dos EUA e das ideias liberais, mas o que se viu nas duas últimas décadas foi um *hegemon*<sup>84</sup> extremamente inseguro e impositivo. Senhor de um complexo militar imenso e global, tendo o dólar como moeda própria e lastro do comércio internacional, e sem inimigos; os EUA se viram perdidos, o Paradoxo do Hiperpoder mostrou sua face. Em vez do exercício de uma “governança global”, baseada num sistema de regimes e instituições supranacionais, buscando a cooperação e convergência (como ocorreu entre as principais potências, entre 1945 a 1970); a atitude geopolítica global dos EUA, sem a ameaça da Guerra Fria, tem sido extremamente individualista, hostil e desestabilizadora.

Os Estados Unidos defendem, há duas décadas, a desregulação de todos os mercados e sistemas de comunicação, energia e transportes. E vem abandonando, sucessivamente, todos os acordos, compromissos, e regimes internacionais que afetem sua capacidade de ação unilateral. Sua moeda, agora, é rigorosamente universal e não obedece nenhum regime, apenas às decisões soberanas do FED. Sua economia nacional conquistou espaços fundamentais na direção da globalização da sua moeda, dívida e sistema de tributação. Mas, ao mesmo tempo, estilhaçou-se o apoio à sua liderança moral-internacional, e cada uma das Grandes Potências dedica-se a “recolher os cacos” e redefinir seus interesses e espaços de influência, à sombra do hiperpoder norte-americano. (FIORI, 2004).

---

<sup>84</sup> Estado mais poderoso do sistema, e principal árbitro dos conflitos internacionais. A ‘teoria da estabilidade hegemônica’ de Kindleberger (1973) e Gilpin (1987), diz que “uma economia liberal mundial, necessita de um estabilizador e um só país estabilizador. Um país que assuma a responsabilidade e forneça ao sistema mundial alguns “bens públicos” indispensáveis para o seu funcionamento, como é o caso da moeda internacional, do livre-comércio e da coordenação de políticas econômicas nacionais”. (FIORI, 2001, p.11)

Neste contexto, as grandes potências ainda são os atores econômicos e políticos mais importantes do mundo na atualidade, e, sob a liderança dos Estados Unidos, comandam as instituições supranacionais que regem o sistema mundial, como a ONU, a OMC, o Banco Mundial e o FMI. Aqui ressaltamos a crítica dos economistas institucionalistas Erik Reinert e Ha-Joon Chang, dizendo que atualmente as grandes potências estão *chutando a escada* dos outros países ao impor políticas de livre-mercado através de seu poder político e econômico, como a Inglaterra tentou fazer no século XIX com seus rivais europeus, no intuito de manter sua dominação política e econômica sobre o mundo. Aqui coloca-se mais uma vez à luz a “verdade mercantilista” do desenvolvimento econômico.

Ao exigir dos países em desenvolvimento padrões institucionais que eles mesmos não tinham quando estavam em estágios comparáveis de desenvolvimento, os PADs [Grandes Potências] estão usando, efetivamente, dois pesos e duas medidas e lesando-os com a imposição de muitas instituições de que eles não precisam e as quais não podem sustentar (...). Nesse sentido os PADs [Grandes Potências] estão “chutando a escada não só na área de políticas, como também na das instituições. (CHANG, 2002, p. 223)

Essa percepção sobre o sistema internacional, nos leva a fortalecer a ideia da crise de legitimidade do capitalismo como civilização, e também que o Estado moderno não é muito diferente dos Reinos antigos, ao menos no que tange a sua atuação geopolítica e geoeconômica; assim como a concentração de poder e riqueza dentro dos Estados. Analisando o longo processo histórico de transformação do direito divino para o parâmetro do “bom governo”, baseado na verdade “científica” da economia e do mercado, nos parece que na atualidade o paradigma de governo herda também a dimensão “sagrada” dos governos antigos, visto que todos os governos do mundo se fundamentam no discurso do “crescimento econômico” para obter sua legitimidade e promover o equilíbrio político entre as forças sociais de cada país.

De fato, o Estado Moderno herda ambos os aspectos da máquina teológica do governo do mundo e apresenta-se tanto como Estado-providência quanto como Estado-destino. Através da distinção entre poder legislativo ou soberano e poder executivo ou de governo, o Estado moderno assume para si a dupla estrutura da máquina governamental (...) O paradigma econômico-providencial é, nesse sentido, o paradigma do governo democrático, assim como o teológico-político é o paradigma do absolutismo. (AGAMBEN, 2011, p. 159)

- História e Poder

Naturalmente, com um escopo de análise tão amplo tivemos que fazer simplificações significativas no texto, por isso a todo o momento foi necessário trazer a presença da ‘arte de governar’ dos Estados, sempre adicionando os elementos que brotavam de cada contexto da

análise. Ela foi nossa flecha na história, e o “porto-seguro” onde respiramos muitas vezes para absorver as informações; isso foi o que nos possibilitou um mergulho tão longo e profundo na história do sistema interestatal, o foco total no objeto de análise: ‘arte de governar’. Nesse sentido, esta foi a razão de emprendermos uma jornada tão longa: analisar a origem e desenvolvimento histórico da ‘governamentalidade moderna’, capitalista, a qual identificamos integralmente com o ‘mercantilismo’ e o ‘cameralismo’, não apenas na fundação dos primeiros estados nacionais na Europa, mas também durante todo o processo histórico em que se transformaram nas grandes potências do sistema interestatal. Basicamente, gostaríamos de fazer a seguinte pergunta:

*E se o Estado não fosse mais que uma maneira de governar? (FOUCAULT, 2008)*

No começo do trabalho a ideia de civilização foi conceituada através de sua cultura, seus traços e símbolos, organização política e atividades econômicas; o que envolve, portanto, aspectos materiais e imateriais. Ao longo do trabalho, buscando sempre a interação entre filosofia e história, encontramos os seguintes fundamentos do poder e das hierarquias, os quais podem ser organizados de forma estilizada:

- Na dimensão material: aspectos militar e econômico (coerção)
- Na dimensão imaterial: aspectos espiritual e científico (consenso)

Nessa perspectiva, a *superestrutura* institucional da sociedade é o ponto de contato entre a dimensão material e a imaterial, e por isso podem ser caracterizadas como as “regras do jogo”, como dizem os economistas institucionalistas. Este é o âmbito no qual as forças da política se manifestam. Segundo Foucault, ao longo da história a “verdade” varia de acordo com as instituições mais poderosas de cada tempo histórico (FOUCAULT [1969], 2012). O Estado moderno é a principal expressão institucional de organização da sociedade civil moderna; e, mesmo com todos os problemas, existe um consenso geral de que dentre todas as formas de governo, o Estado de direito democrático é a “menos pior”. Entre o autoritarismo dos reis absolutistas baseado no direito divino e a corrupção dos governantes modernos em um contexto de crise de representatividade da democracia, a maioria das pessoas nem questiona o quanto a sociedade evoluiu, e o debate acaba ficando por aí, monopolizado pelo debate dual entre liberais (direita) e marxistas ou rousseauianos (esquerda), ambos firmemente alicerçados na razão iluminista, característica da modernidade. É raríssimo que haja, seja na academia ou nas esferas

do “senso comum”, um debate mais profundo sobre a ‘concepção de mundo’, que outrora era uma das grandes forças da filosofia (KOYRÉ, 2010)

Do ponto de vista do presente trabalho, ressaltamos de forma cuidadosa a transformação da concepção de mundo medieval para a moderna, na qual há um *shift* da “verdade” de Deus para a ciência. Por esta razão a Reforma Protestante é um tema tão importante no trabalho, e o ensaio de Max Weber extremamente revelador; principalmente na transformação dos códigos de honra e Glória que comandam as estruturas de poder e costumes da sociedade.

O desencantamento do mundo: a eliminação da magia como meio de salvação, não foi realizado na piedade católica com as mesmas consequências que na religiosidade puritana (e, antes dela, somente na judaica). O católico tinha à sua disposição a graça sacramental de sua Igreja como meio de compensar a própria insuficiência: o padre era um mago que operava o milagre da transubstanciação e em cujas mãos estava depositado o poder das chaves (...) e dessa forma ensejava a descarga daquela tensão enorme, a qual era destino inescapável e implacável do calvinista viver (...) O Deus do calvinismo exigia dos seus, não “boas obras” isoladas, mas uma santificação pelas obra erigidas em sistema” (WEBER, 2006, p. 106-107)

Para Weber a ascese do protestantismo “fez a cama para o *homo oeconomicus* moderno” (IBID). E sim, podemos até concordar com isso, pois foi verificado historicamente ao longo do trabalho. Porém, gostaríamos de ir mais fundo e lembrar da visão de mundo de Vico, que *a priori* admite a incapacidade da mente humana em apreender a totalidade concreta do mundo, e assim emerge a importância dos ‘mitos internos’ na constituição política da sociedade. Quando estamos na ‘longa duração’, não há medo de criticar os dogmas de civilizações, pois observamos na “estrada essencial” da história o quão múltipla é a presença da humanidade no planeta Terra. A concepção poética de Vico da política e da civilização vem dos textos de escrituras sagradas e ancestrais que ele teve acesso, notadamente da civilização egípcia, zoroástrica e helênica, entre outras... A questão é: ele transferiu para a poesia a sabedoria destes textos, que reverberaram de modo ancestral na consciência do ser humano, e por isso ajudam a compreender o fundamento espiritual da realidade concreta que faz parte de nós, pois não podemos apreender tudo na realidade observável. Como foi dito no início, para Galileu a diferença entre ciência e fé seria a de que o cientista tira seu conhecimento do mundo físico e da experimentação; enquanto o clérigo trabalha como intérprete das escrituras sagradas.

Isso nos leva a compreender a razão pela qual o conhecimento espiritual foi descartado pelos artífices do Renascimento e da Revolução Científica: por conta de sua associação direta com a Igreja católica. Portanto, a aversão da “modernidade” em relação ao transcendente é muito ligada ao poderoso movimento da Reforma e da *instauratio magna* promovida no ‘longo século XVI’ (1450-1650) contra a dominação da Igreja católica.

Para compreender a diferença entre religião e conhecimento espiritual, podemos dizer que a primeira é um conjunto de práticas e liturgias, com códigos de honra e conduta muito presentes, que são expressão dos costumes adquiridos no exercício da fé, e sempre estão conectados à verdade das escrituras sagradas, e dos mestres da *lex cerimoniarum*. Neste contexto, verificamos uma grande presença de um fator ideológico que se fundamenta como “verdade” para o grupo de indivíduos de uma determinada religião; e, assim, sempre haverá espaço para uma disputa de “verdades”, como sempre foi entre os árabes muçulmanos e os europeus cristãos. Na crítica à Filosofia do Direito de Hegel [1843], Marx coloca uma questão fundamental de superação da religião cristã, para que o ‘povo’ tenha acesso ao poder, o qual segundo ele reside tão somente no Estado.

Hegel parte do Estado e faz do homem o Estado subjetivado; a democracia parte do homem e faz do Estado o homem objetivado. Do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo a constituição. A democracia, em um certo sentido, está para as outras formas de Estado como o cristianismo para as outras religiões. O cristianismo é a religião *χατ’ εξοχην*<sup>15</sup>, a essência da religião, o homem deificado como uma religião particular. A democracia é, assim, a essência de toda constituição política, o homem socializado como uma constituição particular; ela se relaciona com as demais constituições como o gênero com suas espécies, mas o próprio gênero aparece, aqui, como existência e, com isso, como uma espécie particular em face das existências que não contradizem a essência. (MARX [1843], 2010 p. 51)

Marx critica diretamente a religião cristã, e sua natureza antropocêntrica, como algo constituído pelo homem; e, em última instância, um instrumento de “dominação das consciências”. E ele segue esta crítica durante sua obra. Na “Ideologia Alemã [1845-46] (2007), faz sua crítica ao liberalismo como ideologia, dizendo que se trata apenas de um discurso que mascara um objeto, mostra apenas sua aparência e esconde suas qualidades fundamentais. De qualquer forma, muitas vezes a religião tem um fator ideológico e psíquico tão poderoso, que realmente faz com que as pessoas não reconheçam a realidade concreta dos fatos. E se o liberalismo tem uma qualidade de ‘visão de mundo’ ou de ‘ideologia’, a questão que parece evidente é que a *‘arte de governar liberal’ baseada no indivíduo, na economia e na ciência, tem “valor de verdade” no mundo moderno, tanto quanto o a “investidura” do Papa teve valor na Idade Média*. Afinal, “quando o único instrumento que você tem é um martelo, todo problema que aparece você trata como um prego”. (TWIN, 2016)

De qualquer forma, o próprio Marx tem uma a visão “civilizatória” sobre o capitalismo, presente de forma cabal em um de seus artigos escritos para o *New York Herald Tribune*; “A Inglaterra tem que empreender uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, e a outra,

regenerativa – a destruição da velha sociedade asiática e o lançamento das bases materiais da sociedade ocidental na Ásia (...) (OWEN & SUTCLIFE, 1972, p. 46 *apud* FIORI, 2001). Para nós isto se explica pelo fato de uma confiança total na razão e em seu sistema teórico, que prevê o surgimento do socialismo através do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. A ‘luta de classes’ é um princípio lógico tão poderoso para Marx, quanto a ‘propensão a troca’ é para Adam Smith. Desta forma, mesmo que eles tenham diferenças metodológicas e ideológicas abissais, ambos são autores essencialmente modernos, que tem plena confiança na capacidade do homem branco europeu de ser o ‘portador da civilização’.

A ideologia wilsoniana-leninista da autodeterminação das nações, sua igualdade abstrata, e seu paradigma desenvolvimentista incorporado em ambas variantes ideológicas, foi aceita maciça e praticamente sem exceção como o programa operacional dos movimentos políticos das zonas periféricas e semiperiféricas do sistema mundial. (WALLERSTEIN, 1974, p. 115 *apud* FIORI, 2001)

A autodeterminação dos povos foi a grande retórica do ‘processo civilizador’ do capitalismo ao transformar o mundo em um grande mercado, o qual foi regido e explorado pelas grandes potências nos últimos dois séculos. A retórica de independência dos mais de 150 grandes potências nos últimos dois séculos. A retórica de independência dos mais de 150 Estados que se formaram no século XX, na esteira da dissolução dos impérios coloniais europeus (FIORI, 2001), absorveu de forma plena ‘visão de civilização’ proposta pelos povos europeus, e, por esta razão, temos hoje um ‘mundo europeu’ de estados nacionais. E o socialismo e o capitalismo parecem ser as únicas opções de civilização que temos na mesa, pois nada fora disso seria “civil”. Seria isso verdade?

Agora ressurgem em nosso trabalho o debate ressaltado na introdução entre idealistas e materialistas. De um lado temos os ‘liberais’ que podem ser definidos como idealistas, pois confiam na força das leis e do Estado para fundar uma sociedade meritocrática de livre-mercado; e do outro temos os marxistas, que reconhecem na realidade concreta uma ‘luta de classes’, na qual a exploração dos mais ricos, que detém os meios de produção, massacra os mais pobres, que são obrigados a vender sua força de trabalho. Por último, mas não menos importante, temos os realistas, que estão focados na lógica do poder e na história. Eles podem ser liberais como Joseph Nye e Robert Keohane, teóricos tradicionais do campo de relações internacionais; ou então, os autores que em nosso trabalho consideramos realistas: Braudel, Fiori, Reinert e Chang, os quais possuem posicionamentos variados, mas nenhum se furta a flertar com a perspectiva analítica marxista e a utilizá-la em seus trabalhos. De fato, o realismo é a perspectiva que nos parece mais fluida para adaptar nossa análise; pois mesmo que a consideremos limitada em termos de ‘concepção de mundo’, ela é mais abrangente e versátil do que as outras. Todos os autores mencionados são em grande medida ligados ao realismo de

Maquiavel, tanto em relação às hierarquias sociais, quanto à percepção de que os “encantos compostos de metafísica” não possuem nenhum valor científico. Isto faz com que os autores não observem nenhuma saída alternativa ao sistema capitalista, e por isso chegam a conclusões de natureza algo “fatalista”, em nossa visão.

No caso de Reinert e Chang, ambos economistas estudando os processos históricos que levaram as populações dos países subdesenvolvidos à pobreza, chega-se à conclusão de que o melhor a fazer é emular as estratégias de Estado das grandes potências. Assim, o “crescimento econômico” segue sendo a única opção real para a “humanidade civil”.

No caso de Fiori, pelo menos no que tange ao prefácio de um de seus principais livros, “O Poder Global” (2004), há uma inserção forte da economia política internacional em sua análise que o faz chegar à seguinte conclusão:

Nesse momento, existem várias hipóteses sobre o fim do “sistema mundial moderno”, mas o mais provável é que, antes desse apocalipse o sistema mundial ainda viva pelo menos mais uma rodada de ajustes, conquistas e guerras, como na velha geopolítica inaugurada pela Paz de Westfália. Parece que ainda não soou a hora final do “sistema mundial moderno”, apesar de que suas transformações estruturais em curso possam estar criando uma situação de complicada “saturação sistêmica”. Do ponto de vista intelectual, portanto, o mais indicado é seguir aprofundando o estudo de sua história e seus movimentos de transformação. Só por este caminho se poderá avançar no conhecimento e na discussão unificada das mudanças e das revoluções nacionais e internacionais, muito importantes para todos os que pensam o mundo de forma transformadora. (FIORI, 2007, p. 39-40)

Essas palavras severas, mas ao mesmo tempo de esperança, são um aviso importante: se não houver mudanças estruturais, chegaremos à ‘nova rodada de guerras da geopolítica mundial’. E como disse Albert Einstein: “não sei como será a 3ª G.M, mas a quarta será de arco e flecha”. Ou seja, o poder bélico da humanidade é tão imenso na atualidade que uma nova guerra mundial nos levaria de volta às condições primitivas do neolítico. Portanto, se há alguma chance de escapar deste destino algo apocalíptico, esta chance reside na esfera do consenso. O poder político do consenso tem de sobrepor o poder político coercitivo. Isso significa, em nossa estrutura esquemática acima, que o poder espiritual e o poder da ciência têm a responsabilidade de mobilizar o mundo a baixar as armas e reformular o sistema econômico. E, por mais que em nossa pesquisa estejamos envolvidos intelectualmente com o ‘mercantilismo’, tudo indica que esta ‘arte de governar’ bélica e competitiva seja o cerne do problema.

A imersão na história da filosofia proporciona esta clareza: os movimentos históricos e a evolução do conhecimento ao longo do tempo tem encaixes e desencaixes extraordinários. Em nossa visão, isto pode contribuir para o debate de haver preponderância ontológica da força, como no caso de Maquiavel, ou preponderância ontológica do consenso, que possui grande



espaço na filosofia e jurisprudência de Hegel. Em nossa perspectiva, ao considerarmos a interação dialética simultânea entre consenso/coerção, não assumimos preponderância ontológica de nenhum dos dois. Passamos a navalha de Ockham<sup>85</sup> na fábula de “quem vem primeiro, o ovo ou a galinha” e consideramos a simultaneidade como equivalência. “Como acima, assim é abaixo” – este é um adágio da filosofia ancestral do judaísmo, a Cabala. Nos sentimos contemplados com esta solução para a questão filosófica da disputa entre idealismo e materialismo.

Nesse sentido, acreditamos que uma das principais coisas a fazer é uma reflexão profunda e de ‘longa duração’ histórico, sobre as razões que levam o ser humano a enaltecer a razão como única solução de natureza científica. Isso nos lembra um evento histórico em que o matemático Laplace responde uma pergunta clássica à Napoleão Bonaparte. Quando perguntado pelo soberano sobre o papel reservado a Deus em seu sistema mundo, respondeu: “*Sire, je n’ai pas eu besoin de cette hypothèse*” (KOYRÉ, 2010). Definitivamente, no século XIX já não havia mais nenhuma necessidade da hipótese de Deus. Tal panorama, deu ao Zaratustra de Nietzsche o direito de dizer: “Deus está morto”.

Ora, mas se Deus está morto, o que faremos com a complexidade do que não podemos compreender? Já que toda a Revolução Científica se realizou através de debates sobre Deus (KOYRÉ, 2010). Como poderia a ciência evoluir e achar novas respostas, se acreditamos que o caminho já foi substancialmente delineado e traçado? Essas conclusões na realidade são primorosas ilusões. A falta de cuidado do afã da ‘razão pura’ não considera o quanto a própria ciência está evoluindo, e mostrando novas perguntas e também respostas sobre um assunto que imaginávamos estar encerrado, Deus. Com a evolução da ciência no século XX, a física, grande modelo científico da sociedade moderna, passou a não mais conseguir explicar os problemas e fenômenos do mundo físico com os quais se deparava. Segundo o físico austríaco Fritjof Capra (1982), a física quântica inaugura um universo complexo tão imenso, que alguns dos cientistas mais sérios da atualidade se sentem confortáveis em conversar abertamente sobre a possibilidade científica de diversos dos textos sagrados de civilizações antigas, tão caros ao filósofo italiano Giambattista Vico.

---

<sup>85</sup> Este foi um princípio lógico inventado pelo frade franciscano William (ou Guilherme) de Ockham, que afirma que a explicação para qualquer fenômeno deve assumir apenas as premissas estritamente necessárias à explicação do mesmo e eliminar todas as que não causariam qualquer diferença aparente nas predições da hipótese ou teoria. O princípio é frequentemente designado pela expressão latina *Lex Parsimoniae* (Lei da Parcimônia) enunciada como: “*entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*” (as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade)

Em contraste com a concepção mecanicista cartesiana, a visão de mundo que está surgindo a partir da física moderna pode caracterizar-se por palavras como orgânica, holística e ecológica. Pode ser também denominada visão sistemática, no sentido da teoria geral dos sistemas. O universo deixa de ser visto como uma máquina composta de uma infinidade de objetos, para ser descrito como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão essencialmente inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo cósmico (...) essa visão de mundo está relacionada com as concepções místicas defendidas em tradições místicas, especialmente as do misticismo oriental. Muito físicos, criados, como eu, numa tradição que associa misticismo a coisas vagas, misteriosas, e altamente não-científicas, ficaram chocados ao ver suas ideias comparadas com às dos místicos. (CAPRA, 1982, p. 72-73)

A reação violenta ao recente desenvolvimento da física moderna só pode ser entendida quando se percebe que, neste ponto, os alicerces da física começaram a se mover; e que esse movimento provocou a sensação de que a ciência estava sendo separada de suas bases. (HEISENBERG *apud* CAPRA, 1982, p. 72)

Todas as minhas tentativas para adaptar os fundamentos teóricos da física a esse [novo tipo] de conhecimento fracassaram completamente. Era como se o chão tivesse sido retirado de baixo de meus pés, e não houvesse em qualquer outro lugar uma base sólida sobre a qual pudesse construir algo. (EINSTEIN *apud* CAPRA, 1982 p. 72)

O trabalho de vida de Capra e tantos outros pensadores, como Vandana Shiva, Fritz Schumacher, Satish Kumar, Gunter Pauli, Hazel Henderson, Gregory Bateson, e tantos outros, que formaram um centro de estudos na Inglaterra chamado Schumacher College, tomaram para si o esforço de contribuir para formular uma resposta civilizacional baseada no paradigma sistêmico. O próprio livro principal de Capra, “O Ponto de Mutação”, de 1982, trabalha exatamente como esta abordagem se realiza através de 4 campos do conhecimento: a física, a economia, a medicina e a psicologia. A intenção foi lançar as bases para a evolução deste paradigma, assim como as bases para o Iluminismo foram lançadas bem antes, desde o Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica, a Revolução Gloriosa, e tantos outros eventos. Do ponto de vista da economia política internacional, Capra propõe junto com Hazel Henderson, a substituição de um paradigma quantitativo fundamentada no “crescimento econômico ilimitado”, por um paradigma de “crescimento qualitativo”, baseado na preservação do planeta e na potencialização das qualidades humanas. A proposta seria de usar o conceito de ‘desenvolvimento’ inspirado na biologia, sendo concebido como um desdobramento multidimensional da vida (CAPRA, 1982).

Todavia, baseado na história de nossa civilização isto parece impossível do ponto de vista político, pois um *shift* de desenvolvimento quantitativo para qualitativo iria diretamente contra os interesses que o *contramercado* tem estabelecidos a muitos séculos. Porém, como observamos também, quanto mais a ‘mundialização do capitalismo civilizatório’ e seu principal alicerce, a economia científica, enfrentam seu desafio de legitimidade; existe uma maior chance de dar uma resposta civilizacional ao sistema interestatal capitalista como um todo, e colocar,

na perspectiva de uma ‘sociedade civil global’, uma resposta civilizacional, científica e legítima, ao problema de “saturação sistêmica” que pode levar a humanidade a sua extinção.

De fato, a *longue durée* é um diálogo entre a presença da humanidade e o próprio planeta Terra. Portanto, nos parece que na ‘Economia Política das Civilizações’, o planeta, e não o homem, devem ser o ator primordial na geração de valor para a sociedade e para o mundo. Isto sim seria a possibilidade científica para uma ‘sociedade civil global’. Há muito trabalho a fazer, e a humildade pode ser a nossa principal ferramenta para compreender o que não podemos entender, nem realizar, sozinhos.

“A intersubjetividade em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização”. (FREIRE, 1970)

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Data da publicação original: 1995

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória**. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011. Data da publicação original: 2011 (também).

ARENDT, Hannah, **Eichmann em Jerusalem**, Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Data da publicação original: 1963,

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Data da publicação original: 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. Data da publicação original: 2007.

ATIENZA, Juan. **O Legado Templário**. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 2006.

BACHELARD, Gaston. **La Poétique de la Rêverie**. 8<sup>ème</sup> ed. Paris: PUF, 1984.

BACON, Francis. **Ensaio**. Tradução Alan Neil Ditchfield. Petrópolis: Vozes, 2007

BALIBAR, Etienne. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. 2nd ed., New York: Verso, 2011.

BARON, Salo. **Newer Approaches To Jewish Emancipation**. Diogenes, 8 (29) pp. 56-81, 1960.

BARTLETT, Robert. **The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950 – 1350**. London: Penguin, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. Data das publicações originais: de 1913 a 1940.

BOFF, Leonardo. **Por um Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2009

BOTERO, Giovanni. **Della Ragione dello Stato**. Paris: Université Paris 8. Em <http://sciencepoparis8.hautetfort.com/media/02/01/1597175066.pdf>. Acesso em 12/4/2016.

BOURDIEU, Pierre. **Per una Teoria della Pratica**. Milano: Raffaello Cortina, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civiltà Materiale, Economia e Capitalismo – Le strutture del quotidiano (secoli XV-XVIII)**. Tradução Corrado Vivanti. Torino: Einaudi, 2006. Data da publicação original: 1979.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História**. Tradução J. Guinsburg & Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1979. Data da publicação original: 1969.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Tradução Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Editorial Teorema, 1985 (mesma data da publicação original).

BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. **Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade Pública**. Tradução Durval Cordas. São Paulo: Cidade Nova, 2010. Data da publicação original: 2004.

BURGIO, Alberto. **Per un Lessico Critico del Contrattualismo Moderno**. Napoli: La Scuola di Pitagora, 2006.

BURGIO, Alberto. **Gramsci. Il Sistema in Movimento**. Roma: Derive Approdi, 2014.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2000. Data da publicação original: 1992.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARRASCO, Lorenzo (ed.). ALEXANDER HAMILTON. FRIEDRICH LIST & HENRY CAREY: **Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009. Publicações das cartas originais de 1791 (Hamilton), 1827 (List) e 1876 (carey).

CASSANO, Francisco Américo. **A Teoria Econômica e o Comércio Internacional**. Pesquisa & Debate (PUC-SP), 13 (21), pp. 112-128, 2002.

CASSIRER, Ernst; GAY, Peter. **The Philosophy of the Enlightenment** (updated). Princeton: Princeton University Press, 2009.

CERQUEIRA, Hugo. **A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada – A Estratégia do desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2004. Data da publicação original: 2002.

CHAZAN, R. **The Jews of Medieval Western Christendom, 1000-1500**. Cambridge: Cambridge University, 2006

CROCE, Benedetto. **História como História da Liberdade**. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. Data da publicação original: 1941.

DEFOE, Daniel. **A Plan of the English Commerce: Being a Compleat Prospect of the Trade of this Nation, as Well the Home Trade as the Foreign**. Google Books, em [https://play.google.com/books/reader?id=jn8rAQAAMAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt\\_BR&pg=GBS.PP1](https://play.google.com/books/reader?id=jn8rAQAAMAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP1). Acesso em 19/4/2016. Data da Publicação original: 1728.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Data da publicação original: 1637.

DIAMOND, Jared, **Guns, Germs and Steel**. London: Vintage, 2005. Data da publicação original: 1997.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas**. Tradução Marcos Casanova. São Paulo: UNESP, 2006.

DOBB, Maurice. **Theories of Value and Distribution since Adam Smith**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

DOW, Sheila. **Rationality and Rethoric in Smith and Keynes. Incommensurability and Translation**: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change. Northampton: Edward Elgar, 1999.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização Do Capital**. Tradução Sergio Blum. São Paulo: Editora 34, 2000. Data da publicação original: 1996

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o Mundo**. Tradução H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 7ª ed., 1981

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizatório, Volume 2: Formação do Estado e Civilização**. Tradução Edileine Vieira Machado. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. Data da publicação original: 1939.

ELIOT, T. D. **The Relations Between Adam Smith and Benjamin Franklin before 1776**. *Political Science Quartely*, vol. 39, 1 pp. 67-96, 1924.

ELTON, Geoffrey, **Reform and Renewal: Thomas Cromwell and the Common Weal**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973

EVENSKY, Jerry. ***Adam Smith's Moral Philosophy: a Historical and Contemporary Perspective on Markets, Law, Ethics, and Culture (Historical Perspectives on Modern Economics)***. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FINDLAY, Ronald & O'Rourke, Kevin. **Power and Plenty – Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium**. Princeton: Princeton University, 2007.

FIORI, José Luís. **O Poder Global**. São Paulo, Boitempo, 2007.

FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999

FIORI, José Luís e MEDEIROS, Carlos (org.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 Curso dado no Collège de France (1977-1978)

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Curso dado no Collège de France (1978-1979).

FREDERICO da PRÚSSIA. **O Anti-Maquiavel**. Tradução Carlos Eduardo Soveral. São Paulo: Guimarães, 2000. Data da publicação original: 1741

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. ed. do Círculo do Livro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a Explicação do Mercado como Ordem Social: uma Abordagem Histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul/dez 2000.

GANEM, Angela. **O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma Perspectiva Crítico-filosófica**. In: GANEM, Angela; FREITAS, Fábio; MALTA, Maria (Org.). **Economia e Filosofia: Controvérsias e Tendências Recentes**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GERACI, **Giovanni**. **Storia Romana**. FIRENZE, Le Monnier, 2011

GERSCHEKRON, Alexander. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge: Belknap, 1971. Data da publicação original: 1962.

GUICCIARDINI, Francesco. **Reflexões**. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1995.

GUNDLE, Stephen. **Mapping the origins of glamour: Giovanni Boldini, Paris and the Belle Époque**. *Journal of European Studies*, vol. 29, 3: pp. 269-295. 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Modernity: An Unfinished Project**. Cambridge: Polity, 1999. Data da publicação original: 1981.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **The Philosophy of History**. Tradução J. Sibree (do Alemão para o Inglês) Kitchener (Ontario): Batoche, 2001. Data das publicações originais: 1819 a 1831 (como notas de aula).

HECKSCHER, F. **La Epoca Mercantilista – Historia de la organización y las Ideas Económicas desde el Final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal**. Tradução (para o



Espanhol) de Wenceslas Roces. Panuco (México) *Cultura Economica*, 1943. Data da publicação original: 1931.

HELVETIUS, Claude-Adrien. **de l'Esprit**. Amsterdam: Arkstee & Merkus, 1759. Fac-simile disponível em <http://archive.org/stream/delesprit01helvuoft#page/n1/mode/2up>. Acessado em 13 jun. 2011.

HIRSCHMANN, Alfred. **As Paixões e os Interesses**. Tradução Lúcia Campelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Data da publicação original: 1977.

HIRSCHMANN, Alfred. **Rival Views of Market Society**. New York: Viking, 1986.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 2ª ed. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz. Nizza da Silva & Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBS, Eric John. **A Era do Capital**. 2ª ed. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Data da publicação original: 1979

HUME, David. **Escritos Sobre Economia**. Tradução Sara Albieri. São Paulo: Abril, 1983.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e Seus Símbolos**. Tradução Maria Lúcia Pinho. São Paulo: Nova Fronteira, 2008. Data da publicação original: 1964.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers — Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. London: Fontana, 1988.

KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**. 4ª ed. Tradução Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KREGEL, Jan. **The Past and Future of Banks**. Roma: Einaudi, 1997

KUHN, Thomas Samuel. **The Structure of Scientific Revolutions**. 3<sup>rd</sup> ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

KUHN, Thomas Samuel. **Incommensurability and Translation**. *In*: FAVRETTI, Rema Rossini; SANDRI, Giorgio; SCAZZIERI, Roberto (Org.). **Incommensurability and Translation: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change**. Northampton: Edward Elgar, 1999.

KUHN, Thomas Samuel. **La Tensione Essenziali e Altri Saggi**. Trad. e adaptação de Claudio Bartocci e Giulio Giorello. Torino: Einaudi, 2006.

LIST, Friedrich, **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução Antônio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Data da publicação original: 1841.

LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. Oxford: Oxford University, 1979. Data da publicação original: 1690.

McDERMOTT, Timothy S. **Two Models of the Overlap of the Sciences: Modern Reductionism and Medieval Abstraction**. Incommensurability and Translation: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change. Northampton: Edward Elgar, 1999.

MACCHIAVELLI, Nicoló. **O Príncipe**. São Paulo: Centauro, 2010. Data da publicação original:1532.

MADDISON, Angus. **The World Economy: A Millennial Perspective**. Paris: OECD, 2001.

MARX, Karl. **O Capital (Livro I)**. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro, Boitempo, 2013. Data da publicação original: 1890.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, Tradução Rubens Enderle & Leonardo de Deus. Rio de Janeiro, Boitempo, 2013. Data da publicação original:1843.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos 1857-1858; Esboço da Crítica da Economia Política**. Tradução Mário Duayer & Nélio Schneider. Rio de Janeiro, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica.**, Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro, Boitempo, 2010

MARX, Karl & Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã.**, Tradução Rubens Enderle & Nélio Schneider. Rio de Janeiro, Boitempo, 2007,

MANDEVILLE, Bernard. **The Fable of the Bees and Other Writings**. London: Hackett, 1997. Data da publicação original: 1714.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Il Visibile e L'Invisibile**. Tradução Andrea Bonomi. Milano: Fabbri, 1969. Data da publicação original: 1964.

METRI, Mauricio. **Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval**. Rio de Janeiro: FGV, 2014  
MULLER, Jerry. **Democracy in America (by Tocqueville) in 36 Books that Changed the World**, MULLER, Jerry (org.). Washington: The Catholic University of America, 2016.

MORENO, Kasia. **The 67 People As Wealthy as the World's Poorest 3.5 Billion**, Forbes Magazine, Mar 25, 2014.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. Data da publicação original: 1974.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. Tradução Paulo César de Souza; São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Data da publicação original: 1883.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Tradução Paulo César de Souza; São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Data da publicação original: 1888.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009 . Data da publicação original: 1877

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. Data da publicação original: 1882.

ORMEROD, Paul. **Butterfly Economics**. London: Faber and Faber, 1998.

PASINETTI, Luigi. **Keynes and the Cambridge Keynesians**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

PETTY, William. **Obras Econômicas**. Tradução Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Abril, 1983

PIRENNE, Henri. **Maometto e Carlomagno** Tradução (Francês para o Italiano) Mario Vinciguerra. Roma: Laterza, 2010. Data da publicação original: 1937.

POLO, Marco. **O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo**. Tal como descrito a Rustichello da Pisa. Tradução Elói Braga Júnior, introdução e notas de Stéphane Yerasimos. Porto Alegre: L&PM, 2009. Data da publicação original: 1299.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e Seus Inimigos**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

PRADO, Eleutério F. S. **Economia, Complexidade e Dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.

QUADRIO CURZIO, Alberto; SCAZZIERI, Roberto. **Sui Momenti Costitutivi dell'Economia Politica**. Bologna: Il Mulino, 1983.

REINERT, ERIK. **How Rich Countries Got Rich... and Why Poor Countries Stay Poor**. London: Constable & Robinson, 2007.

REINERT, Eik & JOMO, K.S.(org.) **The Origins of Economic Development**. Nova Delhi: Tulika, 2005.

RIBEIRO, R. J. **Ao Leitor sem Medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROMER, Paul. **Increasing Returns and Long-Run Growth**. Journal of Political Economy, 94 (5) pp. 1002-37, 1986.

ROSEMBERG, Alexander. **Hume and the Philosophy of Science**. In: Norton, David (ed.). The Cambridge companion to Hume. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RUBIN, Isaac Ilich. **História do Pensamento Econômico**. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Data da publicação original:1989.

SAAD-FILHO, Alfredo. **The Rise and Decline of Latin American Structuralism**. In REINERT, Eik & JOMO, K.S. (org.) **The Origins of Economic Development**. Nova Delhi: Tulika, 2005.

SARTI, Ingrid. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010

SCAZZIERI, Roberto (Org.). **Incommensurability and Translation: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change**. Northampton: Edward Elgar, 1999.

SCAZZIERI, Roberto; BARANZINI, Mauro. **Knowledge in Economics: a Framework**. In: SCAZZIERI, Roberto (Org.). **Lecture di Economia Politica**. Bologna: C.U.S.L., 1994.

SCHUMACHER, E.F. **Small is Beautiful**. Cambridge: Cambridge University, 1973.

SCHUMPETER, Joseph. **History of Economic Analysis**. Oxford: Oxford University, 1996.  
Data da publicação original: 1954

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Whitefish: Kessinger, 2010. Data da publicação original: 1947.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. São Paulo: MetaLibri, 2005. Data da publicação original: 1759. Disponível (no original) em [http://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA\\_WealthNations\\_p.pdf](http://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf). Acessado em 14 mai. 2011.

SMITH, George. **The Methodology of the Principia**. The Cambridge Companion to Newton, 2002.

SOMBART, Werner. **El Apogeo del Capitalismo**. Tradução José Urbano Guerrero & Vicente Caridad (do Alemão para o Espanhol). México: Fondo de Cultura Económica, 1946.  
Data da publicação original: 1916.

TILLY, Charles, **Coerção, capital e estados europeus**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. Data da publicação original: 1835.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América — Leis e Costumes**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Data da publicação original:

TOYNBEE, Arnold. **A Humanidade e a Mãe-Terra – Uma História Narrativa do Mundo**. Tradução Helena Maria Camacho Martins Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Data da publicação original: 1976.

TWAIN, Mark. **To a man with a hammer, everything looks like a nail** Em <https://www.cs.utexas.edu/~scottm/cs314/handouts/slides/topic12Recursion.pdf>. Acesso em 19/4/2016.

VERCELLI, Alessandro. **Coherence, Meaning and Responsibility in the language of Economics. Incommensurability and Translation**: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change. Northampton: Edward Elgar, 1999.

VICO, Giambattista. **La Scienza Nuova**. Milano: Rizzoli, 1994. Data da publicação original: 1725.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. **Letters on the English**. *In: The Harvard Classics*. New York: Collier & Sons, 1909. Disponível em <http://www.bartleby.com/34/2/14.html>. Acesso em 19 nov. 2012.



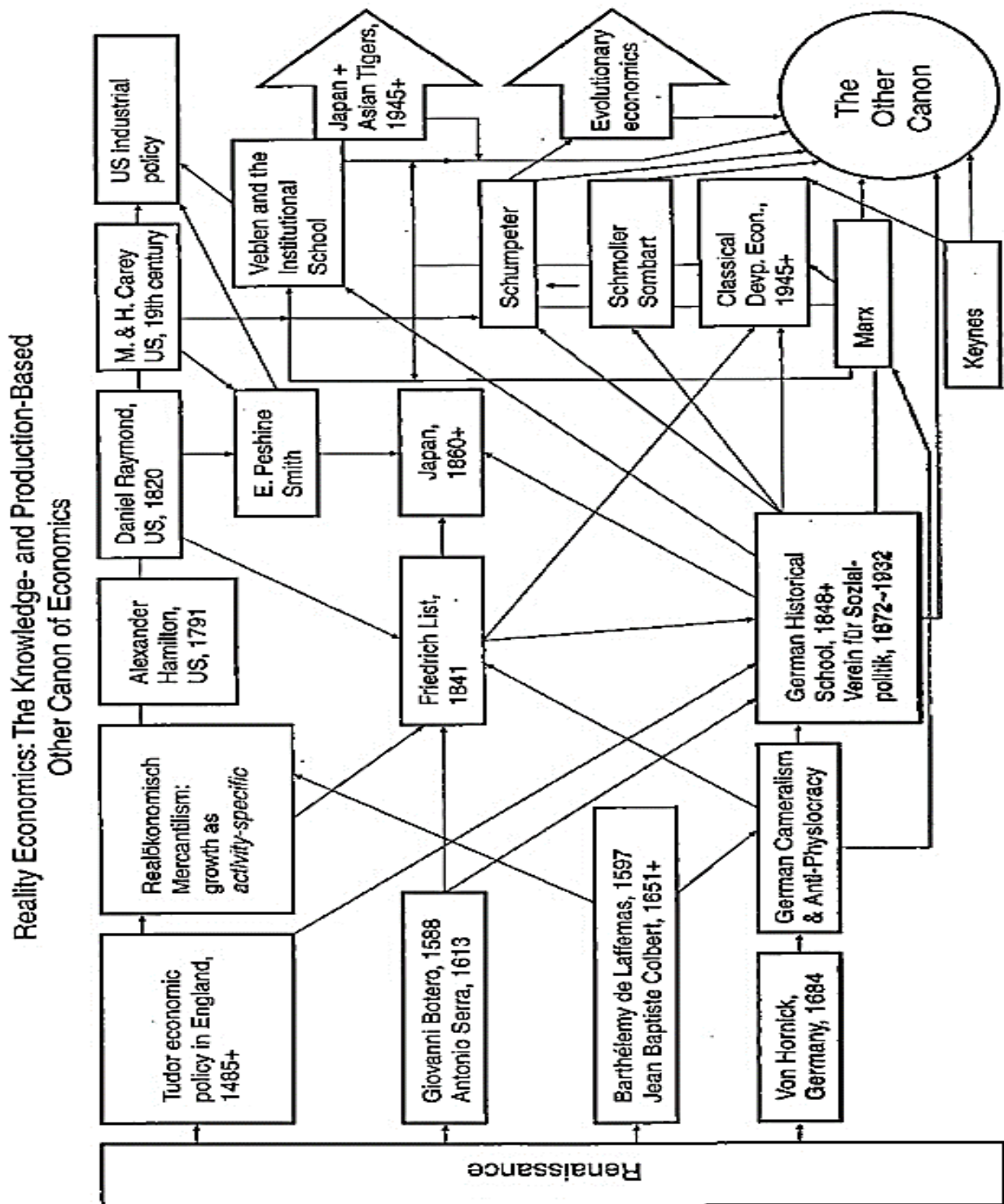


Figura 2: **The other Canon**  
 Fonte: Erik Reinert, 2007